

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR
MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Brasília
2017

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR
MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 154/2016, da DN TCU nº 156/2016, da Portaria TCU nº59/2017.

Brasília
2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

ACF	Acordo de Cooperação Financeira
A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
AF	Agentes Financeiros
ATM	Automated Teller Machines (Terminais de autoatendimento)
AUDAE	Auditoria Nacional Atividades Especializadas
AUDAT	Auditoria Nacional Produtos do Governo e Atividades Delegadas
AUDIR	Auditorias Regionais
AUDIT	Auditoria Geral
AUDRE	Auditoria Nacional Integração e Responsabilidade
AUDTI	Auditoria Nacional Processos e Tecnologia da Informação
BACEN	Banco Central do Brasil
BI	<i>Business Intelligence</i>
BMUB	<i>Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation, Building and Nuclear Safety</i>
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPMCMV	Comitê de Acompanhamento do PMCMV
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCA	Licenciamento Ambiental Federal
CCAF	Comitê de Compensação Ambiental Federal
CCFCVS	Conselho Curador do FCVS
CCFDS	Conselho Curador do FDS
CCFGTS	Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
CEF	Caixa Econômica Federal
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGGS	Comitê Gestor do Garantia
CGP MANAUS	Comitê Gestor das Parcerias Público-Privadas
CGU	Controladoria Geral da União
CMN	Conselho Monetário Nacional
COFIN	Coordenação Geral de Programação Financeira
CORED	Corregedoria Geral
COSIF	Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CTC	Centro Tecnológico de Brasília
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DBR	Declaração de Bens e Rendias
DEFUS	Diretoria Executiva de Fundos de Governo
DEORE	Diretoria Executiva de Organização e Estratégia
DETEC	Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação
DFI	Danos Físicos do Imóvel
DN	Decisão Normativa
EAD	Educação à Distância
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
EO	Entidade Organizadora

FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FCVS	Fundo de Compensação de Variações Salariais
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGCN	Fundo de Garantia para a Construção Naval
FGHab	Fundo Garantidor da Habitação Popular
FGP/PR	Fundo Garantidor Das Parceria Público-Privada do Paraná
FGPPP/AM	Fundo Garantidor de Parceria Público-Privada do Estado do Amazonas - FGPPP/AM
FGPSB	Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas de Serviços de Saneamento Básico do Município de Macaé
FGS	Fundo Garantia Safra
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FI	Fundo de Investimento
FIES	Financiamento
FLORAM	Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis
FPHIS	Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social
FUNCEF	Fundação dos Economiários Federais
FUNGEP	Fundo Municipal Garantidor dos Projetos de Parceria Público-Privada
GECOG	Gerência Nacional de Competências Organizacionais
GEDEC	Gerência Nacional de Desenvolvimento e Capacitação
GEING	Gerência Nacional de Informações Corporativas e Negociação Coletiva
GEORC	Gerência Nacional de Orçamento
GERSA	Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental
GIZ	<i>Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit</i>
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFRS	<i>International Financial Reporting standards</i>
IIA	<i>Institute of Internal Auditors</i>
IN	Instrução Normativa
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
KfW	<i>Bankengruppe</i>
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MIP	Morte e Invalidez Permanente
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	Manual Normativo
MP	Medida Provisória
MPE	Ministério Público do Estado do Paraná
MPF	Ministério Público Federal
N/A	Não se aplica
NTN-B	Nota do Tesouro Nacional Tipo B
OBR	Ordem Bancária
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PCS	Programa de Crédito Solidário
PDG	Programa de Dispêndios Globais

PDTI	Plano Diretor do TI
PETI	Plano Estratégico de TI
PF	Programação Financeira
PIS	Programa de Integração Social
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV-E	Programa Minha Casa Minha Vida Entidades
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PPA	Plano Plurianual
PROCON	Proteção ao Consumidor
PRSA	Política de Responsabilidade Socioambiental CAIXA
RCC	Responsabilidade Civil do Construtor
REAUD	Representações de Auditoria
REE	Reciclagem de Resíduos Eletroeletrônicos
RG	Relatório de Gestão
RH	Recursos Humanos
RP	Restos a pagar
RSA	Responsabilidade Socioambiental
RVD	Programa de Remuneração Variável
S.A.	Sociedade Anônima
SAC	Serviço de Atendimento ao Cliente
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SCA	Seguro de Crédito ao Adquirente
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão.
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento
SLTI/MPOG	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
SNDC	Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
SPE	Sociedade de Propósito Especial
SRF	Secretaria da Receita Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCU	Tribunal de Contas da União
TFL	Terminais Financeiros Lotéricos
TI	Tecnologia da Informação
TST	Tribunal Superior do Trabalho
TVM	Títulos e Valores Mobiliários
UC	Universidade CAIXA
UG	Unidade Gestora
UH	Unidade Habitacional
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade orçamentária
UPC	Unidade prestadora de Conta

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Ações “Orçamento de Investimento”	16
Quadro 02 Despesas por Modalidade de Contratação.....	19
Quadro 03 – Despesas Correntes	20
Quadro 04 – Despesas de Capital.....	21
Quadro 05 – Mandatos Auditorias Nacionais e Regionais.....	29
Quadro 06 – Força de Trabalho da UPC.....	34
Quadro 07 – Distribuição da Força Efetiva.....	35
Quadro 08 – Detalhamento da Estrutura de cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC.....	35
Quadro 9 – Quantidade de Servidores da UPC por nível de escolaridade	36
Quadro 10 – Capacitação e treinamento	37
Quadro 11 – Despesas de Pessoal	40
Quadro 12 – Composição do quadro de estagiários – Histórico 2015 e 2016	42
Quadro 13 – Cursos Externos.....	47
Quadro 14 – Cursos Internos.....	49
Quadro 15 – Composição do Patrimônio Líquido do Fundo	57
Quadro 16 – FGHAB (Operações Garantidas).....	58
Quadro 17 – Consolidado das honras de garantias pelo FGHAB	58
Quadro 18 – Situação das obras do PMCMV	62
Quadro 19 – Situação Geral das UHs do PMCMV	63
Quadro 20 – Unidades entregues aos beneficiários finais em 2016.....	63
Quadro 21 – Recursos para viabilizar a construção de UHs	69
Quadro 22 – Aporte de Recursos PNHR	69
Quadro 23 – Transferência de Recursos OGU PNHR 2016	69
Quadro 24 – Contrapartida 2016.....	70
Quadro 25 – Metas Físicas dos programas até 2016.....	71
Quadro 26 - Aportes.....	72
Quadro 27 – Pagamento de Subsídios.....	72
Quadro 28 – Metas Físicas dos Programas até 2016.....	73
Quadro 29 - Aportes.....	74
Quadro 30 – Pagamento de Subsídios	74
Quadro 31 – Atualização Monetária	75
Quadro 32 – Taxa de administração.....	75
Quadro 33 – Movimentação Financeira	78
Quadro 34 – Movimentação Financeira	79
Quadro 35 – Movimentação Financeira	80
Quadro 36 – Contratos 2016	80
Quadro 37 – Gestão Financeira 2016	82
Quadro 38 – Valores FSA CAIXA Comprometidos por planos de aplicação e linhas temáticas	86
Quadro 39 – Valores FSA CAIXA comprometidos e Desembolsados.....	86
Quadro 40 – Ativos FAS.....	91
Quadro 41 - Movimentações.....	92
Quadro 42 - Passivo	92
Quadro 43 – Taxas de Administração	93
Quadro 44 – Resultado em função das receitas e despesas	93
Quadro 45 – Resultado das contas de compensação	94
Quadro 46 – Areas/Subunidades Estratégicas.....	96

Quadro 47 – Movimentação Financeira	101
Quadro 48 – Total de reclamações	107
Quadro 49 – Natureza	108
Quadro 50 - Origem	108
Quadro 51 – Reclamações tratadas pela Ouvidoria CAIXA.....	109
Quadro 52 – Operações de Crédito	112
Quadro 53 – Saldos de Depósitos	113
Quadro 54 – Indicadores de desempenho	113
Quadro 55 – Benefícios ao trabalhador	114
Quadro 56 – Programas de Transferência de Renda	114
Quadro 57 - Demonstrativo	118
Quadro 58 – Despesa com Publicidade	121
Quadro 59 – Contratos Firmados com as Agências Prestadoras de Serviços de Publicidade e Propaganda	121
Quadro 60 – Indicadores Econômico-Financeiros	128
Quadro 61 – Série Histórica do lucro ou prejuízo	129
Quadro 62 – Indicadores Econômico Financeiros	129
Quadro 63 – Posicionamento de Mercado	130

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Organograma da CAIXA	15
Figura 02 – Modelo de Governança da CAIXA.....	29
Figura 03 - Organograma da AUDIT	35
Figura 04 – Alinhamento Estratégico	52
Figura 05 – Mapa de Contribuição da TI	53
Figura 06 – Organograma Funcional do FAS	94
Figura 07 – Organograma	102
Figura 08 – Reclamações	112
Figura 09 – Organograma Caixa Seguridade	136

LISTA DE ANEXOS

Anexo I - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	132
Anexo II - Macroprocessos finalísticos	140
Anexo III - Gestão de riscos e controles internos	149
Anexo IV - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	195
Anexo V - Ações educacionais realizadas em 2016 (Área de TI).....	227
Anexo VI - Fundo Socioambiental CAIXA - Operações realizadas em 2016	259
Anexo VII - Demonstrações Contábeis - CEF Depósitos Judiciais e Extrajudiciais	274
Anexo VIII - Demonstrações Contábeis FAS	286
Anexo IX - Demonstrações Contábeis CAIXA	296

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	10
2 VISÃO GERAL DA UNIDADE	11
2.1 Finalidades e Competências	11
2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	11
2.3 Ambiente de atuação	12
2.4 Organograma	13
2.5 Macroprocessos finalísticos	13
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	15
3.1 Planejamento Organizacional	15
3.1.1 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	15
3.2 Desempenho Orçamentário	15
3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	15
3.2.2 Informações sobre a execução das despesas	18
3.3 Desempenho operacional	20
4 GOVERNANÇA	22
4.1 Descrição das estruturas de governança	22
4.1.1 Atendimento à Lei das Estatais	26
4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados	26
4.3 Atuação da unidade de auditoria interna	27
4.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	30
4.5 Gestão de riscos e controles internos	32
4.6 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada pela CAIXA	33
5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	34
5.1 Gestão de pessoas	34
5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	34
5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	40
5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal	41
5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	41
5.1.5 Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	43
5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura	45
5.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União	45
5.3 Gestão da tecnologia da informação	45
5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade	52
5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	52
5.5 Gestão de fundos e de programas	54
5.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade	54
5.5.1.1 Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS	54

5.5.1.2 Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab	56
5.5.1.3 Fundo de Garantia para a Construção Naval - FGCN	59
5.5.1.4 Fundo de Arrendamento Residencial - FAR	60
5.5.1.5 Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	63
5.5.1.6 Fundo Garantia-Safra – FGS.....	66
5.5.1.7 Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR	68
5.5.1.8 Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS	70
5.5.1.9 Casa Paulistana.....	73
5.5.1.10 Fundos Garantidores de Parcerias Público-Privadas.....	75
5.5.1.11 Contas de Compensação Ambiental – Licenciamento Ambiental Federal CCA - ICMBIO	77
5.5.1.12 Contas de Compensação Ambiental - Acordo Judicial Entre Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Paraná e Petrobrás.....	78
5.5.1.13 Contas de Compensação Ambiental - Termo de Ajustamento de Conduta Companhia Energética do Estado de São Paulo e Ministério Público Federal	79
5.5.1.14 Projeto Cerrado Jalapão	81
5.5.1.15 Projeto Car – Kfw - Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia e em Áreas de Transição para o Cerrado	82
5.5.2 Informações sobre o Fundo Socioambiental.....	83
5.6.Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.....	87
5.7 CEF Depósitos Judiciais e Extrajudiciais	95
6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	102
6.1 Canais de acesso do cidadão	102
6.2 Carta de serviços ao cidadão	109
6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	109
6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	110
7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	111
7.1 Desempenho financeiro no exercício	111
7.2 Demonstrações contábeis	115
8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	115
8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	115
8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	116
8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	117
8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.	118
8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	120
8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda	120
9 Outras informações relevantes	122
9.1 Caixa Seguridade	122

1 APRESENTAÇÃO

Este Relatório apresenta um conjunto de informações, documentos e demonstrativos financeiros relativos à gestão da Caixa Econômica Federal – CAIXA, no exercício de 2016, e foi organizado de maneira que possibilite a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

A elaboração do Relatório de Gestão - RG obedeceu ao disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e nº 72/2013 e nas Decisões Normativas do TCU nº 154/2016, nº 156/2016, as quais estabelecem os conteúdos do RG, bem como nas orientações contidas na Portaria TCU nº 59/2017.

Os itens protegidos por sigilo, respaldados pelo Decreto nº 7.724/2012, que regulamentou a Lei de acesso à informação, Lei nº 12.527/2011, determinou no parágrafo 2º do artigo 5º:

[...] Não se sujeitam ao disposto neste Decreto as informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado obtidas pelo Banco Central do Brasil, pelas agências reguladoras ou por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos.

Evoca-se o dispositivo ora mencionado, em proteção aos itens relacionados a seguir:

- 3.1.1 Informações referentes ao planejamento estratégico da CAIXA.
- 4.2 Informações sobre a remuneração paga aos administradores da CAIXA.
- 5.3 Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificamente quanto às reuniões ocorridas no período.
- 5.3 Descrição dos principais sistemas de informação da unidade.
- 5.3 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período (Informação parcialmente inserida).
- 5.3 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.
- 6.3 Resultado da pesquisa de aferição do grau de satisfação dos usuários.

Essas informações são protegidas por sigilo mas compõe o arcabouço de documentos necessários à Prestação de Contas Anual da CAIXA, referente ao exercício de 2015, e poderão ser disponibilizadas aos órgãos de Controle, caso sejam requisitadas.

2 VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 Finalidades e Competências

A CAIXA é uma empresa 100% pública que tem por missão “Atuar na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, como instituição financeira, agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro.”

Os objetivos da empresa, normativamente definidos sob o Decreto nº 7973/2013, abrangem sua atuação no desenvolvimento urbano e na justiça social do país, vez que prioriza setores como habitação, saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços, contribuindo significativamente para melhorar a vida das pessoas, principalmente as de baixa renda.

Ela atua ainda como agente responsável pela prestação de serviços como poupança, empréstimos, FGTS, Programa de Integração Social (PIS), Seguro-Desemprego, crédito educativo, financiamento habitacional, transferência de benefícios sociais, programas sociais do governo, como o Bolsa Família, FIES e Programa Minha Casa Minha Vida, e também possui a exclusividade dos empréstimos sob penhor.

Para seus correntistas, a CAIXA busca sempre oferecer os melhores serviços e opções de crédito, poupança, operações de empréstimo por consignação para pessoas físicas; dentre outros.

A CAIXA é o maior agente nacional de financiamento da casa própria e importante financiadora do desenvolvimento urbano, especialmente do saneamento básico, se destacando ainda como o principal agente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), administradora do FGTS e de outros fundos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Caixa Econômica Federal - CEF é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda.

O Estatuto da Caixa Econômica Federal foi aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, publicado no DOU de 01/04/2013, com retificação publicada no DOU de 05/04/2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, publicado no DOU de 27/02/2014.

Ainda, informamos que encontra-se em elaboração a adequação do Estatuto da CAIXA à Lei 13.303/2016, de maneira a contemplar as novas determinações legais aplicáveis à Empresa.

2.3 Ambiente de atuação

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, integrante do Sistema Financeiro Nacional.

Desde sua criação, a CAIXA não parou de crescer, de se desenvolver, de diversificar e ampliar suas áreas de atuação. Uma prova é seu Estatuto que é renovado sempre que é preciso se adaptar à realidade dos brasileiros. O Estatuto vigente foi aprovado pelo Decreto Nº 7.973/13.

Além de atender a correntistas, trabalhadores, beneficiários de programas sociais e apostadores, a CAIXA acredita e apoia iniciativas artístico-culturais, educacionais e desportivas em todo o Brasil.

Hoje, a CAIXA tem uma posição consolidada no mercado como um banco de grande porte, sólido e moderno. Como principal agente das políticas públicas do governo federal, está presente em todo o país.

A Empresa presta serviços bancários por meio de operações ativas, passivas e acessórias, inclusive de intermediação e suprimento financeiro, sob suas múltiplas formas, com foco no incentivo à poupança e fomento ao crédito em todas as regiões do País. Ademais, administra com exclusividade, os serviços das loterias federais, exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo, e atua como agente operador e financeiro do FGTS.

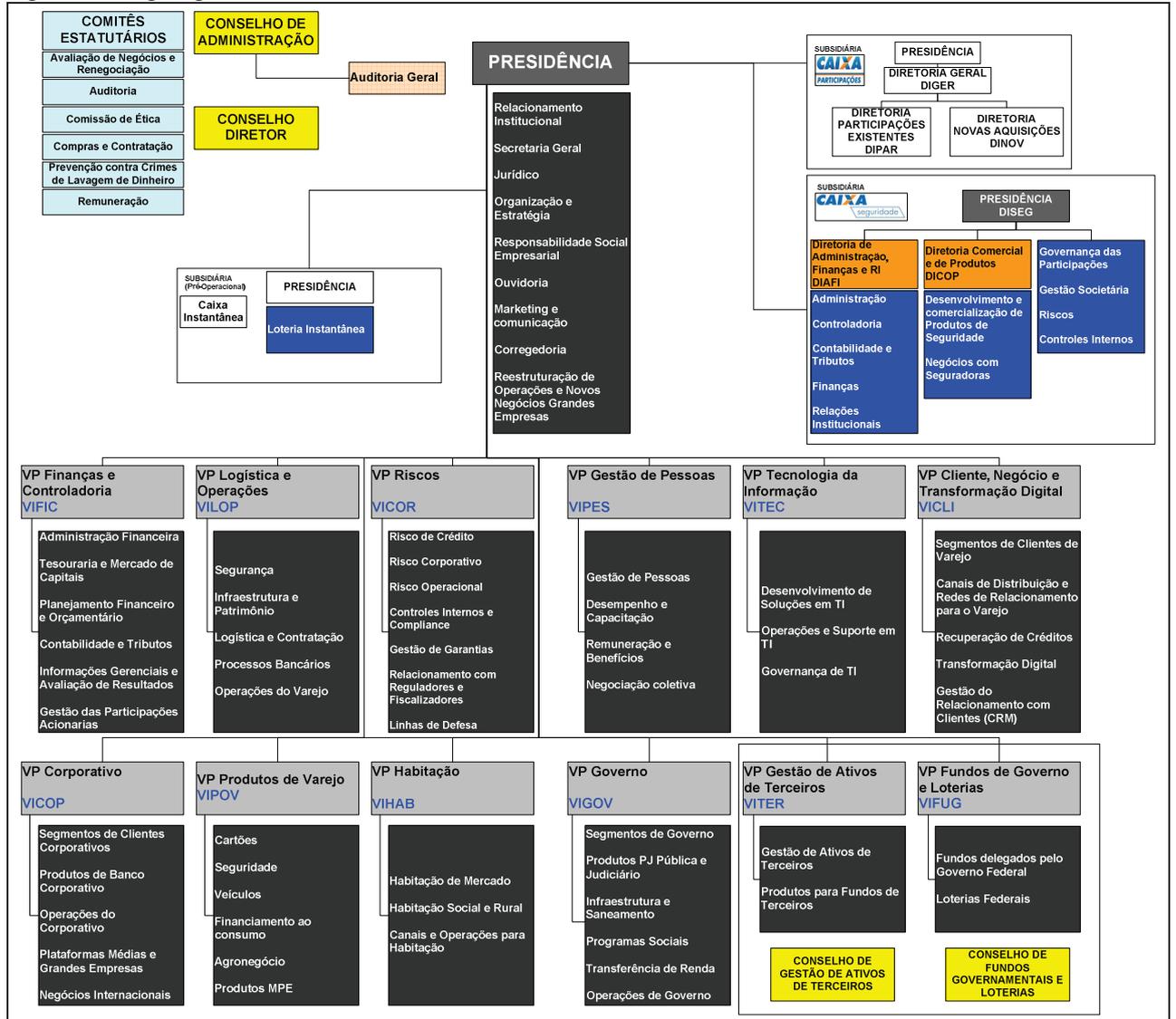
Sob a ótica do setor público, a CAIXA se propõe à atender todos os clientes Governo em todo o território nacional, por meio de completo portfólio de produtos e serviços proporcionando soluções para a implementação de políticas públicas, viabilizando novas soluções e antecipando-se às necessidades dos clientes.

Inserida em um mercado altamente competitivo, a CAIXA monitora o cenário político-econômico mundial e os movimentos dos seus principais concorrentes (cinco maiores bancos) de forma a considerar questões de cunho econômico e comercial na construção da sua estratégia e no seu campo de atuação.

Atualmente, a Caixa passa por um grande processo de Transformação Digital que irá modernizar seus processos e incorporar nos negócios novas tecnologias digitais, movimento estratégico que visa oferecer uma experiência integrada de atendimento, adaptada às preferências dos diferentes clientes, sempre com o objetivo de melhor atender à sociedade brasileira.

2.4 Organograma

Figura 01 - Organograma CAIXA



I. A informação sobre áreas ou subunidades estratégicas está apresentada no Anexo

2.5 Macroprocessos finalísticos

Com o objetivo de fortalecer a gestão dos processos de negócio, a CAIXA criou uma área Central para coordenação geral e delegou a responsabilidade pela gestão e melhoria contínua dos processos corporativos nas unidades, com foco na eficiência e produtividade.

Para viabilizar essa nova atuação, a Empresa conta com gerentes de melhoria de processos e de TI que dão suporte às unidades na disseminação da cultura, seleção dos processos críticos e priorização das demandas.

A Central de Processos, que está vinculada à SUORG/DEORE, define modelo, metodologia, regras, padrões e ferramenta para o mapeamento e a modelagem de processos organizacionais, visando a promoção da cultura de gestão por processos na Empresa.

Ao longo dos anos, a CAIXA tem desenvolvido diversos trabalhos no que tange a gestão de Processos, dos quais destacamos:

- a) Normatização para estabelecer modelos de atuação, metodologias, padrões, técnicas, ferramentas, papéis e responsabilidades no que tange a Gestão por Processos;
- b) Divulgação de Catálogo de Processos, contendo 300 subgrupos de processos, com seus respectivos responsáveis.
- c) Realização semestral do Fórum BPM CAIXA(Gestão de Processos), envolvendo empregados da Matriz, com ampla divulgação na empresa;
- d) Ações de disseminação da cultura, contendo treinamentos presenciais, consultoria especializada, podcast, videocast, blog, e formação de uma rede colaborativa;
- e) Implementação de software para mapeamento e gestão dos projetos de melhorias, workflow de aprovação dos mapas e indicadores de processos, e repositório corporativo de processos conforme padrões estabelecidos pela Central de Processos CAIXA.

As informação relacionadas aos macroprocesso finalísticos estão apresentadas no Anexo II.

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 Planejamento Organizacional

3.1.1 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

As informações referentes ao planejamento estratégico da CAIXA tiveram seu sigilo recomendado pela área gestora no âmbito da Instituição, uma vez que tais informações tem caráter estratégico e se publicados, podem comprometer sua competitividade. Essas informações poderão ser disponibilizadas aos órgãos de controle, caso sejam requisitadas.

3.2 Desempenho Orçamentário

3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Durante o exercício de 2016, a CAIXA executou 06 iniciativas que integram o Orçamento de Investimento Federal, que estão vinculadas aos Programas Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais e Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio, tendo liberado, R\$ 930 milhões nesse período, consumindo 56,4% do orçamento aprovado para o exercício 2016.

Com esse orçamento, foram abertas em 2016 20 novas unidades, sendo 09 agências e 11 pontos de atendimento. Do valor realizado no ano, 63,1% foram destinados a equipamentos e sistemas de tecnologia e comunicação para pontos de atendimento e áreas de apoio.

Nos itens de infraestrutura e segurança, foram investidos o montante de R\$ 367 milhões, destacando-se as realizações:

- Adequação e manutenção dos imóveis em 2.082 pontos de atendimento e 2.075 intervenções nos pontos de atendimento referente à substituição e/ou complementação de equipamentos de uso e mobiliário;
- Substituição e/ou complementação de equipamentos de uso e mobiliário em 418 unidades de apoio;
- Manutenção dos equipamentos de segurança e comunicação instalados nos Prédios Administrativos.

A não totalidade da execução do orçamento aprovado foi decorrente do(a):

- Adiamento na execução de algumas ações e não realização de obras/aquisições, em alinhamento à estratégia CAIXA de eficiência operacional e redução de custos;

- Não efetivação de aquisições em alinhamento à estratégia CAIXA de eficiência operacional e redução de custos;
- Revisões dos cronogramas e cancelamentos nas ações de aberturas de novas unidades;
- Adiamento da implantação do Caixa Cultural Porto Alegre, e de compra de prédio em Brasília.
- Das de 21 agências previstas para 2016, 9 foram inauguradas, 6 tiveram sua abertura adiada para o ano de 2017 e 6 terão os imóveis utilizados para a promoção de reinvestimento de agências com problemas graves em suas infraestruturas.
- No que se refere aos PA – Postos de Atendimento, informamos que inicialmente foram previstas a abertura no ano de 2016 de 12 PA, sendo 2 cancelados (PA Embratel e PA PM Luiz Eduardo Magalhães) e 10 novos adicionados, decorrentes de aquisições de Folha de pagamento pela CAIXA, perfazendo um total de 20 PA.

Na sequência, apresentam-se os quadros referentes às “Ações sobre o Orçamento de Investimento”.

Quadro 01 – Ações “Orçamento de Investimento”

Identificação da Ação							
Código: 23.122.0807.3286				Tipo: Projeto			
Título:				Instalação de Bens Imóveis			
Iniciativa : Construção, ampliação, aquisição ou instalação de imóveis de uso da administração, bem como das atividades de apoio à área operacional.							
Objetivo: Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.							
Programa: Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Federais Código: 23.122.0807 Tipo: Gestão e Manutenção							
Unidade Orçamentária				25220			
Ação Prioritária (x) Sim () Não				Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras			
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
236.000.000	226.500.380	9.681.841	Percentual	%	100%	3	4,27%

Identificação da Ação							
Código: 23.122.0807.4101				Tipo: Atividade			
Título:				Manutenção e Adequação de Bens Imóveis			
Iniciativa: Realização de obras de alvenaria, de estruturas e instalações; obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone e energia elétrica etc, em edificações que sejam contabilizadas no imobilizado.							
Objetivo: Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários.							
Programa: Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Federais Código: 23.122.0807 Tipo: Gestão e Manutenção							

Unidade Orçamentária			25220				
Ação Prioritária (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não			Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras				
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
170.928.296	149.689.668	93.911.456	Percentual	%	100%		62,74%
Identificação da Ação							
Código 23.122.0807.4102			Tipo: Atividade				
Título:			Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos				
Iniciativa: Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.							
Objetivo: Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.							
Programa: Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras			Código: 23.122.0807		Tipo: Gestão e Manutenção Oficiais Federais		
Unidade Orçamentária			25220				
Ação Prioritária (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não			Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras				
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
33.078.641	31.078.641	8.345.893	Percentual	%	100%		26,85%
Identificação da Ação							
Código: 23.126.0807.4103			Tipo: Atividade				
Título:			Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento				
Iniciativa : Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.							
Objetivo: Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.							
Programa: Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras			Código: 23.126.0807		Tipo: Gestão e Manutenção Oficiais Federais		
Unidade Orçamentária			25220				
Ação Prioritária (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não			Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras				
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.052.014.487	620.204.354	478.470.768	Percentual	%	100%		77,15%
Identificação da Ação							
Código 23.694.0781.3252			Tipo: Projeto				
Título:			Instalação de Pontos de Atendimento Bancário				
Iniciativa: Instalação de Ponto de Atendimento Bancário.							

Objetivo: Criar novos pontos de atendimento bancário (agências/postos de atendimento bancário) para aumentar a base de clientes e facilitar à população o acesso ao crédito e aos serviços bancários.							
Programa: Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Código: 23.694.0781 Tipo: Gestão e Manutenção Oficiais Federais							
Unidade Orçamentária				25220			
Ação Prioritária (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não				Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras			
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
27.448.079	50.327.974	9.866.245	Unidade	Unidade	14	20	20
Identificação da Ação							
Código: 23.694.0781.4106				Tipo: Atividade			
Título:				Manutenção da Infraestrutura de Atendimento			
Iniciativa: Manutenção da Infraestrutura de atendimento.							
Objetivo: Manter em condições satisfatórias a Infraestrutura de atendimento.							
Programa: Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Código: 23.694.0781 Tipo: Gestão e Manutenção Oficiais Federais							
Unidade Orçamentária				25220			
Ação Prioritária (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não				Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras			
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.014.807.168	572.906.661	330.312.336	Percentual	%	100%		57,66%

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Orçamento - GEORC (Em R\$ Milhões)

3.2.2 Informações sobre a execução das despesas

O quadro a seguir apresenta as despesas por modalidade de licitação, comparando-se os exercícios de 2015 e 2016:

Quadro 2 – Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: 25000	Código UO: 25000			UGO: 25220
Modalidade de Contratação	Qtde	2016	Qtde	2015
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)	5.467	2.965	7.394	3.652
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	1	0,3	-	-
c) Concorrência	3	6	6	603
d) Pregão	4.004	2.959	3.185	3.049
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
h) Credenciamento	1.459	-	4.203	-
2. Contratações Diretas (h+i+j+k+l+m+n)	1.775	1.003	1.761	1.214
h) Dispensa por valor	1.535	11	1.522	12
i) Emergenciais	18	16	11	15
j) Contrato Firmado com Participadas	-	-	2	70
k) Por Dispensa	24	81	28	100
l) Por Inexigibilidade	72	855	100	979
m) Por Inexigibilidade - Adesão	-	-	3	6
n) Lei 10.188/01 - Recuperação Imóveis PAR	126	40	95	32
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	17.451	-	16.363
k) Pagamento em Folha	-	17.406	-	16.310
l) Diárias	-	44	-	53
5. Outros	-	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	7.242	21.419	9.155	21.228

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Orçamento - GEORC (Em R\$ Milhões)

- Os itens 1 e 2 referem-se aos valores efetivamente contratados nos anos de 2016 e 2015, respectivamente.

3.3 Desempenho Operacional

Em 2016, as despesas de pessoal totalizaram R\$ 16,4 bilhões conforme o conceito do Programa de Dispêndios Globais - PDG, evolução de 6,7% na comparação com 2015, influenciadas principalmente, pelos reajustes salariais, conforme convenções coletivas de 2015 e 2016. Essas despesas correspondem a 54,2% do total das despesas administrativas da CAIXA.

A CAIXA intensificou as ações voltadas para racionalização de gastos e incremento da produtividade, buscando de forma contínua aumentar a eficiência operacional.

Essas medidas resultaram em um crescimento de 3,7% em comparação ao ano de 2015, nas outras despesas correntes, significativamente abaixo da inflação observada no período que ficou em 6,3%.

O quadro a seguir apresenta as despesas correntes, comparando-se os exercícios de 2015 e 2016:

Quadro 3 – Despesas correntes

Unidade Orçamentária: 25220				Código UO: 25000		UGO: 25220		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	17.348	16.310	17.348	16.310	-	-	17.348	16.310
Salário Base	9.628	8.759	9.628	8.759	-	-	9.628	8.759
Encargos Sociais	4.586	4.330	4.586	4.330	-	-	4.586	4.330
Benefícios Sociais	2.293	2.312	2.293	2.312	-	-	2.293	2.312
Demais elementos do grupo	841	909	841	909	-	-	841	909
2. Juros e Encargos da Dívida	127.168	112.503	127.168	112.333	314	170	123.774	117.056
Juros e Outros	123.623	117.080	123.623	116.910	314	170	123.774	117.056
Tributos e Encargos Parafiscais	3.545	(4.577)	3.545	(4.577)	-	-	-	-
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	15.307	14.592	15.307	13.810	897	783	897	731
Serviços Terceiros	8.751	8.355	8.751	7.840	587	516	587	476
Outros Dispêndios Correntes	5.051	4.742	5.051	4.605	155	137	155	136
Utilidades e Serviços	1.505	1.495	1.505	1.365	155	130	155	119
Demais elementos do grupo								

Fonte: CAIXA/ Gerência Nacional de Orçamento – GEORC (Em R\$ Milhões)

A execução é de acordo com o regime de competência.

A execução apresentada está de acordo com a execução do Programa de Dispêndios Globais - PDG encaminhado aos Ministério do Planejamento.

Despesa empenhada = realizado contábil.

Despesa Liquidadas = despesa empenhada menos RP não processados.

RP não processados - todas as despesas empenhadas em dezembro do ano corrente e que serão pagas no ano seguinte .

Valores Pagos = despesa liquidada do ano mais RP não processados pagos no exercício

Quadro 4 – Despesas de Capital

Unidade Orçamentária: 25220				Código UO: 25000		UGO: 25220		
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	880	1.345	880	1.345	-	-	880	1.345
Sistema Tecnologia da Informação	563	877	563	877	-	-	563	877
Imóveis de Uso	292	373	292	373	-	-	292	373
Equipamentos de Uso	25	40	25	40	-	-	25	40
Demais elementos do grupo	-	55	-	55	-	-	-	55
5. Inversões Financeiras	-	3	-	3	-	-	-	3
Participação Capital em Subsidiária Integral	-	3	-	3	-	-	-	3
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: CAIXA/ Gerência Nacional de Orçamento – GEORC (Em R\$ Milhões)

A execução é de acordo com o regime de competência

A execução apresentada está de acordo com a execução do Programa de Dispêndios Globais - PDG encaminhado aos Ministério do Planejamento

Despesa empenhada = realizado contábil

Despesa Liquidadas = despesa empenhada menos RP não processados

RP não processados - todas as despesas empenhadas em dezembro do ano corrente e que serão pagas no ano seguinte

Valores Pagos = despesa liquidada do ano mais RP não processados pagos no exercício

4 GOVERNANÇA

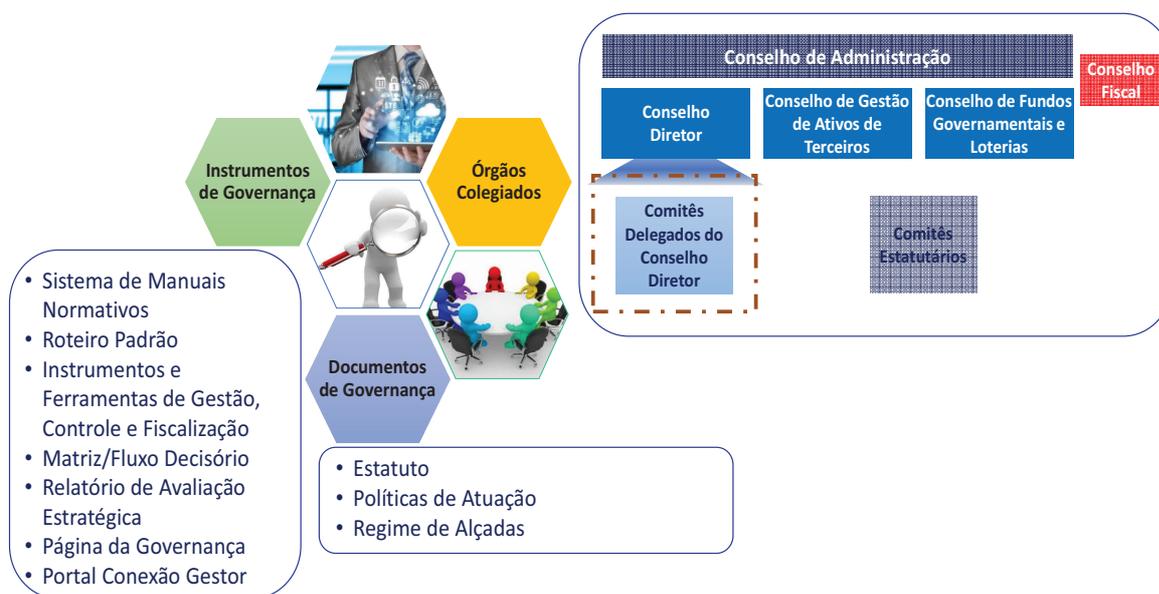
4.1 Descrição das estruturas de governança

A Governança Corporativa é um dos elementos do Modelo de Gestão da CAIXA e permite a definição e organização das atribuições e das relações entre os agentes de governança, promovendo maior agilidade, responsabilização e assertividade no processo decisório, além de avanços significativos no processo de gestão.

Nesse contexto, são aplicadas regras de governança corporativa que privilegiem a deliberação colegiada, ágil, transparente e descentralizada, por meio da constituição de fóruns internos, de nível estratégico, tático ou operacional, que garantam agilidade, qualidade e segurança e favoreçam a necessária sinergia entre as áreas, como forma de evitar o conflito de interesses e resguardar os interesses da CAIXA e de suas subsidiárias. Assim, há equilíbrio entre decisões colegiadas e a autonomia individual dos gestores da CAIXA e de suas subsidiárias.

O **Modelo de Governança da CAIXA** está estruturado em três eixos:

Figura 2 – Modelo de Governança da CAIXA



Instrumentos de Governança:

São ferramentas que auxiliam o fluxo de gestão, entre os quais:

- Sistema de Manuais Normativos – Sistema na Intranet que tem por objetivo assegurar aos colaboradores, segundo o correspondente nível de atuação, o acesso tempestivo aos normativos para o exercício de suas atribuições. Nele estão armazenadas e disponíveis as informações normativas padronizadas e estruturadas a todas as unidades da CAIXA, da CAIXAPAR e da CAIXA Seguridade.

- Roteiro Padrão – ferramenta que permite assegurar o *compliance* no desenvolvimento e no lançamento de produto, serviço, operação ou fundo de investimento, atendendo aos requisitos relativos à aderência ao planejamento estratégico, ao cumprimento de normas externas e internas, ao suporte operacional e tecnológico, à gestão de riscos e ao foco no cliente, bem como o *compliance* no processo de elaboração e publicação de normativos que necessitem de qualificação e/ou validação das áreas envolvidas.
- Instrumentos e ferramentas de gestão, controle e fiscalização, a exemplo de balanços e demonstrativos financeiros, Matriz de Conformidade, gerenciamento de riscos, Sistema de Controles Internos.
- Página da Governança – Área do sítio da CAIXA na Internet, com o objetivo de agregar as ações existentes no campo da governança, disseminar informações importantes sobre o assunto e, principalmente, integrar clientes, empregados, governo, acionistas, parceiros, órgãos controladores e fiscalizadores

Documentos de Governança:

- Estatuto – O Estatuto vigente da CAIXA foi aprovado pelo Decreto 7.973/2013. Encontra-se em elaboração sua adequação à Lei nº 13.303/2016 e seu Decreto de regulamentação, nº 8.945/2016.
- Políticas de Atuação – Guiam a atuação e a tomada de decisão da administração da CAIXA. São elaboradas, aprovadas, formalizadas e implementadas em obediência a critérios e regras estabelecidos pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração.
Há cerca de 27 Políticas de Atuação, dentre as quais destacamos:
 - a) Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.
 - b) Controles Internos e *Compliance*.
 - c) Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo.
 - d) Anticorrupção.
 - e) Governança Corporativa da CAIXA e suas Subsidiárias.
 - f) Conglomerado CAIXA.
 - g) Gerenciamento de Capital e Distribuição de Resultado.
 - h) Compras Sustentáveis e Relacionamento com Fornecedores.
 - i) Responsabilidade Socioambiental.
- Regime de Alçadas – Conjunto de valores e autoridades competentes para aprovação de créditos e negócios, renegociação, aquisição de empreendimentos, contratação de obras e serviços, compra e alienação de bens e materiais, celebração de convênios, entre outros. A competência para fixar alçadas, em seu

âmbito de atuação, cabe ao Conselho Diretor, ao Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros e ao Conselho de Fundos Governamentais e Loterias.

Há cerca de 42 Regimes de Alçadas, dentre as quais destacamos:

- a) Serviços de Propaganda e Publicidade, Biblioteca, Programas de Divulgação e Promoções Culturais.
- b) Pessoa Jurídica – MGE – Captação e Aplicação.
- c) Cobrança e Recuperação de Crédito.
- d) Empréstimos/Financiamentos Comerciais Pessoa Física.
- e) Cartões e Meios de Pagamentos.
- f) Programas Sociais.
- g) Crédito Imobiliário.

4.1.1 Atendimento à Lei das Estatais

A CAIXA vem adotando as providências necessárias para atendimento à Lei Nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e seu Decreto de regulamentação, nº 8.945/2016, destacando-se:

- Estratégia de longo prazo aprovada em 2016.
- Os requisitos, impedimentos e vedações constantes na Lei já vêm sendo aplicados aos dirigentes que foram nomeados após sua publicação.
- Criação de Comissão Transitória, composta por representantes das Áreas Jurídica, Gestão de Pessoas e Secretaria Geral, para verificação do processo de indicação de candidatos para integrar a administração da CAIXA, até constituição do Comitê de Elegibilidade, ora em processo de configuração.
- Encontra-se em elaboração a adequação do Estatuto da CAIXA, alinhado aos dispositivos constantes da Lei e Decreto de regulamentação.
- Elaboração do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, ora em finalização.
- Ações relacionadas à governança das participações.
- Código de Conduta e Integridade.
- Elaboração de metodologia para avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos administradores e dos membros de comitês.
- Plano de capacitação de Dirigentes.
- Disponibilização das demonstrações contábeis auditadas na Internet, inclusive em formato eletrônico editável

- Limitação das despesas com publicidade e patrocínio.

A CAIXA pretende finalizar sua adequação à nova Lei das Estatais antes mesmo do prazo estabelecido, qual seja, MAI/2018. Para tanto, foi constituída a governança da implantação, conduzida pela Diretoria Jurídica (DIJUR) e pela DE Organização e Estratégia (DEORE), que acompanham a execução das necessárias providências pelas áreas responsáveis. Essa governança prevê reportes periódicos ao Conselho Diretor e ao Conselho de Administração.

4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

A CAIXA possui os seguintes dirigentes:

- Presidente;
- Vice-Presidentes;
- Diretores Executivos;
- Diretor Jurídico.

São atribuições específicas dos dirigentes da CAIXA:

I. Presidente: representante da CAIXA em juízo ou fora dele, podendo para tanto constituir prepostos e mandatários e conferir-lhes poderes e prerrogativas, segundo disponham a lei e as normas internas, bem como exercer poderes de direção executiva, dentre outras atribuições.

II. Vice-Presidentes: representantes da CAIXA em juízo ou fora dele e, em especial, em assuntos relacionados à Vice-Presidência de atuação, responsáveis por executar e fazer executar as deliberações do Conselho Diretor, do Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros e do Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, observada sua área de atuação, e exercer as atribuições operacionais no âmbito da Vice-Presidência.

III. Diretores Executivos: responsáveis, dentre outras atribuições, por coordenar a elaboração da estratégia e, depois, a sua execução, bem como administrar, supervisionar e coordenar as atividades da Diretoria e unidades sob sua responsabilidade, na busca dos resultados estabelecidos pelos órgãos da administração.

IV. Diretor Jurídico: responsável, dentre outras atribuições, por representar judicialmente a CAIXA, na forma do Estatuto.

O Presidente e os Vice-Presidentes são nomeados e demitidos *ad nutum* pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Fazenda, ouvido o Conselho de Administração.

Além dos Vice-Presidentes que integram o Conselho Diretor, a CAIXA conta com dois Vice-Presidentes, que respondem exclusivamente pelas áreas segregadas, a saber: gestão de ativos de terceiros e administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, nestes incluído o FGTS. Esses

Vice-Presidentes não integram o Conselho Diretor e não respondem pelas demais atividades da CAIXA e pelas deliberações daquele Colegiado. As atividades das Vice-Presidências segregadas são desenvolvidas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros e Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, respectivamente.

Órgãos Colegiados:

São órgãos colegiados da CAIXA:

- I. Órgãos de administração, que compartilham a representação orgânica e a gestão da CAIXA, cujas competências e atribuições estão detalhadas no Estatuto:
 - a) Conselho de Administração, órgão de orientação geral dos negócios e serviços da CAIXA, responsável pela definição das diretrizes, desafios e objetivos corporativos e pelo monitoramento e avaliação de seus resultados.
 - b) Conselho Diretor, que responde, entre outras competências, por conduzir a execução da estratégia da CAIXA e fixar alçadas em seu âmbito de atuação.
 - c) Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros, órgão colegiado deliberativo, responsável pela gestão e representação da CAIXA quanto à gestão de ativos de terceiros.
 - d) Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, órgão colegiado responsável pela gestão e representação da CAIXA quanto à administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo federal, incluído o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- II. Comitês Delegados do Conselho Diretor, órgãos de caráter deliberativo e propositivo, formados pelo Presidente e por Vice-Presidentes, que têm como missão agilizar o processo decisório da CAIXA em temas de sua competência, no sentido do cumprimento dos objetivos empresariais e alcance da Visão de Futuro.
- III. Órgãos de apoio à gestão, os quais, agindo sinérgica e integradamente, respondem por decisões táticas, operacionais e administrativas, observadas suas competências e alçadas, e subsidiam a tomada de decisão pelos dirigentes da CAIXA:
 - a) Comitê de Auditoria: regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, tem por finalidade acompanhar e fortalecer as atividades de auditorias internas e externas e de controles internos e externos, reportando-se ao Conselho de Administração, em consonância com a legislação vigente.

- b) Comitê de Remuneração: regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, vincula-se ao Conselho de Administração e suas competências estão relacionadas com a política de remuneração de administradores da CAIXA.
- c) Comitê de Prevenção Contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro: órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de opinar e deliberar, observadas as suas atribuições e abrangência do tema, sobre matérias que tratem da prevenção e combate contra os crimes de lavagem de dinheiro no âmbito da CAIXA.
- d) Comitê de Compras e Contratações: órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de opinar e decidir, nos limites de sua competência, sobre as compras e as contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, nos termos da legislação específica, e opinar sobre a deflagração de processos licitatórios cuja alçada seja do Conselho Diretor.
- e) Comitê de Avaliação de Negócios e Renegociação; órgão autônomo e de caráter deliberativo, a quem compete opinar e decidir, nos limites de sua competência e alçadas, sobre as concessões de crédito, realização de negócios, renegociações e aquisições em Programa de Arrendamento Residencial.
- f) Comissão de Ética: órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de orientar, aconselhar e atuar na gestão sobre a ética profissional dos dirigentes e empregados da CAIXA, e no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, cabendo-lhe ainda deliberar sobre condutas antiéticas e sobre transgressões das normas da CAIXA levadas ao seu conhecimento.

IV. Conselho Fiscal, órgão de controle e fiscalização dos atos dos administradores e verificação de seus deveres legais e estatutários.

Esses órgãos colegiados têm seu funcionamento regulamentado por regimentos internos, dos quais constam sua finalidade e competências, composição, modelo de funcionamento, forma de assessoramento, procedimentos e obrigações dos membros.

4.3 Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna da CAIXA, instituída com base no Decreto nº 93.216/1986, substituído pelo Decreto nº 3.591/2000 e alterações, tem sua atividade disciplinada pela Instrução Normativa 01/2001 da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), que regulamentou a Lei 10.180/2001 e legislação complementar. Além disso, está sujeita às normas publicadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), criada por meio do Decreto no. 6.021/2007.

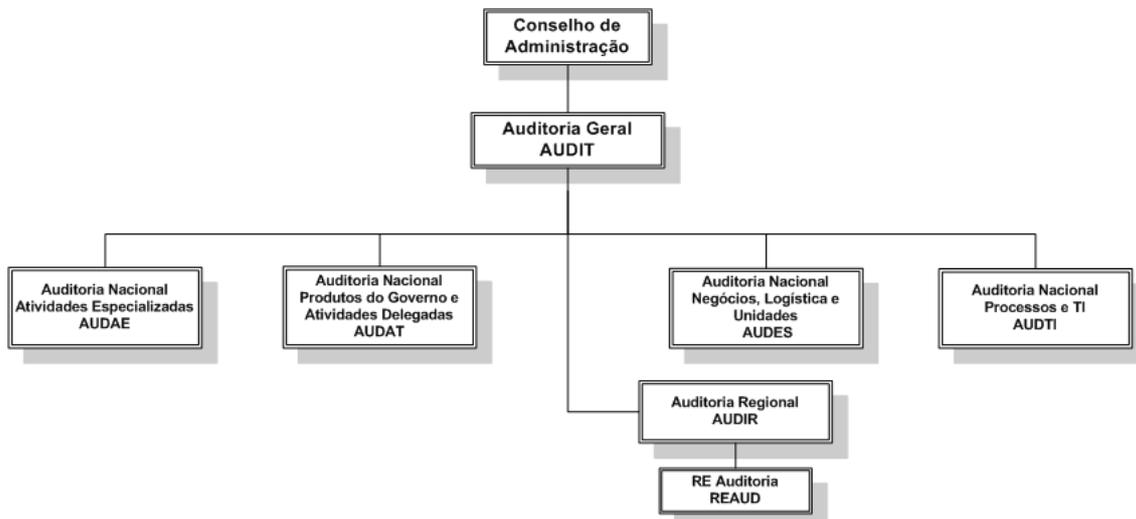
A Auditoria Interna observa também as normas do The Institute of Internal Auditors (IIA), representado no Brasil pelo IIA Brasil - Instituto dos Auditores Internos do Brasil - e, no que forem aplicáveis, as normas e procedimentos de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os procedimentos do Information Systems Audit & Control Association (ISACA).

O Estatuto da Caixa Econômica Federal, aprovado pelo Decreto nº 7.973/2013, em seu Capítulo IX, Art. 55 estabelece que a “Auditoria Interna da CEF vincula-se ao Conselho de Administração, sujeita-se à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e tem como finalidade básica comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar a eficácia da gestão de risco, do processo de gerenciamento de capital da CEF, do controle e das práticas de governança corporativa, além de executar, acompanhar e monitorar as determinações do Comitê de Auditoria”.

A Auditoria Geral (AUDIT) é a unidade responsável pela atividade de auditoria interna na CAIXA, estabelecimento das políticas, diretrizes e princípios para a área, e fiscalizações acordadas com a Administração.

A AUDIT, como demonstrado na figura 1, vincula-se ao Conselho de Administração por força do Estatuto da CAIXA, relaciona-se com o Comitê de Auditoria na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional e se sujeita às orientações e determinações dos órgãos federais de controle e de fiscalização, conforme legislação específica.

Figura 3 – Organograma da Auditoria da CAIXA



Para o desenvolvimento de suas atividades, a AUDIT está organizada em unidades estratégicas (auditorias nacionais) e em unidades operacionais, representadas pelas auditorias regionais (AUDIR) e representações de auditoria (REAUD), cujos objetivos descrevemos no quadro 1.

Quadro 5 – Mandatos Auditorias Nacionais e Regionais

Auditoria Nacional	Objetivo
Auditoria Nacional Atividades Especializadas (AUDAE)	Gestão das atividades de auditoria em atividade jurídica, ativos de terceiros, contabilidade e tributos CAIXA, contabilidade de terceiros, controladoria e custódia qualificada, controle institucional, desenvolvimento empresarial, finanças e mercado de capitais, gestão de pessoas, gestão do conglomerado CAIXA, gestão orçamentária e de resultados, marketing, prestação e tomada de contas anuais, prevenção à lavagem de dinheiro, entidade de previdência privada complementar, , reestruturação de operações de grandes clientes, riscos corporativos e gestão de capital, suporte à presidência e colegiados e tomada de contas especial.
Auditoria Nacional Produtos do Governo e Atividades Delegadas (AUDAT)	Gestão das atividades de auditoria em fundos, programas, produtos e serviços do Governo Federal delegados à CAIXA, tais como benefícios sociais, loterias e transferência de recursos públicos, além daquelas voltadas ao atendimento a pessoa jurídica pública e judiciário e às políticas públicas governamentais de desenvolvimento urbano - crédito imobiliário, saneamento e infraestrutura.
Auditoria Nacional Negócios, Logística e Unidades (AUDES)	Gestão das atividades de auditoria nos processos que envolvem gestão, controle atendimento e relacionamento da rede de agências, agronegócio, captação, serviços, seguros e cartões, contratação de bens e serviços, Correspondente CAIXA Aqui, crédito comercial, recuperação e cobrança, produtos e serviços da área internacional, infraestrutura, logística, segurança e fiscalização das unidades lotéricas.
Auditoria Nacional Processos e Tecnologia da Informação (AUDTI)	Gestão das atividades de auditoria em tecnologia da informação contemplando, ativos de TI, compras e contratações de TI, arquitetura de TI, inovações, projetos, operações, serviços de TI, segurança tecnológica e desenvolvimento de sistemas, além do processo de certificação digital, suporte de TI à Auditoria e auditoria eletrônica.
Auditorias Regionais (AUDIR) e Representações de Auditoria (REAUD)	Execução e acompanhamento das atividades programadas pelas auditorias nacionais e representação da AUDIT no seu âmbito de atuação.

Fonte: CAIXA/AUDIT

A AUDIT possui 382 auditores internos na lotação autorizada de pessoal (LAP), 357 na lotação existente de pessoal (LEP) e 25 vagas a prover, posição de Dezembro de 2016.

Conforme Estatuto da CAIXA, Capítulo IX, Art. 55, § 1º, “o titular da unidade de Auditoria Interna da CEF será designado ou dispensado por proposta do Presidente da CEF, aprovada pelo Conselho de Administração, observada a legislação pertinente”.

O modelo de atuação da AUDIT se sustenta em três pilares: (1) atuação na terceira linha de defesa, em consonância com as recomendações do IIA Brasil; (2) auditoria em processos críticos; e (3) especialização das equipes nos processos a serem auditados.

A AUDIT realiza auditorias que alcançam processos de negócio, suporte e gestão em unidades da CAIXA, canais parceiros, representados pelos Correspondentes CAIXA Aqui e unidades lotéricas, empresas em que mantém participação ou relacionamento comercial, se previsto em acordo ou contrato, e a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF).

A AUDIT, por meio do Relatório Síntese de Atividades da Auditoria Interna (RS), comunica à Presidência, ao Conselho de Administração (CA), Comitê de Auditoria (COAUD), Conselho Fiscal (CF), Conselho Diretor (CD) e Vice-Presidências assuntos de maior relevância identificados pela Auditoria Interna em macroprocessos, produtos e serviços, que devem ser alvo de ações corretivas por parte dos gestores das Unidades da CAIXA.

Trimestralmente são emitidos RS com informações gerenciais e apontamentos relevantes decorrentes de ações da Auditoria Interna e sobre os balancetes mensais e demonstrações contábeis da CAIXA e dos Fundos e Programas por ela administrados ou geridos, sendo encaminhada, anexa, no segundo e quarto trimestres, uma relação descritiva dos apontamentos pendentes de RS anteriormente apresentados. E sempre que necessário é emitido RS com informações sobre indício ou ocorrência de erro ou fraude.

O Conselho de Administração da CAIXA, por meio da Resolução nº 376, da Ata nº 430, de 28/12/2016, aprovou a adequação na estrutura organizacional da Matriz com, entre outras alterações, a criação da Gerência Nacional de Relacionamento com Órgãos Reguladores, Fiscalizadores e de Controle (GEROR) que fica responsável pela gestão do relacionamento com órgãos reguladores, fiscalizadores e de controle e coordenação da execução das suas recomendações, responsável também pela gestão operacional do contrato com a Auditoria Independente até então sob gestão da AUDIT.

O Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) 2016 foi elaborado considerando a lotação de 382 auditores, sendo 376 na lotação existente de pessoal (LEP) e seis vagas a prover. Entretanto, ao longo do exercício, ocorreu a saída de 39 empregados do quadro de auditores por aposentadoria ou transferência para outras unidades. A fim de recompor esse quadro, foram nomeados 22 novos auditores entre outubro e dezembro e há previsão de ingresso de outros 17 até março de 2017.

4.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A Corregedoria CAIXA - CORED, criada em 23/06/2016, pela Resolução do Conselho Diretor nº. 7068/2015, com o intuito de fortalecer o ambiente de controle nesta instituição financeira, possui a gestão do Processo de Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil a partir de 04/01/2016, conforme previsão normativa estabelecida no Manual Normativo AE 079, anteriormente sob gestão da AUDRE.

A Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil é aplicada com fins de investigar fato irregular que venha a ser praticado por empregado, ex-empregado ou empregado aposentado, com a possível aplicação de penalidade administrativa e civil,

caso seja confirmado o ilícito cometido, sendo compreendida pela Análise Preliminar e pelo Processo Disciplinar e Civil.

A Análise Preliminar destina-se à investigação de fatos, com indícios de participação de empregado, ex-empregado ou empregado aposentado, quando apresentarem fragilidade de elementos em relação à existência de irregularidade, e para subsidiar a decisão do gestor quanto a instaurar ou não o Processo Disciplinar e Civil.

A fim de avaliar a conveniência ou não de instaurar o Processo Disciplinar e Civil, a Autoridade Instauradora considera, entre outras, a responsabilidade administrativa, ativa ou passiva, da pessoa envolvida, as razões do interesse público, a verossimilhança das informações, a extensão e a complexidade do fato e o eventual valor envolvido, com atenção aos princípios da legalidade, moralidade, economicidade e da relação entre o custo e o benefício do procedimento, bem como as normas e procedimentos específicos de cada ocorrência.

O Processo Disciplinar e Civil destina-se a apurar irregularidades envolvendo empregado, ex-empregado ou empregado aposentado, das quais possam resultar aplicação de penalidade disciplinar e/ou imputação de responsabilidade civil, e compreende as seguintes fases:

- Instauração;
- Instrução;
- Análise Jurídica da Instrução;
- Defesa Escrita;
- Decisão de Primeira Instância;
- Recurso;
- Decisão de Segunda Instância.

Compete aos dirigentes da CAIXA a instauração e o acompanhamento do Processo Disciplinar e Civil, em suas unidades subordinadas, para investigação de fato irregular de qualquer natureza, origem ou valor, sendo delegada essa competência ao gestor chefe de unidade, à Corregedoria e à Auditoria Interna.

Conforme preconiza o MN AE 079 as competências para instauração do Processo Disciplinar e Civil são definidas da seguinte forma:

Compete à Auditoria Interna e à CORED, nos termos do subitem, a instauração de Processo Disciplinar e Civil em qualquer unidade da CAIXA, quando:

- Envolver valor superior a R\$100.000,00 na data de ocorrência;
- Houver indício de envolvimento do gestor chefe atual da Unidade;
- Envolver concessão de operação de crédito, cujo montante ou a soma das operações deferidas por um mesmo concessor seja superior a R\$100.000,00 na data do lançamento em CA ou, no caso de operações adimplentes, na data da contratação;
- Envolver empregado ocupante de função gratificada de Auditor ou ocupante de função gratificada gerencial no âmbito da Auditoria Interna.

Compete ao gestor chefe da unidade ou à chefia hierarquicamente superior instaurar e acompanhar Processo Disciplinar e Civil para apurar fatos ocorridos ou que tenham reflexo na unidade sob sua administração ou subordinada, quando:

- Envolver, no máximo, o valor de R\$100.000,00 na data da ocorrência;
- Não houver indício de envolvimento do gestor chefe atual da Unidade.

Compete ao Superintendente Regional a instauração de Processo Disciplinar e Civil no seu âmbito de atuação, mesmo que haja envolvimento do gestor chefe atual da Agência ou do PA (Posto de Atendimento) quando:

- Envolver concessão de operação de crédito inadimplida, cujo montante ou a soma das operações deferidas por um mesmo concessor, na data de lançamento em CA, seja igual ou inferior a R\$100.000,00;
- Envolver concessão de operação de crédito adimplida, cujo valor individual ou a soma das operações deferidas por um mesmo concessor, na data da contratação, seja igual ou inferior a R\$100.000,00.

4.5 Gestão de riscos e controles internos

Este item aborda percepção da CAIXA quanto aos riscos que possam comprometer os objetivos institucionais e quanto à qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos, principalmente quanto à suficiência desses controles para mitigar os riscos e garantir, com segurança razoável, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados; em atendimento às Decisões Normativas TCU nº 154, de 19/10/2016 e nº 156, de 30/11/2016, bem como na Portaria TCU nº 059/2017, que dispõem acerca das orientações sobre o conteúdo e a forma de organização do relatório de gestão, referente ao exercício 2016, bem como o conjunto de itens de informações constantes do Sistema de Prestação de Contas (E-Contas).

Para composição das informações, considera-se as definições da IN SFC nº 01/2001, quanto ao conceito e princípios dos controles internos administrativos, tendo como base o exercício de 2016.

O texto relacionado à Gestão de riscos e controles internos está apresentado no Anexo III deste Relatório.

4.6 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada pela CAIXA

- Ernst & Young Auditores Independentes S.S
Sistemática de contratação: Licitação – modalidade Pregão Eletrônico.
Dados da empresa contratada: Ernst & Young Auditores Independentes S.S, inscrita no CNPJ 61.366.936/0002-06, situada na Praia de Botafogo, nº 370, 8º andar, Rio de Janeiro- RJ, CEP: 22250-040.

Remuneração do contrato: O valor atual, corrigido na 2ª repactuação, é de R\$ 6.051.811,59.

Objeto do contrato: Prestação de serviços especializados de auditoria independente nos processos da CAIXA, das empresas subsidiárias e dos fundos por ela administrados ou operacionalizados e elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS – International Financial Reporting Standards) e de outros serviços correlatos, com emissão de pareceres e/ou relatórios.

- PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Sistemática de contratação: Contratação Direta com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.
Dados da empresa contratada: PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, inscrita no CNPJ nº 61.562.112/0001/20, com sede no Setor Hoteleiro Sul, Quadra 06, Conjunto A, Bloco C, salas 801 a 811, Edifício Business Center Tower, CEP: 70322-915.
Remuneração do contrato: Preço Global R\$ 502.575,00.
Objeto do contrato: Prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente para emissão de parecer e/ou relatório relacionados à CAIXAPAR, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e outros serviços correlatos.

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

O quadro a seguir visa demonstrar a distribuição da força de trabalho da CAIXA.

Quadro 6 – Força de Trabalho na UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada(*)	Efetiva		
1.Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	97.722	94.978	370	2.868
1.1.Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	97.722	94.978	370	2.868
1.2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	97.722	94.978	370	2.868
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
2.Servidores com Contratos Temporários	6	6	11	12
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública (**)	4	4	3	5
4.Total de Servidores (1+2+3)	97.732	94.988	384	2.885

Fonte: CAIXA/ GENER - Base RH oriundo do SISRH, posição 31.12.2016

(*) Lotação Autorizada para o Quadro Permanente: Portaria nº 17 de 22/12/2015 limita o quadro em 97.732, publicado no DOU de 23/12/2015.

(**) Considerados os requisitados, os dirigentes com e sem vínculo empregatício (incluindo os empregados / dirigentes que estão nas empresas do conglomerado CAIXA), não consideramos os membros do conselho.

Quadro 7 – Distribuição da Força Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1.Servidores de Carreira (1.1)	27.206	67.772
1.1.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	27.206	67.772
1.1.2.Servidores de carreira vinculada ao órgão	27.206	67.772
1.1.3.Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há
1.1.4.Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	Não há
1.1.5.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2.Servidores com Contratos Temporários	6	0
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	0
4.Total de Servidores (1+2+3)	27.216	67.772

Fonte: CAIXA/ GENER - Base RH oriundo do SISRH, posição 31.12.2016

Considerados os requisitados, os dirigentes com e sem vínculo empregatício (incluindo os empregados alocados nas empresas do conglomerado CAIXA) e não consideramos os membros do conselho.

Quadro 8–Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingresso no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada(*)	Efetiva		
1.Cargos em Comissão	41	41	3	3
1.1.Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	41	41	3	3
1.2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	37	37	0	0
1.2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3.Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4.Sem Vínculo	4	4	3	3
1.2.5.Aposentados	Não há	Não há	Não há	Não há
2.Funções Gratificadas	63.729	61.852	0	1.008
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	63.729	61.852	0	1.008
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
3.Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	63.770	61.893	3	1.011

Fonte de dados: GENER - Base RH oriundo do SISRH, posição 31.12.2016

(*) Lotação Autorizada – consideramos a LAP lançada no sistema SISRH, conforme estratégia da CAIXA. Considerados os requisitados, os dirigentes com e sem vínculo empregatício (incluindo os empregados/ dirigentes que estão nas empresas do conglomerado CAIXA) e não consideramos os membros do conselho.

Análise Crítica: Quadro de Pessoal

Em todos os estudos de dimensionamento do quadro de pessoas da CAIXA são considerados: o limite máximo estabelecido para seu quadro próprio, o orçamento previsto para o exercício e as estratégias da Empresa.

Esses estudos são realizados com o objetivo identificar a força de trabalho existente nas unidades e estabelecer o quantitativo de cargos efetivos e funções gratificadas necessários ao desempenho de suas atribuições, adequando o quadro de pessoas ao modelo organizacional vigente e às demandas de cada unidade.

As avaliações das unidades responsáveis pela estratégia (Matriz) e atividades-meio (filiais) ocorrem de acordo com as ações prioritárias definidas com base nas diretrizes da Empresa, de forma a zelar pela continuidade dos serviços e pela qualidade destes.

O dimensionamento da atividade-fim (agências) é processo contínuo e a atualização desse estudo tem por base os dados do ano anterior e projeções para o ano vigente.

A alocação de novos cargos efetivos e funções gratificadas é uma das soluções das quais a CAIXA pode valer-se para melhoria no atendimento e nas condições de trabalho dos empregados, sendo avaliada em conjunto com outras perspectivas, tais como modelo organizacional, otimização de processos e tecnologia.

Quando autorizado o aumento do número de empregados, as vagas são distribuídas de acordo com as necessidades estratégicas da Empresa, sendo providas por candidatos aprovados em Concurso Público Externo.

Qualificação da força de trabalho:

Quadro 9 – Quantidade de Servidores da UPC por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	2	9.315	16.047	7.143	538	50
1.1.Servidores de Carreira	0	0	0	2	9.315	16.041	7.143	538	50
1.2.Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	6	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	8.780	29.403	22.743	910	57
2.1. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	9	28	4	0
2.2.Funções Gratificadas	0	0	0	0	8.780	29.394	22.715	906	57
3.Totais (1+2)	0	0	0	2	18.095	45.450	29.886	1.448	107
<i>Servidores de Carreira: empregados com vínculo que não exercem função gratificada ou cargo de dirigente.</i>									
<i>Servidores com Contratos Temporários: empregados sem vínculo contratados por prazo – Assessoramento Estratégico.</i>									
<i>Grupo de Direção e Assessoramento Superior: empregados com ou sem vínculo que exercem cargo de dirigente.</i>									
<i>Funções Gratificadas: empregados com vínculo que exercem função gratificada efetiva ou por prazo em 31.12.2016.</i>									
LEGENDA: Nível de Escolaridade									
1 – Analfabeto 2 - Alfabetizado sem cursos regulares 3 - Primeiro grau incompleto 4 - Primeiro grau 5 - Segundo grau ou técnico									
6 – Superior 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação 8 – Mestrado 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Do									

Fonte de dados: SUDEC/GEDEC e dados extraídos do SISRH – posição em 31/12/2016

Considerados os requisitados, os dirigentes com e sem vínculo empregatício (incluindo os empregados / dirigentes que estão nas empresas do conglomerado CAIXA) e não consideramos os membros do conselho.

Quadro 10 – Capacitação e Treinamento

Tipologias do Cargo	Qtd de Indivíduos Treinados	Qtd de Horas
1.Provimento de Cargo Efetivo	35.955	1.602.370,90
1.1.Servidores de Carreira	35.955	1.602.370,90
2.Provimento de Cargo em Comissão	61.898	3.278.682,94
2.1. Grupo Direção e Assessoramento Superior	44	447,00
2.2.Funções Gratificadas	61.854	3.278.235,94
3. Totais (1+2)	97.853	4.881.053,84

Fonte: SUDEC/GEDEC – posição em 31.12.2016. Não foram computados empregados contratados a termo.

Política de Capacitação e Treinamento de Pessoal

O RH 150 normatiza a política de capacitação e desenvolvimento na CAIXA com orientações relativas ao funcionamento do processo de Educação Corporativa na Empresa e ao modelo de atuação da Universidade CAIXA.

De acordo como panorama interno e externo e disponibilidade orçamentária, atendo-se as diretrizes estratégicas da CAIXA, é elaborado um plano de capacitação coerente com o planejamento estratégico da Empresa com o suporte de desenvolvimento necessário à consecução dos objetivos estratégicos para cada segmento de negócio.

Premissas da Educação Corporativa na CAIXA

A Educação Corporativa na CAIXA está alicerçada em 15 premissas, que dão forma à atuação da sua Universidade e fundamentam as ações por ela desenvolvidas, quais sejam:

- A contribuição para o fortalecimento do papel da CAIXA como agente governamental estratégico na implementação das políticas públicas;
- A valorização, o desenvolvimento contínuo e a profissionalização dos colaboradores internos, de forma integrada com os objetivos empresariais;
- A valorização, em todos os níveis da CAIXA, da cooperação, da integração, da transparência nas ações, da atuação em equipe, do espírito público e da gestão de pessoas;
- O reconhecimento e a valorização de cada colaborador interno, inclusive daquele em vias de aposentar-se, favorecendo a sua qualidade de vida;
- O aproveitamento e o desenvolvimento do saber, dos aspectos culturais desejáveis e da experiência individual e das equipes da CAIXA, no processo de reconstrução cultural e formação de opinião;

- O reconhecimento de que aprender é um processo contínuo e de que é na interação entre as pessoas e situações vivenciadas no dia a dia que o aprendizado se consolida;
- O estabelecimento de um sistema de deveres e direitos mútuos – empresa e empregado – em relação às ações de desenvolvimento;
- A valorização dos parceiros da CAIXA e a participação mais direta na sua profissionalização;
- A contribuição para o aumento da produtividade e melhoria dos serviços sociais prestados aos cidadãos;
- A contribuição para a sedimentação da conduta de transparência e do respeito a todos os agentes envolvidos no âmbito de atuação da empresa;
- O favorecimento do equilíbrio econômico-financeiro-social-ambiental e da sustentação ao negócio da empresa;
- A preservação dos valores éticos da sociedade em todos os negócios e áreas de atuação da CAIXA;
- O desenvolvimento de competências corporativas, fundamentais e específicas que promovam, sustentem e garantam resultados sustentáveis para a CAIXA;
- O desenvolvimento de competências e sua efetividade dentro de um contexto educacional que estimule o espírito crítico, criativo e empreendedor e respeite a autonomia dos sujeitos;
- A busca da excelência em gestão pública, por meio do desenvolvimento de lideranças mobilizadoras de pessoas e equipes, para o alcance de resultados sustentáveis e para a implantação de soluções inovadoras.

Políticas de Educação Corporativa:

O alinhamento estratégico da Universidade CAIXA aos objetivos da empresa viabiliza-se por meio de cinco princípios:

- I A CAIXA reconhece o processo de educação corporativa como estratégia de crescimento profissional e prioriza o investimento contínuo em ações de desenvolvimento integradas com os seus objetivos estratégicos.
- II A CAIXA estimula o desenvolvimento permanente da sua cadeia de valor como forma de valorizar a competência e a profissionalização e fortalecer a responsabilidade social, inclusive apoiando projetos culturais.
- III A CAIXA reconhece o exercício da liderança educadora como prática essencial na gestão de pessoas.
- IV A atividade de instrutoria/tutoria é considerada de alta relevância e prioridade para o processo de educação corporativa da CAIXA.
- V A CAIXA considera imprescindível a capacitação do empregado para o desempenho de suas atribuições profissionais.

O autodesenvolvimento e o compartilhamento do conhecimento são proporcionados pela Universidade CAIXA por meio das seguintes metodologias: presencial, à distância, mista e em serviço. O tipo de público a ser atendido e os objetivos de aprendizagem a serem alcançados irá definir a metodologia, as alternativas tecnológicas e os recursos didáticos.

A Escola de Aprendizagem em negócios da Universidade CAIXA, faz parte de um segmento de negócios, com cursos específicos para a área. O modelo de atuação visa estabelecer um conjunto de ações a serem adotadas pelos seus membros, de forma articulada e orientada, apoiada no direcionamento descrito no Acordo de Nível de Serviço firmado e seus anexos, nas diretrizes da VIPES e das áreas parceiras.

Também são oferecidos programas de incentivo à Curso Superior (RH121), Pós-graduação (RH186) e Idiomas (RH038).

5.1.2 - Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 11 – Despesas de pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
	2015	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	5.381.769.821,36	Não há	6.434.923.520,54	368.338.277,93	764.051.216,06	337.784.524,74	331.657.813,12	0,00	133.873.981,22	13.752.399.154,97
	2015	4.997.259.811,90	Não há	5.678.752.759,02	301.053.241,63	765.499.537,66	298.504.702,78	554.555.212,30	0,00	92.797.591,70	12.133.867.644,69
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
	2015	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	2.843.019,79	Não há	1.603.574,97	30.374,93	121.716,68	0,00	19.776,35	0,00	0,00	4.618.462,72
	2015	3.565.312,90	Não há	1.245.030,30	0	155.939,89	2.846,47	25.848,46	0,00	0,00	4.994.978,02
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	2.221.523,20	Não há	4.864.925,18	1.525.938,76	740.065,83	49.464,53	2,93	0,00	1.434,58	9.403.355,01
	2015	2.580.649,24	Não há	6.190.557,92	1.494.992,08	931.353,88	22.246,80	111,77	0,00	-2.288,00	11.217.623,69
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	2.465.493,07	Não há	407.061,26	35.012,81	786.977,55	7.172,92	14.711,24	0,00	-239,09	3.716.189,76
	2015	2.210.508,41	Não há	311.060,30	51.255,00	311.608,77	0,00	2.479,47	0,00	0,00	2.886.911,95

Considerados os requisitos, os dirigentes com e sem vínculo empregatício (incluindo os empregados / dirigentes que estão nas empresas do conglomerado CAIXA), não consideramos os membros do conselho.

5.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal

No tocante à gestão de riscos relacionados ao pessoal, identificamos somente a paralisação decorrente de movimento paredista, entretanto, tal ocorrência não compromete de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo. Para essa situação a CAIXA disponibiliza para os seus clientes canais de atendimento alternativos e os gestores da Matriz já possuem orientações em caso de contingências.

Os canais de atendimento alternativos compreendem a rede de lotéricos, internet, autoatendimento, CAIXA Aqui e Banco 24 horas.

O contingenciamento em caso de movimento paredista está normatizado no PC019 PLANO DE CONTINUIDADE CORPORATIVO - MOVIMENTO PAREDISTA;

As orientações aos gestores da matriz em caso de contingências estão previstas no PC005 - PLANO DE RESPOSTA A EMERGÊNCIAS - ATIVIDADES CRÍTICAS PRIORIZADAS - EDIFÍCIOS MATRIZ I E MATRIZ II.

5.1.4 – Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

O detalhamento dos contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da CAIXA, estão apresentados no Quadro – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade, Anexo IV.

Análise: Informações acerca dos contratos de prestação de serviços contínuos com mão de obra dedicada

Conforme nossa Política de Terceirização de Serviços, a CAIXA contrata empresas especializadas para a prestação de serviços ligados às suas atividades-meio.

Além de especializada, a empresa contratada possui autonomia, ou seja, ela gerencia, de forma independente da CAIXA, os recursos humanos, operacionais, tecnológicos, financeiros e administrativos necessários à realização do serviço contratado.

Dessa forma, a CAIXA não tem ingerência nem controle sobre os profissionais da contratada, pois o objeto do contrato é o serviço prestado, e é o resultado deste o que nos interessa controlar efetivamente.

Esclarecemos que os dados constantes no quadro, se referem a modalidade de contratos de prestação de serviços que envolvem "serviços contínuos com mão de obra dedicada", ou seja, são serviços que constituem necessidade permanente da CAIXA, de natureza repetitiva, e exigem a disponibilização de empregados da empresa contratada nas dependências da CAIXA ou nas de terceiros indicados pela CAIXA, em horários/turnos preestabelecidos e que permanecem à disposição para executar, por conta e risco da contratada, exclusivamente os serviços objeto do respectivo contrato.

No entanto, por suas características particulares, para essa modalidade de contratos, a CAIXA realiza o controle do número de profissionais disponibilizados pela contratada de forma a melhor atender à exigência do Tribunal Superior do Trabalho - TST (Enunciado 331, V) de fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviços como empregadora.

Além disso, a CAIXA estabelece uma série de regras (ambiente segregado, preposto, regras para segurança da informação) para que na execução do serviço não se estabeleça entre o terceirizado e o empregado CAIXA relação de personalidade e subordinação, em conformidade com Enunciado 331 TST ao Termo de Ajuste de Conduta 062/2004, assinado com o Ministério Público do Trabalho da 10ª Região.

Insta salientar que a terceirização de serviços na CAIXA é regular, tendo sido reconhecida a possibilidade de terceirização inclusive de atividades inerentes aos profissionais de engenharia, arquitetura e advocacia - funções contempladas no plano de cargos e salários no âmbito desta empresa pública, conforme Acórdão 3587 – TCU – Plenário, de 09/12/2014 e o TC 027.911/2010-1.

Quadro 12 – Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes		Despesa no exercício (em R\$ 1,00)	
	Dez/15	Dez/16	2015	2016
1. Nível superior	2.469	2.264	R\$ 30.464.890,14	R\$ 30.313.576,72
1.1 Área Fim	0	0	R\$ 155.144,13	R\$ 0,00
1.2 Área Meio	2.469	2.264	R\$ 30.309.746,01	R\$ 30.313.576,72
2. Nível Médio	9.803	8.734	R\$ 66.187.014,34	R\$ 63.037.710,60
2.1 Área Fim	8.233	7.583	R\$ 55.832.333,72	R\$ 53.925.293,54
2.2 Área Meio	1.570	1.151	R\$ 10.354.680,62	R\$ 9.112.417,06
3. Total (1+2)	12.272	10.998	R\$ 96.651.904,48	R\$ 93.351.287,32

Fonte: CEPES / GENER – posição: 31/12/2016

Análise: Contratação de Estagiários

A CAIXA oferta estágio como ato escolar supervisionado em ambiente de trabalho com vistas ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular.

O objetivo do Programa é contribuir com a educação do estudante para uma vida cidadã e para o trabalho por meio da contextualização curricular no ambiente laboral.

O Estágio, como parte integrante do processo formativo, contribui para a formação do futuro profissional porque permite ao estudante:

- Conhecer a filosofia, diretrizes, organização e funcionamento de empresas e instituições em geral, facilitando sua integração, além de propiciar melhor relacionamento humano e social.

- Amenizar o impacto da passagem da vida estudantil para o mundo do trabalho, proporcionando contato com o futuro meio profissional;
- Adquirir uma atitude de trabalho sistematizado, desenvolvendo a consciência da produtividade, a observação e comunicação concisa de ideias e experiências adquiridas e incentivando e estimulando o senso crítico e a criatividade;
- A aplicação prática de seus conhecimentos teóricos, motivando seus estudos e possibilitando maior assimilação das matérias curriculares;
- Definir-se em face de sua futura profissão, perceber eventuais deficiências e buscar seu aprimoramento.

A CAIXA seleciona, por meio de processo público, com provas online para todos os candidatos, além de provas presenciais para os alunos do nível superior, por meio do agente de integração e, posteriormente, realiza entrevista com os aprovados nas unidades concedentes.

Em 2002, a CAIXA tinha aproximadamente 55.700 empregados e ofertava 12.000 vagas de estágio. Em 2015, a CAIXA conta com aproximadamente 100.000 empregados e as vagas de estágio permanecem inalteradas. Em 2016, a CAIXA encerrou o exercício com 94.978 empregados e 10.998 estagiários.

O art. 17 da Lei 11.788/08 estabelece para o estágio de nível médio um percentual máximo de 20% em relação ao quadro de pessoal das Unidades concedentes de estágio. A CAIXA, porquanto, atende às seguintes proporções, desde agosto de 2016:

- De 1 Até 20 empregados = 1 Estagiário/a
- De 21 a 40 empregados = 2 Estagiários/as
- Acima de 40 empregados = 3 Estagiários/as

Em números gerais, considerando a oferta total de vagas de estágio (nível médio e superior) a CAIXA oferta aproximadamente 10% de vagas em relação ao número de empregados.

O Programa Estágio CAIXA é regido pelo normativo interno denominado Recursos Humanos (RH111), disponível a todos os empregados e colaboradores.

5.1.5 – Entidades Fechadas de Previdência complementar patrocinadas.

Identificação da entidade fechada de previdências;

Nome: **FUNCEF**

Razão Social: **Fundação dos Economiários Federais**

CNPJ: 00.436.923/0001-90

Visão gerencial dos valores envolvidos:

Quantidade de servidores contemplados: **91.543** empregados CAIXA associados.

Valores repassados no exercício a título de contribuições dos participantes e da patrocinadora;

- Valor total das contribuições normais pagas pelos empregados participantes no ano de 2016: **R\$ 916.226.697,92**
- Valor total das contribuições normais pagas pela patrocinadora no ano de 2016: **R\$ 913.448.372,79**
- Repasse de Diferença de Contribuições para os planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano: **R\$ 11.812.384,80**

Valores repassados que não sejam contribuições e as razões desses repasses;

- Repasses Equacionamento I - plano REG/REPLAN Saldado – parte paga pelos empregados participantes: **R\$ 21.633.916,72**
- Repasses Equacionamento I - plano REG/REPLAN Saldado – parte paga pela patrocinadora: **R\$ 72.469.893,56**
- Repasses de contribuições e reservas matemáticas em decorrência de ações judiciais: **R\$ 8.940.952,80**
- Repasse do Custeio Administrativo: **R\$ 24.411.597,53**

Esclarecemos ainda, que conforme instrução PREVIC 21/2015, as Entidades fechadas de previdência complementar têm prazo até 31/07 do ano subsequente para apresentar as demonstrações contábeis, pareceres e Manifestação do Conselho Deliberativo à PREVIC, portanto, os dados requeridos, referentes a 2016, não foram disponibilizados até o momento.

As informações relacionadas às ações de fiscalização de que tratam esse item constam do Relatório de monitoramento, elaborado periodicamente pela CAIXA.

Informamos que o último Relatório de Monitoramento da FUNCEF (RT GECIM 015/2016), em atendimento à Lei Complementar 108/2001, art. 25, foi emitido em dez/2016, referente ao 2º semestre de 2015.

Essas informações não foram inseridas neste Relatório de Gestão, tendo em vista o seu caráter sigiloso, mas poderão ser disponibilizadas aos órgãos de controle, caso sejam requisitadas.

5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

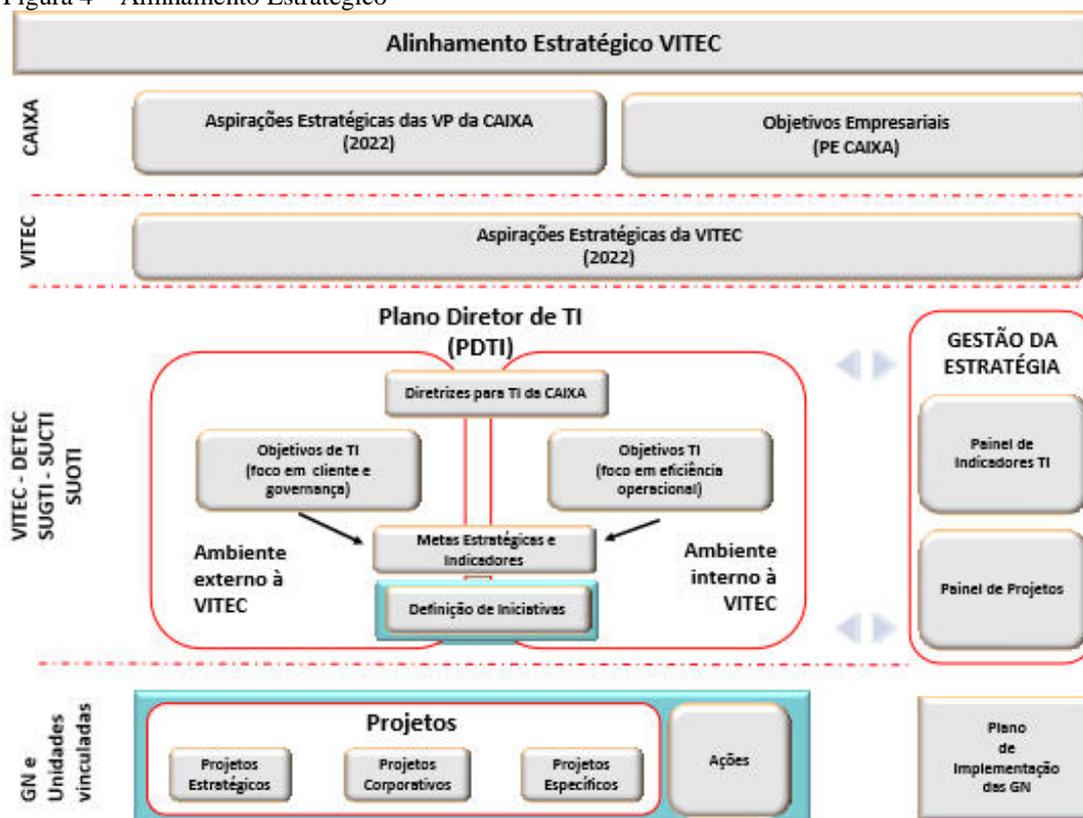
5.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A CAIXA informa que não há imóveis da União que estejam sob a sua responsabilidade. No entanto, há a situação contrária, ou seja, imóveis CAIXA sob cessão/gestão/uso pela União.

5.3 Gestão da Tecnologia da Informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação da CAIXA tem por objetivo o alcance das estratégias definidas no Planejamento Estratégico CAIXA e pelas Aspirações Estratégicas das Vice-Presidências definidas até o ano de 2022, conforme demonstrado na figura abaixo:

Figura 4 – Alinhamento Estratégico



Fonte: CAIXA/ VITEC

As metas estratégicas e iniciativas definidas neste documento nortearam o alcance das Aspirações da VITEC de ser a melhor TI entre os bancos do País, suportar o direcionamento de novos modelos de negócios, com aprimoramento da eficiência das atividades de TI e garantia da disponibilidade de aplicativos e infraestrutura até o ano de 2022.

Adicionalmente pretende alcançar os objetivos empresariais específicos elencados no Planejamento Estratégico CAIXA, de ser eficiente na entrega de soluções de TIC, ser referência na inovação em soluções de TIC e ter disponibilidade e performance nos serviços de TIC e infraestrutura até o ano de 2022.

O Plano é representado pelo Mapa de Contribuição da TI que apresenta 13 objetivos distribuídos nas perspectivas listadas a seguir:

- Governança e Financeira;
- Cliente
- Processos Internos;
- Aprendizado e Crescimento

Figura 5- Mapa de Contribuição da TI



Fonte: CAIXA/ VITEC

O Mapa de Contribuição da TI na declaração de seus objetivos e metas estratégicas promove o alinhamento da TI aos objetivos empresariais da CAIXA, servindo como instrumento de orientação a todos os empregados e gestores de TI para o melhor uso e promoção dos recursos tecnológicos da CAIXA.

O Comitê Delegado de Tecnologia e Eficiência é um órgão de caráter deliberativo e propositivo, vinculado ao Conselho Diretor, a quem compete estabelecer a governança corporativa de tecnologia da informação da CAIXA, debater a estratégia de tecnologia da informação, previamente à aprovação pelo Conselho Diretor, bem como deliberar e coordenar as iniciativas de melhoria de eficiência e as ações de integração das Vice-Presidências de Operações Corporativas e de Tecnologia da Informação com a estratégia e os negócios da CAIXA, nos limites de suas atribuições e competências delegadas.

O Comitê é composto pelo Presidente da CAIXA e pelos titulares das seguintes Vice-Presidências:

- Vice-Presidência Operações Corporativas.
- Vice-Presidência Finanças e Controladoria.
- Vice-Presidência Gestão de Pessoas.
- Vice-Presidência Tecnologia da Informação (atualmente Líder do Comitê)
- Vice-Presidência Varejo e Atendimento.
- Vice-Presidência Riscos

5.3.1 Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período:

O Plano de Capacitação de TI está inserido no anexo V deste documento.

Não obstante, destacamos a seguir as ações educacionais realizadas em 2016:

Quadro 13 - Cursos Externos

61 EVENTOS COM PARTICIPANTES DA VITEC
CIAB Febraban
Agile Trends GOV 2016
Gartner Symposium Brasil
Gartner Security & Risk Management Summit
FinTech 2016
Gartner business Intelligence Analytics Summit
Gerenciamento ágil de projetos de Software com Scrum
PMO SUMMIT 2016
Gartner IT Infrastructure, Operations & Data Center Summit

61 EVENTOS COM PARTICIPANTES DA VITEC
13º KM BRASIL GESTÃO DO CONHECIMENTO - EVENT
WCIT 2016 - BRASÍLIA
HCMBOK
Cards Payment & Identification 2016
Fórum mobile 2016
Participação de um empregado no curso desenvolvedor Android
Curso Design Thinking para empregados caixa
Palestra Motivacional Paradinha Musical para Empregados
Curso presencial 24h elaboração e coordenação de projetos de T&D
Curso presencial 16h curso planejamento estratégico de RH
Curso gestão de desempenho de pessoas (presencial)
Evento Informationshow em continuação ao empenho 5146/2016 R
Curso de IOS para 40 empregados
Treinamento testes aplicativos para dispositivos móveis
Curso TSO/ISPF e SDSF
Treinamento de Introdução a Programação Orientada a Objetos
Cursos ONLINE de Programação JAVA
Treinamento HDI SCM
Treinamento Design Thinking
Treinamento vivencial para equipe da GITECBH
Treinamentos a distância, técnicos em teste de software
Contratação de palestra sobre comunicação e relacionamento I
Treinamento de curso de TI para GITEC/BR
Treinamento PRINCE 2 para 06 empregados da GI
Treinamento de suporte especializado em SQL 2
Curso automação de testes p/ web c/ Selenium ide
Treinamento em gerenciamento de projetos
Curso e-Learning Excel 2013 essencial
Curso Linux Beginners/Fundamentals In Cloud online
Curso de Coaching high performance em TI
Curso de Excel 2013 intermediário presencial
Curso programação em Shell script
25º Congresso
Confraria dos dinossauros
Treinamento CMG Brasil - 11ª conferência nacional
Workshop - gestão de crises e emergências
Treinamento de cabeamento estruturado Furukawa - data Cablin
Treinamento Furukawa Certified professional - Brasília 24 a
16º Encontro de Gerenciamento de Projetos
Gestão Estratégica Balanced Scorecard - Execução Est. de uso BSC
Workshop Lessons Learned (Mundo PM)
Melhoria e transformação de processos
Barry Boehm & Friends
Summit Fraudes nos Canais eletrônicos
Curso introdução ao gerenciamento de risco de TI

61 EVENTOS COM PARTICIPANTES DA VITEC
Seminário Visão Exec. Gestão Forneç. Melhores Práticas Internacionais
Treinoamento Gestão Estrat. e novas técnicas em Planejamento orçamentário
Treinoamento sobre Arquitetura*
Evento Blockchain Summ
Treinoamento sobre arquitetura Corporativa*
Treinoamento EAD sobre Cientista de Dados
Treinoamento EAD sobre MongoDB

Fonte – CAIXA/ VITEC

- Cursos Internos – Universidade CAIXA

Quadro 14 – Cursos Internos

39 CURSOS REALIZADOS
Gerenciamento de Projeto
GBS - Curso 3: Antes da Decisão de Contratar
Curso 5 - Gestão Operacional de Contratos (Gestão de Bens e Serviços - Eficiência de Gastos)
Feedback - Ferramenta de Desenvolvimento
Curso 4 - Planejamento da Contratação (Gestão de Bens e Serviços - Eficiência de Gastos)
Gestão de Bens e Serviços - Eficiência de Gastos
Gestão Formal de Contratos
Verificação de Aprendizagem - Cartilha Prevenção contra Incêndios
Seja Inovador
Mercado de Cartões CAIXA
Verificação de Aprendizagem - Cartilha Política de Terceirização de Serviços
Cartilha de Licitações
Comunicação Eficaz: uma questão de empatia
Cartilha Boas Práticas em Segurança da Informação
A Arte de Falar em Público
Prevenção à Fraude Documental
Prevenção à Lavagem de Dinheiro
Requisitos de Software
Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA
Curso Segurança CAIXA - Módulo Prevenção à Fraude
Certificação Digital
Modelo de Gestão CAIXA
Processo Padrão de Desenvolvimento de Software - PPDS
Introdução à Responsabilidade Socioambiental no Sistema Financeiro
Programa de Aprimoramento de Líderes
Curso Segurança CAIXA - Módulo Segurança Física
Plano Estratégico CAIXA
Workshop Feedback para Gestores

39 CURSOS REALIZADOS
Comunicação e Relacionamento Interpessoal
CIPA
Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes
A Influência da Sinergia nas Equipes de Trabalho
Saúde Financeira
Curso de Formação de Brigada Voluntária
Risco Operacional
Videoaula - O Estilo de Líder CAIXA
Código de Ética CAIXA - Verificação de Conhecimento
Liderança e Resultados Sustentáveis
Outros*

Fonte – CAIXA/ VITEC

(*outros corresponde a certificações e rodas de diálogo)

5.3.2 Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI:

- Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da VP Tecnologia da Informação: 2.952
- Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade: 00
- Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades: 00
- Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades: 00
- Terceirizados: Contratos terceirizados por serviço e não por quantidade de empregados
- Estagiários: 25

5.3.3 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado:

Os processos de gerenciamento de serviços TI:

- Estão implantados e normatizados no MN TE216 com definições de papéis e responsabilidades, atividades, terminologias e demais informações.
- O modelo/melhores práticas adotado para o gerenciamento de serviços TI é a ITIL.
- Acordos de Níveis de Serviços – ANS são assinados e revisados entre TI e Gestores de Negócios de forma a identificar e gerenciar os principais serviços entregues pela TI, buscando enxergar seu comportamento baseado em visões de TI, Negócio e Usuário com visão em tempo real.
- Estabelecido processo de Melhoria Contínua de forma a identificar e implementar iniciativas/oportunidades de melhoria dos processos.
- Indicadores dos processos estão implantados e medidos de forma sistemática.

- Relatórios estão padronizados, publicados e implantados no serviços.caixa e na solução Analytics.
- São realizadas avaliações e apresentações de resultados dos processos de forma sistemática.
- Foi construído e está operacional o portal do Gerenciamento Integrado de Serviços de TI que contém diversas informações a respeito dos processos, tais como, seus resultados, indicadores, vídeos, entre outras informações de forma a apoiar usuários, clientes entre outros.
- Realização de Treinamentos e Capacitações dos processos para várias equipes de forma a esclarecer, explicar e orientar os usuários e fomentar a cultura organizacional voltada aos processos.
- Estruturado equipe CAIXA e contratada empresa especializada para sustentação de toda solução – serviços.caixa.
- Melhoria contínua e atualização da plataforma de sustentação da ferramenta serviços.caixa, aderente às boas práticas de mercado.
- Capacitação das equipes Caixa na ferramenta serviços.caixa.
- Melhoria e implantação de novos serviços no processo de gestão de serviços.

Projetos de TI desenvolvidos no período:

1) Projeto: Migração de Serviços - Datacenter e CTC

Resultados Esperados: Viabilizar a migração dos sistemas da Caixa para dois datacenters, (Datacenter e CTC) consolidando um ambiente tecnológico que possibilite a manutenção dos níveis adequados de disponibilidade e desempenho requisitados pelos gestores de negócios, promovendo a atualização de processos e recursos tecnológicos, e mantendo a conformidade normativa; Viabilizar a realização de negócios com os níveis de disponibilidade e desempenho requisitados para o atendimento das demandas dos clientes e dos órgãos controladores, por meio da realização de ações no ambiente de TIC.

Alinhamento Estratégico: Ter Disponibilidade e Performance Nos Serviços de TIC

Alinhamento Estratégico de TI: Garantir a segurança e a continuidade dos serviços de TI para sustentação de negócio

Valores Orçados: R\$ 17.160.000,00

Prazo para conclusão: Janeiro/2016

Situação: Encerrado

2) Projeto: Projeto ARQ+AD

Resultados Esperados: Realizar o planejamento e a execução dos testes dos sistemas SISAG, Negócios.CAIXA, SIPES, SICNS, SICNX, SIIBC, SIAPI e SIAPX, com vistas à proposição de melhorias na arquitetura, com foco no Acordo de Nível de Serviço.

Alinhamento Estratégico: Ser eficiente na entrega de soluções de TIC
Alinhamento Estratégico de TI: Garantir a adequação dos sistemas, informações e soluções para atender as necessidades dos negócios da CAIXA
Valores Orçados: R\$ 280.000,00
Prazo para conclusão: Abril/2016
Situação: Encerrado

3) Projeto: Reestruturação do processo de testes e ambientes de Sistemas

Resultados Esperados: Reestruturar o processo de teste de sistemas de negócios adotando estratégia de segmentação de sistemas com revisão do fluxo de execução dos testes nos ambientes e implementação da monitoração e controle do ciclo de teste.

Alinhamento Estratégico: Ser eficiente na entrega de soluções de TIC
Alinhamento Estratégico de TI: Entregar soluções de TI no prazo, dentro do orçamento e com qualidade
Valores Orçados: R\$ 59.236,00
Prazo para conclusão: Março/2017
Situação: Em execução

Demais projetos de TI desenvolvidos no período, foram considerados sigilosos pela unidade responsável na CAIXA, mas poderão ser disponibilizados aos órgãos de controle, caso sejam requisitados.

5.4 Gestão Ambiental e sustentabilidade

A CAIXA possui sua Política de Responsabilidade Socioambiental que está alicerçada em princípios como a ética, conformidade e combate à corrupção; gestão participativa; promoção do desenvolvimento sustentável; inclusão social; eficiência ambiental; proteção e conservação ambiental e transparência. O documento é de domínio público e está publicado na página da CAIXA na Internet. http://www.caixa.gov.br/Downloads/sustentabilidade/Politica_RSA.pdf

Além disso, a CAIXA possui coleta seletiva solidária, conforme normativo interno AD186 e participa, desde 2007, da A3P, conforme consta na página do Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/parceiros/item/10326>.

5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

A área de Contratação da Instituição estabelece regras em seu normativo MN AD 020, que trata da solicitação de contratação, orientando os gestores da CAIXA a observarem critérios e/ou aspectos de sustentabilidade na especificação técnica do objeto, na execução dos serviços contratados, no fornecimento de bens ou, ainda, nas obrigações da contratada, a fim de atender à previsão dos artigos 2º, 3º e 7º do Decreto 7.746/2012.

Ainda, em atendimento às diretrizes de sustentabilidade apresentadas no artigo 4º do referido Decreto, o AD 020 traz orientações para que sejam observados os aspectos

de equilíbrio econômico-financeiro e o meio ambiente, a promoção da máxima eficiência no uso dos recursos naturais e de materiais deles derivados, a geração de resultados sustentáveis ao longo do tempo, bem como, consta no normativo a necessidade de se observar na contratação o descarte planejado, o tratamento de resíduos de obras, as implicações da substituição de equipamentos na cadeia de suprimentos, a logística reversa/inversa.

Os artigos 5º e 6º do Decreto 7.746/2012 também estão contemplados no normativo supracitado, que prevê o incentivo à redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como à aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativo, e a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia e água nas contratações de obras e serviços de engenharia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

A regra do artigo 8º do Decreto consta do AD 020, quando o normativo dispõe que na solicitação de contratação o Gestor pode indicar que a comprovação das exigências a serem inseridas no edital relacionadas à sustentabilidade poderá ser feita mediante apresentação pela licitante de certificação emitida por instituição oficial ou credenciada, o que atende ao artigo 8º do Decreto em comento.

Além do AD 020, a CAIXA também possui a Política de Compras Sustentáveis e Relacionamento com Fornecedores, PO 029, que traz, dentre outras, as seguintes diretrizes:

- Preferência a produtos e tecnologias de origem local;
- Priorizar o mercado regional, a microempresa e a empresa de pequeno porte na aquisição de produtos e serviços, promovendo o desenvolvimento sustentável;
- Repúdio a utilização de trabalho infantil ou em condições degradantes ou análogas à escravidão, bem como a utilização de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;
- Contribuir para a maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- Priorizar bens e obras com maior vida útil e menor custo de manutenção; privilegia o uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- Priorizar a aquisição e utilização de produtos e serviços com adicionalidades socioambientais, tais como: reciclados, recicláveis, ecoeficientes, biodegradáveis, com baixa intensidade de utilização de recursos naturais e emissão de gases de efeito estufa;
- Exigem comprovação de origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;
- Estimular a gestão sustentável, visando uma sociedade com melhores produtos e menores riscos econômicos, sociais e ambientais.

Ainda, conforme Decreto nº 7.746/2012, o Plano de Logística Sustentável deve ser elaborado por todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e as empresas estatais dependentes. A CAIXA, como empresa pública de direito privado, não tem obrigatoriedade legal de elaborar PLS. No entanto, além da Política de Compras Sustentáveis e da Coleta Seletiva Solidária, a CAIXA possui Plano de Ecoeficiência que contempla os seguintes eixos: resíduos, emissão de GEE, construção sustentável, energia, água, papel, sensibilização e comunicação e monitoramento.

A atuação da CAIXA no tema de Responsabilidade Socioambiental tem sido fortalecida e ampliada desde 2003, quando a Empresa aderiu ao Pacto Global, seu primeiro compromisso público na temática. Desde então, fatores internos contribuíram para fortalecer e transversalizar o tema na Empresa, tais como a inclusão da perspectiva ESA em seu modelo de gestão, a criação de áreas específicas para tratar do assunto na CAIXA, a atualização e lançamento de Políticas diversas que versam sobre RSA em suas diretrizes. Além disso, a crescente presença na agenda mundial de temas como mudanças climáticas, ODS, direitos humanos, aumento das regulações no tema, entre outros, contribuíram para que, cada vez mais, a atuação se tornasse mais tangível e concreta.

Ainda há avanços a se fazer, que não são exclusivos da CAIXA, mas alcançam todas as empresas que tem a intenção de expandir seu negócio de forma sustentável e que responda aos desafios contemporâneos que se apresentam.

Para conhecer mais sobre a atuação da CAIXA, sugerimos a leitura do Relatório de Sustentabilidade CAIXA 2015, disponível em: http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-relatorio-sustentabilidade/CAIXA_RS2015_BR.pdf

5.5 – Gestão de Fundos e de Programas

5.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

5.5.1.1 - Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: Não se aplica

Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda

Órgão Gestor: Conselho Curador do FCVS - CCFCVS

Finalidade e Competências Institucionais:

A responsabilidade institucional do FCVS, criado, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, pela Resolução nº 25, de 16/06/1967, do Conselho de

Administração do Banco Nacional de Habitação - BNH, e ratificado pela Lei nº 9.443, de 1997, apresenta-se nas finalidades do Fundo, relacionadas a seguir:

- Garantir o limite de prazo para a amortização dos financiamentos habitacionais, contraídos pelos mutuários no âmbito do SFH, assumindo, em nome do mutuário, o saldo devedor residual no decurso do prazo de financiamento contratado;
- Assumir, em nome do mutuário, os descontos concedidos nas liquidações antecipadas, nas renegociações e nas transferências de contratos de financiamento habitacional, observada a legislação de regência;
- Liquidar as operações remanescentes do extinto Seguro de Crédito ao Adquirente - SCA;
- Assumir, em razão da Lei nº 12.409, de 2011, o saldo devedor de financiamento habitacional, total ou parcial, em caso de Morte e Invalidez Permanente - MIP, e assumir, também, as despesas de recuperação ou indenização decorrentes de Danos Físicos do Imóvel - DFI e as perdas de Responsabilidade Civil do Construtor - RCC.

Na consecução dessas finalidades, o FCVS estrutura-se sob dois aspectos, o da gestão, de competência do Ministério da Fazenda, por intermédio do CCFCVS, cuja finalidade consiste em disciplinar as condições gerais de atuação do Fundo, e o da administração, de responsabilidade da CAIXA, conforme Decreto nº 4.378, de 2002.

Na gestão do FCVS, ressalta-se como macroprocesso a emissão de parecer nos processos de novação em face dos valores estabelecidos, para cada exercício, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Na administração do FCVS, destacam-se a manifestação quanto à titularidade, à certeza e ao montante da dívida do Fundo, em observância à Lei nº 10.150, de 2000, e o controle das contraprestações mensais emitidas e recebidas dos sinistros e das despesas comprovadas com os eventos motivadores da participação do FCVS relativos aos sinistros de Morte e Invalidez Permanente - MIP e de Danos Físicos do Imóvel - DFI.

Desempenho:

Prejuízo Líquido de R\$ 6.547.980 mil, aumento de 12,95% em relação ao exercício de 2015;

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez no valor de R\$ 1.375.812 mil, 9,09% acima do resultado apresentado em 2015;

Recuperação de Despesas – Novação no montante de R\$ 3.565.351 mil, ante R\$ 3.682.005 mil realizado no exercício de 2015, decorrente da novação de 4 processos;

Despesas com compromissos assumidos no montante de R\$ 6.389.798 mil, ante R\$ 6.596.953 mil realizado no exercício anterior;

Provisão para pagamento ações judiciais - FCVS Garantia de R\$ 2.664.366 mil ante R\$ 3.379.052 mil do exercício anterior;

Constituição de Reserva Técnica no valor de R\$ (3.446.425) mil ante R\$ (668.344) mil do exercício anterior, o que representou um acréscimo de 415%;

Déficit total acumulado de R\$ 110.577.913 mil, 6,29% superior àquele apresentado no exercício de 2015;

Reembolso às seguradoras de despesas incorridas em processos judiciais envolvendo o FCVS Garantia (ou o extinto seguro habitacional) no montante de R\$ 523,380 milhões ante R\$ 489,176 milhões realizado no exercício de 2015.

Divulgação: E-Contas TCU e site CAIXA

5.5.1.2 Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: 10.776.977/0001-20

Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda

Órgão Gestor: Assembleia de Cotistas

Finalidade e Competências Institucionais:

O FGHab é um fundo de natureza privada, constituído com patrimônio próprio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas, instituído de acordo com o Estatuto aprovado na assembleia de cotistas, realizada em 14/4/2009, e alterações posteriores, sendo a última em 07/11/2016.

- A responsabilidade institucional do FGHab, criado pela CAIXA, consoante disposto no art. 22 da MP nº 459, de 2009, convertida na Lei nº 11.977, de 2009, apresenta-se nas finalidades do Fundo, relacionadas a seguir:
- Garantir o pagamento aos Agentes Financeiros - AF de prestação mensal de financiamento habitacional no âmbito do SFH, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda de até R\$ 5.000,00,
- Assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de MIP, e as despesas de recuperação relativas a DFI para mutuários com renda familiar de até R\$ 5.000,00.

Na consecução dessas finalidades, o FGHab estrutura-se sob dois aspectos, o da gestão e o da administração, ambos de competência da CAIXA, conforme o art. 5º do Estatuto do Fundo.

Na gestão do FGHab, ressalta-se como macroprocesso a concessão de garantia para até 2.000.000 financiamentos imobiliários, contratados exclusivamente no âmbito do PMCMV com recursos do FGTS, em face do estabelecido na Lei nº 11.977, de 2009.

Desempenho:

O Ativo total do FGHab fechou o ano em R\$ 1,9 bilhão e o resultado líquido do período de R\$ 536 milhões indica boa capacidade de arrecadação, com expectativa de resultado positivo no próximo exercício.

Em 2016, o FGHab alcançou a marca de 1.994.098 operações garantidas superando o valor de R\$ 150 bilhões de valor de financiamento. Deste total, somente 749 operações foram incluídas à carteira em 2016, pois devido à proximidade do limite de dois milhões de operações os AF substituíram o FGHab por outros seguros de mercado para as novas operações.

Até Dez/2016, foram prestadas 11.850 garantias a contratos de financiamento habitacional no âmbito do PMCMV, totalizando R\$ 434 milhões. Com relação às garantias por evento de Perda de Renda, foram prestados 392 atendimentos, o que reforça a importância do FGHab e a sua finalidade social em benefício dos mutuários do PMCMV.

Integralização/Movimentação de Cotas

No ano foram integralizadas R\$ 139 mil em cotas, sendo R\$ 42 mil pela CAIXA e R\$ 97 mil pelo Banco do Brasil.

Resgate de cotas realizado em favor da ABGF no total de R\$ 500 milhões.

Quadro 15 - Composição do Patrimônio Líquido do Fundo (Valores em R\$1,00)

Composição	2013	2014	2015	2016
Patrimônio Líquido	1.391.245.405	1.778.434.470	1.748.077.085	1.786.536.458,12
ABGF	-	-	-	873.556.981,63
Cotas da União	971.901.250	971.901.250	571.901.250	299.088.773,42
Cotas AF CAIXA	166.957.998	210.990.703	262.766.962	552.577.797,32
Cotas AF BB	8.108.682	23.078.115	36.179.616	61.312.905,76
Fundo Conta Geral	244.277.474	572.464.402	877.229.256	877.229.256

Fonte: CAIXA/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Em 2016, foram asseguradas 749 operações, sendo 250 contratadas pela CAIXA e 499 pelo Banco do Brasil.

O FGHab alcançou a marca de 1.994.098 operações garantidas no valor de R\$ 150,78 bilhões, assim distribuídas:

Quadro 16 - FGHab (Operações garantidas) (Valores em R\$1,00)

AF	Ativos	Liquidados	Total
CAIXA	1.621.437	168.579	1.790.016
BB	202.403	1.679	204.082
Total	1.823.840	170.258	1.994.098
% Participação	91,46%	8,54%	100,00%

Fonte: CAIXA/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Existência de 2.403.229 mutuários, média de 1,32 por financiamento ativo, dos quais 57,4% são solteiros e 50.503 com idade superior a 60 anos;

Prazo médio de amortização de 316 meses para os financiamentos concedidos pela CAIXA e de 354 meses para os financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil, com financiamento médio de R\$ 74.992,00 e R\$ 85.592,00, respectivamente.

O quadro a seguir demonstra o consolidado das honras de garantias pelo FGHab, desde sua vigência, em abril de 2009.

Quadro 17 - Consolidado das honras de garantias pelo FGHab

Ano	Consolidado - Valor R\$ Mil						Total
	MIP		DFI		Perda Renda		
	Quant	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
2009/12	1.250	57.880	722	2.418	60	89	60.387
2013	1.190	56.586	421	1.255	8	13	57.854
2014	1.350	68.271	546	2.511	0	0	70.782
2015	2.064	108.372	693	2.620	22	37	111.029
2016	2.411	129.810	722	2.879	392	2.001	134.689
Total	8.264	420.919	3.104	11.683	482	2.140	434.742

Fonte: CAIXA/Diretoria Executiva de Fundos de Governo - DEFUS

- Lucro de R\$ 535.843 mil, aumento de 75,8% em relação a 2015;

- Valorização do FI-FGHab em R\$ 57.984 mil, 24,3% superior em relação a exercício de 2015, por motivo de valorização nos títulos NTN-B, devido a marcação a mercado;

- Rendas de Comissão Pecuniária no valor de R\$ 295.204 mil, 9,2% superior em relação ao exercício de 2015, em função do aumento de contratos garantidos;

- Despesas com MIP no valor de R\$ 129.810 mil, 19,8% superior em relação ao exercício de 2015, por motivo do aumento do número de ocorrências (2016 – 2.411 casos e 2015 – 2.063 casos);

- Avaliação atuarial, incremento de R\$ 857 mil nas despesas com Reserva Técnica, totalizando R\$ 10.302 mil, aumento de 9,1% em relação ao exercício de 2015.

Divulgação: E-Contas TCU e site CAIXA

5.5.1.3 Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN

Natureza Jurídica:Fundo

CNPJ: 11.604.264/0001-70

Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda

Órgão Gestor: Assembleia de Cotistas

Finalidade e Competências Institucionais:

O FGCN, fundo privado com seu patrimônio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas e do gestor do fundo. Possui direitos e obrigações próprias, pelas quais responde com seu patrimônio, não respondendo o gestor ou os cotistas por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subscreverem.

Fundo destinado a garantir o risco de crédito das operações de financiamento à construção ou à produção de embarcações, e o risco decorrente de performance de Estaleiro Brasileiro. Tem natureza privada e suas fontes de recursos se constituem de aportes da União, da compra compulsória de cotas e comissões pecuniárias pagas pelo estaleiro brasileiro e pelo contratante da construção, do resultado das aplicações financeiras dos recursos, e da recuperação de crédito de operações honradas com recursos por ele providos.

A Lei nº 11.786, de 2008, autoriza a União a aportar até R\$ 5 bilhões em cotas do FGCN. As regras gerais das garantias do FGCN são restritas às embarcações construídas ou produzidas no mercado naval brasileiro, podendo, ser contratadas garantia de risco de crédito e garantia de risco de performance, diferenciando os prazos conforme embarcação.

A garantia de risco de crédito, que corresponde a até 50% do saldo devedor em cada operação de financiamento, está condicionada ao recebimento tempestivo das parcelas do financiamento, atrelando ao cumprimento pelo estaleiro brasileiro do cronograma de construção, podendo ser contratada pelo contratante da construção ou pelo estaleiro brasileiro, e o beneficiário será o agente financeiro.

Com relação à garantia de risco de performance, contratada pelo estaleiro brasileiro cujo beneficiário será o contratante da construção, está relacionada ao cumprimento de todas as obrigações constantes no contrato de construção e a qualidade da embarcação entregue, e o valor da garantia será de, no máximo, 10% do valor constante do Contrato de Construção da embarcação.

Desempenho:

Em 2016, o FGCN apresentou resultado positivo de R\$ 1.661 mil. No período, foram realizados pagamentos de garantias de crédito decorrentes do inadimplemento das operações pela Sete Brasil, no montante de R\$ 4,8 bi, com sub-rogação nas garantias, em especial a hipoteca das sondas com estágio de avanço físico e já tendo sido constituído a hipoteca de 6 navios sondas.

O Ativo do FGCN no valor de R\$ 51.412 mil está integralmente aplicado em cotas do FI-FGCN que por sua vez tem uma carteira diversificada com montantes de R\$ 42.777 mil aplicados em operações compromissadas em TPF e R\$ 8.578 mil em diversas ações de empresas listadas em bolsa, além de outros valores residuais a pagar e receber.

Ressalta-se que a Sete Brasil se encontra em processo de Recuperação Judicial – RJ com pedido formulado em 29.04.2016, tendo como administrador judicial Licks Contadores Associado.

O Plano de Recuperação Judicial em 12.08.2016, contendo linhas gerais para obtenção de caixa e disposição de ativos para geração de receitas, ao qual o FGCN apresentou objeção em 24.11.2016.

O FGCN habilitou seus créditos no quadro geral de credores no montante de R\$ 5.001.502.191,68.

Divulgação: E-Contas TCU e site CAIXA

5.5.1.4 Fundo de Arrendamento Residencial - FAR

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: 03.190.167/0001-50

Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades

Órgão Gestor: Assembleia de Cotistas

Finalidade e Competências Institucionais:

A CAIXA foi autorizada pela MP nº 1.823, de 1999, convertida na Lei nº 10.188, de 2001, a criar o FAR, fundo financeiro privado com o fim exclusivo de segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários destinados ao Programa de Arrendamento Residencial – PAR.

Em 2009, com a criação do PMCMV, nos termos da Lei nº 11.977, de 2009, o FAR que já atendia a necessidade de moradia da população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra e venda direta, foi autorizado a atuar também no novo Programa do Governo.

Dessa forma, o objetivo do FAR é prover recursos ao PAR e ao PMCMV para a realização de investimentos no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, edificação de equipamentos de educação, saúde e outros complementares à habitação, mediante carteira diversificada de ativos imobiliários, financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

O FAR é regido por Regulamento próprio. O seu patrimônio está dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas e do gestor do fundo. Possui direitos e obrigações próprias, pelas quais responde com seu patrimônio, não respondendo o gestor ou os cotistas por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subscreverem.

Para desempenhar o papel institucional do FAR, os recursos do Fundo constituem-se de:

- Recursos oriundos da integralização de cotas pela União;
- Rendimentos obtidos com as ações recebidas pela integralização de cotas pela União, representado pelos dividendos, bonificações, prêmios, juros recebidos e, ainda, pelos ganhos de capital na venda de ações;
- Rendimentos obtidos com a aplicação das disponibilidades financeiras em títulos públicos federais e em ativos com lastros em créditos de base imobiliária;
- Os recursos provenientes da recuperação de prestações honradas com recursos do FAR;
- Outras fontes de recursos.

O FAR é subordinado à fiscalização do BACEN, e sua contabilidade se sujeita às normas do plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, aos princípios gerais da contabilidade, no que couber, às demais normas de contabilidade vigentes no País.

Desempenho:

O Fundo apresentou no exercício resultado líquido negativo na ordem de R\$ 3,4 bilhões (26,3%) acima do apurado no exercício anterior.

Em 31/12/2016 o FAR apresentou R\$ 39,2 bilhões de Patrimônio líquido, registrando 4,5% de variação positiva em relação a dezembro de 2015 decorrente, principalmente, da integralização de R\$ 5,1 bilhões de cotas da União; Ativo total na

ordem de R\$ 44,9 bilhões e desse montante, cerca de R\$ 18,2 bilhões, que correspondem a 40,5%, referem-se aos imóveis em curso no âmbito do PMCMV, dos quais 73,9% correspondem às operações contratadas junto ao AF CAIXA e 26,1% às operações com o Banco do Brasil.

As receitas operacionais cresceram R\$ 217 milhões em relação ao exercício de 2015, 12,9% acima do orçado para o exercício, principalmente, em razão das receitas provenientes de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Operações de Crédito que superaram a proposta orçamentária em R\$ 185 milhões e R\$ 58 milhões, respectivamente.

As despesas operacionais apresentaram incremento de R\$ 915 milhões no exercício de 2016, 129,1% do previsto para o exercício. Principalmente, em função da despesa com subsídio do PMCMV que representaram uma variação positiva de 20,6%, no exercício de 2016 quando comparado a 2015, devido ao incremento de subsídios concedidos na contratação e na prestação mensal do beneficiário final e das despesas com Comissões e Tarifas que superaram o orçado de 2016 em 13,9% e apresentaram crescimento de R\$ 130 milhões, representando uma variação positiva de 39,0% no exercício de 2016, em decorrência, principalmente, da elevação dada pela Portaria Interministerial (MPOG/MF/MCIDADES) nº 175/2016.

No âmbito do PMCMV, considerando as operações contratadas até 31.12.2016, houve aplicação de recursos em todos os Estados e Distrito Federal, totalizando 3.399 empreendimentos e 1.294.230 UH, das quais 899.350 foram entregues aos BF, sendo 856.317 do AF CAIXA e 43.033 do AF Banco do Brasil. O montante do investimento é de R\$ 72,3 bilhões, tendo sido desembolsados cerca de R\$ 64,5 bilhões para as obras, o que representa 89,3% do investimento total executado.

Em 2016, a União, por meio do Ministério das Cidades, aportou recursos ao FAR, sob a forma de integralização de cotas, na ordem de R\$ 5,1 bilhões. Com a regulamentação de operações do PMCMV, com aporte de subsídios compartilhados entre o FGTS e FAR, conforme MP nº 698, de 2015, convertida na Lei nº 13.274, de 2016, e Resolução nº 783, de 2015 do CCFGTS, foram aportados cerca de R\$ 4,5 bilhões de recursos do FGTS.

O quadro abaixo demonstra a situação das obras do PMCMV.

Quadro 18 -Situação das obras do PMCMV (Qtd Empreendimentos.)

Situação da Obra	BB	CAIXA	TOTAL	%
ADIANTADA	34	102	136	4%
ATRASADA	42	189	231	7%
CONCLUÍDA	38	2.599	2.637	78%
NAO INICIADA	8	20	28	1%
NORMAL	62	206	268	8%
PARALISADA	21	78	99	3%
Total	205	3194	3.399	100%

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Em 2016, liberação de R\$ 6,797 bilhões para obras do PMCMV, dos quais R\$ 1,796 bilhões pelo Banco do Brasil e R\$ 5,001 bilhões pela CAIXA.

Quadro 19 - Situação geral das UHs do PMCMV (Qtd. de Unidades Habitacionais)

Situação da Obra	BB	CAIXA	TOTAL	%
ADIANTADA	24.554	46.156	70.710	5%
ATRASADA	47.783	82.520	130.303	10%
CONCLUÍDA	15.768	861.646	877.414	68%
NAO INICIADA	8.414	16.095	24.509	2%
NORMAL	46.929	104.276	151.205	12%
PARALISADA	11.450	28.639	40.089	3%
Total	154.898	1.139.332	1.294.230	100%

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Foram entregues 173.671 UH aos beneficiários finais em 2016, das quais 26.472 UH pela IF Banco do Brasil e 147.199 UH pela IF CAIXA.

Quadro 20 - Unidades Entregues aos Beneficiários Finais em 2016

Produtos	BB	CAIXA
PMCMV	5.741	30.058
PAC/CALAMIDADES	19	10.954
FAR/FGTS	20.712	106.187
TOTAL	26472	147.199

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Do total de unidades entregues do FAR/FGTS foram sub-rogados 42.598 contratos ao FAR.

Divulgação: E-Contas TCU e site CAIXA

5.5.1.5 Fundo de Desenvolvimento Social - FDS

Natureza Jurídica:Fundo

CNPJ: 11.455.963/0001-04

Órgão de Vinculação:Ministério das Cidades

Órgão Gestor:Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social -

CCFDS

Finalidade e Competências Institucionais:

O FDS é um fundo contábil de natureza financeira, com prazo indeterminado de existência. Sua instituição foi autorizada pelo Decreto nº 103, de 1991, estando sob a regência da Lei nº 8.677, de 1993.

Os recursos do FDS são provenientes:

- Da aquisição compulsória de quotas de sua emissão pelos fundos de aplicação financeira, na forma da Resolução CMN nº 2.183, de 1995, alterada pela Resolução CMN nº 3.334, de 2005;
- Da aquisição voluntária de quotas de sua emissão por pessoas físicas e pessoas jurídicas;
- Do resultado de suas aplicações financeiras;
- Do aporte de recursos pela União, para viabilizar as operações habitacionais no âmbito do PMCMV-E.

A missão institucional do FDS é contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, por meio de financiamentos de projetos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, sendo permitido o financiamento nas áreas de saneamento e infraestrutura, bem como equipamentos comunitários, desde que vinculadas aos programas de habitação.

Para atender o objetivo do FDS, foi criado em 2004, o Programa de Crédito Solidário - PCS e em 2009 o PMCMV-E.

Os Programas Habitacionais lastreados com recursos do FDS visam:

- Proporcionar o acesso à moradia regular, à população de baixa renda que não tem capacidade de poupança, mediante crédito com condições especiais e subsidiadas;
- Contribuir efetivamente para a redução do déficit habitacional, atingindo famílias de baixa renda;
- Estimular o regime de cooperativismo habitacional e o princípio de ajuda mútua, garantindo a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais comuns, observadas as necessidades, características, usos e costumes locais.

Desempenho:

Lucro Líquido de R\$ 15.573 mil, com baixa de R\$ 32.778 mil em relação ao apurado em 2015, em decorrência do aumento nas despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no 4º trimestre, a qual passou a registrar as obras paralisadas do PCS no rating HH.

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez atingiu R\$ 141.319 mil, 20,8% superior em relação ao exercício de 2015, decorrente da elevação da taxa SELIC no período e da aplicação dos recursos em operações compromissadas e títulos de renda fixa.

Receitas com subvenção no PMCMV – E obteve crescimento de 162,7% em relação ao exercício anterior, em função dos contratos que entraram em fase de amortização.

Despesas com subsídio no PMCMV–E registraram R\$ 146.398 mil, com incremento de R\$ 87.649 em 12 meses, em função do aumento dos contratos em fase de amortização momento em que se concede o subsídio.

Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu o valor de R\$ 95.671 mil, com aumento de 285,2% em relação a exercício de 2015, em virtude da constituição de provisão para obras paralisadas.

Situação da Carteira do PCS:

- Financiamento ao beneficiário final de 21.990 UH, no valor de R\$ 392 milhões, em 333 empreendimentos, dentre os quais 274 estão concluídos, totalizando 14.661 UH.
- Em 2016 foram concluídos 3 empreendimentos com 223 UH;
- 56 empreendimentos estão com obras paralisadas;
- Dos contratos em amortização 52% encontram-se adimplentes e 27,7% com atraso superior a 90 dias;

No exercício, foram assumidas despesas com 35 honras de garantias, sendo 34 de MIP e 1 de DFI.

Situação da Carteira do PMCMV-E:

Financiamento de 468 empreendimentos com expectativa de construção de 70.953 UH, das quais 46.850 UH estão em construção e 24.103 UH em fase de elaboração de projetos. O valor de financiamento das unidades contratadas corresponde a R\$ 2,7 bilhões;

Foram concluídas 10.551 UH em 127 empreendimentos, dos quais 27 concluídos em 2016;

Dos 383 empreendimentos em fase de construção, 58 estão em atraso ou paralisados e 21 com obras ainda não iniciadas.

Dos contratos em amortização, 58,3% encontram-se adimplentes e 17,7% com atraso superior a 90 dias;

No exercício, foram assumidas despesas com 37 honras de garantias, sendo 33 por evento MIP e 4 por evento DFI.

Divulgação: E-Contas TCU e site CAIXA

5.5.1.6 Fundo Garantia Safra – FGS

Natureza Jurídica: Fundo de natureza financeira

CNPJ: Não se aplica (N/A)

Órgão Vinculação: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

Órgão Gestor: Comitê Gestor do Garantia-Safra – CGGS

Finalidade e Competências Institucionais

O Fundo Garantia Safra - FGS, criado pela Lei nº 10.420/2002, de natureza financeira, tem por finalidade proporcionar recursos para o pagamento do benefício Garantia-Safra, que visa garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares que não tiveram sucesso com suas safras, com a perda de mais de 50%, em razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico. Atualmente o FGS está vinculado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

O Programa Garantia-Safra se restringe aos beneficiários (agricultores familiares) localizados na Região Nordeste, norte do Estado de Minas Gerais e Norte do Estado do Espírito Santo, área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, além de cumprir outros requisitos e exigências definidos em lei.

O Fundo constituído com recursos advindos da contribuição individual do agricultor familiar (safista), dos estados e municípios que aderirem ao programa, da União e dos resultados das aplicações financeiras de seus recursos, observando, no entanto, que o saldo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do Fundo Garantia-Safra.

Requisitos e condições legais para participar do Programa Garantia-Safra:

Renda média bruta familiar mensal nos 12 (doze) meses que antecederem à inscrição não exceder a 1,5 salários mínimos, excluídos os benefícios previdenciários rurais;

Não detenha, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais. A unidade de medida do módulo fiscal é o hectare e deve dar condições de subsistência para uma família.

Assim, a dimensão do módulo é variável em cada município/região, segundo o potencial de produtividade da terra (fertilidade, topografia, microclima etc.);

A área total plantada com as culturas de feijão, milho, arroz, mandioca e/ou algodão não poderá superar 5 (cinco) hectares, não irrigados. Em virtude da expansão do Programa para municípios não localizados na região do semiárido, o órgão gestor do Fundo poderá definir outras culturas passíveis de cultivo pelos agricultores e cobertas pelo Fundo.

O Benefício Garantia-Safra é custeado com recursos do Fundo Garantia-Safra, o qual recebe contribuições de cada safra agrícola, que compreende o período de julho a junho do ano subsequente.

Para a safra 2015/2016, as contribuições individuais dos agricultores familiares foram de R\$ 17,00; dos Municípios e Estados, R\$ 51,00 e R\$ 102,00, respectivamente, por agricultor que aderiu em sua jurisdição, e da União, no mínimo de R\$ 340,00 por agricultor que aderiu ao Garantia-Safra.

O valor da contribuição dos agricultores, o valor dos benefícios do Garantia-Safra e a quantidade de agricultores a serem segurados são definidos anualmente (cada safra agrícola) pelo Comitê Gestor do Garantia-Safra.

Nesse passo, para as safras 2015/2016 o valor do benefício ficou fixado em R\$ 850,00, a serem pagos em 05 parcelas de R\$ 170,00.

Desempenho:

A Caixa Econômica Federal é a administradora do FGS, desde julho de 2003, cujo contrato tem por objeto a execução operacional do Garantia-Safra, a prestação de serviços de arrecadação e gestão financeira e contábil dos recursos do Fundo.

O resultado dos serviços prestados produziu uma receita financeira para a CAIXA, em 2016, o montante de R\$ 4,3 milhões, cujo valor representa uma pequena redução de 4% em relação ao exercício de 2015, por conta principalmente, da diminuição na arrecadação por boletos pagos por safristas.

O FGS, em 2016, movimentou uma média de recursos da ordem de R\$ 966,49 milhões, incluindo-se aí o resultado das aplicações financeiras, registrando, no entanto, um aumento de 58% em relação a 2015, em razão dos aportes realizados pela União.

Nesse mesmo exercício, o FGS apurou um resultado líquido positivo de R\$ 547,6 milhões, 1,4% inferior em relação ao exercício de 2015, que registrou o valor de R\$ 555 milhões.

As receitas operacionais (contribuições) registraram o montante de R\$ 1,2 bilhões em 2016, inferior portanto, ao exercício de 2015 de 2,1%, cujas contribuições atingiram o valor de R\$ 1,2 bilhões.

As despesas operacionais (folha de pagamento) registraram, em 2016, o montante de R\$ 632,6 milhões para pagamento de benefícios, representando um acréscimo de 0,2% em relação ao exercício de 2015, que liberou o montante de R\$ 631,3 milhões.

Dos 1989 municípios, localizados na área de atuação da SUDENE, que abrange totalmente os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e, parcialmente, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, conforme relação divulgada no site da SUDENE (http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Munic%C3%ADpios-%C3%A1rea_da_Sudene.pdf), que podem participar do programa, 1.220 municípios realizaram adesão, na safra 2015/2016.

Com efeito, aderiram ao programa (safra 2015/2016), 991.853 safristas (agricultores familiares), registrando um número menor comparado com a safra anterior (2014/2015), uma redução de 170.226 safristas, equivalente a 14,6%.

Foram pagos em 2016, 3.693.463 benefícios, ante 3.557.468 pagos no exercício anterior, em face da perda da safra superior a 50%. Neste caso, o segurado (safrista) pôde receber o valor total de R\$ 850,00, em 5 parcelas idênticas de R\$ 170,00,

por meio do cartão cidadão, observando contudo, que cada parcela é considerada um benefício.

Na safra 2015/2016, 814 dos 1.220 municípios tiveram perda de safra, o que representa 66,7% dos municípios participantes.

Até maio/2016, houve o retorno de recursos da ordem de R\$ 5,1 milhões, referentes aos benefícios não sacados no prazo de 120 dias, situação que não ocorre mais desde junho/2016. Por outro lado, em 2016, registra-se a devolução de R\$ 664 mil de safristas considerados não enquadrados nos requisitos legais (pagamento indevido).

Por fim, cabe realçar que em 2016 o FGS apresentou ativo no valor de R\$ 1,35 bilhões, registrando uma variação positiva de R\$ 342,6 milhões na conta depósitos remunerados na Caixa, com destaque para os aportes da União de R\$ 778,18 milhões e dos Estados, principalmente a Bahia (R\$37,1 milhões) e o Ceará (R\$ 25,5 milhões).

5.5.1.7 Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR

Natureza Jurídica: Programa

CNPJ: Não se Aplica (N/A)

Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades

Órgão Gestor: Comitê de Acompanhamento do Programa Minha Casa Minha Vida - CAPMCMV

Finalidade e Competências Institucionais

O PNHR, instituído pela Lei nº 11.977, de 2009, regulamentado pelo Decreto nº 7.499, de 2011 é integrante do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e tem por finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União - OGU ou de financiamento habitacional com recursos FGTS.

O público-alvo do PNHR são os agricultores familiares e trabalhadores rurais, organizados sob a forma coletiva, por intermédio de uma Entidade Organizadora – EO, conforme regulamentação do Programa.

Desempenho:

No período de 2009 a 2016 foram beneficiadas 190.474 famílias, com alocação de recursos pela União, para viabilizar a construção das unidades habitacionais, no montante de R\$ 5,3 bilhões, conforme demonstrado no quadro:

Quadro 21 – Recursos para viabilizar a construção de UHs.

Ano	UH		Valor contratado		Total	
	BB	CAIXA	BB	CAIXA	UH	Valor
2009	-	100	0	1.184.000	100	1.184.000
2010	-	7.244	0	100.148.405	7.244	100.148.405
2011	-	11.705	0	169.123.279	11.705	169.123.279
2012	-	41.281	0	1.080.150.035	41.281	1.080.150.035
2013	3.583	52.879	103.027.034	1.588.374.762	56.462	1.691.401.796
2014	6.306	32.178	186.578.348	973.831.927	38.484	1.160.410.275
2015	4.166	8.279	124.255.779	246.744.118	12.445	370.999.897
2016	4.456	18.297	136.099.515	601.338.487	22.753	737.438.002
Total	18.511	171.963	549.960.675	4.760.895.013	190.474	5.310.855.688

Fonte: AF CAIXA e BB
Valor em reais

Desde o início do Programa, já foram aportados pela União, por intermédio do Ministério das Cidades, o montante de R\$ 4,8 bilhões, sendo R\$ 897 milhões no exercício de 2016, equivalente a 19% do desembolsado para todo o Programa.

Quadro 22 - Aporte de Recursos – PNHR 2016 (Valores em R\$)

1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
158.000.000,00	170.000.000,00	149.792.083,67	418.795.003,67	896.587.087,67

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN)

Em 2016, foram transferidos recursos aos agentes financeiros no montante de R\$ 609 milhões, distribuídos conforme o quadro a seguir:

Quadro 23 - Transferência de Recursos OGU - PNHR 2016 (Valores em R\$)

Agente	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
CAIXA	110.342.391,69	143.435.097,73	139.032.095,18	158.203.358,5	551.012.942,13
BB	45.907.267,69	12.312.841,10	-	-	58.220.108,79
Total	156.249.658,38	155.747.938,83	139.032.095,18	158.203.358,5	609.233.050,92

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo - DEFUS (SISFIN)

Os agricultores familiares e trabalhadores rurais beneficiários do PNHHR aportarão valor de contrapartida equivalente a 4% (quatro por cento) do valor repassado para fins de edificação ou reforma da unidade habitacional. O valor de contrapartida aportado será recolhido pelos Agentes Financeiros, e creditado em favor do Tesouro Nacional pelo Gestor Operacional.

Quadro 24 - Contrapartida 2016 (Valores em R\$)

Agente	1ºTrimestre	2ºTrimestre	3ºTrimestre	4ºTrimestre	Total
CAIXA	6.358.303,09	2.726.016,57	2.882.115,57	7.966.735,94	19.933.171,17
BB	648.014,71	679.223,25	770.117,14	839.421,54	2.936.776,64
Total	7.006.317,80	3.405.239,82	3.652.232,71	8.806.157,48	22.869.947,81

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN)

Divulgação: A cargo do Ministério das Cidades

5.5.1.8 Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: Não se Aplica (N/A)

Órgão de Vinculação: Governo do Estado de São Paulo

Órgão Gestor: Governo do Estado de São Paulo

Finalidade e Competências Institucionais:

O FPHIS, criado pela Lei nº 12.801, de 2008, é vinculado à Secretaria de Habitação cujo objetivo é implementar políticas habitacionais direcionadas à população de baixo poder aquisitivo e viabilizar a produção de unidades habitacionais em programas e ações, a fim de ampliar a oferta e o acesso ao crédito de moradias de interesse social no Estado de São Paulo, com o escopo de complementar os investimentos em obras e serviços.

Trata-se de gestão de recursos oriunda de Parceria com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Agência Paulista de Habitação Social e da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, para viabilizar a aquisição e produção de unidades habitacionais em programas e ações, a fim de ampliar a oferta e o acesso ao crédito de moradias de interesse social no Estado de São Paulo, com o escopo de complementar os investimentos em obras e serviços.

Os recursos oriundos da Agência Paulista de Habitação Social são recursos orçamentários e destinam-se a aumentar o poder de compra dos servidores públicos do Estado de São Paulo para aquisição da casa própria. Essa parceria foi formalizada em 14/12/2011, por meio de Termo de Cooperação e Parceria entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Habitação, a CAIXA e o FPHIS, por meio da Agência Paulista de Habitação Social.

Os recursos aportados pela Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo são oriundos do FPHIS, e destinam-se a beneficiários selecionados pela Secretaria, quando da aquisição da moradia própria, viabilizado por meio de Termo de Compromisso de Cooperação e Parceria entre a CAIXA e o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Habitação, firmado em 12/01/2012.

A parceria com a Secretaria objetiva ampliar a oferta e o acesso ao crédito de moradias de interesse social no Estado de São Paulo, constituindo apoio financeiro complementar ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, e Apoio financeiro complementar ao PMCMV – Entidades – Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

Os recursos aportados pela Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo são recurso financeiros oriundos do Programa Casa Paulista – Apoio ao Crédito Habitacional – Modalidade Carta de Crédito Individual, destinado à concessão de subsídios às pessoas físicas direcionada a um público alvo, de forma a ampliar o seu poder de compra para que somados aos recursos concedidos pela CAIXA, através de crédito habitacional, viabilizem o acesso à moradia própria, por meio de Termo de Compromisso de Cooperação e Parceria ente a CAIXA e o Governo do Estado de São Paulo, firmado em 04/11/2016.

Desempenho:

Quadro 25 - Metas Físicas dos Programas até 2016 (Valores em R\$)

Contas Gráficas	UH	Previsão de Aportes
936 Servidor Público	20.000	320.000.000,00
981 PMCMV FAR	83.000	1.660.000.000,00
1002 PMCMV FDS	10.000	200.000.000,00
1045 PMCMV PNHR	4.000	20.000.000,00
1190 CASA PAULISTA	2.156	56.061.000,00
Total	119.156	2.256.061.000,00

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (Termos de Cooperação e Parceria, assinados em 14/12/11, 12/01/12 e 04/11/2016)

Aportes ao Programa

Desde o início do programa até 31/12/2016, foram aportados pelo FPHIS por intermédio da Agência Paulista de Habitação e Secretaria de Habitação, o montante de R\$ 1.494.060.814,35, sendo R\$ 167.743.260,55, no exercício de 2016.

Quadro 26 - Aportes (Valores em R\$)

Conta	1º Trim/16	2º Trim/16	3º Trim/16	4º Trim/16	Total
63 SERV.PÚBL.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
981 - FAR	23.716.143,00	60.754.518,00	12.346.125,00	14.865.474,55	111.682.260,55
1190-CASA PAULISTA		0,00	0,00	56.061.000,00	56.061.000,00
Total	23.716.143,00	116.815.518,00	12.346.125,00	14.865.474,55	167.743.260,55

Fonte: CAIXA/Diretoria Executiva de Fundos de Governo–DEFUS (SISFIN-31/12/2016)

Subsídios Repassados

Desde o início do programa até 31/12/2016 o FPHIS, por intermédio da Agência Paulista de Habitação e Secretaria de Habitação, subsidiou o montante de R\$ 1.326.281.095,92, sendo R\$ 220.299.596,70, no exercício de 2016.

Quadro 27 - Pagamento de Subsídios (Valores em R\$)

Conta	1º Trim/15	2º Trim/15	3º Trim/15	4º Trim/15	Total
936 SERV.PÚBL.	0,00	0,00	0,00	10.349,21	10.349,21
981 - FAR	67.857223,86	63.371.592,94	49.041.907,87	19.043.445,77	199.314.170,44
1002 - FDS	2.620888,33	3.096.928,41	3.179.174,62	2.633482,83	11.530.474,19
1045 - PNHR	1.269.642,15	939.335,43	179.300,00	281.325,28	2.669.602,86
1190-CASA PAULISTA	0,00	0,00	0,00	6.775.000,00	6.775.000,00
Total	71.747.754,34	67.407.856,78	52.400.382,49	28.743.603,09	220.299.596,70

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN - 31/12/2016)

Atualização Monetária

Desde o início do programa até 31/12/2016, o rendimento dos recursos aplicados pelo FPHIS alcançou o montante de R\$ 194.224.471,48, dos quais R\$ 42.921.071,60, foram no exercício de 2016.

Taxa de Administração

Desde o início do programa até 31/12/16, o FPHIS pagou à CAIXA o montante de R\$ 3.402.308,84 a título de taxa de administração pela gestão financeira dos recursos nas contas gráficas vinculadas ao Programa, sendo no exercício de 2016 o montante de R\$ 840 mil.

Divulgação: A cargo da Agência Paulista de Habitação Social

5.5.1.9 Casa Paulistana

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: Não se Aplica (N/A)

Órgão de Vinculação: Município de São Paulo

Órgão Gestor: Município de São Paulo

Finalidade e Competências Institucionais:

Trata-se de gestão de recursos oriunda de Parceria com a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo - SEHAB, visando o aporte de recursos orçamentários do município, para complementação do subsídio destinado ao PMCMV - FAR e FDS, com o objetivo de ampliar a oferta de moradias à população de baixa renda no Município de São Paulo, nos termos da Lei Municipal nº 16.006, de 2014, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 55.584, de 2014.

O valor unitário da subvenção complementar aos investimentos globais de cada empreendimento, em terreno, obras e serviços, será de até R\$ 20.000,00 por unidade habitacional.

O valor total estimado para o aporte da SEHAB no período de 2014 a 2016 é de R\$480.000.000,00 e será efetivado por meio de transferências da SEHAB à CAIXA, respeitada a disponibilidade orçamentária, e o desembolso dar-se-á de acordo com o Plano de Trabalho que integra o Termo de Parceria firmado em 24 de outubro de 2014.

Desempenho:

Quadro 28 - Metas Físicas dos Programas até 2016 (Valores em R\$)

Contas Gráficas	QTDE. UH	Previsão Aporte até 2016
1088 - PMCMV FAR	50.000	480.000.000,00
1124 - PMCMV FDS		
Total	50.000	480.000.000,00

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (Termo de Cooperação e Parceria assinado em 24/10/2014)
Aportes ao Programa

Desde o início do programa até 31/12/2016, foram aportados pela Casa Paulistana, por intermédio da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo - SEHAB, o montante de R\$ 58.427.357,59.

Cabe ressaltar que os aportes acontecem de forma não linear e dependem da demanda de beneficiários no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e da disponibilidade de orçamento do município de São Paulo.

Em 2016, foi aportado o valor de R\$ 28.352.796,33, distribuídos nas contas gráficas conforme tabela abaixo.

Quadro 29 - Aportes (Valores em R\$)

Conta	1º Trim/16	2º Trim/16	3º Trim/16	4º Trim/16	Total
1124 - PMCMV FDS	0,00	1.373.380,80	26.979.415,53	0,00	28.352.796,33

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN - 31/12/2016)

Desde o início do programa até 31/12/2016, a Casa Paulistana, por intermédio da SEHAB, subsidiou o montante de R\$ 19.744.543,31, sendo R\$ 6.076.276,11, no exercício de 2016.

Quadro 30 - Pagamentos de Subsídios (Valores em R\$)

Conta	1º Trim/16	2º Trim/16	3º Trim/16	4º Trim/16	Total
1088 - PMCMV FAR	360.000,00	206.294,06	0,00	0,00	566.294,06
1124 - PMCMV FDS	468.924,84	1.308.055,73	640.155,32	3.092.846,16	5.509.982,05
Total	828.924,84	1.514.349,79	640.155,32	3.092.846,16	6.076.276,11

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN - 31/12/2016)

Desde o início do programa até 31/12/2016, os rendimentos dos recursos aplicados pela Casa Paulistana alcançou o montante de R\$ 4.642.605,12, sendo R\$ 3.454.860,29, no exercício de 2016.

Quadro 31 - Atualização Monetária (Valores em R\$)

Conta	1º Trim/16	2º Trim/16	3º Trim/16	4º Trim/16	Total
1088 - PMCMV FAR	21.112,41	38.320,58	29.955,87	29.604,30	118.993,16
1124 - PMCMV FDS	568.041,48	544.931,06	837.323,65	1.385.570,94	3.335.867,13
Total	589.153,89	583.251,64	867.279,52	1.415.175,24	3.454.860,29

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN - 31/12/2016)

Desde o início do programa até 31/12/16, a Casa Paulistana pagou à CAIXA o montante de R\$ 640.000,00 a título de taxa de administração pela gestão financeira dos recursos nas contas gráficas vinculadas ao Programa.

Quadro32 - Taxa de Administração (Valores em R\$)

Conta	1º Trim/16	2º Trim/16	3º Trim/16	4º Trim/16	Total
1088 - PMCMV FAR	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
1124 - PMCMV FDS	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	240.000,00
Total	120.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	480.000,00

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN - 31/12/2016)

Divulgação: a cargo da SEHAB

5.5.1.10 Fundos Garantidores de Parcerias Público-Privadas – PPP.

Natureza Jurídica: Fundos Garantidores, entidade contábil de natureza jurídica privada e patrimônios próprios, separados do patrimônio dos cotistas, e sujeitos a direitos e obrigações próprias.

Órgão de Vinculação: Órgãos estaduais e municipais.

Órgão Gestor: Colegiado em forma de comissão, conselho ou comitê de gestão de programas de parcerias público-privadas.

Finalidade e Competências Institucionais:

A Parceria Público-Privada – PPP's, definida pela Lei Federal nº 11.079, de 2004, espelha uma criatividade na solução de investimento para suprir a escassez de recursos dos governos na prestação de serviços públicos, tornando-se um instrumento moderno no esforço de unir forças dos dois setores.

A PPP é um contrato administrativo de concessão, firmado entre os entes da administração pública (da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios) e parceiros privados, visando a concessão de serviços públicos ou de obras públicas, no valor não inferior a R\$ 20 milhões e prazos de execução no mínimo de cinco e no máximo de trinta e cinco anos.

A Parceria Público-Privada é uma modalidade de concessão, mas não se confunde com a concessão comum definida na Lei nº 8.987/1995, que neste caso os investimentos realizados pelo parceiro privado, para viabilizar o fornecimento de um serviço de interesse público, têm como contrapartida as tarifas pagas pelos usuários dos serviços. Ou seja, o investimento do parceiro privado é remunerado pelas tarifas pagas diretamente pelo usuário, sem que sejam necessários aportes orçamentários regulares do poder público.

Entretanto, nos contratos administrativos de PPP, nos moldes da Lei nº 11.079, de 2004, o parceiro privado é remunerado exclusivamente pelo poder concedente, concessão administrativa, ou em um arranjo legal de tarifas cobradas dos usuários dos serviços e de recursos públicos, concessão patrocinada.

O Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas é um mecanismo de garantia às obrigações pecuniárias contraídas pela administração pública em contratos de parceria público-privada, que tem a função exclusiva de viabilização de PPP's, porquanto objetiva prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas e não adimplidas pelo poder concedente (entes da administração pública).

A CAIXA reúne condições legais, administrativas, operacionais, experiência e sucesso comprovados na prestação de serviços de administração de fundos garantidores de PPP. Presta serviços financeiros, contábeis e operacionais com a responsabilidade de controle dos bens e direitos aportados nos Fundos, bem como as análises de viabilidade das garantias pactuadas, com ênfase nas obrigações e riscos pecuniários do parceiro público, em consonância com as diretrizes de colegiados estaduais ou municipais representados por comissão, conselho ou comitê de gestão de programas de parcerias público-privadas.

Dentre os instrumentos de garantias estabelecidos entre os parceiros públicos e privados, o patrimônio de afetação dos Fundos Garantidores de PPP's, formado, em média, por seis contraprestações mensais, se destaca para garantir o pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos e não adimplidas, em virtude de relações jurídico-contratuais com as concessionárias de serviços públicos (parceiras privadas).

Outros formatos de garantias também administrados são as cartas de fianças, a cessão fiduciária em garantia de direitos sobre conta bancária e, ainda, composição de ativos representados por ações de empresas estatais em contratos de cessão onerosa de ações e cessão onerosa de direitos econômicos decorrentes de participações societárias.

Os atuais Fundos Garantidores administrados pela CAIXA garantem parcerias público-privadas em contratos de concessão administrativa de Unidades Básicas de Saúde da Família; Hospital Estadual; Unidades Prisionais e de concessão patrocinada de Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário e Infraestrutura e Exploração (pedágio) do Corredor de Trecho Rodovia Estadual.

Desempenho:

Os Fundos Garantidores de PPP's, em 2016, movimentaram uma média de recursos da ordem de R\$ 85,2 milhões, incluindo-se aí o resultado das aplicações financeiras.

O resultado dos serviços prestados produziu uma receita financeira para a CAIXA, em 2016, o montante de R\$ 2,1 milhões. Esse valor representa um acréscimo de 14% em relação ao exercício de 2015.

5.5.1.11 Contas de Compensação Ambiental - Licenciamento Ambiental Federal – CCA - ICMBio

Natureza Jurídica: Comunhão de Recursos

CNPJ: Não se Aplica (N/A)

Órgão de Vinculação: ICMBio

Órgão Gestor: ICMBio

Finalidade e Competências Institucionais:

A compensação ambiental, criada por meio da Lei nº 9.985, de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 4.320, de 2002 e alterada pelos Decretos nºs 6.848, de 2009 e 5.566, de 2005, é um mecanismo de ajuste de interesses. Os empreendedores exercem suas atividades econômicas e precisam intervir no ambiente natural aplicando os fatores produtivos a fim de promoverem uma inversão de seus ativos e gerarem riquezas. O meio ambiente exige adequado tipo de uso que permita a sustentação das condições que propiciam a vida. Surgem, então, adversidades que precisam ser equalizadas de modo que seja possível contrabalançar a atividade causadora de externalidade negativa com a preservação e conservação.

As contas de CCA, criadas em virtude do Contrato de Prestação de Serviço firmado entre a CAIXA e ICMBio, em 19/11/2008, destinam-se a receber os aportes de recursos realizados pelos empreendedores obrigados ao cumprimento da compensação ambiental, e possibilitam a gestão dos recursos pressupondo a previsibilidade de aportes, rentabilidade, desoneração do empreendedor quanto à execução das ações compensatórias. O processo ganha agilidade na implementação do plano de trabalho, eficiência e transparência.

O contrato de 2008 entre CAIXA e ICMBio findou sua vigência em 19/11/2014, e para atendimento de recomendações dos órgãos de controle externo e determinação da procuradoria jurídica daquele Instituto, houve abertura do processo licitatório e a CAIXA sagrou-se vencedora do certame.

O edital de pregão eletrônico nº 12 foi publicado em 04/11/2014, tendo por objeto a contratação de instituição bancária para gestão financeira, contábil e execução

dos recursos de compensação ambiental, com prazo para apresentação das propostas até 18/11/2014. O respectivo termo de referência, entre outras especificações, trouxe como limites de oferta da taxa de administração -10% e 10% sobre o valor obtido a título de remuneração do saldo depositado, parâmetro para tal rendimento a taxa SELIC, vigência do contrato de 01 ano prorrogável sucessivamente e a necessidade de subdivisão dos saldos segregando as ações de aplicação dos recursos conforme determinado pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal - CCAF.

Em novembro de 2015, foi assinado termo aditivo para prorrogação do contratado por mais um ano. Em novembro de 2016, houve novo termo aditivo para prorrogação do contrato por mais 12 meses ou até a devolução dos valores ao TCU. Esta devolução se dá em virtude de determinação do Tribunal de Contas no Acórdão 1004/2016, não sendo portanto a partir desta data mais possível haver a compensação indireta das Contas de Compensação Ambiental.

Desempenho:

Quadro 33 - Movimentação Financeira (Valores em R\$)

Descrição	2015	2016
Saldo Inicial	R\$ 207.200.932,50	R\$ 241.002.340,81
Aporte de Recursos	R\$ 27.848.757,89	R\$ 62.309.293,36
Pagamentos Realizados	R\$ 19.475.437,31	R\$ 14.051.601,06
Remuneração	R\$ 27.750.838,92	R\$ 38.388.126,25
Taxa de Administração	R\$ 2.322.751,19	R\$ 2.334.633,12
Saldo Final	R\$ 33.801.408,31	R\$ 325.313.526,33

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Divulgação: ICMBio e site CAIXA

5.5.1.12 Contas de Compensação Ambiental - Acordo Judicial Entre Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Paraná e Petrobrás

Natureza Jurídica: Comunhão de Recursos

CNPJ: Não se Aplica (N/A)

Órgão de Vinculação: Ministério Público do Estado de Paraná e Justiça Federal

Órgão Gestor: Ministério Público do Estado de Paraná e Justiça Federal

Finalidade e Competências Institucionais:

Este mecanismo de compensação ambiental cujo apoio financeiro é de responsabilidade da PETROBRÁS decorre de um acordo judicial celebrado entre o MPF; Ministério Público do Estado do Paraná – MPE; o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, e

Petróleo Brasileiro S. A. – PETROBRÁS, que tem por objeto pôr fim na Ação Civil Pública sob nº 2002.70.08.000260-1 e 0000041-91.2010.404.7008, perante a Vara Federal de Paranaguá – PR.

O compromisso financeiro da Petrobrás refere-se à indenização de R\$ 90 milhões por danos causados com vazamento de óleo na bacia do Rio Iguaçu, ocorrido em abril de 2001, e remediação ambiental da área impactada pelo vazamento, até o limite da realidade técnica e econômica brasileira, atendendo aos parâmetros da regulamentação ambiental do Brasil - mediante a execução, por sua conta e risco, das medidas definidas tecnicamente em conjunto com o IAP, no valor de R\$ 12 milhões.

O arranjo financeiro da compensação ambiental proporciona alocação de capital para aplicação nas ações entendidas como mais relevantes para fazer frente aos danos ambientais, mantendo liquidez conforme as necessidades de caixa monitoradas e, ao mesmo tempo, buscando ampliar a rentabilidade das disponibilidades por meio de operações que atendem aos comandos normativos inerentes às receitas públicas.

As ações nas quais devem ser aplicados os recursos de compensação revelam a preocupação em garantir a recuperação e mitigação dos danos ambientais localizados, a criação de espaços preservados de acordo com os diversos níveis de uso possíveis, mas também indicam o interesse em compatibilizar a preservação com as atividades produtivas. Nas atividades de manutenção e pesquisa, por exemplo, a disponibilidade de recursos em momento adequado é crucial para alcance dos objetivos pretendidos. Aspectos de sazonalidade e emergências podem interferir de modo negativo se não forem prontamente respondidos, o que exige disponibilidade financeira e capacidade operacional fundados no planejamento.

Desempenho:

No final do exercício de 2016, as contas possuíam um saldo total disponível de R\$143.588.613,31 e as movimentações demonstradas no quadro abaixo.

Quadro 34 - Movimentação Financeira (Valores em R\$)

	Conta 958	Conta 959	Conta 960	Conta 961	TOTAL
Remuneração	4.760.236	952.047	5.712.284	5.710.475	17.135.042
Tx de Administração	217.551	43.510	261.062	261.062	783.185

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Em 2016, não houve qualquer desembolso por determinação do ofício 7370935 da Vara Federal de Paranaguá.

Divulgação: Ministério Público do Estado de Paraná e Justiça Federal

5.5.1.13 Contas de Compensação Ambiental - Termo de Ajustamento de Conduta Companhia Energética do Estado de São Paulo e Ministério Público Federal

Natureza Jurídica: Condomínio de Recursos

CNPJ: Não se Aplica (N/A)

Órgão de Vinculação: Ministério Público do Estado de São Paulo e Justiça Federal

Órgão Gestor: Ministério Público do Estado de São Paulo e Justiça Federal

Finalidade e Competências Institucionais:

Este mecanismo de compensação ambiental é decorrente de acordo judicial celebrado entre o MPF, MP/SP e a Companhia Energética de São Paulo - CESP, e tem por objeto pôr fim na Ação de Execução consignada nos autos nº 98.1202665-7 e estabelecer o período, o prazo e os valores devidos pela CESP para a implantação do Parque do Rio do Peixe.

O arranjo financeiro da compensação ambiental proporciona alocação de capital para aplicação nas ações entendidas como mais relevantes para fazer frente aos danos ambientais, mantendo liquidez conforme as necessidades de caixa monitoradas e, ao mesmo tempo, buscando ampliar a rentabilidade das disponibilidades por meio de operações que atendem aos comandos normativos inerentes às receitas públicas.

As ações nas quais devem ser aplicados os recursos de compensação revelam a preocupação em garantir a recuperação e mitigação dos danos ambientais localizados, a criação de espaços preservados de acordo com os diversos níveis de uso possíveis, mas também indicam o interesse em compatibilizar a preservação com as atividades produtivas. Nas atividades de manutenção e pesquisa, por exemplo, a disponibilidade de recursos em momento adequado é crucial para alcance dos objetivos pretendidos. Aspectos de sazonalidade e emergências podem interferir de modo negativo se não forem prontamente respondidos, o que exige disponibilidade financeira e capacidade operacional fundados no planejamento.

Desempenho:

No final do exercício de 2016 as contas possuíam um saldo total disponível de R\$ 44.956.428,69 e as movimentações demonstradas no quadro a seguir:

Quadro 35 - Movimentação Financeira (Valores em R\$)

	2012	2013	2014	2015	2016
Aportes de Recursos	27.964.720	29.373.880	12.683.440	-	-
Remuneração	5.123.771	6.808.580	9.776.417	10.535.218	7.216.957
Taxa de Administração - GEFUS e SR	1.537.131	2.042.573	2.932.924	3.160.565	2.165.087
Taxa de Administração - SUDES	169.698	334.224	416.722	780.512	627.452

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

O volume contratado, em 2016, foi de R\$ 27,4 milhões de reais e contrapartida de R\$ 439 mil, distribuídos conforme o quadro.

Quadro 36 - Contratos 2016 (Valores em R\$)

PROJETO	REPASSE	CONTRAPARTIDA
724 - Socioeconômicos Municipais	15.337.296,25	285.377,19
725 - Socioeconômicos de Interesse Regional	5.341.141,49	-
726 - Ambientais de Interesse Regional	6.700.736,08	153.456,37
TOTAL	27.379.173,82	438.833,56

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Divulgação: Ministério Público do Estado de São Paulo e Justiça Federal

5.5.1.14 Projeto Cerrado Jalapão

Natureza Jurídica: Comunhão de Recursos

CNPJ: Não se Aplica (N/A)

Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente

Órgão Gestor: Ministério do Meio Ambiente

Finalidade e Competências Institucionais:

O Projeto Cerrado Jalapão tem por objetivo aprimorar a prevenção e o controle de queimadas irregulares e incêndios florestais no corredor ecológico do Jalapão, visa assim contribuir para a manutenção das funções do cerrado como sumidouro de carbono de relevância global.

O Ministério do Meio Ambiente – MMA, na qualidade de gestor técnico, do projeto, operando no âmbito da Cooperação Brasil-Alemanha, constituiu a CAIXA como sua mandatária para a captação, execução e gestão dos recursos financeiros, por meio de Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 21/06/2012.

O doador dos recursos é o KfW Bankengruppe, agência de implementação do Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation, Building and Nuclear Safety - BMUB, e entre seus objetivos está a melhoria sustentável das condições de vida nos aspectos econômico, social e ambiental. Nessa linha há grande aderência com os objetivos empresariais da CAIXA, sendo que a cooperação fortalece a sua missão.

No âmbito do MMA, o DPCD promove as ações necessárias para a coordenação da atuação conjunta dos beneficiários. Dada a amplitude da proposta do projeto as instituições envolvidas têm atribuições fundamentais nos aspectos de aparelhamento das linhas de combate e desenvolvimento de técnicas preventivas.

A relação jurídica entre estes atores é feita através de acordos de cooperação técnica. A relação operacional entre os atores será coordenada por um grupo executivo no qual o MMA e co-participantes terão um representante, e onde a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ e KfW participarão como observadores.

São coparticipantes:

- Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade - ICMBio;
- Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais/Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Prevfogo/IBAMA);
- Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins;
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE;
- Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Tocantins.

Desempenho:

Quadro 37 - Gestão Financeira 2016 (Valores em R\$)

Rubrica	Em Reais (1,00)
Saldo em caixa na abertura (01/01/2016)	2.099.839,97
Aporte de Recursos	10.134.434,16
Remuneração	282.084,76
Repasses de valores em pagamentos Efetuados	8.450.933,20
Taxa de Administração Caixa	1.013.443,42
Saldo em caixa no fechamento (31/12/2016)	3.051.982,27
Saldo Final	3.051.982,27

Divulgação: Ministério do Meio Ambiente e site CAIXA

5.5.1.15 Projeto Car – Kfw - Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia e em Áreas de Transição para o Cerrado

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: Não se Aplica (N/A)

Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente e Banco Alemão KFW

Órgão Gestor: Ministério do Meio Ambiente

Finalidade e Competências Institucionais:

O CAR é um instrumento criado pelo Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que objetiva integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, bem como o combate ao desmatamento. Esse cadastro é obrigatório e viabilizará o acesso a políticas públicas e sua ausência implicará em diversas sanções, vedação ao crédito rural inclusive.

Com foco no incremento do cadastro, o Ministério do Meio Ambiente e o Banco Alemão KFW firmaram um acordo de cooperação financeira que abrangerá 50 municípios da Região Norte, estruturado em quatro componentes representando uma relação estreita entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA, as Secretarias de Meio Ambiente dos Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, assim como com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. Buscará, por meio da viabilização de condições necessárias à inscrição e validação do CAR, elaboração e aprovação de Planos de Recuperação, assim como da estruturação dos Centros de Referência em Restauração.

Além de ampliar os esforços de inscrição no CAR priorizando o apoio aos pequenos proprietários e posseiros rurais, o projeto também espera contribuir de forma expressiva para facilitar o cumprimento de etapas posteriores à inscrição, por meio da

estruturação de Unidades de Transferência de Tecnologia e de programas de capacitação continuada.

A CAIXA assumiu a gestão financeira e parte das atividades operacionais, cujos desembolsos alcançam € 33 milhões de euros no período de 04 anos, e receberá 5,3% dos valores aplicados como taxa de administração.

Desempenho:

O Projeto está em fase preparatória da execução. Ainda no primeiro trimestre será publicado o edital de pré qualificação para contratação de consultoria internacional conforme exigência do banco alemão KFW.

Divulgação: Ministério do Meio Ambiente e site CAIXA

5.5.2 Informações sobre o Fundo Socioambiental

Criação

Desde sua criação, em 2010, o FSA CAIXA vem apoiando financeiramente, em parceria com órgãos públicos e entidades privadas, projetos socioambientais voltados para o desenvolvimento integrado e sustentável que beneficiam prioritariamente a população de baixa renda e estejam alinhados às estratégias da empresa e às diretrizes do Fundo.

Objetivo

O Fundo Socioambiental CAIXA (FSA CAIXA) tem como objetivo efetuar aplicações não reembolsáveis ou reembolsáveis ainda que parcialmente, destinadas especificamente a apoiar projetos e investimentos de caráter social e ambiental, que se enquadrem em programas e ações da CAIXA, principalmente nas áreas de:

- Habitação de interesse social;
- Saneamento ambiental;
- Gestão ambiental;
- Geração de trabalho e renda;
- Saúde, educação, esporte e cultura;
- Justiça, alimentação e desenvolvimento institucional;
- Desenvolvimento rural;
- Desenvolvimento sustentável;
- Ações sociais que beneficiam a população de baixa renda.

O FSA CAIXA é um fundo financeiro específico, com prazo de duração indeterminado, estruturado sob a forma de fundo de caixa, e visa também receber e aplicar

recursos em conformidade com as disponibilidades financeiras e de acordo com as disposições normativas.

Origem dos Recursos

Os recursos do FSA CAIXA são originários das dotações orçamentárias das seguintes fontes:

- Até 2% do lucro líquido ajustado da CAIXA, relativo ao ano anterior, apurados após a dedução dos dividendos devidos ao Tesouro Nacional, acrescido do saldo orçamentário não realizado no ano anterior;
- Doações e transferências efetuadas à CAIXA para as finalidades do FSA CAIXA;
- Repasses de fundos externos, públicos e privados, nacionais e internacionais;
- Rendimentos de qualquer natureza, decorrentes de aplicações da parcela de suas disponibilidades sujeita a remuneração;
- Retorno de aplicações reembolsáveis.

Estrutura do FSA CAIXA

Para garantir a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na aplicação dos recursos, a gestão do FSA CAIXA é estruturada em dois níveis, sendo um de gestão exercido pelo Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental - RSA e o outro técnico-operacional exercido pela Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (GERSA).

O Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental – Comitê RSA é um órgão autônomo, de natureza estratégica e caráter deliberativo e propositivo com atuação em âmbito nacional que tem por finalidade assegurar a articulação entre as diversas áreas da CAIXA no processo de desenvolvimento, implantação, avaliação e acompanhamento da Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental na CAIXA alinhada aos seus negócios.

A operacionalização do Fundo conta também com as unidades regionais da CAIXA as quais, analisam, acompanham e avaliam os projetos e as prestações de contas, além do relacionamento institucional realizado em conjunto com os canais de atendimento.

Plano de Aplicação

O Plano de Aplicação do FSA CAIXA define a(s) Linha(s) Temática(s), os Eixos de Atuação e a distribuição dos recursos para apoio aos projetos. O Plano é elaborado pela área de apoio técnico do FSA CAIXA, validado pelo Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e aprovado pelo Conselho Diretor da CAIXA.

Modalidades de Aplicações dos Recursos

Seleção Pública – modalidade de escolha de um conjunto limitado de projetos, nos segmentos ambientais e sociais, selecionados a partir de critérios divulgados em regulamentos específicos, elaborados com base nas diretrizes e linhas temáticas definidas no Plano de Aplicação do exercício.

Apoio a Políticas Internas – caracteriza-se pela proposição de projetos estratégicos por entidades externas, doadores ou repassadores de recursos diretamente ao FSA CAIXA, nos segmentos ambientais e sociais, de acordo com as diretrizes e as linhas temáticas definidas pelo Plano de Aplicação aprovado no exercício.

Incentivo financeiro a negócios sustentáveis – modalidade destinada a contemplar as demandas oriundas das áreas de produto da CAIXA, caracterizadas por solicitação de incentivo financeiro para ampliação de oferta de crédito, em projetos que comprovem adicionalidades socioambientais, os quais devem ser encaminhados ao FSA CAIXA para análise.

Valores Comprometidos e Desembolsados no Exercício por Linha Temática

Quadro 38 – Valores FSA CAIXA comprometidos por Planos de Aplicação e Linhas Temáticas

	Plano de Aplicação 2010 (2% do lucro de 2009)	Plano de Aplicação 2011 (2% do lucro de 2010)	Plano de Aplicação 2012 (2% do lucro de 2011)	Plano de Aplicação 2015 (2% do lucro de 2014)	Plano de Aplicação 2016 (2% do lucro de 2015)
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	39.734.019,96	48.654.708,54	35.274.713,13	16.207.940,00	49.389.002,81
Total Aprovado (A)			R\$ 189.260.384,44		
Linha Temática	Valor comprometido				
Cidades sustentáveis	6.944.248,39		21.842.734,99	16.946.362,09	
Energias limpas e sustentáveis	5.929.718,60	6.255.493,91	2.787.757,42		
Sustentabilidade Agro florestal		23.588.115,35	11.440.069,18		
Sustentabilidade hídrica	4.066.643,38	12.200.205,33		7.980.706,71	
Promoção socioeconômica	5.910.987,00	2.712.189,90	10.788.181,95	2.055.813,04	
Total Geral			141.449.227,24		
Saldo (A-B)			R\$ 47.811.157,20		

¹O valor total comprometido corresponde ao somatório dos valores dos acordos assinados e acordos aprovados em fase ajustes para assinatura. Fonte: DEORE/GERSA Posição: DEZ/2016

Quadro 39: Valores FSA CAIXA Comprometidos e Desembolsados – ACF² assinados e com desembolso em 2016

Linha Temática	Valor comprometido - ACF assinados	Total desembolsado no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016
Cidades sustentáveis	R\$ 45.733.345,47	R\$ 6.504.012,41	R\$ 13.859.137,43
Energias limpas e sustentáveis	R\$ 14.972.969,93	R\$ 1.322.177,90	R\$ 6.544.586,38
Sustentabilidade Agro florestal	R\$ 35.028.184,53	R\$ 4.517.756,71	R\$ 6.708.017,58
Sustentabilidade hídrica	R\$ 24.247.555,42	R\$ 5.774.744,88	R\$ 6.981.862,60
Promoção socioeconômica	R\$ 21.467.171,89	R\$ 2.741.723,57	R\$ 9.316.109,90
Total	R\$ 141.449.227,24	R\$ 20.860.415,47	R\$ 43.409.713,89
Valor a desembolsar	R\$ 98.039.513,35		

²ACF: Acordo de Cooperação Financeira
Fonte: GERSA Posição: DEZ/2016

O detalhamento dos projetos referentes ao exercício de 2016, estão apresentados no Anexo VI.

5.6 Informações sobre o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social –

5.6.1 Informações de identificação do FAS

Poder e Órgão de vinculação ou de supervisão	Ministério da Fazenda		
Nome completo	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social		
Denominação abreviada	FAS		
Código SIORG	Não se aplica.		
Código na LOA	Não se aplica.		
Situação operacional	Inativa		
Natureza jurídica	Outros fundos que, em razão de previsão legal, devam prestar contas ao Tribunal, incluindo os órgãos e entidades supervisoras ou gestores e os bancos operadores desses fundos.(DN-TCU 062/04, de 27/10/2004)		
Principal atividade econômica	Execução de Política Pública		
Telefones/fax de contato	61 3206-4992	61-3206-9576	
E-mail	gecoa@caixa.gov.br		
Página na <i>internet</i>	www.caixa.gov.br		
Endereço postal	Caixa Econômica Federal Vice-Presidência de Governo(VIGOV) Superintendência Nacional de Saneamento e Infra-Estrutura (SUSAN) SBS QUADRA 4 – Lotes 3 e 4 – 12ºandar – Ed- Sede Matriz I 70.092-900 – Brasília - DF		
Normas de criação e normas relacionadas à gestão e estrutura da UJ	Lei 6.168, de 03/12/1974, regulamentado pelo decreto 75.508 de 18/03/1975		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da UJ	Manual de Normas e Procedimentos Operacionais – MN SA059		
Códigos e nomes das Unidades Gestoras no Sistema SIAFI	Nome	Código	
	FAS	170380/Gestão 17911	

5.6.2 Finalidade e competências institucionais

O FAS, criado pela Lei 6.168, de 09/12/74, constituiu um importante instrumento de apoio financeiro a programas e projetos sociais integrantes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Em seu campo de atuação, o FAS tinha como finalidade de atender os setores mais carentes da população, fazendo gestão junto às áreas de saúde, previdência e assistência social, trabalho, justiça, educação e cultura.

Referida Lei dispôs, também, que o plano de aplicações do FAS ficaria a cargo do Presidente da República, após proposta do Conselho de Desenvolvimento Social – CD, ficando a CAIXA com a competência das aplicações dos recursos do Fundo, dentro das normas estabelecidas pelo Poder Executivo.

Com adição da Lei nº 8.212, de 24/07/91, que trata da Organização da Seguridade Social, bem como do seu Plano de Custeio, dispôs, no seu Artigo 26, que as receitas líquidas de quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípcas nos âmbitos federais, estaduais, Distrito Federal e municipal, se constituíam receita da Seguridade Social, os recursos canalizados para o FAS foram redirecionados à Seguridade Social, sendo garantido, apenas o repasse à CAIXA dos valores necessários ao cumprimento dos contratos até então assinados.

Entretanto, a Constituição em 1988, em seu Artigo 36, determinou que os fundos existentes na data de sua promulgação, excetuados aqueles resultantes de isenções fiscais que passem a integrar patrimônio privado e os que interessassem à defesa nacional, seriam extintos se não fossem ratificados pelo Congresso Nacional, no prazo de dois anos.

Os recursos destacados para compor o referido Fundo tiveram suas origens na renda líquida das Loterias Esportivas e Federal, nas parcelas destacadas para esse fim nos Orçamentos Operacionais da CAIXA, nos montantes consignados nas dotações da União e outros de origem interna e externa, inclusive os provenientes de repasses e financiamentos.

O FAS tinha como finalidade atender os setores mais carentes da população, fazendo gestão junto às áreas de saúde, previdência e assistência social, trabalho, justiça, educação e cultura.

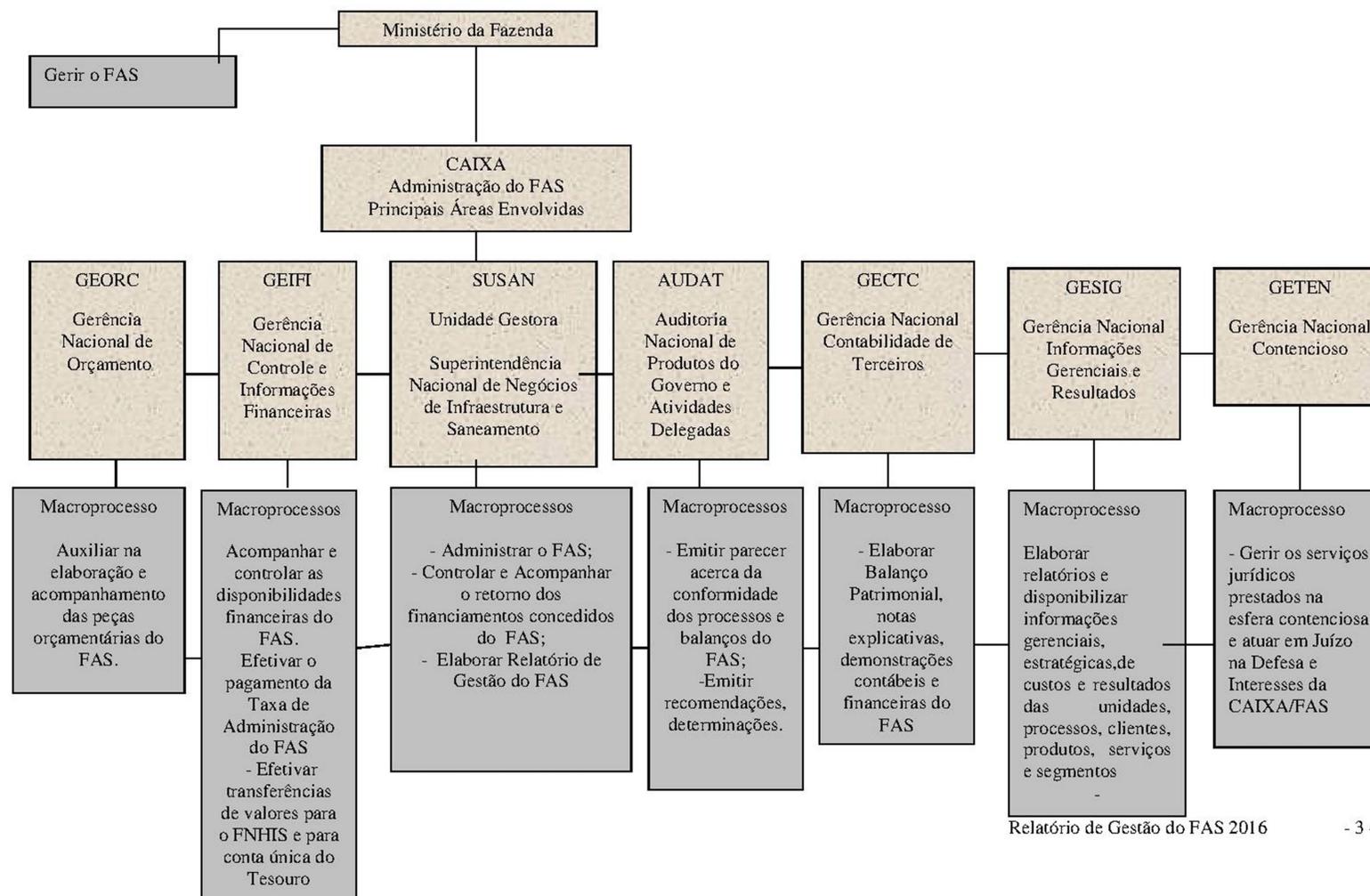
5.6.3 Organograma Funcional do FAS

Quanto à gestão do FAS, os procedimentos operacionais encontram-se na Superintendência Nacional de Negócios de Infraestrutura e Saneamento – SUSAN, vinculada à Diretoria Executiva de Saneamento e Infraestrutura - DESAN e Vice-Presidência de Governo - VIGOV.

A disposição da estrutura funcional do FAS apresenta-se, conforme gráfico a seguir, que também descreve sucintamente os macroprocessos de cada unidade envolvida, diretamente ou na forma de suporte ao gestor.

Figura 6 – Organograma Funcional do FAS

Organograma Funcional



5.6.4 Situação atual do FAS

As operações do FAS foram suspensas em 1991 com edição da Lei nº 8.212, que trata da Organização da Seguridade Social, redirecionando os recursos canalizados para o Fundo para a Seguridade Social.

Na sua condição de extinto, ou seja, sem novas concessões desde 1991, a gestão do Fundo neste exercício concentrou-se basicamente nas tarefas de controle e acompanhamento do retorno dos financiamentos concedidos e demais atividades relacionadas à sua administração, bem como nas tratativas junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para recebimento dos contratos do ex-Território de Roraima. No decorrer do exercício de 2016, as operações do FAS evoluíram dentro da normalidade, a exemplo dos anos anteriores, sem eventos que justificassem mudanças no seu processo de administração.

Para a condução das atividades pertinentes à administração do FAS, são utilizados recursos materiais e humanos da CAIXA, na condição de Administradora do Fundo, sendo que os custos decorrentes são cobertos pela taxa de administração à qual a CAIXA faz jus.

Em linhas gerais, o comportamento do patrimônio do Fundo, que apresenta evolução estável ao longo dos últimos exercícios, permite projetar um cenário pouco otimista quanto a redução do índice de inadimplência das suas operações de crédito uma vez que a totalidade das cobranças das operações do segmento “setor privado” encontra-se na esfera judicial, muitas delas com baixa possibilidade de recuperação, e algumas outras do segmento do “setor público” que também se encontram no aguardo de decisões judiciais.

Não houve fato relevante no ano de 2016 nas operações ainda remanescentes do Fundo de Apoio ao desenvolvimento Social – FAS e nenhuma ocorrência referente a denúncias recebidas pela CAIXA, quanto à sua atuação na administração do acervo do Fundo não tendo havido, portanto, registro de nenhum apontamento por parte dos Órgãos de Controle Internos atinente à matéria.

As movimentações financeiras no ano de 2016 se limitaram à transferência de R\$1.482 mili de suas disponibilidades para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, conforme previsto no Decreto nº 5.796, de 06/06/2006.

Quanto às operações do ex-Território Federal de Roraima, cuja assunção da dívida pela União está sedimentado no processo 10168.003897/96-07, corroborado pelo Ofício nº 4729 – STN/COPARP/DICRE, que apresenta o reconhecimento da dívida e posiciona-a em 08/01/1998 e pelo Relatório de Auditoria Especial 002/98, que faz a verificação e a apuração do “quantum”, a CAIXA ainda não obteve sucesso no recebimento dos valores junto à União.

Em manifestação recente a Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional informa à CAIXA a Publicação da LEI Nº 13.393, de 20 de dezembro de 2016, que abriu crédito especial de R\$ 22.600.000,00, no Orçamento da União, exercício de 2016, para a finalidade

em pauta, conforme descrição abaixo. Houve o empenho da despesa, e a inscrição em restos a pagar, com vistas ao pagamento em 2017.

Órgão: 71000 – Encargos Financeiros da União

Unidade: 71101 – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

Funcional Programática – 0909 – Operações Especiais; Outros Encargos Especiais

Funcional: 28 846/0909 0001 0001 – Ressarcimento ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social FAS de obrigações do Ex-Território Federal de Roraima

Valor: R\$ 22.600.000

5.6.5 Resumo Contábil

Seguem abaixo os comentários dos principais itens patrimoniais e de resultado:

Neste exercício, o FAS demonstrou Ativo no valor de R\$ 28.387 mil, conforme relacionado abaixo:

Quadro 40 – Ativos FAS

ATIVO	Exerc./16	Exerc./15	Δ%	Δ%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	6.974	9.018	(2.044)	(22,67)
Conta Única - União	1.093	968	125	12,91
Depósitos - CAIXA	5.867	6.565	(698)	(10,63)
Depósitos CAIXA - Escola Rural	14	1.485	(1.471)	(99,06)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	21.413	20.712	701	3,38
Financiamentos	21.413	20.712	701	3,38
TOTAIS	28.387	29.730	(1.343)	(4,52)

Fonte: CAIXA\ DESAN (em R\$ Milhares)

As contas de Caixa e Equivalente de Caixa registraram decréscimo de 22,7%, resultando no saldo de R\$ 6.974 mil ao final do exercício de 2016, em decorrência das seguintes movimentações:

Quadro 41 : Movimentações (valores em R\$ milhares)

MOVIMENTAÇÃO	DEPÓSITOS CONTA ÚNICA	FAS	ESCOLA RURAL	TOTAIS
Saldo Inicial	968	6.565	1.485	9.018
Remuneração de Depósitos	125	124	11	260
Recuperação de Prejuízo	0	6	0	6
Transferência FNHIS	0	0	(1.482)	(1.482)
Taxa de Administração	0	(828)	0	(828)
Saldo Final	1.093	5.867	14	6.974
VARIAÇÕES	125	(698)	(1.471)	(2.044)

Fonte: SISFIN - Sistema Financeiro /SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Ressaltamos que houve o repasse em MAI/16 ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, no montante de R\$ 1.482 mil, referente às disponibilidades financeiras não comprometidas com obrigações a serem honradas pelo FAS, conforme Item “I” do Artº. 2º do Capítulo I do Decreto 5.796/06, de 06/06/2006.

As Operações de Crédito, referentes a quatro contratos com o ex-território de Roraima, cujo garantidor é a União, registraram variação positiva no período de R\$ 701 mil, em virtude da capitalização da atualização monetária, no valor de R\$ 421 mil, e dos juros, no valor de R\$ 280 mil.

O Passivo e o Patrimônio Líquido Ajustado totalizaram R\$ 28.387 mil no exercício de 2016, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 42 : Passivo(valores em R\$ milhares)

PASSIVO	Exerc./16	Exerc./15	Δ	Δ%
PASSIVO	53	1.482	(1.429)	(96,42)
OUTRAS OBRIGAÇÕES	53	1.482	(1.429)	(96,42)
Taxa de Administração	53	51	2	3,92
Valores a Repassar ao FNHIS	0	1.431	(1.431)	(100,00)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO	28.334	28.248	86	0,30
Capital Social	23.097	23.148	(51)	(0,22)
Fundo Conta Geral	5.237	5.100	137	2,69
TOTAIS	28.387	29.730	(1.343)	(4,52)

Abaixo demonstramos a movimentação da taxa de administração no exercício de 2016:

Quadro 43: Taxas de Administração (valores em R\$ milhares)

Saldo em 31/12/2015				51
Pagamentos efetuados de Jan a Dez/16				(828)
Provisões de Jan a Dez/16				830
Saldo				53

O resultado apurado no exercício foi positivo no montante de R\$ 137 mil, em função das receitas e despesas demonstradas a seguir:

Quadro 44 – Resultado em função das receitas e despesas(valores em R\$ milhares)

	4º TRI 16	4º TRI 15	Δ%	Exerc./16	Exerc./15	Δ%
RECEITAS OPERACIONAIS	234	252	(7,14)	967	892	8,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	177	179	(1,12)	701	631	11,09
Rendas de Financiamento	177	179	(1,12)	701	631	11,09
OPERAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	57	73	(21,92)	260	261	(0,38)
Rendas de Depósitos	57	73	(21,92)	260	261	(0,38)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	-	-	6	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	6	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(158)	(149)	6,04	(830)	(641)	29,49
COMISSÕES E TARIFAS	(158)	(149)	6,04	(830)	(641)	29,49
Taxa de Administração	(158)	-149	6,04	(830)	(641)	29,49
TOTAIS	76	103	(26,21)	137	251	(45,42)

As Receitas Operacionais apresentaram o montante de R\$ 234 mil, com variação negativa de R\$ 18 mil, quando comparado com o 4º trimestre de 2015 e um aumento de 11,1% na comparação anual, decorrente das rendas de financiamentos e rendas de depósitos.

As Despesas Operacionais, composta exclusivamente pela Taxa de Administração, apresentaram no ano de 2016, o montante de R\$ 830 mil, aumento de 29,5% quando comparada ao ano de 2015, decorrente dos custos administrativos do FAS incorridos pela CAIXA, com destaque para os custo de pessoal, em função de reajuste salarial (ACT 2016).

As contas de compensação apresentaram os seguintes valores:

Quadro 45 – Resultado das contas de compensação(valores em R\$ milhares)

	Exerc./16	Exerc./15	Δ	Δ%
CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVA	93.457	90.374	3.083	3,41
CUSTÓDIA DE VALORES	1	1	0	0,00
Valores em Garantia	1	1	0	0,00
CRÉDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO	5.962	5.962	0	0,00
Créditos Baixados como Prejuízo	5.962	5.962	0	0,00
OUTRAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVA	66.081	63.699	2.382	3,74
Encargos por atraso	66.081	60.862	5.219	8,58
Ações Judiciais	0	2.837	(2.837)	(100,00)
OPERAÇÕES DE RISCO	21.413	20.712	701	3,38
Op. Cred. Nível Risco "AA"	21.413	20.712	701	3,38
CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVA	93.457	90.374	3.083	3,41
CUSTÓDIA DE VALORES	1	1	0	0,00
Depósito de Valores em Garantia	1	1	0	0,00
BAIXA DE CRÉDITOS DE LIQ DUVIDOSA	5.962	5.962	0	0,00
Baixa de Créditos de Liquidação Duvidosa	5.962	5.962	0	0,00
OUTRAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVA	66.081	63.699	2.382	3,74
Encargos por atraso	66.081	60.862	5.219	8,58
Ações Judiciais	0	2.837	(2.837)	(100,00)
CARTEIRA DE CRÉDITOS CLASSIFICADOS	21.413	20.712	701	3,38

5.6.6 Auditorias Interna e Externa

Não houve no ano de 2016 nenhuma recomendação do TCU para o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS.

Houve a conclusão da Auditoria Interna, consignada no RA AUDIRMZ 010/2017, de 15/02/2017 o qual conclui pela inexistência de pendências relativas a este Fundo. De mesma sorte, também foi apresentada a MINUTA do Relatório da EY Auditores Independentes cuja conclusão também é pela regularidade do Fundo. Até o momento, não dispomos da versão finalizada do relatório da EY Auditores Independentes, mas a mesma poderá ser encaminhada para o TCU tão logo esteja disponível.

5.6.7 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social –FAS estão apresentadas no Anexo VIII.

5.7 Informações sobre depósitos judiciais e extrajudiciais

A GENEF, subunidade da CAIXA, na qualidade de Gestor Financeiro da UG 179104/0001 é responsável por efetuar as transferências dos valores das devoluções de recursos aos contribuintes, referentes aos depósitos judiciais e extrajudiciais, do INSS e RFB e demais órgãos, para a conta de reserva bancária da CAIXA.

IDENTIFICAÇÃO

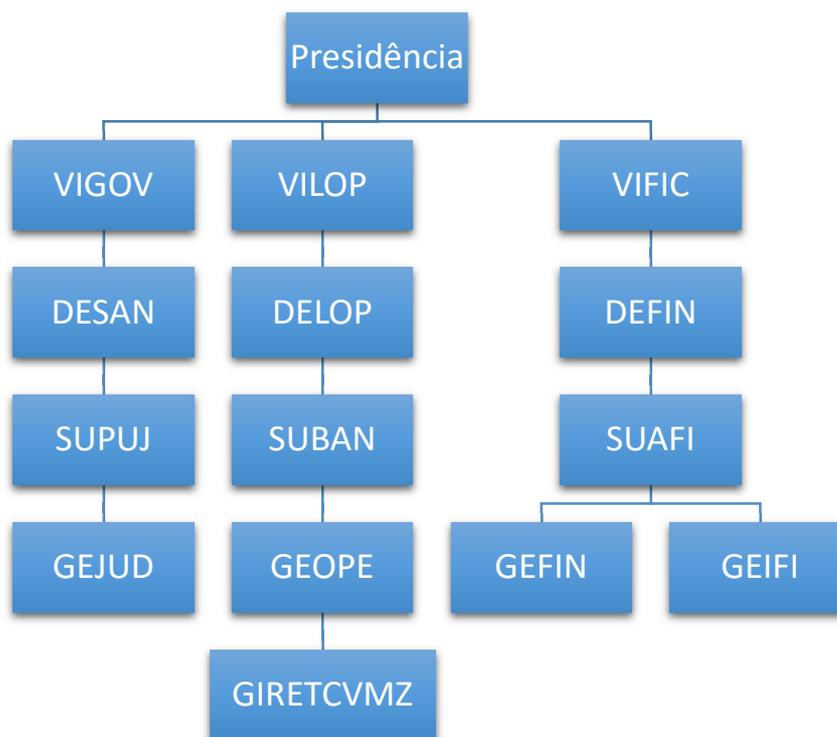
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 1929
Identificação da subunidade da CEF			
Denominação Completa: Caixa Econômica Federal			
Denominação Abreviada: CAIXA			
Código SIORG: 0091	Código na LOA: Não se aplica		Código SIAFI: Não se aplica
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública			CNPJ: 00.360.305/0001-04
Principal Atividade: Serviços Financeiros			Código CNAE: 6423-9
Telefones/Fax de Contato:	(61) 3206-9000	(61) 3206-9817	(61) 3206-9732
Endereço Eletrônico: presidencia@caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.caixa.gov.br			
Endereço Postal: SBS Quadra 04, lotes 3/4, Ed. Matriz I, CEP: 70092-900, Brasília - DF			
Identificação da Unidades Gestora			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Caixa Econômica Federal/Depósitos Judiciais e Extrajudiciais			
Denominação abreviada: CEF/ Dep. Jud. e Extr.			
Código SIORG: 1929	Código na LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 179104
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			CNPJ: -
Principal Atividade: Executora – mandatária da União			Código CNAE: Não se aplica
Telefones/Fax de contato:	(61) 3206-8855	(061) 3206-9748	
E-mail: geifi@caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.caixa.gov.br			
Endereço Postal: SBS Quadra 4, lotes 03/04, Ed. Matriz I, 2º andar, CEP: 70092-900, Brasília - DF			

Quadro 46 – Áreas/Subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Contatos
GEJUD	Responsável pela manutenção do índice SELIC e dos códigos (RFB, demais Órgãos e dos depósito do INSS); pela gestão do cadastro e pela prestação de contas dos depósitos e levantamentos aos órgãos.	Marcelo Henrique Espindola Sandes	Gerente Nacional	(61) 3206-6855 – gejud@caixa.gov.br
GIRETCVMZ	Responsável pela operacionalização das alterações, conferências, acertos e conciliações dos sistemas SIGDJ e SIADJ;	Alexandre Rodrigues Ribeiro	Gerente de Filial	(61) 3206-1538 – giretvmz@caixa.gov.br
GEFIN	Recebe as informações das arrecadações da RFB, demais órgãos e INSS e repassa à Conta Única do Tesouro por meio de mensagens TES (Identificador de modalidade de mensagens ao Tesouro Nacional);	Daniel Henrique Santana de Paiva	Gerente Nacional	(61) 3206-6500 – gefin@caixa.gov.br
GEIFI	Executora da Secretaria do Tesouro Nacional, é responsável pelas devoluções de recursos das contribuições do INSS e RFB por meio da emissão de OBR – Ordens bancárias para conta de reserva bancária da CAIXA	Rodney da Mota Chaves	Gerente Nacional	(61) 3206-8855 – geifi@caixa.gov.br

Fonte : CAIXA/GEIFI

Figura: Organograma



Base normativa relacionada aos depósitos judiciais e extrajudiciais.

Os depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro, provenientes de ações ajuizadas perante a Justiça Federal relativas a tributos e contribuições judiciais administradas pela SRF, e as contribuições sociais, administradas pelo INSS, são depositados e administrados pela CAIXA, conforme condições estipuladas pela Lei nº. 9.703, de 17 de novembro de 1998 e Portaria nº 569, de 17 de dezembro de 2001.

Com a promulgação das Leis 12.058/09 e 12.099/09, foi ampliado o escopo e as datas dos depósitos, que passaram a abranger os depósitos judiciais e extrajudiciais, conforme segue:

a) referentes a tributos, contribuições federais e seus acessórios, inclusive os depósitos relativos aos débitos inscritos na Dívida Ativa da União, administrados pela RFB e pelo INSS;

b) não tributários relativos à União e os tributários e não tributários relativos a fundos públicos, autarquias, fundações públicas e demais entidades federais integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Esses depósitos são repassados pela CAIXA à Conta Única do Tesouro Nacional no mesmo prazo fixado para o recolhimento dos tributos e contribuições federais, que ocorre no primeiro dia útil posterior ao recebimento do depósito.

Após o encerramento da lide ou do processo litigioso mediante ordem de autoridade judicial, ou no caso de depósito extrajudicial, da autoridade administrativa competente, o valor é devolvido ao depositante, pela CAIXA, no prazo mínimo de vinte e quatro horas, quando a sentença lhe for favorável, ou transformado em pagamento definitivo, quando a sentença da devolução ou decisão for favorável à Receita Federal ou ao INSS.

As normas externas que regulamentam a administração desses recursos, além das leis 9.703/98, 12.058/09 e 12.099/09, são Instrução Normativa SRF nº 421, de 10/05/2004 e Portaria MF nº 479, de 29/12/2000.

Internamente, os procedimentos operacionais executados pela CAIXA estão disciplinados nos manuais normativos CO059 – Depósitos Judiciais– Lei 9.703/98 e CO283 – Depósitos Extrajudiciais – Lei 9.703/98.

Informações sucintas do relacionamento com a Secretaria do Tesouro Nacional para o gerenciamento do fluxo de trabalho de operacionalização dos depósitos:

- STN: Responsável em estabelecer os procedimentos para a execução financeira das devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais, bem como receber o produto da arrecadação dos depósitos judiciais.
- COFIN: Acompanha a execução orçamentária e financeira dos recursos da União, disponibilizando-os quando solicitado pela CAIXA nas devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais.

Para a operacionalização dessas devoluções, foi estipulado pela STN, por meio da Portaria nº 569, de 17 de dezembro de 2001, e de acordo com o previsto no Art. 3º da Lei nº 9.703, os procedimentos para a execução financeira das devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais.

De acordo com o estabelecido na mencionada Portaria, a CAIXA, na qualidade de executora da STN, é responsável pela devolução dos valores de depósitos judiciais e extrajudiciais, por meio da emissão de OBR, na UG 179104, no SIAFI.

Para viabilizar essa execução financeira, foi criada a UG, no SIAFI, denominada CEF/DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, código 179104, Gestão Tesouro (00001), vinculada ao MF.

A CAIXA, na qualidade de executora dos Depósitos Judiciais e Extrajudiciais, UG 179104/Gestão 00001, observadas as normas legais e regulamentares, compete:

- Formalizar as solicitações de limites de saques e seus ajustes, por meio de PF, detalhados pelos códigos de vinculação específicos para as devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais à STN;
- Promover as devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais, por meio de emissão de OBR, para a Conta de Reserva Bancária da CAIXA;
- Comprovar que os recursos disponibilizados foram restituídos aos respectivos depositantes;
- Prestar à STN, quando solicitada, informações sobre as devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais.
- Gestão de riscos e controles instituídos para garantir o desempenho da CAIXA na gestão dos depósitos;

A gestão de risco operacional envolve aspectos como identificação, avaliação, mensuração, mitigação e reporte do risco operacional em conformidade com as normas vigentes e as boas práticas de governança corporativa.

O modelo de três linhas de defesa, estabelece o papel e responsabilidade de cada área dentro do sistema de gerenciamento de risco operacional:

- A primeira linha de defesa é responsável pelo gerenciamento do risco operacional em cada Unidade Gestora, sob a responsabilidade do gestor da unidade;
- A segunda linha de defesa é responsável por definir a política de risco operacional, os padrões mínimos e diretrizes, e que estejam em acordo com a estrutura de risco operacional e está sob a responsabilidade da SUCOR/GEROP;
- A terceira linha de defesa provê verificação independente sobre a robustez do modelo de risco operacional e inclui a Auditoria.

Nesse contexto, cabe aos gestores de produtos, serviços e processos a responsabilidade de identificar os riscos e implementar melhoria de controles que representem medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão.

Adicionalmente, a GEROP definiu que as atividades priorizadas pela Resolução 179/2012 do Comitê Delegado de Riscos e Capital, deverão ser avaliadas anualmente. Na GEJUD, a atividade priorizada pelo critério de impacto na continuidade de negócios é a administração de depósitos judiciais. Em 2014, foi aplicada a metodologia de autoavaliação de riscos operacionais e em 2015, foi criada junto com o gestor a Matriz GUT, ferramenta de priorização de riscos com a categorização da Gravidade, Urgência e Tendência. Consta no planejamento para o primeiro semestre de 2016, a criação dos indicadores para monitoramento dos riscos operacionais associados à atividade.

Além das normas internas, o SIADJ – Sistema de Administração de Depósitos Judiciais da CAIXA passa por melhorias a fim de minimizar as ocorrências de erro, bem como auxiliar na gestão de riscos e controles. As ações de melhoria e controle de risco são acompanhadas no Sistema de Relatórios de Controle Interno.

Demonstração do fluxo financeiro dos depósitos no exercício, comparativamente ao anterior, demonstrando também, de forma gerencial, os quantitativos de depósitos;

O saldo existente em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 241.859.036,62 (duzentos e quarenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos), foi transferido para execução no exercício de 2016, sendo R\$ 147.403.094,43 (cento e quarenta e sete milhões quatrocentos e três mil e noventa e quatro reais e quarenta e três centavos) na fonte de recursos 0100000000 (vinculação de pagamento 950) destinados às devoluções judiciais relativas à SRF, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões) na Fonte de Recursos 0151000000 (vinculação de pagamento 960) e R\$ 44.455.942,19 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta e dois reais e dezenove centavos) na Fonte de Recursos 0154000000, destinados às devoluções judiciais relativas ao INSS. Ressalte-se que o valor disponibilizado na Fonte de Recursos 0151000000 foi restituído ao Tesouro Nacional em março/2016.

No exercício de 2016, para a realização da devolução dos depósitos judiciais e extrajudiciais, a STN disponibilizou recursos financeiros na UG 179104/Gestão 00001, conta contábil nº. 112160400 – “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento”, no montante de R\$ 10.658.315.184,91 (dez bilhões, seiscentos e cinquenta e oito milhões, trezentos e quinze mil, cento e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos), sendo R\$ 7.873.315.184,91 (sete bilhões, oitocentos e setenta e três milhões, trezentos e quinze mil, cento e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos) na Fonte de Recursos 0100000000 (vinculação de pagamento 950), destinados às devoluções judiciais relativas à SRF, R\$ 2.785.000.000,00 (dois bilhões, setecentos e oitenta e cinco milhões de reais) na Fonte de Recursos 0154000000 (vinculação de pagamento 960), destinados às devoluções judiciais relativas ao INSS. Não houve disponibilização de recursos na Fonte de Recursos 0151000000 (vinculação de pagamento 960), também relativa ao INSS.

A CAIXA, na qualidade de executora da STN, na UG 179104, realizou devolução dos valores referentes aos depósitos judiciais e extrajudiciais, pela emissão de OBR, tendo como favorecida a Instituição Financeira CAIXA, por meio de crédito

em sua Conta de Reservas Bancárias, no valor total de R\$ 10.836.433.469,43 (dez bilhões, oitocentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos), sendo R\$ 8.009.436.600,87 (oito bilhões, nove milhões, quatrocentos e trinta e seis mil e seiscentos reais e oitenta e sete centavos) referentes à na Fonte de Recursos 0100000000 (vinculação de pagamento 950) da SRF, R\$ 2.826.996.868,56 (dois bilhões, oitocentos e vinte e seis milhões, novecentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e seis centavos) referentes à Fonte de Recursos 0154000000 (vinculação de pagamento 960), destinados às devoluções judiciais relativas ao INSS.

Na disponibilidade financeira ficou um saldo para 2017 de R\$ 13.740.752,10 (treze milhões, setecentos e quarenta mil, setecentos e cinquenta e dois reais e dez centavos), sendo R\$ 11.281.678,47 (onze milhões duzentos e oitenta e um mil, seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos) na Fonte de Recursos 0100000000 (vinculação de pagamento 950), e R\$ 2.459.073,63 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil e setenta e três reais e sessenta e três centavos) na Fonte de Recursos 0154000000 (vinculação de pagamento 960).

Demonstramos a seguir o comparativo da movimentação financeira dos exercícios 2015 e 2016

Quadro 47 – Movimentação Financeira - Valores em R\$ 1,00

	2015	Total de OBR 2015	2016	Total de OBR 2016
Saldo no Exercício anterior	1.228.104,19	3574	241.859.036,62	3744
Saldo devolvido ao Tesouro	0,00		50.000.000,00	
Recursos Extraorçamentários Recebidos	3.823,66		0,00	
Recursos disponibilizados pela STN no exercício	9.413.300.000,00		10.658.315.184,91	
Total devolvido pela SRF	7.844.836.179,79		8.009.436.600,87	
Total devolvido pelo INSS	1.327.867.398,99		2.826.996.868,56	
Despesas Extraorçamentárias	3.823,66		0,00	
Saldo disponível do Exercício transferido para o exercício seguinte	241.859.036,62		13.740.752,10	

Fonte: SIAFI

Principais auditorias e fiscalizações realizadas na gestão dos depósitos judiciais e extrajudiciais no exercício, pela auditoria interna da CAIXA ou externa, informando as constatações e conclusões dos auditores;

Para a Unidade Gestora 179104/00001 – CEF/Depósitos Judiciais/Extrajudiciais não houve nenhum apontamento de auditoria.

As Demonstrações contábeis da CAIXA Depósitos Judiciais encontram-se no anexo IX.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

A CAIXA disponibiliza, à sociedade e aos seus clientes, os seguintes canais de acesso, para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões:

SAC Caixa

- 0800 726 0101
- Reclamações, sugestões, elogios, pedidos de cancelamento, informações sobre produtos e serviços da Caixa.
- O atendimento ocorre 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- A ligação pode ser realizada por telefone fixo e celular.

Ouvidoria Caixa

- 0800 725 7474
- Denúncias e reclamações não solucionadas.
- O atendimento ocorre em dias úteis, das 09:00 às 18:00.

De Olho na Qualidade (Exclusivo Minha Casa Minha Vida)

- 0800 721 6268
- Dúvidas, reclamações, elogios e denúncias referentes ao programa Minha Casa Minha Vida.
- O atendimento ocorre 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- A ligação pode ser realizada por telefone fixo e celular.

Caixa Cidadão

- 0800 726 0207
- Para atendimento referente a PIS, Benefícios Sociais, FGTS, Cartão Social e Resultado de Loterias.
- O atendimento ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 21h, e aos sábados, das 10h às 16h, aceitando chamadas originadas de telefones fixos e celulares.
- O serviço de consulta eletrônica está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Atendimento Comercial

- Informações de suas movimentações financeiras.
- 3004.1105 - Capitais e Regiões Metropolitanas e 0800 726 0505 - demais regiões
- A ligação pode ser realizada por telefone fixo e celular.

Renegociação de Dívidas

- 0800 726 8068 – Opção 8 no atendimento automático.

Atendimento aos clientes no exterior

- 55 (71) 3206-9900 (ligação a cobrar – atendimento em português)

Suporte Tecnológico

Suporte para empresas, governo e para você.

- Capitais e regiões metropolitanas - 3004 1104
- Demais regiões - 0800 726 0104

- Site da Caixa, Internet Banking, Mensagens via celular e Terminais de Atendimento. O atendimento funciona 24 horas por dia, sete dias por semana.
- Portal de Compras, Certificado Digital, Farmácia Popular e FIES. Todos os dias, das 7h às 20h.
- Convênios, referente a produtos como Convênios, Cobrança, Folha de Pagamento, Pagamento eletrônico, Débito em Conta, Caixa Rápido, Conectividade Social, SEFIP e GRRF. Segunda a sexta, das 7h às 20h, e sábados, entre 7h e 13h, para suporte empresarial.
- SIBEC, Bolsa Família, GovConta, GovCorporativo, SISTN, SimBrasil, Cadmut/FCVS, e Cadastro Único para suporte a Empresas e Estados e Municípios. Segunda a sexta, das 7h às 20h.

Deficiente Auditivo

- 0800 726 2492
- Para esclarecer suas dúvidas sobre produtos e serviços, suporte tecnológico, informações, reclamações, sugestões e elogios.
- O atendimento ocorre 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Atendimento Cartões Caixa

SAC Cartão de Crédito

- 0800 726 0101

Cartões Azul, Nacional, Internacional, Gold e Mais 4004 9009 (Capitais e regiões metropolitanas)

- 0800 940 9009 (Demais localidades)

Cartões Platinum, Grafite, Visa Infinite, MasterCard Black e Elo Nanquim

- 4004 9001 (Capitais e regiões metropolitanas)
- 0800 940 9001 (Demais localidades)

Cartões Empresariais

- 4001 9008 (Capitais e regiões metropolitanas)
- 0800 001 2100 (Demais localidades)

Cartão Construcard

- 3004-2100 (capitais e regiões metropolitanas);
- 0800 001 2100 (Demais localidades).

Atendimento a clientes portadores de deficiência auditiva e de fala

- 0800 882 2492 Cartões Pessoa Física
- 0800 728 4462 Cartões Pessoa Jurídica

Atendimento Caixa no Exterior (ligação a cobrar)*

- 55 21 3506 0999

*A ligação deve ser feita a cobrar. Consulte a forma de ligação a cobrar do país de onde fará a chamada.

Atendimento Caixa Seguradora

- 0800 702 4000 Serviços e Relacionamento

Fale Conosco CAIXA (<http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco>)

- Disponível para registros - 24/7

Atendimento Denúncias – Site CAIXA (<http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco/home/formulario/denuncias>)

- Disponível para registros - 24/7

Fale com o Presidente (falecompresidente@caixa.gov.br)

Viva Voz (Ouvidoria Interna)

- Intranet empresarial
- Esclarecemos ainda que o Canal de Ouvidoria Interna (Viva Voz) está disponível para esclarecimentos e dúvidas sobre ética e comportamento.

Formas de divulgação dos canais de denúncia e reclamação

Público Externo:

- Site da CAIXA (Fale Conosco/Fale com o Presidente/Atendimento Denúncias e Ouvidoria CAIXA)
- Folheteria Agências, Unidades Lotéricas e Correspondentes Bancários (Ouvidoria e SAC Caixa)

Relatório Institucional das Atividades da Ouvidoria

A Ouvidoria da CAIXA publica semestralmente o Relatório Institucional da unidade, que traz informações sobre as atividades desenvolvidas. Os arquivos podem ser consultados no link: <http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco> > menu lateral “Outras Informações” > opção “Relatório de Ouvidoria”

CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Do serviço oferecido

A Ouvidoria presta atendimento focado no coletivo, porém, sem desprezar os interesses individuais. Esse serviço é a última instância para a solução dos conflitos entre empresa/fornecedor e cliente. Além disso, ela possui autonomia de demandar as diversas áreas da Empresa, e deve utilizar as reclamações para fomentar mudanças de comportamento e conduta da Empresa. Cumpre ainda à Ouvidoria, o diálogo com os organismos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), como PROCONS, Defensorias Públicas e entidades da sociedade civil.

Requisitos, documentos e informações necessários para acessar o serviço:

Não há requisitos mínimos de acesso à Ouvidoria. Qualquer pessoa, brasileiro ou estrangeiro, pode buscar o atendimento da Ouvidoria CAIXA, contudo, a resposta ao demandante atentar-se-á aos ditames legais sobre sigilo bancário da informação.

Principais etapas para processamento do serviço:

As principais etapas do serviço de atendimento da Ouvidoria são: a) Registro (recebimento do manifesto do consumidor; b) Tratamento (busca pela solução definitiva e satisfatória para o demandante); c) Resposta (comunicação acerca dos encaminhamentos e tratamentos dispensados ao caso, bem como de eventuais procedimentos a serem adotados pelas partes).

Prazo máximo para a prestação do serviço:

O prazo de resposta às demandas não pode ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação, nos termos da Resolução nº.4.433/2015/CMN.

Forma de prestação do serviço:

Telefônico (0800 725 7474) e eletrônico (internet)

Forma de comunicação com o solicitante do serviço

Telefone e/ou correspondência (virtual ou tradicional).

Prioridades de atendimento

Não se aplica.

Tempo de espera para atendimento

O tempo de espera máximo para o atendimento telefônico da Ouvidoria é de 45 segundos de fila.

Procedimentos para receber, atender, gerir e responder às sugestões e reclamações

Ligação telefônica gratuita (0800) para a Ouvidoria

Mecanismos de consulta, por parte dos usuários, acerca das etapas, cumpridas e pendentes, para a realização do serviço solicitado:

Todos os atendimentos realizados pela Ouvidoria são identificados por número de protocolo e as ligações gravadas, sendo possível a consulta do andamento da demanda, assim como a recuperação e monitoria ativa das ligações recebidas.

Tratamento a ser dispensado aos usuários quando do atendimento:

A Centralizadora de Ouvidoria recebe e registra no sistema “atender.caixa” as reclamações e denúncias de pessoas físicas ou jurídicas recebidas por meio de telefone DDG 0800 725 7474, formulário da internet e dos correios, que já tenham passado pelo SAC, e demais demandas de clientes da CAIXA oriundas de órgãos externos.

As demandas recepcionadas pelos órgãos externos, como PROCON, BACEN, Defensorias Públicas, entre outros, são recebidas por email, correio, fax ou acessadas pela internet.

O registro das manifestações ocorrem em até D+1 após o recebimento das mesmas.

No ato do registro deve-se dar atenção a alguns pontos importantes. São eles:

- Verificar se os dados do cliente estão atualizados;
- Utilizar uma classificação que melhor identifique o problema;
- Certificar-se que a unidade de destino é a correta.

Caso o documento não apresente requisitos básicos para o registro da ocorrência e não seja possível identificar, nos sistemas da CAIXA, os dados necessários para tal, a Ouvidoria recusa o recebimento, endereçando a justificativa ao respectivo órgão de defesa do consumidor que expediu o documento.

A justificativa é enviada no próprio documento ou por ofício.

Requisitos básicos para o sistema de sinalização visual das unidades de atendimento

Não se aplica, tendo em vista inexistir atendimento presencial/físico.

Condições mínimas a serem observadas pelas unidades de atendimento, em especial no que se refere a acessibilidade, limpeza e conforto

Não se aplica, tendo em vista inexistir atendimento presencial/físico.

Procedimentos alternativos para atendimento quando o sistema informatizado se encontrar indisponível

A paralização das atividades da Ouvidoria é gerenciável por até 2 dias. A ocorrência de eventos com duração superior a esse período implicam em perda de prazos e conseqüente descumprimento de normas legais. O mapeamento dos riscos e planos de contingência são realizados anualmente.

Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos- Usuários:

A Ouvidoria monitora mensalmente a satisfação quanto ao serviço prestado. A pesquisa constitui-se de 3 perguntas aos clientes que buscaram a Ouvidoria e abarca: a) o atendimento dispensado; b) a resolução definitiva do problema apontado por ele(a); c) satisfação com o serviços/produtos CAIXA. Tais informações são utilizadas

para apuração de índices de desempenho das unidades e para a adoção de ações de cunho estratégico e tático.

A base amostral consultada é extraída do universo de clientes atendidos nos canais internos (ouvidoria) e os contatos realizados via telefone pela equipe de Telesserviços CAIXA. O resultado apurado compõe o bloco Negocial – indicador “Satisfação dos Clientes da Ouvidora”.

Quantidades de reclamações (SAC, Ouvidoria, PROCON, BACEN e Outras origens):

O quadro abaixo apresenta a quantidade total de reclamações na CAIXA nas diversas origens, em que verifica-se a redução de 8,88% no total do 1º semestre para o segundo:

Quadro 48 – Total de Reclamações

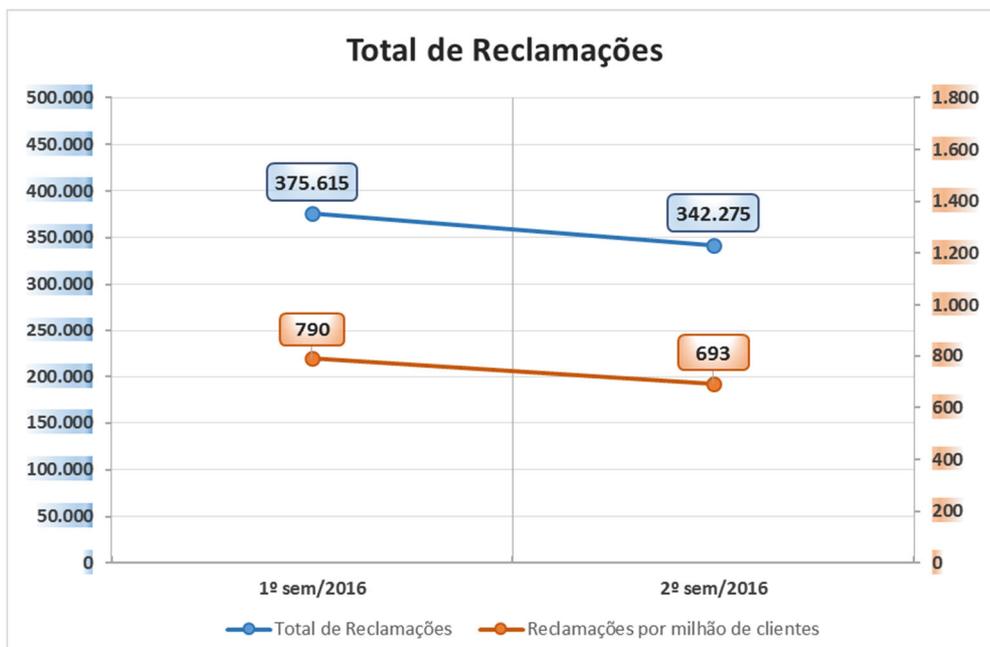
Total de Reclamações		
1º Sem 2016	2º Sem 2016	Δ%
370.054	337.547	-8,78%
Total de Processos Administrativos - PROCON ¹		
5.561	4.728	-14,98%
Total Geral		
375.615	342.275	-8,88%

Fonte – CAIXA/Ouvidoria

A evolução semestral do total de reclamações desde janeiro de 2016, em todas as origens, é demonstrada no gráfico abaixo:

Figura 8 - Reclamações

¹ Processo Administrativo: notificação de demandas consideradas pelos PROCON como Fundamentadas Não Atendidas, que permite marcar uma audiência entre o consumidor e a empresa ou solicitar uma resposta da empresa por carta nos casos de notificação, fiscalização e multa.



Fonte:- OUID - Base de dados do sistema Atender.CAIXA e base de clientes do Ranking BACEN (SCR + CCS)

Abaixo o quadro comparativo entre os exercícios de 2014 e 2016 por natureza e canal de origem:

Quadro 49 - Natureza

NATUREZA	TOTAL 2014	TOTAL 2015	TOTAL 2016
DENÚNCIA	4.953	3.421	4.321
RECLAMAÇÃO	661.576	789.212	717.890

Quadro 50 - Origem

ORIGEM	TOTAL 2014	TOTAL 2015	TOTAL 2016
BACEN	36.677	43.764	42.292
SAC ²	579.129	681.026	595.828
PROCON	20.265	33.870	28.922

Fonte: base de dados do sistema atender.CAIXA

Reclamações tratadas pela Ouvidoria CAIXA (excluem-se as registradas no SAC):

Na tabela abaixo, são demonstrados os principais assuntos tratados pela Ouvidoria da CAIXA, ou seja, excluindo as origens SAC e Consumidor.Gov:

² Excluindo-se a origem consumidor.gov

Quadro 51 – Reclamações Tratadas pela Ouvidoria Caixa

Assunto	1º Sem 2016	2º Sem 2016	Δ%
CARTÕES	22.557	14.907	-33,91%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	7.944	8.282	4,25%
CONTAS	7.033	7.993	13,65%
HABITAÇÃO	7.926	7.594	-4,19%
CENTRAIS DE TELESSERVIÇOS	2.616	2.541	-2,87%
AGÊNCIA	2.684	2.429	-9,50%
SERVIÇOS BANCÁRIOS	1.649	2.123	28,74%
PRODUTOS DE FIDELIZAÇÃO	1.695	1.447	-14,63%
CANAIS DE ATENDIMENTO	935	1.335	42,78%
FGTS	694	853	22,91%
BENEFÍCIOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS SOCIAIS	609	758	24,47%
GREVE ³	0	585	*
INTERNET/INTRANET	334	414	23,95%
OUTROS	530	815	53,77%
Total	57.206	52.076	-8,97%

Fonte: base de dados do sistema Atender.CAIXA

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços de Loterias, publicada em 2012, pode ser acessada por meio do seguinte link: <http://www.caixa.gov.br/Downloads/loterias-carta-servicos-cidadao/CARTADESERVICO2012.pdf>.

A nova carta de serviços de loterias tem previsão de publicação para o ano de 2017.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Periodicamente os produtos de loterias são submetidos a pesquisas com o objetivo de obter junto aos seus clientes sua opinião sobre a prestação desse serviço público delegado.

No ano de 2016, foi realizada ampla pesquisa de mercado que identificou, entre outros itens, o grau de satisfação dos apostadores.

Destacamos que os dados da referida pesquisa possuem caráter sigiloso, pois suas informações são de cunho comercial.

³ Não foi possível mensurar a variação do assunto "Greve", pois foi criado no 2º semestre de 2016.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A CAIXA trabalha para cumprir a plenitude da legislação e das normas emanadas pelos órgãos de controle, bem como legislações específicas de sua área de atuação, buscando constantemente possibilitar aos cidadãos o acesso às informações públicas relativas à Instituição, de forma ágil, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. Esse acesso é ofertado por meio da divulgação espontânea de informações de interesse coletivo nos meios e instrumentos legítimos, e também contemplando as demandas apresentadas através dos diversos canais da Instituição.

Assim, por meio do endereço <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/Paginas/default.aspx>, são disponibilizados dados importantes que dizem respeito à CAIXA e ao seu papel diante da sociedade e do Estado, como licitações, contratos, programas, estrutura organizacional, a Lei de Acesso à Informação, relatórios de gestão, informações financeiras, responsabilidade socioambiental, dentre outros. E para atender demandas apresentadas pela sociedade, a CAIXA disponibiliza canais para que o cidadão possa contatar a CAIXA e tirar todas suas dúvidas, como SAC, com atendimento 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, Ouvidoria, e SIC – Serviço de Informação ao Cidadão.

No menu “Acesso à Informação” do site de CAIXA são publicadas informações acerca dos itens abaixo relacionados:

- Institucional;
- Ações e programas;
- Participação social;
- Relatórios e Auditorias;
- Convênios e Transferências;
- Receitas e Despesas;
- Licitações e Contratos;
- Empregados;
- Informações classificadas e desclassificadas;
- Link de acesso aos relatórios estatísticos referentes à Lei de Acesso à Informação;
- Perguntas frequentes.

Essas informações podem ser acessadas por meio do seguinte link: <http://www.caixa.gov.br/acesso-a-informacao>.

Os documentos que compõem os processos de contas anuais, incluindo os Relatórios de Gestão e respectivas Peças complementares podem ser acessados por meio da seguinte página: <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/informacoes-financeiras/processo-de-contas-aneais>.

Essa página também apresenta link de acesso para os formulários de pedido de informação, recurso, reclamação e reavaliação.

Além disso, a CAIXA também dispõe de estrutura interna para o atendimento de demandas oriundas de transparência passiva em que o Cidadão delimita as informações que deseja que lhe sejam prestadas pela Instituição.

7.1 Desempenho financeiro no exercício

Em 2016, a CAIXA operou buscando cumprir a sua proposta de ser mais que um banco para a população brasileira, confiando na capacidade de superação do País, em face a cenários adversos. Para tanto, manteve a busca contínua por eficiência na gestão e sustentabilidade nos negócios, o que a fez prosseguir com sua missão de importante vetor para o investimento em infraestrutura, participante ativa no desenvolvimento da economia nacional e operacionalização de políticas voltadas à redução das desigualdades sociais e regionais do País. Ao longo do ano, por meio da concessão de crédito habitacional, financiamento da produção e do consumo ou do desenvolvimento das ações de saneamento e infraestrutura, o saldo da carteira de crédito cresceu 4,4% em 12 meses, somando R\$ 709,3 bilhões.

O índice de inadimplência encerrou 2016 em 2,88%, redução de 0,7 p.p em 12 meses, demonstrando que as ações de aperfeiçoamento da gestão de risco, da cobrança e de todos os demais elementos do ciclo do crédito continuam a produzir os efeitos planejados pela Empresa.

Quanto à execução dos programas governamentais, em 2016, foram pagos R\$ 28,3 bilhões em benefícios sociais e R\$ 242,1 bilhões em benefícios aos trabalhadores. O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou R\$ 27,4 bilhões em benefícios no período, garantindo para as famílias participantes o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde e contribuindo para a redução da taxa de mortalidade infantil, devido às condicionalidades do Programa.

Em 2016, a CAIXA auferiu lucro líquido de R\$ 4,1 bilhões. Impactaram no resultado o aumento de 3,6% nas receitas de intermediação financeira e o avanço de 8,4% na receita de prestação de serviços e tarifas.

Além desses, a eficiente gestão das despesas de intermediação financeira, que aumentaram apenas 2,0% em 12 meses também contribuiu para o avanço do resultado operacional. As despesas com provisão para devedores duvidosos evoluíram 2,3%, demonstrando a qualidade da carteira e melhorias contínuas das políticas e processos de gestão no ciclo do crédito.

Aliado a esses fatores e ao rígido controle das despesas administrativas, que cresceram apenas 6,3% no ano, o resultado operacional que cresceu R\$ 2,9 bilhões em relação a 2015, encerrando dezembro com R\$ 4,0 bilhões, mesmo com o cenário macroeconômico desafiador enfrentado em 2016.

Os ativos administrados pela CAIXA somaram R\$ 2,1 trilhões, com destaque para o FGTS, com saldo de R\$ 502,0 bilhões, e os Fundos de Investimento, com saldo de R\$ 287,4 bilhões, evoluções respectivas de 9,0% e 12,5%, em 12 meses.

Os ativos da CAIXA totalizaram R\$ 1,3 trilhão, evolução de 4,3% em doze meses. A carteira de crédito ampla representa 56,5% desse total, totalizando R\$ 709,3

bilhões, enquanto os títulos e valores mobiliários, com R\$ 181,3 bilhões, correspondem a 14,4%.

Quadro 52 - CAIXA Operações de Crédito (Saldo)

Operações de Crédito	Saldo		Variação % 2016/2015
	2015	2016	
Comercial	198.944	190.983	-4,0
PF	102.704	101.860	-0,8
PJ	96.240	89.123	-7,4
Habitacional	384.686	406.106	5,6
Saneamento e Infraestrutura	70.869	78.554	10,8
Financiamento rural e agroindustrial	7.489	7.217	-3,6
Operações de crédito vinculadas à cessão	5.361	13.868	158,7
Outros créditos com características de concessão de crédito ¹	12.137	12.561	3,5
Total	679.487	709.289	4,4

Valores em R\$ milhões

Fonte: Caixa Econômica Federal/DECON- Diretoria Executiva de Controladoria

Para o Programa Minha Casa Minha Vida, em 2016, foram contratados pela CAIXA R\$ 41,4 bilhões, o equivalente a 355 mil novas unidades habitacionais. Dessas novas moradias, 9,8% foram destinadas à FAIXA 1 do Programa, que se destina aos beneficiários com renda de até R\$ 1,8 mil.

Em relação ao crédito rural, cujos recursos são destinados ao custeio agrícola e pecuário, às operações de investimentos em máquinas e equipamentos, à aquisição de animais e aos projetos de infraestrutura rural, em 2016, o saldo foi de R\$ 7,5 bilhões, com destaque para a modalidade disponível para Pessoa Jurídica, que apresentou 15,5% de aumento em comparação com o ano anterior.

No tocante à conquista de novos clientes, em 2016, a Instituição atingiu a quantidade de 24,9 milhões de contas correntes. As contas destinadas à pessoa jurídica totalizaram 2,2 milhões, e as voltadas para pessoas físicas, 22,7 milhões, incluindo a modalidade Conta CAIXA Fácil.

Com isso, a CAIXA, ao final do período, apresentou saldo de R\$ 512,2 bilhões em depósitos, incremento de 12,4% em 12 meses.

Em 2016, a CAIXA alcançou 68,8 milhões de contas poupança, evolução de 7,8% em relação ao ano anterior. Esse desempenho contribuiu para que a poupança alcançasse saldo de R\$ 252,4 bilhões em 2016, incremento de 4,1% em comparação a 2015.

Quadro 53 - CAIXA Saldos de Depósitos

DEPÓSITOS	Saldo		Variação % 2016/2015
	2015	2016	
A vista	27.415	31.883	16,3
Poupança	242.360	252.403	4,1
A prazo	168.918	210.689	24,7
Outros	16.967	17.215	1,5
Total	455.659	512.191	12,4

Fonte: Caixa Econômica Federal/DECON- Diretoria Executiva de Controladoria (Valores em R\$ milhões)

Em 2016, a CAIXA conseguiu alcançar a melhor marca dos últimos 10 anos em seu índice de eficiência operacional, fechando o ano com 52,1% melhoria de 1,6 p.p. em 12 meses. Tal resultado foi alcançado, principalmente, pela estratégia da empresa de envidar esforços para conter despesas e otimizar cada vez mais processos e canais de atendimento ao cliente.

O saldo das captações totais da CAIXA atingiu R\$ 984,1 bilhões em dezembro de 2016, aumento de 4,5% em 12 meses. A relação entre as captações totais e a carteira de crédito correspondeu a 138,7%.

A evolução do saldo no ano foi influenciada pelos acréscimos de 24,7% nos depósitos a prazo e 16,3% em depósito à vista. Os depósitos tiveram crescimento nominal de R\$ 56,5 bilhões em 12 meses, totalizando R\$ 512,2 bilhões em dezembro de 2016. A poupança, com saldo de R\$ 252,4 bilhões, continua a ser a fonte de recursos mais importante da CAIXA, apresentando crescimento de 4,1% em relação ao mesmo período de 2015.

O patrimônio líquido da CAIXA apresentou saldo de R\$ 63,6 bilhões, incluindo R\$ 36,5 bilhões em Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o capital principal em Basileia III. O retorno sobre o patrimônio líquido médio acumulado em doze meses foi de 6,57%.

Quadro 54 - CAIXA Indicadores de Desempenho

INDICADORES	2015	2016
Retorno sobre o Ativo médio	0,63	0,34
Índice de Basileia	14,43	13,54
Endividamento do setor público	30,55	37,58
Provisão sobre operações de crédito	4,99	5,04
Cobertura de despesas administrativas	66,21	67,56
Cobertura de despesa de pessoal	104,85	106,72
Retorno sobre o patrimônio líquido médio	11,41	6,57
Índice de eficiência operacional	53,69	52,06

Fonte: Caixa Econômica Federal/Gerência Nacional de Informações Gerenciais e Resultados - GESIG

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, em 2016, a Caixa foi responsável pelo pagamento de 164,6 milhões de benefícios, correspondente a R\$ 242,1 bilhões.

Quadro 55 - CAIXA Benefícios ao Trabalhador

PROGRAMAS	2015		2016	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Previdência Social	64,789.485	72,102	65,408.057	81,464
Seguro-Desemprego	30,853.655	30,668	33,001.857	36,775
Abono Salarial	10,298.359	8,059	20,513.564	15,859
PIS Rendimentos	5,875.684	269	7,916.372	411
PIS Quotas	572.514	752	740.024	908
Total	112,389.697	111,849	127,579.874	135,417

Fonte: Caixa Econômica Federal (Valores em R\$ milhões, quantidades em mil)

Os programas de transferência de renda destinados à melhoria das condições financeiras e à erradicação da pobreza da população em situação de vulnerabilidade social distribuíram R\$ 28,3 bilhões em 2016, no total de 163,8 milhões de benefícios pagos. Somente o Bolsa Família pagou 158,6 milhões de benefícios no período, totalizando R\$ 27,4 bilhões.

Quadro 56 - CAIXA Programas de Transferência de Renda

PROGRAMAS	2015		2016	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Bolsa Família	157.654	26.399.956	158.579	27.362.877
Programa Auxílio Emergencial Financeiro	15	1.210	-	-
Garantia Safra	3.507	621.012	3.649	625.105
Bolsa Carioca	845	68.658	635	54.180
Renda Cidadã	381	34.167	-	-
Bolsa Verde	286	85.821	230	68.992
Chapéu de Palha	200	38.984	192	39.135
Fomento às Atividades Rurais	144	150.149	47	54.233
PETI	103	3.906	66	2.485
De Volta para Casa	50	20.486	39	16.109
Bolsa Atleta	29	87.695	38	85.812
Mulheres da Paz	0,3	56,6	-	-
PROTEJO	1	149	-	-
Projeto Primeiro Passo Salvador	81	6.885	357	23.427
Total	163.296	27.519.134	163.832	28.332.355

Fonte: Caixa Econômica Federal (Valores em R\$ mil, quantidades em mil)

7.2 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas

A CAIXA divulga, trimestralmente, as demonstrações contábeis, as respectivas notas explicativas, e o Relatório da Administração, conforme estatui a Lei 6.404/76.

Além da publicação das demonstrações contábeis, a CAIXA também divulga o Press Release, relatório gerencial sobre o desempenho da Empresa.

Esses documentos são publicados, periodicamente, no site da CAIXA, nas versões português e inglês, e podem ser acessados por meio do seguinte link: <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/informacoes-financeiras/Paginas/balancos-e-demonst.aspx>.

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76, as notas explicativas e o Relatório da Administração integram o Anexo IX deste Relatório.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

As deliberações do Tribunal de Contas da União - TCU, consubstanciadas em acórdãos e que possuam determinações e/ou recomendações à CAIXA, são atendidas, em sua totalidade, por diversos Gestores.

Quando existirem deliberações, consubstanciadas em acórdãos e que possuam determinações e/ou recomendações à CAIXA, decorrentes do julgamento de contas anuais, são geradas informações para o Relatório de Gestão.

O controle das deliberações e o respectivo atendimento se dá conforme fluxo a seguir.

- Acompanhamento dos acórdãos emitidos no site do TCU;
- Identificação dos acórdãos com determinação e/ou recomendação à CAIXA;
- Acompanhamento da recepção no protocolo da CAIXA dos ofícios enviados pelo TCU, com os acórdãos em anexo;
- Encaminhamento dos referidos ofícios dos Gestores responsáveis pelo atendimento das determinações e/ou recomendações.
- Registro das determinações e/ou recomendações em sistema automatizado;
- Acompanhamento do registro das ações saneadoras pelo Gestor responsável pelo atendimento da demanda;
- Acompanhamento da homologação das ações propostas pela Unidade hierarquicamente superior ao Gestor responsável pelo atendimento;
- Validação do Plano de Providências proposto pelo Gestor;
- Acompanhamento da finalização das ações propostas;
- Emissão de relatórios com as ações pendentes e regularizadas no exercício;
- Encaminhamento dos relatórios às unidades da CAIXA.

Informamos que o durante o exercício de 2016, em relação ao julgamento de contas anuais do TCU de exercícios anteriores, verificamos a conclusão de 3 acórdãos, conforme relação abaixo:

- ACÓRDÃO Nº 633/2016 – TCU – 1ª Câmara, ATA Nº 2, SESSÃO DE 02/02/2016 - TC 033.099/2014-6: Trata-se de Prestação de Contas do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – FGTS, relativa ao exercício de 2013.
- ACÓRDÃO Nº 4241/2015 – TCU – 1ª Câmara, ATA Nº 26, SESSÃO DE 04/08/2015 - TC 022.953/2013-2: Trata-se de solicitação de informação/documento com vistas ao saneamento do processo de Prestação de

Contas - Exercício de 2012 do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad - INTO.

- ACÓRDÃO Nº 2790/2015 – TCU – SEGUNDA CÂMARA, ATA Nº 16/2015, SESSÃO DE 26/05/2015 - TC 022.282/2013-0: Trata-se de Prestação de Contas Anual do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES – exercício 2012.

8.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

As recomendações da Controladoria Geral da União - CGU, consubstanciadas em Relatórios e Notas de Auditoria e que possuam recomendações à CAIXA, são atendidas, em sua totalidade, por diversos Gestores e são geradas informações para o Relatório de Gestão.

O controle das deliberações e o respectivo atendimento se dá conforme fluxo a seguir.

Recepção de ofícios ou mensagens eletrônicas, contendo Relatórios e Notas de Auditorias, emitidos pela CGU;

- Encaminhamento do referidos ofícios dos Gestores responsáveis pelo atendimento das determinações e/ou recomendações.
- Registro das determinações e/ou recomendações em sistema automatizado;
- Acompanhamento do registro das ações saneadoras pelo Gestor responsável pelo atendimento da demanda;
- Acompanhamento da homologação das ações propostas pela Unidade hierarquicamente superior ao Gestor responsável pelo atendimento;
- Validação do Plano de Providências proposto pelo Gestor;
- Acompanhamento da finalização das ações propostas;
- Emissão de relatórios com as ações pendentes e regularizadas no exercício;
- Encaminhamento dos relatórios às unidades da CAIXA.

Informamos que durante o exercício de 2016, foram identificadas conclusões para 48 recomendações da CGU.

8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

A Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil é aplicada com fins de investigar fato irregular que venha a ser praticado por empregado, ex-empregado ou empregado aposentado, com a possível aplicação de penalidade administrativa e civil, caso seja confirmado o ilícito cometido, sendo compreendida pela Análise Preliminar e pelo Processo Disciplinar e Civil.

Quanto à estrutura da Corregedoria, esclarecemos que a gestão estratégica da unidade encontra-se sob responsabilidade da Corregedora (titular da função de Superintendente Nacional), sendo as atividades táticas divididas sob a administração de três Gerências Executivas: Apuração, Ética e Integridade, e Conselhos Disciplinares.

Subordinadas à Gerência Executiva de Apuração e de Conselhos Disciplinares existem 12 representações regionais em: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo.

No âmbito operacional, as atividades de apuração e administrativas são executadas por empregados da Caixa, nas funções de Assessor Executivo, Secretário, Assistente Executivo.

Tomadas de Contas Especiais:

Quantidade de Tomadas de Contas Especiais cuja instauração foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU 71/2012:

- Não há TCE's instauradas e não remetidas ao TCU, estas somente são instauradas em caso de cumprimento dos requisitos previstos no MN RH062 e IN TCU 71/2012.

TCE - Não Remetidas ao TCU em até 180 dias do exercício da Instauração

- Todas as TCE instauradas foram encaminhadas dentro do prazo legal estabelecido pela IN-TCU nº 71/2012, vigente no ano de 2016.

Instauradas – Remetidas

Quantidades de Tomadas de Contas Especiais instauradas no exercício de 2016, remetidas ao TCU:

- 16 TCE foram instauradas e remetidos ao TCU em 2016

Quadro 57- Demonstrativo

Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário								
Tomadas de Contas Especiais								
Casos de dano objeto de medidas administrativas Internas	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do Exercício Instauração*	
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
945 penalidades com responsabilidade civil em processos concluídos ¹								16 TCE Instauradas e remetidas ao TCU (*)

(*) Fonte: GESEC/CEPES- CORED

¹ No ano de 2016 foram aplicadas 945 penalidades com responsabilidade civil em processos concluídos (Fase: Apuração Concluída, Aguardando Providências) em 2016. Essa informação foi obtida por meio de pesquisa no Portal de Apoio ao Processo de Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil (APUR). Pesquisou -se a quantidade de processos concluídos em 2016 que possuem registro de responsabilidade civil imputada. Contudo, não é possível afirmar que tais processos foram efetivamente objeto de medidas administrativas internas, sendo, portanto, uma informação em tese.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações conforme disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Os contratos firmados pela CAIXA para o fornecimento de bens e serviços estabelecem cronograma financeiro de desembolso com os respectivos prazos de pagamento, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

Os controles instituídos para garantir o cumprimento destes cronogramas decorrem de normas internas específicas de gestão operacional e formal de contratos e pagamentos a fornecedores – AD029 e AD103, cujas orientações demandam estrita observância do cumprimento das obrigações contratuais pelo contratado, bem como dos prazos determinados contratualmente para o seu desembolso, como cediço, em consonância com o que dispõe a Lei 8.666/93, em seu Art. 5º.

Ressaltamos que a CAIXA utiliza sistemas próprios para o controle e execução do orçamento e pagamento a fornecedores, SIPLO e SIGPE – ERP/SAP, este último em fase de implementação e com parte dos contratos já migrados.

Importante destacar que o processo pagamento a fornecedores é instância autônoma para a verificação da conformidade contratual quanto aos prazos para a efetivação dos pagamentos e tem suas responsabilidades e atividades segregadas do gestor operacional de contratos, cabendo a este último acompanhar a execução dos contratos na forma pactuada e promover o pertinente ateste para a realização dos pagamentos dos serviços ou bens prestados e entregues.

Na oportunidade, informamos que está em tramitação o Regulamento Próprio, para submissão e aprovação pelas instâncias competentes da empresa.

8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Em que pese estarem suspensos em caráter liminar e, por consequência, a obrigatoriedade da revisão contratual dos preços contratados com a Administração Pública, informamos que os contratos celebrados entre a Caixa e seus fornecedores já foram desonerados conforme informado no PCA 2014 e PCA 2015. Os contratos assinados em 2016 já foram celebrados com a alíquota correta não sendo passíveis de desoneração.

8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

As campanhas publicitárias da CAIXA são desenvolvidas de forma a dar suporte ao planejamento estratégico da empresa, na divulgação dos produtos e serviços oferecidos aos clientes, fortalecendo seu posicionamento de banco comercial e agente de políticas públicas.

A CAIXA, assim como seus concorrentes, se vale de pesquisas de mercado que trazem informações sobre os meios de comunicação (audiência, circulação, visibilidade etc.) e hábitos de consumo dos públicos específicos.

Com isso é possível recomendar os meios de comunicação (TV, revista, rádio, jornal, internet, etc.) e direcionar os recursos públicos para uma menor dispersão e maior retorno no atingimento do público alvo.

Contudo, o impacto da comunicação na evolução mercadológica dos produtos e serviços não pode ser mensurado somente por este aspecto.

Também são importantes nessa equação, as características do produto/serviço – como atratividade, vantajosidade em relação ao da concorrência - a capilaridade de seus pontos de venda, a região e o público-alvo, dentre outros.

Como um dos objetivos da Publicidade, a melhoria da visibilidade da marca CAIXA pode ser dimensionada nas pesquisas de Avaliação de Imagem realizadas semestralmente pela Empresa, que permitem medir a imagem que a população tem da CAIXA, considerando-se que uma imagem favorável e adequada aos objetivos negociais é propulsora de melhor performance comercial

Para o acompanhamento da efetividade das campanhas publicitárias, são realizadas de forma sistemática, pesquisas mensais que buscam medir e avaliar o desempenho das propagandas televisivas veiculadas pela CAIXA junto ao público e em relação aos bancos concorrentes, denominada Tracking de Comunicação.

São ainda objetivos específicos desta pesquisa:

- Comparar a receptividade, percepção, compreensão das propagandas da CAIXA e dos concorrentes pelo público;
- Fornecer subsídio para posicionamento das ações de comunicação da CAIXA frente a concorrência;
- Avaliar as principais campanhas de comunicação lançadas no mês, que estejam no ar pelo período mínimo de 15 dias;
- Verificar se há impacto das campanhas na imagem da empresa na percepção do público;

- Fornecer indicadores que permitam comparabilidade periódica;
- Qualificar o comportamento do público e suas preferências quanto à propagandas.

Tais ferramentas de pesquisa permitem avaliar a eficiência da comunicação publicitária, sendo os resultados negociais o objetivo final desses esforços de comunicação.

O quadro a seguir apresenta os valores orçados e realizados em 2015, nas rubricas de publicidade:

Quadro 58 – Despesa com publicidade

Rubrica	Programa/Ação Orçamentária	Orçado (*)	Realizado (*)
Publicidade Institucional	Não se Aplica	174.088.842,00	189.134.578,82
Publicações Oficiais/Legais		14.018.116,00	12.353.193,93
Publicidade Mercadológica		250.475.478,00	201.027.920,38
Propaganda Utilidade Pública		0,00	369,36
Totais		438.582.436,00	402.516.062,49

(*) Valores referentes à 5ª reprog 2016

(**) Valores validados pela Diretoria Executiva de Marketing e Comunicação

Fonte: GEORC01

Os dados referentes aos contratos firmados com as agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 59 - Contratos firmados com as agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda

Agência de Publicidade	Nº Contrato	Vigência	Total Contrato	Pago (*)
Artplan Comunicação S.A.	1035/2013	22/04/2015 a 21/04/2016 e 22/04/2016 a 21/04/2017	558.005.000,00 (2015 a 2016) 554.005.000,00 (2016 a 2017)	135.527.983,84
Heads Propaganda LTDA	1029/2013	22/04/2015 a 21/04/2016 e 22/04/2016 a 21/04/2017		125.768.765,89
Novas B Comunicação LTDA	1034/2013	22/04/2015 a 21/04/2016 e 22/04/2016 a 21/04/2017		152.244.221,69
PROPEG Comunicação S.A. **	11620/2015	22/04/2015 a 21/04/2016 e 22/04/2016 a 21/04/2017		76.321.713,67
Outros ***	1027/2013	22/04/2015 a 21/04/2016 e 22/04/2016 a 21/04/2017	0,00	78.821,97
Totais				489.941.507,06

Fonte: CAIXA/Diretoria de Marketing e Comunicação - DEMAC (SISFIN Data: 18/03/2016)

*Valores pagos no período de 01/01/2015 a 31/12/2015

**Agência contratada por determinação judicial

***Contrato finalizado em 21/04/2015 não prorrogado

9 Outras Informações Relevantes

9.1 CAIXA Seguridade

CAIXA Seguridade Participações S.A.

A Companhia tem por objetivos participar, direta ou indiretamente, como acionista, sócia ou quotista, do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, bem como gerir a comercialização e a distribuição de produtos e serviços dessas participadas, cujo objeto seja:

- a. a estruturação e comercialização de seguros de pessoas, de patrimônio, rural, de crédito, garantia, de automóveis ou qualquer outro tipo de seguro;
- b. estruturação e comercialização de planos de previdência complementar bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de previdência complementar;
- c. estruturação e comercialização de planos de capitalização, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização;
- d. estruturação e administração de grupos de consórcios e comercialização de cotas, próprios ou de outras administradoras de consórcio;
- e. corretagem de seguros dos ramos elementares, vida e saúde, títulos de capitalização, planos de previdência complementar aberta e a administração de bens;
- f. administração, comercialização ou disponibilização de seguros ou planos privados de assistência médica e odontológica a pessoas jurídicas e/ou físicas;
- g. efetuar operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior;
- h. realização de quaisquer atividades reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pela Agência Nacional de Saúde – ANS ou pelo Banco Central do Brasil, relativos a grupo de consórcios;
- i. prestação de serviços complementares ou relacionados àqueles empreendidos pelas sociedades citadas nos itens anteriores, bem como serviços a entidades financeiras; e
- j. participação em sociedades voltadas para as finalidades anteriormente referidas.

A estrutura orgânica da holding está estabelecida no Estatuto Social, conforme apresentado a seguir:

Assembleia Geral - instalada ordinariamente até o final do mês de abril do ano seguinte ao término do exercício social, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigir.

Administração - A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei e de acordo com seu Estatuto Social e pelos respectivos Regimentos Internos.

Conselho de Administração - é o órgão de orientação superior das atividades da empresa e com funções deliberativas composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 6 (seis) membros, dos quais um será o seu Presidente e outro o seu Vice-Presidente, preferencialmente residentes e domiciliados no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dentre os membros do Conselho de Administração:

(i) os acionistas minoritários poderão eleger, ao menos, 1 (um) dos membros do Conselho de Administração, se número maior não lhes couber pelo processo de voto múltiplo;

(ii) 1 (um) dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

(iii) 1 (um) dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda; e

(iv) os demais membros do Conselho de Administração serão indicados pela CAIXA.

Diretoria - a sociedade será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, brasileiros, preferencialmente residentes e domiciliados no país, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, permitida a reeleição por iguais períodos, sendo um dos quais o Diretor-Presidente, e os demais denominados Diretores Executivos, dentre eles 1 (um) Diretor responsável por Relações com Investidores. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, ainda que interinamente.

Conselho Fiscal - o Conselho Fiscal funciona de modo permanente, sendo constituído por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, sendo que, em qualquer hipótese, 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente serão indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante da Secretaria do Tesouro Nacional. O mandato dos membros do Conselho Fiscal terá duração até a Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição, salvo destituição, podendo os mesmos serem reeleitos. Os membros do Conselho Fiscal permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e investidura de seus sucessores. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de qualquer de seus membros.

Comitê de Auditoria - a Companhia terá um Comitê de Auditoria com funcionamento permanente e subordinação direta ao Conselho de Administração, este órgão estatutário será composto por 4 (quatro) membros efetivos, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos, sendo que pelo menos um dos integrantes deverá possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria. Seus membros serão eleitos e destituídos, na forma do artigo 29, § 1º do Estatuto Social da Companhia, pelo Conselho de Administração, obedecendo aos seguintes critérios: 1 (um) membro indicado em conjunto, pelo(s) Conselheiros de Administração representantes dos acionistas minoritários; e 3 (três) membros indicados pelos demais membros do Conselho de Administração.

Comitê de Transação com Partes Relacionadas - a Companhia terá um Comitê de Transações com Partes Relacionadas, cuja constituição e instalação é deliberada pelo Conselho de Administração, observados os seguintes parâmetros: o Comitê será composto por 3 (três) membros eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dentre os quais 1 (um) membro independente, que poderá ser o conselheiro independente do Conselho de Administração, ou, na impossibilidade deste, um membro indicado pelos acionistas não controladores; e os outros 2 (dois) membros, serão indicados pelos demais conselheiros do Conselho de Administração, ambos com comprovados conhecimentos nas áreas de finanças, contabilidade e/ou mercado brasileiro de seguridade.

Auditoria Interna: A Auditoria Interna da Companhia será supervisionada pelo Comitê de Auditoria. A Caixa Seguridade firmou convênio com a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de compartilhar estrutura e serviços de auditoria interna. Dessa forma, a Auditoria Geral da CAIXA efetua os trabalhos de auditoria interna na Caixa Seguridade. As ações que compõem o Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna – PAINT da Companhia são aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e envolvem temáticas de Contabilidade e Gestão, cujos objetos auditáveis incluem, dentre outros, Relacionamento com Investidores, Compliance, Governança das Participações e Gerenciamento de Riscos. Os trabalhos anuais de auditoria são finalizados mediante a entrega de Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna – RAINT.

a. Composição do Conselho de Administração

Titular: Miriam Aparecida Belchior

Cargo: Presidente do Conselho

Competências: Coordenar as atividades do Conselho de Administração da Companhia; convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração além de indicar, dentre os demais membros, o secretário; convocar, em nome do Conselho de Administração, a Assembleia Geral e presidi-la; decidir sobre a participação, em reuniões do Conselho de Administração, de pessoas que não sejam do órgão, para prestar esclarecimentos de qualquer natureza; e conduzir o processo de avaliação anual do desempenho do Conselho de Administração.

Período de atuação: 01/01/2016 a 15/06/2016

Titular: Gilberto Magalhães Occhi

Cargo: Presidente do Conselho

Competências: Coordenar as atividades do Conselho de Administração da Companhia; convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração além de indicar, dentre os demais membros, o secretário; convocar, em nome do Conselho de Administração, a Assembleia Geral e presidi-la; decidir sobre a participação, em reuniões do Conselho de Administração, de pessoas que não sejam do órgão, para prestar esclarecimentos de qualquer natureza; e conduzir o processo de avaliação anual do desempenho do Conselho de Administração.

Período de atuação: 16/06/2016 a 31/12/2016

Titular: Fábio Lenza

Cargo: Vice-Presidente

Competências: O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade.

Período de atuação: 01/01/2016 a 31/12/2016

Titular: Márcio Percival Alves Pinto

Cargo: Membro do Conselho

Período de atuação: 01/01/2016 a 31/12/2016

Titular: Guilherme Estrada Rodrigues

Cargo: Membro do Conselho

Período de atuação: 01/01/2016 a 31/12/2016

Titular: Paulo Guilherme Farah Correa

Cargo: Membro do Conselho

Período de atuação: 01/01/2016 a 07/03/2016

Titular: Fábio Mitsuo Fukujima Goto

Cargo: Membro do Conselho

Período de atuação: 25/04/2016 a 31/07/2016

Titular: Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto

Cargo: Membro do Conselho

Período de atuação: 01/11/2016 a 31/12/2016

Titular: Waldemir Bargieri

Cargo: Membro independente do Conselho

Período de atuação: 01/01/2016 a 31/12/2016

b. Composição da Diretoria

Titular: Josemir Mangueira Assis
Cargo: Diretor-Presidente
Período de atuação: 01/01/2016 a 26/06/2016

Titular: Raphael Rezende Neto
Cargo: Diretor-Presidente
Período de atuação: 27/06/2016 a 31/12/2016

Competências: específicas do Diretor-Presidente ou ao seu substituto:

a) a representação ativa e passiva da Companhia, em todos os seus negócios e relações com terceiros, firmando contratos, distratos, assinando cheques e outros títulos de crédito, recebendo e dando a respectiva quitação, representando, ainda, a Companhia perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais, praticando, enfim, todos os atos inerentes à administração da Companhia;

b) a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria;

c) a responsabilidade geral pelos serviços a serem prestados pela Companhia a seus clientes;

d) O Diretor-Presidente terá, além do voto ordinário, o de qualidade;

e) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

f) conceder licenças de caráter facultativo aos demais membros da Diretoria, indicando os substitutos;

g) coordenar, planejar, supervisionar e presidir as atividades da Companhia;

h) tomar decisões de competência da Diretoria, ad referendum desta, em caráter de urgência;

i) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria;

j) admitir, promover, reclassificar, designar, licenciar, transferir, remover, punir, demitir e dispensar empregados, na forma da lei e observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia e no regimento interno;

k) representar a Companhia nas reuniões do Conselho de Administração e Assembleias Gerais de Acionistas, quando outro Diretor não tenha sido convocado;

l) afastar qualquer membro da Diretoria, devendo informar imediatamente sua decisão ao Conselho de Administração, de forma fundamentada, para que aquele colegiado decida sobre sua destituição; e

m) exercer outros poderes e atribuições que não forem conferidos aos demais diretores e as que lhe forem, de tempos em tempos, conferidos pelo Conselho de Administração.

Titular: Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa
Cargo: Diretor Executivo de Relação com Investidores
Período de atuação: 01/01/2016 a 13/04/2016

Titular: Alexsandra Camelo Braga
Cargo: Diretor Executivo de Relação com Investidores
Período de atuação: 18/04/2016 a 31/12/2016

Titular: Humberto José Teófilo Magalhães
Cargo: Diretor Executivo
Período de atuação: 01/01/2016 a 15/03/2016

Titular: Aristóteles Alves de Menezes Junior
Cargo: Diretor Executivo
Período de atuação: 21/03/2016 a 31/12/2016

Titular: Paulo Eduardo Cabral Furtado
Cargo: Diretor Executivo
Período de atuação: 28/12/2016 a 31/12/2016

O quadro de pessoal da CAIXA Seguridade Participações S.A. (Companhia) é composto por empregados disponibilizados pela Caixa Econômica Federal, mediante ressarcimento integral de custos, conforme disposto no Artigo 55, do Estatuto Social da Companhia.

A Companhia é regida por Estatuto Social e Regimentos Internos, nos quais estão definidas as atribuições da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Estatutária e dos Comitês. A estrutura organizacional da Companhia é formada por um Diretor-Presidente e três diretorias: (i) Diretoria Executiva de Administração, Finanças e Relacionamento com Investidores; (ii) Diretoria Executiva de Governança, Risco e Controles Internos e (iii) Diretoria Executiva Comercial e de Produtos. Em 31.12.2016, o quadro de funcionários da CAIXA Seguridade contava com 49 colaboradores, incluindo o Diretor-Presidente, os Diretores Executivos, Superintendentes Nacionais, Gerentes Nacionais, Gerentes e Técnicos e Assessoramento.

O organograma da CAIXA Seguridade Participações S.A. pode ser consultado a seguir.

Estrutura dos Negócios

A Companhia, ao final do exercício de 2016, possuía participação direta de 100% na empresa Caixa Holding Securitária S.A. (“Caixa Holding”) e de 48,21% na empresa Caixa Seguros Holding S.A. (“Caixa Seguros”) que, por sua vez, têm participações em outras companhias.

a) Caixa Seguros Holding S.A.

A empresa Caixa Seguros é uma parceria firmada junto ao grupo francês CNP Assurances, que detém 51,75% do capital. Suas empresas operacionais atuam em diferentes ramos de seguridade, de acordo com sua especialização.

b) Caixa Holding Securitária S.A.

A Caixa Holding Securitária S.A., subsidiária integral da Caixa Seguridade, é sócia das empresas PAN Seguros S.A. (“PAN Seguros”) e Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. (“PAN Corretora”). Ambas participações são controladas em conjunto com o BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. (“BTG Holding”).

A PAN Seguros S.A. (“PAN Seguros”), pertencente ao Grupo Caixa Seguridade desde 19/06/2015 que explora os segmentos de seguros de pessoas (físicas e jurídicas), prestamista, habitacional, danos pessoais e em seguros de danos. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da PAN Seguros é de 48,99%.

A Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. (“PAN Corretora”) tem como objeto social a administração, orientação e corretagem de planos previdenciários e de seguros dos ramos elementares e de vida e pertencente ao Grupo Caixa Seguridade desde 29/12/2014. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da PAN Corretora é de 49,00%.

Os indicadores econômico-financeiros da empresa em 2016 são apresentados nos quadros abaixo:

Quadro 60 - Indicadores econômico-financeiros - Caixa Seguridade Participações S.A.

Ano ⁴	Ativo (R\$)	Passivo (R\$)	Patrimônio Líquido (R\$)	Receita Total (R\$)	Dividendos Pagos à CAIXA (R\$) ²	Indicadores Econômico-Financeiros		
						RSPL ⁴	Margem Líquida ⁵	IEO ⁶
2016	3.932.805.014	162.619.863	3.770.185.191	1.274.862.625	142.816.204 ³	31,92%	85,47%	1,72%
2015	3.701.062.067	645.179.626	3.055.882.422	610.680.875	508.111.637	36,80%	87,58%	0,37%

Fonte: Demonstrações Contábeis Consolidadas da Caixa Seguridade Participações S.A.

¹ Para o ano de 2015: informações referentes ao período de 21/05/2015 a 31/12/2015, em virtude da criação da Companhia naquele exercício.

² Valores líquidos de atualização monetária e impostos.

³ Valores de dividendos já destacados que serão somados aos dividendos adicionais quando da realização da reserva de lucros, que possui atualmente valor de R\$892.297.062,50

⁴ (Lucro líquido do exercício / Patrimônio Líquido Médio do Período) x 100, anualizado para o exercício de 2015

⁵ Lucro Líquido / Receita Total

⁶ Índice de Eficiência Operacional - Despesas Administrativas e de pessoal / Receita Líquida

Quadro 61 - Série histórica do lucro ou prejuízo - Caixa Seguridade Participações S.A.

Ano	Lucro Líquido CAIXA (R\$)	Lucro Líquido CAIXA Seguridade Participações S.A. (R\$)	% participação no LL CAIXA
2016	4.136.658.000	1.089.592.875	26,34%
2015	7.156.354.000	534.854.438	7,47%

Fonte: Demonstrações Contábeis Consolidadas da Caixa Econômica Federal e da Caixa Seguridade Participações S.A.

Quadro 62 - Indicadores econômico-financeiros - Caixa Holding Securitária S.A.

Ano ¹	Ativo (R\$)	Passivo (R\$)	Patrimônio Líquido (R\$)	Receita (R\$)	Dividendos Pagos à CAIXA (R\$)	Indicadores Econômico-Financeiros ²
2016	411.678.400	-	411.678.400	28.543.247	-	Não se aplica
2015	383.189.598	-	383.189.598	19.349.666	-	Não se aplica

Fonte: Demonstrações Contábeis Consolidadas da Caixa Holding Securitária S.A.

¹ Para o ano de 2015: informações referentes ao período de 21/05/2015 a 31/12/2015, em virtude da criação da Companhia naquele exercício.

² Considerando que a Caixa Holding Securitária é uma holding de participação pura e que seu resultado é todo proveniente de suas investidas, PAN Seguros e PAN Corretora, não foram criados indicadores econômico-financeiros para a Companhia.

Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros, planos de previdência complementar, planos de capitalização e consórcios. Os principais concorrentes neste segmento são os grandes bancos de varejo e grandes seguradoras.

Em 2016, o mercado de seguridade (seguros, previdência e capitalização) manteve o crescimento, mas em ritmo mais lento refletindo as dificuldades da economia. Segundo expectativas do setor, em 2017, com a desaceleração dos prêmios, do resultado financeiro e, do resultado operacional, com aumento da sinistralidade, forçará as empresas a serem mais eficientes.

O segmento de previdência privada também foi afetado pela performance econômica negativa em 2016. Os índices de desemprego e a queda na renda geram restrições nos orçamentos domésticos e menos recursos disponíveis para poupar. Entretanto, o mercado ainda apresenta potencial em função da conscientização da necessidade de planejar a aposentadoria.

A CAIXA Seguridade manteve, em 2016, a quarta posição no ranking do Mercado de Seguridade considerando o total do ano de arrecadação em previdência aberta, capitalização e prêmios de seguros.

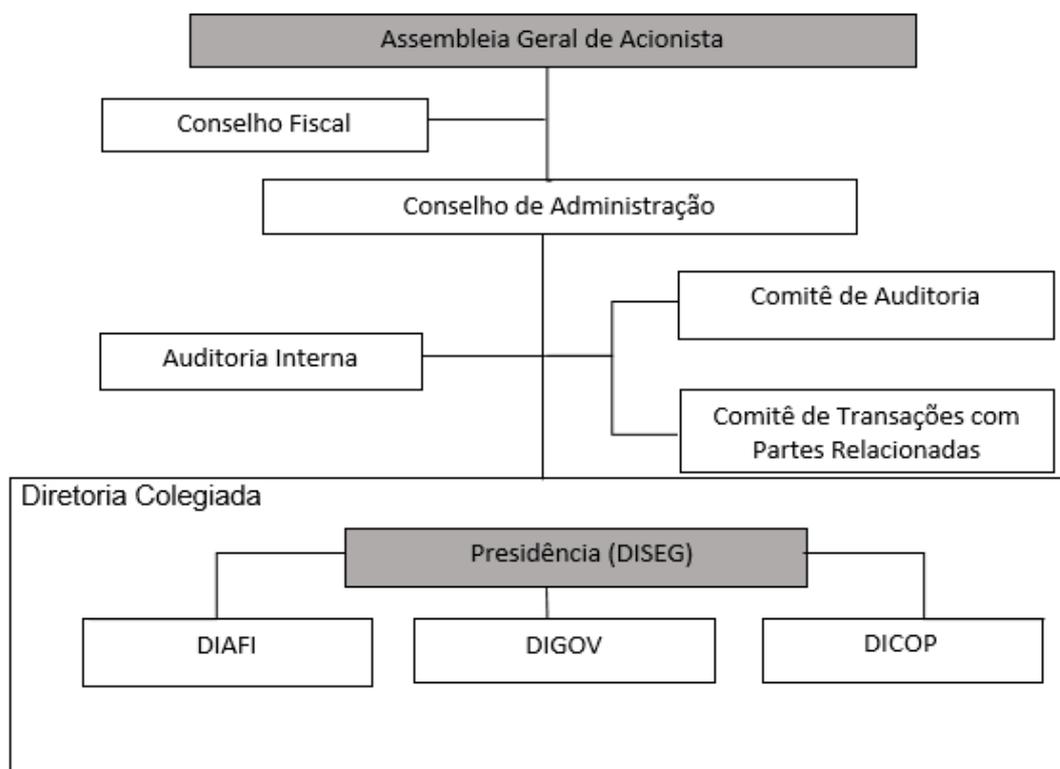
Na Tabela abaixo apresenta-se os valores trimestrais das arrecadações nos segmentos e nos principais ramos de seguros, com as participações de mercado e posição atingida considerando os valores acumulados no ano.

Quadro 63 – Posicionamento de mercado

	Unidade	Fluxo Trimestral				
		4T15	1T16	2T16	3T16	4T16
Seguros - Total						
Prêmios Diretos	R\$ mil	1.386.875	1.302.804	1.368.189	1.444.464	1.705.679
Participação de mercado	%	5,28%	5,25%	5,32%	5,48%	5,78%
Posição		6	6	6	6	6
Prestamista						
Prêmios Diretos	R\$ mil	261.748	214.226	223.590	243.330	359.450
Participação de mercado	%	10,48%	12,97%	11,93%	12,40%	13,51%
Posição		4	4	4	4	4
Habitacional						
Prêmios Diretos	R\$ mil	507.268	527.749	536.739	563.552	578.274
Participação de mercado	%	63,07%	64,11%	64,06%	64,18%	64,09%
Posição		1	1	1	1	1
Vida						
Prêmios Diretos	R\$ mil	317.741	301.507	333.075	336.990	370.993
Participação de mercado	%	7,45%	7,12%	7,30%	7,33%	7,43%
Posição		5	4	4	4	5
Previdência						
Contribuições	R\$ mil	1.454.063	1.542.697	1.663.893	1.870.132	2.181.759
Participação de mercado	%	5,46%	6,93%	6,00%	6,33%	6,18%
Posição		4	4	4	4	4
Capitalização						
Arrecadação	R\$ mil	286.863	283.931	298.196	295.249	311.515
Participação de mercado	%	5,51%	5,82%	5,69%	5,66%	5,64%
Posição		4	5	5	5	5

Fonte: CAIXA/ SUSEP

Organograma Caixa Seguridade Participações S.A.



DISEG – Diretoria da Presidência da Caixa Seguridade Participações S.A.

DIAFI – Diretoria Executiva de Administração, Finanças e Relacionamento com Investidores

DIGOV – Diretoria Executiva de Governança, Risco e Controles Internos

DICOP – Diretoria Executiva Comercial e de Produtos

Relatório de Gestão – Exercício 2016

Anexo I

Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Conselho de Administração	Órgão de orientação geral dos negócios da CAIXA, responsável por definir diretrizes e objetivos empresariais e por monitorar e avaliar os seus resultados,	PRISCILA GRECOV	Presidente do Conselho	02/03/2015 - 31/03/2016
		MARCOS ADOLFO RIBEIRO FERRARI	Presidente do Conselho	22/04/2016 - 12/09/2016
		ROGÉRIO BOUERI MIRANDA	Presidente do Conselho	13/09/2016 - 27/01/2017
AUDIT – Auditoria Geral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comprovação da legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos. ▪ Avaliação da eficácia da gestão de risco, do processo de gerenciamento de capital, do controle e das práticas de Governança Corporativa. ▪ Execução e controle das determinações do Comitê de Auditoria. ▪ Gestão das ações estratégicas de auditoria. ▪ Execução, de forma independente, da 3ª linha de defesa. ▪ Acompanhamento das demandas das auditorias independentes e das demandas dos órgãos de fiscalização e controle, sob a perspectiva da Auditoria. 	EDMUNDO AUGUSTO CHAMON	Superintendente Nacional	01/06/16 a 31/12/16
PRESI – Presidência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão estratégica, planejamento, organização, processos e governança da CAIXA. ▪ Relacionamento com a Imprensa. ▪ Representação jurídica e institucional da CAIXA. ▪ Comunicação, marketing e imagem da CAIXA. 	GILBERTO MAGALHAES OCCHI	Presidente	01/06/16 a 31/12/16

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenação e supervisão das Vice-Presidências ▪ Responsabilidade socioambiental. 			
GAPRE – Gabinete da Presidência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assessoramento à atuação do Presidente. ▪ Cerimonial da Presidência. 	SILVANI ALVES PEREIRA	Chefe de Gabinete	27/06/16 a 31/12/16
DIJUR – Diretoria Jurídica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contencioso e Assessoramento jurídico. 	JAILTON ZANON DA SILVEIRA	Diretor	01/01/16 a 31/12/16
DEORE – Diretoria Executiva Organização e Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelo de gestão ▪ Organização, Planejamento e Estratégia ▪ Governança ▪ Processos ▪ Inovação ▪ Inteligência corporativa ▪ Responsabilidade Socioambiental ▪ Ouvidoria 	OSVALDO BRUNO BRASIL CAVALCANTE	Diretor	28/12/16 a 31/12/16
OUVID – Ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Representação do cliente na CAIXA. ▪ Canal de comunicação e mediação de conflitos entre o cliente e a CAIXA. ▪ Relacionamento com o BACEN, FEBRABAN, PROCON e outros órgãos de atendimento ao cliente. ▪ Controle do tratamento das denúncias recebidas. ▪ Interlocação entre a CAIXA, órgãos reguladores e Ouvidoria Geral da União. 	MAURILIO BRAZ SANTANA JUNIOR	Ouvidor	01/01/2016 a 31/12/2016
DEMAC – Diretoria Executiva Marketing e Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicação ▪ Marketing. ▪ Promoções e patrocínios 	MARIO FERREIRA NETO	Diretor	03/08/16 a 31/12/16
DEREN – Diretoria Executiva Reestruturação de Operações e Novos Negócios de Grandes Clientes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reestruturação de dívidas e/ou operações de grande porte que oneram ou podem onerar o balanço da CAIXA. 	JAIR MAHL LUIS	Diretor	23/06/16 a 31/12/16

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oferta de soluções de crédito de atacado para reestruturações que envolvam operações complexas. ▪ Intermediação de renegociações que envolvam fusões e aquisições como estratégia de recuperação de crédito. ▪ Acompanhamento, alinhado com as Vice-Presidências gestoras de clientes, além da VIFIC e VICOR, os 100 maiores clientes, com o objetivo de monitorar suas condições de solvência e o seu mercado de atuação, para prevenir eventuais atrasos ou inadimplência das operações contratadas. 			
CORED – Corregedoria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão do processo de apuração de responsabilidade disciplinar e civil, compreendendo regras relacionadas ao processo, análise preliminar, instauração e instrução do processo. ▪ Gestão da ética e do regime disciplinar. ▪ Prevenção de irregularidades e danos, monitoração do cumprimento de penalidades. ▪ Gestão dos conselhos disciplinares, planejamento e suporte à gestão desses colegiados, proposição para criação/extinção de instâncias decisórias disciplinares. ▪ Prospecção, sinalização, recomendações, orientações e prevenção de incidentes mais comuns. ▪ Sinalização para melhorias de processos e de capacitação, fomento à educação/cultura. 	GIRLANA GRANJA PEIXOTO MOREIRA	Superintendente Nacional	01/01/16 a 31/12/16

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controle de ocorrências disciplinares. ▪ Controle da recuperação de danos/cobrança. 			
VIFIC – Vice-Presidência Finanças e Controladoria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão e controle econômico-financeiro da CAIXA. ▪ Centralização e interlocução junto à STN para recebimento dos créditos da CAIXA com a União 	ARNO MEYER	Vice-Presidente	13/12/16 a 31/12/16
DEFIN – Diretoria Executiva Finanças	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planejamento, Gestão e Execução Financeira 	EMILIO ANGELO CARMIGNAN	Diretor	28/12/16 a 31/12/16
DECON – Diretoria Executiva Controladoria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controladoria, Orçamento e Controles Econômico-Financeiros. 	PAULO HENRIQUE BEZERRA RODRIGUES COSTA	Diretor	01/01/16 a 31/12/16
VILOP – Vice-Presidência Logística e Operações	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Infraestrutura, segurança, operações logísticas, processos bancários e operações do varejo. 	MARCELO CAMPOS PRATA	Vice-Presidente	13/12/16 a 31/12/16
DELOP – Diretoria Executiva Logística e Operações	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Infraestrutura, Bens e Serviços ▪ Segurança ▪ Serviços Bancários ▪ Operações do Varejo 	ANACLETO GROBELLI	Diretor	28/12/16 a 31/12/16
VICOR – Vice-Presidência de Riscos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão dos controles internos, dos riscos tomador e riscos corporativos da CAIXA. ▪ Relacionamento com órgãos reguladores. 	PAULO HENRIQUE ANGELO SOUZA	Vice-Presidente	13/12/16 a 31/12/16
DECOR – Diretoria Executiva Riscos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Execução das Estratégias de Riscos 	FABIO SOARES DA SILVA	Diretor	01/01/16 a 31/12/16
VIPES – Vice-Presidência Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de gestão de pessoas. 	MARCOS FERNANDO FONTOURA SANTOS JACINTO	Vice-Presidente	01/01/16 a 31/12/16

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
DEPES – Diretoria Executiva Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento e Retenção de Talentos. ▪ Maior efetividade da interlocução entre RH e Negócios/Funções 	MARCIA GUIMARAES GUEDES	Diretor	01/01/16 a 31/12/16
VITEC – Vice-Presidência Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção, manutenção e disponibilização de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para sustentar as atividades de negócio e funcionais da CAIXA. 	JOSE ANTONIO EIRADO NETO	Vice-Presidente	13/12/16 a 31/12/16
DETEC – Diretoria Executiva Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção, Manutenção e Disponibilidade de Soluções de TIC's. 	NARAN PECANHA DE ARAUJO	Diretor	28/12/16 a 31/12/16
VICLI – Vice-Presidência Cliente, Negócio e Transformação Digital	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atendimento, estratégia para os clientes varejo e transformação digital. 	JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ	Vice-Presidente	01/01/16 a 31/12/16
DECLI – Diretoria Executiva Clientes e Canais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia de Clientes do Varejo. ▪ Estratégia de Canais. 	ADEMIR LOSEKANN	Diretor	28/12/16 a 31/12/16
DEGAN – Diretoria Executiva Rede	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a execução da estratégia ▪ Atingimento de metas na ponta 	ROBERTO CARLOS CERATTO	Diretor	02/08/16 a 31/12/16
DEDIG – Diretoria Executiva Estratégia Transformação Digital	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelos de Gestão de Ciclos Ágeis de negócios. ▪ Clientes Digitais da CAIXA. ▪ Novos Produtos e Serviços Digitais. ▪ Portfólio de projetos prioritários para o Digital. 	ADRIANO ASSIS MATIAS	Diretor	02/08/16 a 31/12/16
VICOP – Vice-Presidência Corporativo.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atendimento, estratégia, produtos e serviços para clientes médias e grandes empresas. 	ANTONIO CARLOS FERREIRA	Vice-Presidente	01/01/16 a 31/12/16
DECOP – Diretoria Executiva Banco Corporativo.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a execução de Estratégia. ▪ Atingimento de metas 	HERMINIO BASSO	Diretor	01/01/16 a 31/12/16
VIPOV – Vice-Presidência Produtos de Varejo.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia de produtos para o varejo. 	FABIO LENZA	Vice-Presidente	01/01/16 a 31/12/16

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
DEPOV – Diretoria Executiva Produtos de Varejo.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia de Produtos e Serviços. ▪ Fábrica de Produtos e Serviços. ▪ Gestão e Resultados de Produtos e Serviços do Varejo. 	HUMBERTO JOSE TEOFILIO MAGALHAES	Diretor	28/12/16 a 31/12/16
DECAR – Diretoria Executiva Cartões e Meios de Pagamentos Eletrônicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia de Produtos e Serviços de cartões. ▪ Fábrica de Produtos e Serviços de cartões. ▪ Operações de cartões e meios de pagamentos eletrônicos. 	MARCIO VIEIRA RECALDE	Diretor	28/12/16 a 31/12/16
VIHAB – Vice-Presidência Habitação.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produtos e serviços de habitação para os clientes pessoa física e jurídica. ▪ Estratégia e atendimento para os clientes PJ do ramo da Construção Civil. 	NELSON ANTONIO DE SOUZA	Vice-Presidente	01/01/16 a 31/12/16
DEHAB – Diretoria Executiva Habitação.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia de clientes ▪ Produtos de habitação 	PAULO ANTUNES DE SIQUEIRA	Diretor	28/12/16 a 31/12/16
VIGOV – Vice-Presidência Governo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atendimento, estratégia, produtos e serviços para clientes pessoa jurídica pública e de saneamento e infraestrutura. 	ROBERTO DERZIE DE SANTANNA	Vice-Presidente	13/12/16 a 31/12/16
DEGOV – Diretoria Executiva Serviços de Governo.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agente de políticas públicas ▪ Parceiro no desenvolvimento Urbano e Social do País. 	ROBERTO BARROS BARRETO	Diretor	01/01/16 a 31/12/16
DESAN – Diretoria Executiva Saneamento e Infraestrutura.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Financiamento para Saneamento e Infraestrutura. 	ANTONIO GIL PADILHA BERNARDES SILVEIRA	Diretor	28/12/16 a 31/12/16
VITER – Vice-Presidência Gestão de Ativos de Terceiros.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão dos ativos de terceiros. 	FLAVIO EDUARDO ARAKAKI (Interino)	Vice-Presidente	26/07/16 a 31/12/16
DETER – Diretoria Executiva Ativos de Terceiros.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão da estratégia para ativos de terceiros. 	FLAVIO EDUARDO ARAKAKI	Diretor	01/01/16 a 31/12/16

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
VIFUG – Vice-Presidência Fundos De Governo e Loterias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administração dos Fundos e Seguros de Governo delegados à CAIXA. ▪ Administração das Loterias Federais e da distribuição gratuita de prêmios. 	DEUSDINA DOS REIS PEREIRA	Vice-Presidente	13/12/16 a 31/12/16
DEFUS – Diretoria Executiva Fundos de Governo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agente operador do FGTS e Fundos de Governo. 	VALTER GONCALVES NUNES	Diretor	28/12/16 a 31/12/16

Relatório de Gestão – Exercício 2016

Anexo II

Macroprocessos finalísticos

ANEXO II – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros	Insumos e Fornecedores
Gestão de Participações Societárias	Ampliar capacidade negocial e operacional da CAIXA por meio de parcerias	Estratégia integrada e complementares. Produtos e serviços desenvolvidos e implementados.	CA PRESI SUBSIDIÁRIAS CD	PRESI SUBSIDIÁRIAS	UN/UF com relacionamento juntos às empresas	Informações das participações para alinhamento estratégico
Gestão Estratégica	Definir, implementar, controlar e avaliar os instrumentos que compõem o processo de Gestão CAIXA	Plano Estratégico e Plano de Negócios. Modelo Organizacional e Governança. Controle Empresarial. Avaliação e ajustes no rumo da organização.	CA CD Comitês PRESI SUBSIDIÁRIAS	CA PRESI AUDIT VICOR SUBSIDIÁRIAS VIFIC	VILOP VIPES VITEC Todas Unidades da CAIXA	Governo Federal Banco Central CA PRESI SUBSIDIÁRIAS
Gestão Financeira	Gerir e controlar as disponibilidades financeiras da CAIXA	Planejamento e gestão econômico-financeira. Orçamento. Execução financeira. Contabilização, informações gerenciais e apuração de resultados.	CA PRESI SUBSIDIÁRIAS Todas Unidades CAIXA	CA CD PRESI VIFIC SUBSIDIÁRIAS VILOP	VILOP VIPES VITEC Todas Unidades da CAIXA	Governo Federal Banco Central CA PRESI SUBSIDIÁRIAS Órgãos reguladores e controladores
Gestão de Risco	Determinar limites de crédito ao tomador e gerir os riscos aos quais a CAIXA está exposta de modo a manter sustentabilidade dos negócios	Nível de risco do tomador e da operação. Cálculo de limites de crédito ao tomador. Controle de exposição aos riscos de crédito, mercado, operacional, câmbio e liquidez	Todas Unidades CAIXA PRESI CA	Todas Unidades CAIXA	VILOP VIPES VITEC Todas Unidades da CAIXA	Judiciário, Banco Central, Órgãos reguladores e controladores, Governo Federal, Poder Público, Estadual e Municipal PRESI

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros	Insumos e Fornecedores
		Plano de continuidade de negócios: segurança da informação. Gestão de capital.				CA
Gestão de Garantias	Realizar a gestão de integrada de garantias das operações de crédito	Gestão de garantias das operações de crédito	Todas Unidades CAIXA	VICLI VIGOV VICOR VILOP DIJUR VIHAB VICOP	UN	BACEN
Captação	Captar recursos	Operações de captação, tais como: depósitos Aplicações, Fundos de Investimento, LH, RDB, CDB Renda Fixa, Tesouro Direto Fundo Imobiliário.	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Pessoa Jurídica Pública Judiciário	VICLI VICOP VINER VIFIC VIGOV VIHAB	Banco Central Governo Federal VITER	Banco Central Governo Federal VILOP VIPES VITEC
Serviços	Prospectar e satisfazer as necessidades de todos os clientes Pessoa Jurídica, com o desenvolvimento, implementação e manutenção de serviços de convênios em canais apropriados	Serviços e convênios para clientes Pessoa Jurídica	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Pessoa Jurídica Pública Judiciário Organismos Internacionais VIFIN VICLI VIGOV	VICLI VICOR VIFIC VICOP VIGOV VIHAB	VIPES VITEC VILOP	Entes Públicos Entes Internacionais PRESI VINER VIFIC VICLI VICOR VIPES VITEC VILOP

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros	Insumos e Fornecedores
Fundos de Governo	Administrar e operar Fundos e Seguros Habitacionais, Garantidores Sociais no âmbito do Governo	Fundos do Governo administrados e operados	Pessoa Jurídica Pública	VIFUG VIFIC	Banco Central Governo Federal	Banco Central Governo Federal PRESI VINER VICLI VICOP VITER VILOP VIPES VITEC
Empréstimos	Aplicar e recuperar recursos financeiros	Concessão de crédito, tais como: crédito PF e PJ, Antecipação de desconto de recebíveis, Capital de Giro, Crédito rotativo, Financiamentos, Repasses e transferências de recursos	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Pessoa Jurídica Pública	VICLI VICOP VICOR VINER VITER VIFIC VILOP VIGOV VIHAB	Banco Central Governo Federal	Banco Central Governo Federal VITEC VIPES
Habitação	Desenvolver, comercializar e manter produtos de habitação	Habitação comercial, Programa Minha Casa Minha Vida, Habitação Rural.	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada	VIHAB VIFIC VICOR VIFUG VICLI VIGOV	Governo Federal. Poder Público Estadual e Municipal. Entidades representativas	Banco Central Governo Federal VITEC VIPES VILOP

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros	Insumos e Fornecedores
					BRANES. HABITAR VICOP	
FGTS	Administrar e operar FGTS	FGTS operado conforme determinações legais	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Pessoa Jurídica Pública	VIFUG VICLI VITER VIFIC	Banco Central Governo Federal	Banco Central Governo Federal VITEC VIPES VILOP Empresas
Cartões de crédito	Desenvolver, comercializar e manter cartões de crédito	Cartão de crédito para correntistas e não correntistas	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Pessoa Jurídica Pública	VINER VICOP VICOR VIFIC VILOP VITER VICLI PRESI	VIPES VITEC	BACEN ABECS ACREFI FEBRABAN FENABRAVE Panamericano Bandeiras Adquirentes Emissor Gateways
Loterias	Fornecer produtos e serviços que utilizem a rede de lotéricos como canal de atendimento	Jogos lotéricos. Serviços bancários relativos a pagamentos diversos.	Pessoa Física. Pessoa Jurídica Privada.	VIFUG VIFIC VIPES DEMAC VICLI	VILOP VITEC VIPES	Banco Central Governo Federal Órgãos reguladores e controladores.
Programas Sociais	Oferecer soluções ao Governo para administrar e operar programas	Benefícios ao trabalhador. Transferência direta de renda. Cadastros Sociais.	Cidadãos brasileiros, sejam correntistas ou	VIGOV VIFIC	VILOP VIPES	Judiciário. Banco Central. Órgãos reguladores e

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros	Insumos e Fornecedores
	sociais, cadastros sociais, e programas de transferência direta de renda		não correntistas. Governo Federal. Poder Público Estadual e Municipal	VICLI	VITEC Poder Público Estadual e Municipal. Governo Federal.	controladores. Governo Federal. Poder Público Estadual e Municipal
Saneamento e infraestrutura	Financiar e repassar recursos oriundos de órgãos públicos e instituições de desenvolvimento visando viabilizar programas de saneamento e infraestrutura	Empreendimentos de saneamento. Empreendimentos voltados para infraestrutura. Assistência técnica voltada ao desenvolvimento econômico, social e ambiental	Cidadãos brasileiros. Governo Federal. Poder Público Estadual e Municipal.	VIGOV VICOR VIFIC PRESI VICOP	VILOP VIPES VITEC VILOP VIPES VITEC	Judiciário. Banco Central. Órgãos reguladores e controladores. Governo Federal. Poder Público Estadual e Municipal
Seguros	Desenvolvimento, comercialização e manutenção de Seguros	Seguros para correntistas e não correntistas (exceto seguros sociais)	Pessoa física Pessoa Jurídica Privada Concessionárias/ Revendedoras PAR Corretora Banco PAN	VINER VICLI VICOR VIFIC VITEC PRESI	VIPES VILOP VITEC	Seguradoras (incluindo CAIXA Seguros) Corretoras Panamericano
Transferência de recursos públicos	Executar programas e repasses definidos pelo Governo Federal por meio de contratos de prestação de serviços atuando em atividades como habitação, saneamento, infraestrutura urbana e programas relacionados a agricultura, entre outros	Transferência de recursos para Empreendimentos e Programas de Governo Assistência técnica voltada ao desenvolvimento econômico, social e ambiental	Áreas de relacionamento com a VIGOV para venda de seus produtos	VIGOV VICOR	VILOP VIPES VITEC	VINER VICLI VICOP VIFUG VITER VIFIC

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros	Insumos e Fornecedores
						Governo Federal Judiciário. Banco Central. Órgãos reguladores e controladores. Governo Federal. Poder Público Estadual e Municipal
Marketing	Tornar públicas as ações de interesse da CAIXA	Imagem institucional valorizada. Produtos e serviços mercadologicamente posicionados. Ações de comunicação com o público interno efetivadas.	Todas as unidades da CAIXA. Governo Federal.	VICLI VICOP VIHAB VINER VIFUG VIGOV VITER VIPES DEMAC	VILOP VIPES VITEC	
Jurídico	Orientar e defender a CAIXA nas questões jurídico-legais	Orientações jurídicas. Instrumentos de defesa dos interesses da CAIXA.	Todas Unidades CAIXA PRESI CA	PRESI UN UF DIJUR	Judiciário Banco Central Governo federal, estadual e municipal	Judiciário Governo federal, estadual e municipal TCU Órgãos reguladores e controladores Banco Central

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros	Insumos e Fornecedores
Pessoas	Prover a CAIXA de corpo funcional adequado às suas necessidades e gerir as relações de trabalhos de seus empregados	Provimento e Gestão de Recursos Humanos. Desenvolvimento e Capacitação. Remuneração e Benefícios. Relacionamento Sindical.	Todas as Unidades da CAIXA. Aposentados. Sindicato e associações.	UN UF VIPES	Judiciário Banco Central Governo federal, estadual e municipal Sindicatos e Associações.	Judiciário Banco Central Governo federal, estadual e municipal Sindicatos e Associações.
Operações Corporativas	Fornecer e manter infraestrutura, bens e serviços a toda a empresa	Infraestrutura Bens e serviços	Todas as Unidades da CAIXA PRESI CA	VILOP VIFIC UN UF	VIPES VITEC	Judiciário Governo federal, estadual e municipal TCU Órgãos reguladores e controladores Banco Central
Tecnologia da informação	Fornecer e manter a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para a sustentação dos negócios e atividades administrativas da CAIXA	Soluções desenvolvidas e mantidas de tecnologia da informação e comunicação (TIC). Armazenamento, processamento e disponibilização de soluções de TIC com desenho adequado	Órgãos reguladores, Fiscalizadores, Controladores e Normativos Entidades representativas Governo, MPOG, MF, PRES, REP Auditoria independente PRESI	VITEC UN UF	VILOP VIPES	Órgãos reguladores, Fiscalizadores, Controladores e Normativos Entidades representativas Governo, MPOG, MF, PRES, REP Auditoria independente. Fornecedores de

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais clientes	Subunidades Responsáveis	Parceiros	Insumos e Fornecedores
			AUDIT UN/UF VICOR VICLI			TI. CPMBraxia Capgemini CA PRESI UF VICOR AUDIT

Fonte: CAIXA/Superintendência Nacional de Organização, Governança e Processos - SUORG

Relatório de Gestão – Exercício 201

Anexo III

Gestão de riscos e controles internos

GESTÃO DE CONTROLES INTERNOS E RISCOS

PREMISSA PARA O SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

OBJETIVOS E METAS

O Modelo de Gestão CAIXA está estruturado em cinco elementos: (i) Estrutura Organizacional; (ii) Governança; (iii) Planejamento Estratégico; (iv) Processos; e (v) Cultura Organizacional.

A Política de Monitoramento e Avaliação Estratégica - MN PO035 - determina a elaboração semestral de reporte, com análise estratégica sobre o alcance dos Objetivos Empresariais, ao Conselho Diretor. Essa Política tem como principal referência o Plano Estratégico CAIXA 2012 - 2022, composto por duas vertentes: Monitoramento Estratégico e Avaliação de Desempenho, conforme a figura a seguir:



O Sistema de Planejamento – MN OR093 - tem o objetivo de cumprir a Missão, materializar Visão de Futuro, alcançar os Objetivos Empresariais, integrar todos os segmentos da Empresa, permitir maior controle da implementação da estratégia e monitoramento dos resultados CAIXA.

A avaliação estratégica é composta pela análise dos ambientes externo e interno e, avaliação dos resultados CAIXA e entrevistas com a alta gestão. Neste momento é construída a Matriz de Avaliação Estratégica ou Matriz SWOT, que apresenta o resultado de análise, onde foram identificadas as Oportunidades e Ameaças e as Forças e Fraquezas, base para a construção do Direcionamento Estratégico.

O desdobramento do Plano Estratégico consiste, em sequência, na elaboração do Plano Executivo, estratégia de mercadologia pelas áreas de negócios, definição de Plano de Metas em conjunto com a Rede de Atendimento e elaboração de Plano Financeiro Orçamentário com a SUPLA - SN Planejamento Financeiro; SUMAV - SN

Monitoramento e Avaliação de Resultados; e SUCOR - SN Administração de Risco Corporativo.

O controle da execução do Plano Estratégico é efetuado por meio de indicadores e metas definidas para os Objetivos Empresariais, base para a implementação da gestão focada na performance organizacional.

Os indicadores têm como possíveis funções: a de traduzir a estratégia e as políticas relacionadas ao Objetivo Empresarial; a de orientar os projetos / iniciativas estratégicas que levem ao alcance do Objetivo Empresarial; e a de ser um instrumento de avaliação e monitoramento dos avanços do Plano Estratégico.

A sistemática de acompanhamento de indicadores do Plano Estratégico CAIXA está em processo de revisão diante da homologação da ferramenta BSC Oracle que sistematizará o processo de monitoramento dos indicadores.

Em atendimento à Lei 13.303 foram aprovadas pelo CA as novas diretrizes estratégicas de longo prazo as quais serão evidenciadas na definição de uma nova visão e objetivos estratégicos durante o 1º semestre de 2017.

CAPÍTULO I – AMBIENTE DE CONTROLE

1.1 COMPROMISSO COM A ÉTICA E A INTEGRIDADE

O Código de Ética da CAIXA – MN RH103 - está em conformidade com o Código de Ética da Administração Pública Federal, Decreto nº 1.171/1994, e alinhado à Resolução CMN nº 2.554/1998 - art. 4º, que incumbiu às Diretorias de Instituições Financeiras a promoção de elevados padrões éticos, de integridade e de cultura organizacional sobre a importância dos controles internos a todos os funcionários.

O MN RH103, que se encontrava, em 31/12/2016, na versão 037, foi publicado pela primeira vez em 16/08/2002, identificando como valores da Empresa: Respeito; Honestidade; Compromisso; Transparência; e Responsabilidade.

O comportamento esperado dos empregados é balizado pelos seguintes documentos institucionais: o Código de Ética da CAIXA - MN RH103, o Regulamento de Pessoal - MN RH053 e o Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA – MN RH200.

As sanções passíveis de aplicação na eventualidade de ocorrências estão disciplinadas em normativos CAIXA, como: MN RH062 – Recuperação de Danos ou Prejuízos Causados à CAIXA; MN AE079 – Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil; e MN RH098 – Contrato de Trabalho – Rescisão por Justa Causa.

As situações que violam o Regime Disciplinar, previstas no Regulamento de Pessoal, são analisadas pelas Comissões de Apuração e encaminhadas para os Conselhos Disciplinares, responsáveis por aplicar as penalidades.

1.2 COMPETÊNCIA TÉCNICA

1.2.1 Modelo de Competências

O Modelo de Competências CAIXA compreende um conjunto de princípios e elementos que orientam o desenvolvimento das competências das pessoas para a consecução das estratégias empresariais, tomando como referência o Plano Estratégico da organização e os processos de trabalho.

Esse modelo identifica e fortalece as competências que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos da CAIXA, com base em oportunidades de desenvolvimento e, principalmente, no reconhecimento e valorização dos conhecimentos, habilidades e atitudes de que cada empregado dispõe para potencializar os recursos da Empresa. As normas referentes ao Modelo de Competências CAIXA são definidas no MN RH071.

A identificação das Competências Corporativas visa extrair o conjunto de qualificações e tecnologias necessárias ao alcance dos Objetivos Empresariais e à

concretização da Visão de futuro da CAIXA. As Competências das Pessoas são identificadas a partir do Mapa Estratégico, das Competências Corporativas e dos macroprocessos.

As Competências das Pessoas consistem na mobilização recorrente que o empregado faz das suas capacidades (conhecimentos, habilidades, atitudes), agregando valor à Empresa e a si mesmo. Dividem-se em Fundamentais e Específicas:

- Competências Fundamentais – representam contribuições esperadas dos empregados, são comuns a todas as áreas da CAIXA e revelam aspectos importantes das estratégias e dos valores da Empresa. Estão divididas em Fundamentais de Liderança e Fundamentais de Equipe.
- Competências Específicas – representam contribuições esperadas para a execução dos processos, responsabilidades e mandatos das áreas, variando de acordo com a natureza dos processos de trabalho da área.

As competências Fundamentais de Liderança, que se aplicam a empregados detentores de função gratificada com características de gestão, são: Lidera pelo Exemplo, Domina seus Assuntos, Desenvolve a si mesmo e a Equipe, Atua como Dono da CAIXA, Foca o Cliente e Incentiva e Pratica a Inovação.

As competências Fundamentais de Equipe, que se aplicam a empregados que exercem função gratificada sem características de gestão e àqueles que não exercem função gratificada, são: Age como Exemplo, Domina seus Assuntos, Desenvolve a si mesmo, Atua como Dono da CAIXA, Foca o Cliente e Incentiva e Pratica a Inovação.

1.2.2 Competências no Recrutamento

As competências requeridas pela estratégia são verificadas no recrutamento e seleção interna conforme descrito no MN RH040 – Programa de Seleção Interna por Competências – que tem por objetivo identificar empregado com as competências necessárias ao exercício de Função Gratificada objeto do certame, para composição e manutenção de equipes qualificadas para o alcance dos resultados da CAIXA, em conformidade com o MN RH071 – Modelo por Competências CAIXA e de acordo com a especificidade da área.

1.2.3 Modelo de Competências e Desenvolvimento/Capacitação

O mapeamento de competências tem o objetivo de orientar o desenvolvimento das competências no ambiente de trabalho de forma que os empregados utilizem Modelo de Competências CAIXA como uma prática contínua.

O mapeamento de competências é realizado mediante a atribuição de um conceito da escala definida para o mapeamento, com base na observação dos comportamentos de entrega de expressos pelo empregado durante a execução de suas atividades. Esse processo de observação auxilia o líder a aprimorar o desenvolvimento da equipe a partir da reflexão, individual e em conjunto, sobre a manifestação dos comportamentos de entrega e sobre as alternativas para desenvolvê-los ou potencializá-los.

A rotina de identificação das competências requeridas a cada função gratificada/cargo está descrita no MN RH071 – Modelo de Competências CAIXA, sendo o SIGDP – Sistema de Gestão do Desempenho de Pessoas - utilizado para o mapeamento de competências, que gera como resultado a identificação do nível de desenvolvimento nas competências.

1.2.4 Contrato de Experiência e Avaliação Periódica para Promoção por Mérito

O MN RH002 – Admissão – define que, durante o contrato de experiência, o qual tem duração de 90 dias consecutivos, o empregado é avaliado formalmente em dois momentos, sendo a primeira avaliação de 35 a 40 dias e a segunda de 60 a 70 dias a contar da data de admissão do empregado.

Estas avaliações visam subsidiar a decisão do gestor quanto à permanência ou não do empregado na CAIXA e devem ser realizadas, preferencialmente, pela mesma equipe de avaliação, de forma a possibilitar maior fidedignidade do processo evolutivo do empregado. Esclarecemos que estas ações são de responsabilidade da SUSEC - SN Serviços Compartilhados de Gestão de Pessoas/GERET - GN Relações do Trabalho e Provedimento.

A Promoção por Mérito possibilita a obtenção de até duas referências salariais no cargo efetivo (deltas), com base em uma sistemática cujos critérios são definidos em negociação coletiva com as entidades representativas dos empregados. Este processo está sob gestão da GECOD – GN Competências e Avaliação de Desempenho de Pessoas, conforme RH 176 – Promoção por Sistemática Anual.

1.3 TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO DO CORPO FUNCIONAL - RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Universidade CAIXA disponibiliza Trilhas de cursos construídas para orientar a aprendizagem com foco em competências essenciais à trajetória desejada, sendo que, dentre estes cursos, destacam-se os assuntos para formação de conhecimento relacionados a Controles Internos, Gestão de Risco, Práticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Autorregulação Bancária, Gestão de Competências, Planejamento Estratégico e Segurança da Informação.

O curso específico sobre Risco Operacional compõe a Trilha Fundamental CAIXA e tem o objetivo de disseminar a todos os empregados da CAIXA o que é Risco Operacional e a metodologia de gestão de risco na Empresa. O Módulo Avançado, que compõe a Trilha Fundamental Conhecimentos em Gestão, é direcionado preferencialmente ao corpo gerencial e agrega a importância do papel do gestor na mitigação de riscos na sua unidade.

1.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

As 27 Políticas institucionais, no Tomo PO - Políticas, e as 3 Políticas na CAIXA Participações S.A., no Tomo XP - CAIXAPAR, e as 07 Políticas na CAIXA Seguridade Participações S.A., no Tomo XS – CAIXA SEGURIDADE têm por objetivo guiar a atuação e a tomada de decisão da administração das empresas do Conglomerado.

A formulação de Políticas tem como pressuposto, dentre outros, minimizar os efeitos da descontinuidade administrativa, sendo, portanto, divulgadas por meio do SISMN.

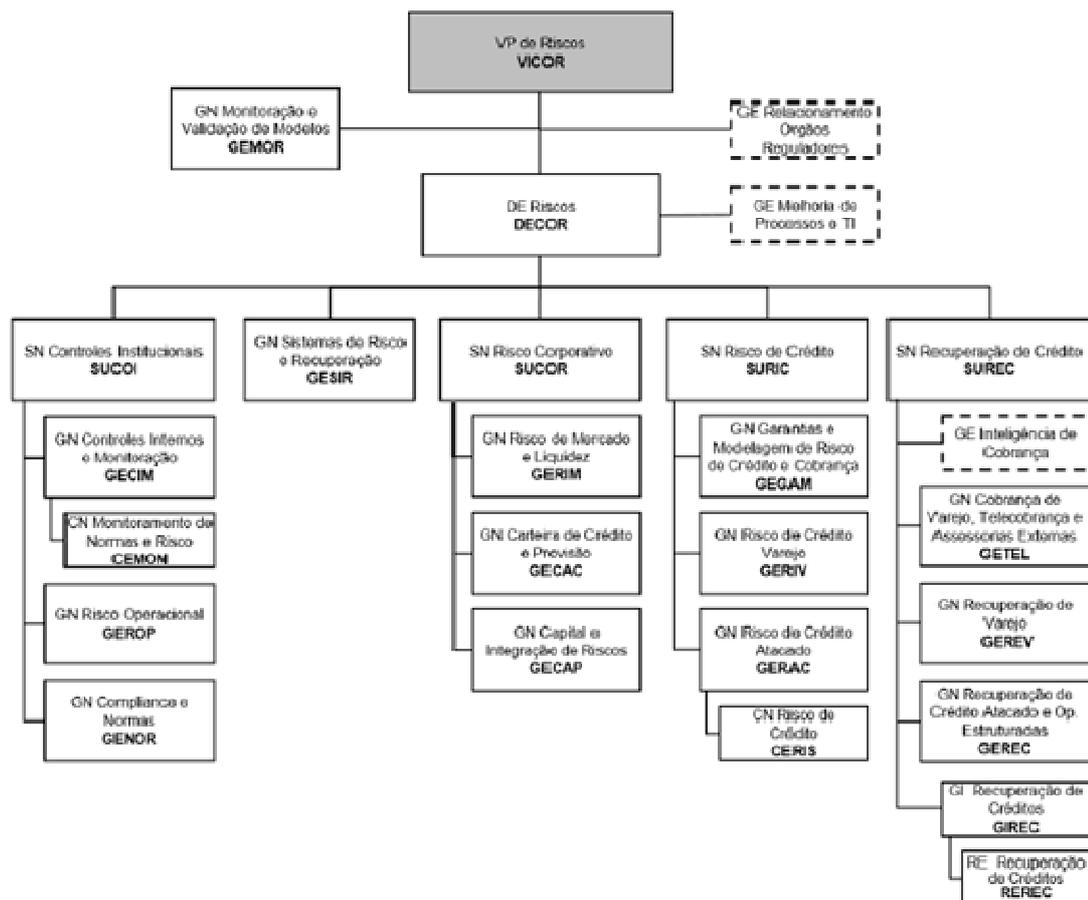
A elaboração e publicação de Políticas seguem o definido no MN PO001 - Elaboração, Formalização e Implementação de Políticas CAIXA, que institui critérios e regras, de forma a estabelecer padrões para a elaboração, formalização e implementação de Políticas de atuação da CAIXA.

1.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA INTERNA

1.5.1 Estrutura organizacional do Sistema de Controles Internos

Consta do MN OR005 o desenho da estrutura da VICOR - VP de Riscos, que tem como mandato a “gestão dos controles internos, dos riscos tomador e riscos corporativos da CAIXA e Relacionamento com órgãos reguladores”, bem como o fluxo do macroprocesso “Controle Empresarial”, no qual está prevista nas fases Risco e Controle Institucional, na cadeia do processo “Gestão Estratégica”, “Definir Sistema de Controle”.

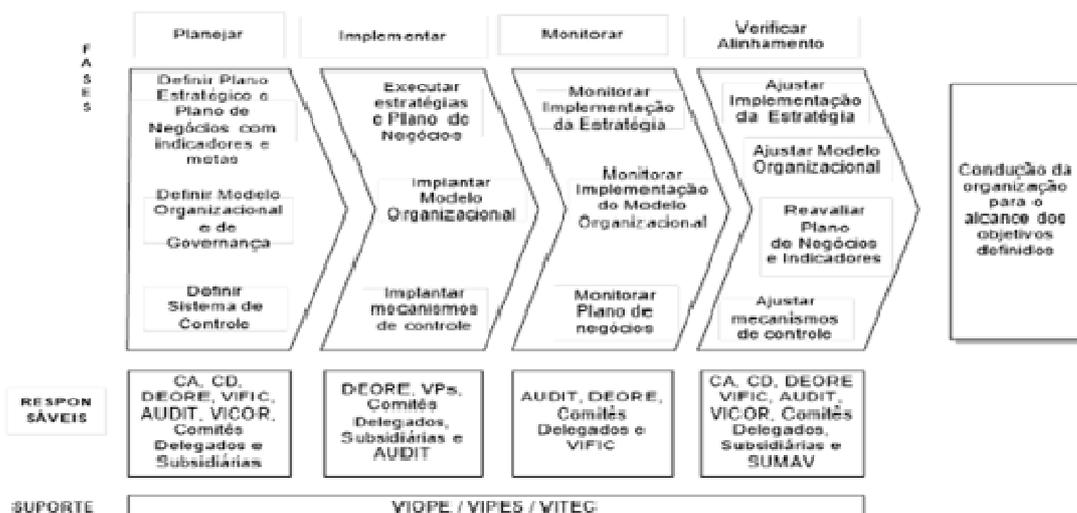
Organograma VICOR 2016::



Fonte: MN OR005106

O macroprocesso “Gestão Estratégica” tem por objetivo definir, implementar, controlar e avaliar os instrumentos que compõem o processo de gestão da CAIXA e apresenta como produtos: Plano Estratégico e Plano de Negócios; Modelo Organizacional e Governança; Controle empresarial; Avaliação e ajustes nos rumos da Organização.

As áreas responsáveis e de suporte envolvidas na Cadeia de Valor – Gestão Estratégica – estão demonstradas a seguir:



Fonte: MN OR129002

1.5.2 Estrutura organizacional da Unidade de Controle Institucional

A área responsável pela gestão do SCI é a SUCOI, vinculada às DECOR – Diretoria Executiva Riscos e VICOR – Vice-Presidência de Riscos. A seguir, as responsabilidades das áreas vinculadas à SUCOI:

- GENOR – GN Normas e Gestão Regulatória: Controle da adequação dos processos e normas internas da CAIXA à regulamentação externa; Prevenção e combate a ilícitos de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e corrupção; Gestão do *Compliance*; Conformidade do lançamento, reposicionamento e extinção de produtos; Gestão do Padrão Normativo Interno.

- GECIM – GN Controles Internos e Monitoração: Gestão do Sistema de Controle Interno; Monitoramento de normas e riscos; Monitoramento de controles internos das subsidiárias integrais; Monitoramento do plano de previdência complementar patrocinados; Monitoramento das requisições dos órgãos de supervisão; Fomento da implantação da 1ª linha de defesa; Monitoramento de 2ª Linha de Defesa; Supervisão das 1ª e 2ª Linhas de Defesa..

- CEMON - Centralizadora Nacional de Monitoramento de Normas e Risco: Execução do monitoramento de 2ª linha de defesa; Execução do Monitoramento de riscos relevantes.

- GEROP – GN Risco Operacional: Gestão do risco operacional; Gestão da continuidade de negócios da CAIXA; Gestão de crises; Metodologia para mapeamento de Riscos Operacionais; Estabelecimento dos limites de exposição de Riscos Operacionais; Limites de exposição para 1ª e 2ª Linhas de Defesa; Reporte à estrutura de Governança quanto ao funcionamento para 1ª Linha de Defesa; Gestão estratégica, diretrizes e coordenação em segurança da informação e comunicações, integrando as demais áreas envolvidas e Consolidação e reporte à estrutura de Governança quanto à segurança da informação e comunicações.

1.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA AUDIT - AUDITORIA GERAL

A Auditoria Interna vincula-se ao Conselho de Administração e se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controles Internos do Poder Executivo, e seu titular é designado ou dispensado por proposta do Presidente da CAIXA, aprovada pelo Conselho de Administração.

Os fundamentos, a regulamentação e as diretrizes de relacionamento institucional da auditoria estão definidos no MN AE001 – Auditoria Interna.

A Auditoria Interna tem como finalidade básica comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos, avaliar a eficácia da gestão de risco, do processo de gerenciamento de capital, do controle e das práticas de governança corporativa, executar e controlar as determinações do COAUD - Comitê de Auditoria, Gestão das ações estratégicas de auditoria, Executar, de forma independente, a 3ª linha de defesa e Acompanhar as demandas das auditorias independentes e as demandas dos órgãos de fiscalização e controle, sobre a perspectiva da Auditoria.

É atribuição do auditado, possibilitar ao auditor o livre acesso a quaisquer dependências, documentos, processos, informações, sistemas e pessoas relacionadas ao trabalho em execução.

1.7 CONSELHOS, COMITÊS E COMISSÕES

Além dos Conselhos Fiscal, Diretor e de Administração, estão constituídos os comitês, conselhos e comissões a seguir listados:

DENOMINAÇÃO
Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros (órgão de administração)
Conselho de Fundos Governamentais e Loterias (órgão de administração)
Comitê de Auditoria
Comitê de Remuneração
Comitê de Prevenção Contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro
Comitê de Avaliação de Negócios e Renegociação (Pelo OR004, são 5 Comitês: das Agências e Postos de Atendimento; das Superintendências Regionais; das Plataformas Regionais de Negócios; das Superintendências Grandes Empresas e da Matriz.)
Comitê de Compras e Contratações (Pelo OR 004, são 2 Comitês: das Gerências de Filiais Logística e da Matriz)
Comissão de Ética
Comitê de Investimento dos Recursos do FGTS por meio de Fundos Especiais e Carteiras Administradas
Comitê de Seleção de Projetos
Comitê Delegado de Risco e de Capital
Comitê Delegado de Negócios Ativos e Passivos
Comitê Delegado de Crédito e Negócios
Comitê Delegado de Pessoas e Atendimento
Comitê Delegado de Tecnologia e Eficiência
Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental
Comitês de Reconhecimento e Valorização
Comitê de Renegociação das GIREC
Comitês da VITER - Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros
Comissões Deliberativas para Operações de Mercado de Capitais,
Comissão de Classificação de Risco de Crédito da DECOR,
Comissão Consultiva das Operações de Tesouraria
Comitê de Marcação a Mercado da Custódia Qualificada

1.9 ENVOLVIMENTO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO COM FOCO NAS QUESTÕES DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

Estatutariamente, o Conselho Diretor deve aprovar e apresentar ao Conselho de Administração, por meio do Presidente da CAIXA, o Sistema de Controles Internos e suas revisões periódicas, apresentando semestralmente os relatórios de situação ao Conselho de Administração, que irá avaliá-los. O Conselho Diretor conta com a obrigatoriedade de participação do Vice-Presidente responsável pelas funções de controle e do Diretor Jurídico, ou os seus substitutos para deliberação colegiada.

O Conselho de Administração aprova e revisa as políticas de atuação da CAIXA, inclusive as políticas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital da CAIXA e manifesta-se acerca das ações a serem implementadas para correções tempestivas de eventuais deficiências de controle e de gerenciamento de riscos, bem como, é o responsável pelas informações divulgadas no relatório anual a respeito da estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital da CAIXA.

CAPÍTULO II – IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA EM GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos e de capital da CAIXA está pautado em boas práticas de mercado e no cumprimento das normas do Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN, sendo realizado por meio de estruturas de gerenciamento de riscos e de capital compatíveis com a dimensão da exposição aos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez e demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta.

O conglomerado CAIXA e cada uma das subsidiárias reconhecem que a assunção e o gerenciamento de riscos é parte integrante e fundamental de suas atividades e que a gestão rigorosa e abrangente de riscos produz estabilidade nos resultados financeiros e contribui para a geração de valor e para a consolidação da imagem de banco público sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

Além dos riscos de crédito, operacional, de mercado e de liquidez, também são considerados relevantes os riscos de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, de crédito de contraparte, de concentração, de estratégia, de reputação, atuarial e socioambiental.

O gerenciamento de riscos e de capital é realizado por estruturas dedicadas que abrangem sistemas, rotinas, procedimentos e modelos, e são responsáveis pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação à Alta Administração, visando suportar a tomada de decisão.

Vinculado ao Conselho Diretor, a CAIXA possui o Comitê Delegado de Risco e de Capital – CDRC, onde delibera-se sobre a gestão e controle dos riscos e do capital do conglomerado financeiro CAIXA, garantindo o alinhamento com as demais Vice-Presidências, nos limites de suas atribuições e competências delegadas, estabelecidas em seu Regimento Interno.

A Vice-Presidência de Riscos tem mandato de gestão dos controles internos, do risco do tomador e dos riscos corporativos, sendo estes dois últimos subordinados à Diretoria Executiva de Riscos.

A Superintendência Nacional de Risco Corporativo é responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos considerados relevantes pela CAIXA, e possui unidades de Gerenciamento de Capital, de Risco de Carteira e Provisão e de Risco de Mercado e de Liquidez.

A estrutura de gerenciamento de riscos corporativos da CAIXA é composta pela estrutura organizacional, pelos processos, normas, ferramentas e recursos necessários para a realização das funções que lhe foram atribuídas. Os processos de identificação de riscos são amparados por Políticas e Normativos da área, sendo que os modelos são validados pela GEMOR.

A Auditoria Interna é responsável por realizar, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação dos sistemas e procedimentos implantados para medir, monitorar, controlar e reportar a exposição aos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e de modelagem.⁴

O Comitê Delegado de Riscos e de Capital aprova novos modelos para mensuração do risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, e também, as alterações nos modelos vigentes.

Também, cabe a esse Comitê coordenar a construção do apetite a risco com demais áreas da CAIXA e subsidiar a decisão do Conselho Diretor.

Em 24/04/2015, foi aprovada pelo Conselho Diretor a Declaração Geral de Apetite a Risco da Caixa Econômica Federal, tendo sido emitida a RD nº 7.024/2015, a qual foi apreciada pelo Conselho de Administração em 27/05/2015 - Resolução nº 222/2015.

Segundo a Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA, modelos de risco de crédito, mercado/liquidez e operacional utilizados no processo de gerenciamento de riscos da instituição são validados antes da entrada em produção e monitorados continuamente, a fim de que se mantenham aderentes à finalidade para a qual foram desenvolvidos. O processo de monitoração e validação é exercido por unidade segregada daquelas que desenvolvem e utilizam os modelos.

Esta validação independente tem por objetivo verificar a adequação e conformidade dos modelos às finalidades a que se propõe, e, consonância com as normas internas e externas de forma a preservar o capital intelectual da CAIXA e viabilizar a monitoração dos resultados. O processo avalia elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os cálculos usados para o desenvolvimento do modelo e testes realizados, entradas e saídas de dados, avaliação do entorno tecnológico e toda documentação descritiva da modelagem.

Os modelos são inventariados e acompanhados continuamente quanto a sua adequação, conformidade, desempenho e parâmetro de aceitação de acurácia, e os resultados reportados periodicamente à Alta Administração. Testes e estudos de acompanhamento de desempenho segundo melhores práticas do mercado são aplicados na monitoração, observando os parâmetros do órgão regulador e de limites de exposição.

2.1.1 Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

A Política de Gerenciamento de Riscos da CAIXA visa promover a gestão dos riscos de crédito, operacional, de mercado de liquidez, de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, de crédito de contraparte, de concentração, de estratégia, de reputação, atuarial e socioambiental, visando manter a exposição a esses riscos em níveis considerados aceitáveis pela administração da Instituição, por meio de limites claramente definidos.

Essa política unifica e alinha o gerenciamento dos riscos, tornando efetiva e tempestiva a revisão pelas áreas responsáveis, inclusive no que tange à sua avaliação pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração, uma vez que consolida os princípios, diretrizes e responsabilidades no mesmo documento.

A identificação, avaliação e gestão de riscos encontram-se previstas no MN PO003 – Política de Gerenciamento de Risco do Conglomerado CAIXA, com a última revisão publicada em 30/09/2016.

Estatutariamente, a CAIXA respeita os princípios constitucionais – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e entre os demais preceitos, ressalta-se o da administração de negócios direcionada pelo gerenciamento de risco.

A identificação, avaliação e tomada de decisão quanto à mitigação, transferência, ou assunção do risco, têm atuação efetiva do gestor responsável, e, quando se tratar de exposição relevante, toda decisão tem a anuência por parte do Comitê Delegado de Risco e de Capital ou colegiado pertinente – PO003.

A CAIXA estabelece limites de exposição e de perdas para cada categoria de risco visando preservar a sua solvência, liquidez, rentabilidade e estrutura de capital, observando as normas regulatórias, determinações do controlador e as boas práticas de mercado.

As regras e os limites de exposição a riscos são revisados no mínimo anualmente, ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, no mercado financeiro, na

capacidade de cada subsidiária de assumir riscos e suportar perdas e na estrutura de capital ou na estratégia da CAIXA justifiquem.

A Resolução do Conselho de Administração nº 335 – Ata nº 412, de 25.08.2016 e Resolução do Conselho Diretor nº 7377/2016, de 20.07/2016 aprovaram a revisão dos Limites para Risco de Mercado, com a consequente atualização do MN CR173, em 22/12/2016.

A violação de limites de exposição estabelecidos para a liquidez e para as operações classificadas na carteira de negociação é reportada ao Comitê Delegado de Riscos e de Capital em até 24 horas após a identificação da ocorrência, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação e com proposta para adequação da exposição aos níveis definidos, de aceitação da violação por um prazo definido ou por revisão do limite existente. E a extrapolação de limites para as operações não classificadas na carteira de negociação é comunicada ao referido Comitê na reunião do mês subsequente ao da ocorrência.

A Política de Gerenciamento de Capital da CAIXA estabelece os princípios e diretrizes que norteiam o gerenciamento de capital do seu conglomerado.

As políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos e de capital do conglomerado CAIXA são revisadas e aprovadas pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração no mínimo anualmente, com o objetivo de mantê-las adequadas à natureza, complexidade e dimensão das exposições a riscos e compatíveis com os objetivos estratégicos da CAIXA.

Com relação à administração de recursos de terceiros, os limites de exposição a riscos e valores máximos admitidos de prejuízo potencial (perdas) para os Fundos de Investimento e Carteiras Administradas, visando preservar a solvência, a liquidez e a rentabilidade, se encontram normatizados no MN CR245 - Limites de Exposição aos Riscos de Mercado, Crédito e Liquidez para Recursos de Terceiros.

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.988/2011, a efetiva implementação do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) foi concluída no 1º semestre de 2013.

2.2 ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A CAIXA mantém estruturas de gerenciamento de risco de crédito, operacional, mercado e liquidez adequadas à natureza e complexidade de suas operações e produtos, e à dimensão de sua exposição a cada tipo de risco.

Compõem as estruturas de gerenciamento de riscos sistemas, rotinas, procedimentos e modelos que possibilitam identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação dos riscos relevantes incorridos pela CAIXA, inclusive simulações em condições normais e de estresse.

As novas estratégias, produtos, serviços, processos, canais e atividades têm seus riscos avaliados previamente e é analisada sua adequação ao nível de risco aceito e aos controles da Instituição.

A tomada de decisão quanto à mitigação, transferência, ou assunção do risco têm atuação efetiva por parte do gestor responsável, e quando se tratar de exposição relevante toda decisão tem a anuência do Comitê Delegado de Risco e de Capital ou do colegiado pertinente.

Os critérios para definir as exposições relevantes são aprovados pela Alta Administração e revisados com o objetivo de compreender suas fontes e identificar formas de reduzi-las ao estritamente necessário para a consecução dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A CAIXA controla, monitora e mitiga as exposições aos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez e demais riscos relevantes, a fim de minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na sua capacidade de geração de resultado e no cumprimento dos seus objetivos estratégicos, considerando a relação custo-benefício decorrente de sua implantação.

Os sistemas, rotinas, procedimentos e modelos utilizados no processo de gerenciamento de riscos na CAIXA são previamente validados e monitorados de forma sistemática e criteriosa para garantir a qualidade do modelo e conformidade às normas internas e externas.

A validação e o monitoramento são realizados de forma contínua e, caso apresentem resultados que não sejam satisfatórios às boas práticas e normas internas e externas, são revistos e adequados para que se mantenham aderentes à finalidade para a qual foram desenvolvidos.

Os parâmetros de aceitação da acurácia dos modelos de risco são estabelecidos de acordo com os testes de acurácia realizados nos modelos de risco, em sintonia às boas práticas e em conformidade às normas internas, e são revisados anualmente.

Os modelos de gerenciamento de riscos são documentados de forma padronizada, íntegra, abrangente e adequada ao tipo de modelo, com nível de detalhamento necessário para o completo entendimento e preservação do capital intelectual da CAIXA.

A implementação desses modelos é realizada prioritariamente em solução tecnológica, observados requisitos de segurança de acesso, com validação e testes precedentes à liberação para geração de avaliações e monitoramento sistemático que visa detectar e corrigir eventuais inconsistências.

As informações sobre o gerenciamento de riscos são geradas periodicamente e fornecidas aos gestores de produtos, serviços, processos e canais, às instâncias deliberativas, ao regulador e ao mercado.

Os relatórios gerados a partir dos modelos de risco são divulgados, conforme sua natureza, diária, semanal e mensalmente, e apresentam informações qualitativas e quantitativas sobre os resultados apurados de forma a subsidiar a tomada de decisão dos gestores da CAIXA na condução dos negócios da empresa.

2.3 RISCO DE CRÉDITO

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação das exposições a esse risco, compostas por políticas, processos, práticas, procedimentos, modelos e sistemas adequados à natureza e à complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A CAIXA possui equipes especializadas em cada unidade gestora para realizar a modelagem e avaliação do risco dos tomadores de crédito, novos ou em carteira, além de unidade responsável pelo gerenciamento do risco de carteira de crédito, pelo monitoramento dos indicadores de risco do portfólio e cumprimento dos limites de exposição vigentes.

O ciclo do crédito é complementado com a unidade de cobrança e recuperação de crédito, cujas políticas e estratégias de atuação retroalimentam o processo contínuo de análise, concessão, manutenção e finalização das operações de crédito.

Além disso, existe estrutura independente de validação e monitoramento dos modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito, visando, dessa forma, evitar conflitos de interesse e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

2.3.1 Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.721, de 30/04/2009, como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas

ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A CAIXA adota modelos de avaliação, classificação e mensuração do risco de crédito suportados por métodos estatísticos, especialistas ou fundamentalistas, aplicados às propostas de crédito, à prospecção de clientes, quer sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado ou público, com ou sem fins lucrativos, conforme o segmento e natureza da avaliação de risco e decisão técnica da área de risco de crédito.

O gerenciamento do risco de crédito engloba o processo de desenvolvimento, implantação, calibração e manutenção de modelos de cálculo das exposições a essa categoria de risco, geradas pelas operações com característica de crédito.

A avaliação do risco de crédito considera diversos fatores como a carteira de crédito, o tomador ou emissor dos títulos/valores mobiliários, os dados demográficos, o histórico de comportamento de crédito, a capacidade econômico-financeira, o cenário macroeconômico e setorial, o grupo econômico/conglomerado, a estrutura da operação e a liquidez e suficiência das garantias, entre outros.

Para essa finalidade são utilizadas informações disponibilizadas pelo mercado, por bureau de informações, pelas agências de classificação de risco especializadas, por bancos oficiais federais, pelo Banco Central, além de informações prestadas pelo próprio tomador e dados internos da CAIXA.

O gerenciamento do risco de crédito adota como pressuposto o zelo e o sigilo das informações coletadas/disponibilizadas pelos clientes, visando resguardar a confidencialidade e o sigilo dos tomadores de crédito.

Todas as avaliações de risco de crédito do tomador e da operação possuem prazo de validade, que visam promover a integridade dos resultados gerados pelos modelos de risco de crédito.

O risco de crédito é reavaliado periodicamente em observância às normas estabelecidas pelos órgãos reguladores, contemplando a natureza, prazo, situação do contrato e relevância da operação.

A unidade de risco de crédito possui Comissões de Classificação do Risco de Crédito, para estabelecimento de rating, definição de conglomerado/grupo econômico, limites máximos de crédito e enquadramento do modelo de análise, segregadas por instâncias decisórias, de acordo com o valor das operações e características do tomador de crédito.

Os níveis de classificação do risco de crédito utilizados pela CAIXA são aplicados conforme regulamentação legal estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

A descrição dos níveis de classificação do risco de crédito é realizada tanto para o tomador quanto para a operação.

Os limites máximos de crédito são definidos considerando o tomador de forma individual, o grupo econômico/conglomerado ou o projeto apresentado.

Ainda que o monitoramento dos limites de exposição a risco de crédito seja realizado em periodicidade mensal, a área de risco é consultada tempestivamente para aprovação e simulação quanto ao enquadramento de operações de volumes expressivos.

A violação de qualquer limite de exposição deve ser reportada no prazo máximo de 24 horas da identificação da ocorrência ao Comitê Delegado de Risco e de Capital, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação e com proposta para adequação da exposição aos níveis definidos, de aceitação da violação por um prazo definido ou por revisão do limite existente.

Refletindo os princípios das políticas vigentes, os limites de exposição e procedimentos operacionais envolvidos nas etapas do ciclo de crédito são documentados e disponibilizados ao corpo funcional através de sistema eletrônico de normatização.

O tratamento de situações excepcionais depende de aprovação formal do Conselho de Administração.

As regras e os limites de exposição a riscos são revisados no mínimo anualmente, ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, nas condições do mercado financeiro, na estrutura de capital ou na estratégia da CAIXA justificarem.

São disponibilizados relatórios periódicos sobre a situação dos limites de exposição a riscos da CAIXA ao Conselho de Administração, ao Conselho Diretor e ao Comitê Delegado de Risco e de Capital.

O controle do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

A perspectiva da inadimplência das carteiras da CAIXA é mensurada por meio de modelos de projeção que utilizam tanto informações internas da CAIXA, do comportamento de seus clientes e projeções de crescimento das carteiras, quanto informações macroeconômicas.

A cobrança e a recuperação dos créditos em atraso são realizados em conformidade com a Política de Cobrança e Recuperação da CAIXA, cujo objetivo é estabelecer princípios e diretrizes norteadores da gestão da cobrança e recuperação de crédito que promovam o retorno do ativo aplicado, a geração de resultados sustentáveis e o cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA, englobando operações de crédito do portfólio Caixa adimplidas/inadimplidas/vencidas e adiantamento a depositantes, originadas de pessoas físicas e jurídicas, observando ainda a perda real de capacidade de pagar do tomador, com o acompanhamento dos níveis de inadimplência.

A cessão de crédito é utilizada quando identificada como alternativa viável para recuperação de créditos em atraso.

Os processos de provisionamento e de lançamento a prejuízo de operações de crédito de liquidação duvidosa cumpre a regulamentação vigente e está alinhado às boas práticas de gestão de risco.

A definição de regras de provisão para devedores duvidosos tem como resultado níveis de provisão alinhados aos níveis de perda da carteira e solidez financeira da Instituição.

Cabe à área de risco corporativo disponibilizar relatórios periódicos ao Comitê Delegado de Risco e de Capital, Conselho Diretor e Conselho de Administração sobre o nível de provisão para devedores duvidosos com base nos modelos vigentes

Na avaliação do risco de crédito da operação são verificados aspectos da contraparte, observando-se a natureza/estrutura da operação, inclusive, garantias, grupo econômico/conglomerado e políticas internas.

A alocação de capital para risco de crédito de contraparte no modelo padronizado atualmente utilizado pela Instituição é realizada no escopo do cálculo da parcela de Ativos Ponderados pelo Risco relativo às exposições ao risco de crédito – RWA_{CPAD} , conforme Circular BACEN nº 3.644/2013.

2.3.2 Modelos e Gestão

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no gerenciamento das exposições a risco de crédito são analisados e validados previamente à implantação e têm

sua capacidade preditiva permanentemente monitorada, por unidade interna e segregada funcionalmente da unidade de desenvolvimento, de forma a garantir a segregação de atividades e a independência na decisão sobre a adequação desses modelos ao perfil de risco da CAIXA.

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito – EGRC é responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação das exposições a esse risco, compostas por políticas, processos, práticas, procedimentos, modelos e sistemas adequados à natureza e à complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A CAIXA adota modelos de avaliação, classificação e mensuração do risco de crédito suportados por métodos estatísticos, especialistas e fundamentalistas, aplicados às propostas de crédito, à prospecção de clientes, que sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado ou público, com ou sem fins lucrativos, conforme o segmento e natureza da avaliação de risco e decisão técnica da área de risco de crédito.

Os métodos utilizados são:

- Método Estatístico – é o conjunto de técnicas e métodos de pesquisa que utilizam a Estatística para análise de informações com o objetivo de fazer inferências em situações sujeitas a incertezas.
- Método Especialista – metodologia de avaliação de risco de crédito utilizada quando não se obtém informações suficientes para o desenvolvimento de um modelo estatístico. Nesta avaliação, o conhecimento especializado é fundamental para a realização de um julgamento, onde são atribuídos pesos aos fatores avaliados, com a finalidade de classificar o tomador e/ou operação.
- Análise Fundamentalista – forma de mensurar e classificar o risco do tomador/operação de crédito, que não pode ser representada por um modelo padronizado. Caracteriza-se por avaliações qualitativas e quantitativas baseadas na experiência do analista, e referenciadas em manuais internos de procedimentos operacionais. Neste caso, a avaliação baseia-se nos fundamentos da empresa. Destina-se à mensuração do equilíbrio econômico-financeiro, fluxo de caixa e cadastro das empresas tomadoras de crédito e seus sócios dirigentes. Nesta análise, são atribuídos pesos a cada fator apurado para a decisão final.

A avaliação do risco do tomador/operação de crédito compreende o tipo de pessoa, os dados demográficos, as informações cadastrais, o histórico de comportamento de crédito interno e externo, as condições do crédito pleiteado, a capacidade econômico-financeira, as demonstrações contábeis, o cenário macroeconômico e setorial, o grupo econômico/conglomerado, a governança corporativa e as garantias oferecidas.

A avaliação pode se utilizar de informações de mercado, fornecidas por bureau de informações, por dados de agências de classificação de risco especializadas, pela central de risco do BACEN, além das informações colhidas e pesquisadas do tomador. Para cada fase do ciclo de crédito são utilizadas metodologias diferenciadas para a estratégia de modelagem.

Na concessão de crédito são utilizados modelos de *Application Scoring* compostos por variáveis de perfil cadastral, experiência de crédito externa com base em informações de *bureaus*, capacidade de poupança, informação patrimonial, dentre outras que possibilitam identificar por meio de uma nota ou score, a probabilidade de pagamento da proposta de crédito.

No processo de desenvolvimento desses modelos são utilizadas diferentes metodologias, a exemplo da Regressão Logística de resposta binária, cujas fórmulas

obtidas são testadas por meio de *backtesting* na base de tomadores que já obtiveram crédito, para avaliar a acurácia do modelo em acertar a previsão.

Dentre as fórmulas geradas, é escolhida aquela que obtém os melhores resultados dos indicadores estatísticos de avaliação de qualidade do modelo, dentre os quais destacam-se o teste de *Kolmogorv-Smirnov* – KS para duas amostras, *Area under Receiver Operating Characteristic* – AUROC, que são bem difundidos para mensurar a capacidade do modelo em separar os bons dos maus pagadores.

Os proponentes que tiveram crédito concedido são acompanhados mensalmente por meio do modelo de *Behaviour Scoring*, que se diferencia do *Application Scoring* por se utilizar de variáveis que identificam o comportamento de pagamento e utilização dos produtos de crédito contratados.

Assim como os modelos de *Application Scoring*, os modelos de *Behaviour Scoring* são testados quanto à acurácia e capacidade de predição por meio de *backtesting*.

Para identificação do nível de risco do tomador e da operação, a CAIXA se utiliza de uma escala de rating, que traduz a expectativa de risco em diferentes cenários para o tomador/exposição.

Para créditos em atraso é utilizado o modelo de *Collection Scoring* que utiliza variáveis que refletem a situação de risco do cliente interna e externamente, com o objetivo de mensurar a probabilidade de pagamento das dívidas com a CAIXA. Esse modelo é utilizado para segmentar os devedores e subsidiar as estratégias de cobrança, com foco em utilização de ações que evidenciem o menor custo e a maior efetividade na recuperação do crédito para a CAIXA.

Periodicamente, a perspectiva da inadimplência das carteiras da CAIXA é mensurada por meio de modelos de projeção que utilizam tanto informações internas da CAIXA, do comportamento de seus clientes e projeções de crescimento das carteiras, quanto informações macroeconômicas, que tem reconhecido impacto em projeções desse gênero.

Os modelos de mensuração do risco da carteira de crédito se fundamentam nos parâmetros de risco que influenciam a ocorrência de perda.

No processo de validação realizado pela unidade desenvolvedora, as etapas de desenvolvimento do modelo são replicadas no todo ou em parte, utilizando-se de dados obtidos por meio de amostragem *out-of-time*, ou seja, de um período diferente daquele utilizado para desenvolver o modelo, e *out-of-sample*, do mesmo período utilizado para desenvolver o modelo mas composto de outros dados que não foram utilizados no desenvolvimento.

Tanto o processo de desenvolvimento quanto o de validação são documentados e ficam à disposição da Alta Administração, Auditorias interna e externa e da autoridade reguladora/supervisora para fins de comprovação e avaliação do processo e preservação do capital intelectual da CAIXA.

Quando do lançamento e reposicionamento de produtos ou da análise de proposta de novas exposições em produtos já existentes, é obrigatório o posicionamento das unidades relacionadas ao ciclo de crédito, sendo avaliados os aspectos de conveniência, oportunidade, perda e demais indicadores de risco de crédito a serem considerados em sua precificação, além do capital regulatório exigido. No caso de novas exposições, são ainda verificados os limites de exposição.

A área responsável pelo controle e acompanhamento do risco de crédito monitora mensalmente as carteiras de crédito da CAIXA, realizando análises a partir de indicadores de exposição, atraso, provisão e perda, possibilitando a adoção de medidas tempestivas de gestão, caso sejam identificados indícios de deterioração, como aumento da inadimplência. As ações adotadas podem envolver medidas de cobrança, a adoção de

postura mais conservadora ou de rotinas especiais, suspendendo as contratações para as unidades ou regiões com maior deterioração nos indicadores.

Também são avaliadas rotineiramente a qualidade da carteira e sua capacidade de geração de resultados frente aos riscos incorridos, servindo de referencial para a otimização dos seus resultados.

A resposta dos indicadores de monitoramento às alterações no ambiente de negócios e no cenário econômico é simulada, sendo os resultados considerados no processo de revisão dos limites de exposição e, caso necessário, se constituem em subsídios para a revisão das políticas.

A exposição ao risco de crédito é mitigada por meio da estruturação de garantias, adequando, a partir das características do tomador e da operação, o nível de risco a ser incorrido.

O monitoramento e o controle das exposições ao risco de crédito abrangem todas as fontes relevantes desse risco. Soma-se a isso a emissão de relatórios tempestivos à Alta Administração da Instituição.

São atribuídas responsabilidades para os órgãos e unidades envolvidas no processo de gerenciamento do risco de crédito, cabendo à unidade responsável pelo gerenciamento do risco de carteira de crédito:

- Identificar, mensurar, monitorar, reportar e propor alternativas de mitigação do risco de carteira de crédito das operações comerciais, habitacionais e de saneamento, em condições normais e de estresse;
- Desenvolver e implementar instrumento de análise e acompanhamento de alocação de capital econômico e regulamentar para risco de crédito;
- Desenvolver e implementar teste de estresse e de aderência para gestão de riscos de crédito da carteira CAIXA;
- Identificar e gerir a exposição a risco de crédito dos recursos oriundos de Fundos e Programas administrados pela CAIXA;
- Monitorar e reportar os limites de crédito definidos pelos Órgãos Reguladores e os limites de exposição a riscos de crédito de carteira estabelecidos na política de riscos da CAIXA.

2.3.3 Limites de Exposição e de Concentração

A CAIXA estabelece limites de exposição e de concentração de risco de crédito, por cliente, garantia, produto e segmento.

São monitoradas as exposições por tomador pessoa jurídica ou conglomerado econômico-financeiro considerando a totalidade das operações *on balance e off balance* e para o percentual de exposição por tomador pessoa física nas contratações das operações de agronegócios, considerando a totalidade das operações *on balance e off balance*.

As exposições off-balance são compromissos ou direitos não registrados em contas patrimoniais (ativo ou passivo), mas geralmente em contas de compensação. São exemplos desses registros os derivativos financeiros, fianças, seguros, prestação de garantias, inclusive via Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Fundo de Investimento do FGTS – FI-FGTS ou carteiras administradas do FGTS – residencial de saneamento e transporte e limites de crédito. As exposições *on balance* referem-se a exposições a risco de crédito registradas em balanço, como operações de crédito.

A CAIXA também estabelece limites de risco e exposições para aquisição de ativos financeiros, carteira de crédito, setor de atividade econômica e segmento de atuação.

São estipulados ainda, limites de risco e exposição para operações que envolvam o FGTS em que a CAIXA atue como agente financeiro ou como repassador de recursos, ou que preste garantia ao FI-FGTS ou às suas carteiras administradas – residencial, de saneamento e de transportes.

O monitoramento dos limites de exposição a risco de crédito é realizado em periodicidade mensal. Entretanto, a área de Risco é consultada tempestivamente para aprovação e simulação quanto ao enquadramento de operações de volumes expressivos.

Caso se constate violação de qualquer limite de exposição, este deve ser reportada no prazo máximo de 24 horas da identificação da ocorrência ao Comitê Delegado de Risco e de Capital, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação e com proposta para adequação da exposição aos níveis definidos, de aceitação da violação por um prazo definido ou por revisão do limite existente.

Refletindo os princípios das políticas vigentes, os limites de exposição e procedimentos operacionais envolvidos nas etapas do ciclo de crédito são documentados e disponibilizados ao corpo funcional através de sistema eletrônico de normatização.

O tratamento de situações excepcionais depende de aprovação formal pelo Conselho de Administração.

As regras e limites de exposição a riscos devem ser revisados, no mínimo, anualmente ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, nas condições do mercado financeiro, na estrutura de capital ou na estratégia da caixa justificarem.

A Superintendência Nacional de Risco Corporativo – SUCOR disponibiliza relatórios periódicos sobre a situação dos limites de exposição a riscos da CAIXA ao Conselho de Administração, ao Conselho Diretor e ao Comitê Delegado de Risco e de Capital.

2.3.4 Risco de Crédito de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, conforme definição constante na Circular BACEN nº 3.547/2011, decorre do risco bilateral de perda relacionado à incerteza do valor de mercado da operação e suas oscilações associadas ao movimento dos fatores subjacentes de risco ou à deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

Na avaliação do risco de crédito da operação são verificados aspectos da contraparte, observando-se a natureza/estrutura da operação, inclusive, garantias, grupo econômico/conglomerado e políticas internas.

A contraparte deve possuir condição cadastral e, via de regra, resguardadas as características e demais garantias de cada operação, patrimônio suficiente para a cobertura do equivalente ao valor do principal mais os encargos decorrentes do empréstimo/financiamento.

Ainda que se trate de um risco típico de Pilar 2, a norma padronizada exige alocação de capital para o risco de contraparte. A alocação de capital para risco de crédito de contraparte no modelo padronizado atualmente utilizado pela Instituição é realizada no escopo do cálculo da parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco relativos às exposições ao risco de crédito – RWACPAD, conforme Circular BACEN nº 3.644/2013.

Cabe destacar que o valor das exposições referentes ao risco de contraparte não é significativo quando comparado às demais exposições, uma vez que a maior parte é realizada com o Tesouro Nacional, Sistema de Liquidação e Câmaras e Instituições Financeiras, sendo ainda, lastreadas por títulos públicos.

O cálculo da qualidade creditícia da contraparte – CVA é realizado utilizando-se a fórmula simplificada permitida pela Circular BACEN nº 3.644/2013.

As operações de swap na CAIXA atualmente são realizadas em câmaras de compensação, as quais não atuam como contraparte central. A requisição de garantias junto às contrapartes é definida individualmente através de contratos assinados que

estabelecem a obrigatoriedade de depósito de títulos públicos em conta caução da contraparte do valor devedor do swap, após um determinado limite. Caso a contraparte devedora não honre o pagamento devido do swap, o credor tem o direito de resgatar os títulos públicos depositados.

No caso das operações compromissadas a entrega e o recebimento do dinheiro e das garantias são realizados automaticamente no sistema Selic ou CETIP no formato de liquidação DVP (*delivered versus payment*).

Todas as garantias dadas em títulos públicos têm *haircut* definido pela metodologia da Resolução PU550, não possuindo a CAIXA acordos para compensação e liquidação de obrigações Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros e de Securitização

A CAIXA objetiva a maximização do resultado operacional e a ampliação de *market share* nas carteiras de crédito.

A aquisição de carteiras, entre outras, de Crédito Consignado, *Home Equity*, Veículos, Crédito Imobiliário de outras Instituições Financeiras, visa à complementação dos processos e atividades desenvolvidas pela CAIXA, propiciando o crescimento em setores considerados estratégicos nos quais ela não está inserida ou possui menor participação.

Tais operações estão alinhadas à Visão de Futuro da CAIXA de “Estar entre os três maiores bancos brasileiros até 2022, mantendo a liderança como agente de políticas públicas” e com os objetivos estratégicos de “Ter Processos Eficientes”, “Maximizar a Eficiência Organizacional”, “Desenvolver Novos Negócios”, “Estabelecer Associações Estratégicas”.

A cessão de ativos financeiros é um recurso utilizado, de forma estratégica e diversa, para tratamento da carteira de crédito não performados, ou seja, créditos de difícil recuperação, após esgotados os esforços de cobrança da instituição, possibilitando entrada de recursos imediatos, bem como melhor gestão na carteira de crédito, alinhada às boas práticas do mercado e de governança, e atendendo aos preceitos legais, em especial às Resoluções CMN nº 3.721/2009 e nº 2.836/2001.

A aquisição de ativos financeiros obedece às mesmas políticas de crédito estabelecidas para as carteiras originadas na CAIXA, onde as decisões são pautadas pela avaliação objetiva do risco de crédito dos devedores.

2.4 RISCOS DE LIQUIDEZ

2.4.1 Estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e na possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, em conformidade às Resoluções CMN nº 4.090/2012 e 4.388/2014.

Os princípios e diretrizes da gestão do risco de liquidez estão explicitados na Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.

A CAIXA desenvolveu e implementou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações bancárias em cenário de normalidade e de estresse e para a mensuração do potencial diário de negociação dos títulos e do colchão de risco de liquidez.

Para o gerenciamento da liquidez de curto prazo é realizado o monitoramento da liquidez intradia e da relação entre os títulos de alta convertibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é definido como a reserva estratégica de recursos em situação de crise, composta por ativos de alta qualidade de liquidez em carteira, necessários para assegurar a capacidade da Instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa, no prazo de 30 dias.

Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de Alertas para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A ocorrência de qualquer dos alertas é comunicada tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e de Capital para avaliação quanto à decretação ou não de regime de contingência de liquidez.

No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as fontes de recursos e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

As atividades de administração do risco de liquidez são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

2.4.2 Modelos e Gestão

A mensuração e monitoramento das exposições a esta categoria de risco visam preservar a solvência, liquidez, rentabilidade e adequada estrutura de capital em consonância à estratégia e ambiente de negócios, fatores macroeconômicos e a capacidade da CAIXA de assumir riscos e suportar perdas.

A CAIXA desenvolveu e implementou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações bancárias em cenário de normalidade e de estresse e para a mensuração do potencial diário de negociação dos títulos e do colchão de risco de liquidez.

Para o gerenciamento da liquidez de curto prazo é realizado o monitoramento da liquidez intradia e da relação entre os títulos de alta convertibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é definido como a reserva estratégica de recursos em situação de crise, composta por ativos de alta qualidade de liquidez em carteira, necessários para assegurar a capacidade da Instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa, no prazo de 30 dias.

Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de Alertas para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A ocorrência de qualquer dos alertas é comunicada tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e de Capital para avaliação quanto à decretação ou não de regime de contingência de liquidez.

No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as fontes de recursos e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

As novas operações, produtos ou atividades têm seus riscos avaliados previamente e analisada sua adequação ao nível de risco de liquidez aceito pela Instituição.

As atividades de administração do risco de liquidez são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de

modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

2.4.3 Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)

Em consonância com os requisitos de Basileia III, o CMN editou a Resolução nº 4.401/15, que dispõe sobre a forma de cálculo e parâmetros do indicador de Liquidez de Curto Prazo (*Liquidity Coverage Ratio* – LCR).

O cálculo do indicador entrou em vigor em outubro de 2015 e sua observância, no Brasil, é obrigatória para as Instituições Financeiras que possuem ativo total superior a cem bilhões de reais.

O LCR identifica o montante em ativos livres considerados como de alta liquidez, confrontado com o montante necessário para suprir saídas de caixa projetadas sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias

A mensuração e monitoramento das exposições a esta categoria de risco visam garantir a liquidez, auxiliar na preservação da solvência, rentabilidade e adequada estrutura de capital em consonância à estratégia, ao ambiente de negócios, aos fatores macroeconômicos e à capacidade da CAIXA de assumir riscos e suportar perdas.

O LCR do Conglomerado Prudencial CAIXA registrou o índice médio de 189,0% para o 2º Trimestre de 2016, o que evidencia uma situação confortável da instituição para suportar o cenário de estresse de liquidez padronizado proposto pelo regulador.

O LCR do Conglomerado Prudencial CAIXA registrou o índice médio de 214,4% para o 3º Trimestre de 2016, o que evidencia uma situação confortável da instituição para suportar o cenário de estresse de liquidez padronizado proposto pelo regulador.

2.5 RISCOS DE MERCADO

2.5.1 Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Essa definição inclui as operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado implementada na CAIXA, em conformidade ao estabelecido nas Resoluções CMN nº 3.464/2007 e 4.388/2014, abrange todas as fontes relevantes desta categoria de risco, compreende tanto operações incluídas na carteira de negociação quanto as demais posições e é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição a essa categoria de risco e segrega suas operações em classificadas e não classificadas na carteira de negociação, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.354/2007..

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado implementada na CAIXA, em conformidade ao estabelecido nas Resoluções CMN nº 3.464/2007 e nº 4.388/2014, abrange todas as fontes relevantes desta categoria de risco e segrega suas operações em classificadas e não classificadas na carteira de negociação, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.354/2007.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A mensuração do risco de mercado desta carteira é realizada diariamente e sua principal métrica é o VaR.

As operações não classificadas na carteira de negociação são preponderantemente provenientes do negócio bancário. Tem, como princípios gerais, a sua manutenção até o vencimento e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A CAIXA adota a metodologia *Economic Value of Equity* – EVE para o cálculo da perda de valor do patrimônio econômico destas operações a partir da aplicação de variações nas taxas de juros.

São realizados testes de estresse, inclusive da quebra de premissas, cujos resultados são considerados na revisão da política de riscos, dos limites e da adequação de capital da CAIXA.

Os princípios e diretrizes da gestão do risco de mercado estão explicitados na Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

2.5.2 Modelos e Gestão

A mensuração e monitoramento das exposições ao risco de mercado visam minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da Instituição, bem como preservar a adequada estrutura de capital.

O nível de risco de mercado aceito pela Instituição é definido por meio de um conjunto de limites de exposição aprovados pela Alta Administração.

As estratégias e os limites de risco de mercado são revisados no mínimo anualmente, a fim de manter sua aderência aos objetivos institucionais e empresariais e as exposições em níveis adequados às estratégias de negócios, aos resultados e à estrutura de capital da CAIXA.

Os riscos de mercado associados a novos produtos ou operações são identificados previamente ao seu lançamento ou reposicionamento, quando é realizada análise da necessidade de sua adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição.

2.5.3 Carteira de Negociação

O início da mensuração do risco de mercado das operações classificadas na carteira de negociação ocorre com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação desses instrumentos.

Para que a marcação a mercado seja realizada, é necessário identificar todas as posições mantidas pela Instituição, calcular seus fluxos de caixa e descontá-los pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento, chegando ao seu preço.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio de estruturas a termo de taxas de juros, que são estimadas a partir de informações de taxas ou de preços obtidas em fontes primárias, e tem como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Para os papéis de baixa ou nenhuma liquidez são utilizadas taxas que buscam refletir da melhor forma possível o provável preço de negociação, de maneira conservadora e observando as melhores práticas de mercado.

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

Para este cálculo, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados *Exponentially Weighted Moving Average* – EWMA, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro lambda escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, por meio de duas metodologias que contam o número

de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por *Kupiec*.

É considerada violação o resultado negativo, perdas não realizadas, maior que o VaR projetado para o dia, devendo a contagem destes resultados em determinado período estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido pelo modelo.

Os testes são realizados a partir dos resultados efetivos, que consideram as variações diárias dos preços de mercado dos instrumentos financeiros e dos ganhos ou perdas resultantes das compras e vendas, e hipotéticos, calculados a partir das variações diárias das curvas de mercado.

O programa de testes de aderência é importante ferramenta para a melhoria contínua dos modelos de VaR e da metodologia de marcação a mercado.

Uma vez que o VaR apresenta reconhecidas limitações como modelo único de mensuração de risco, principalmente porque envolve apenas cenários de normalidade, os testes de estresse complementam a visão fornecida pelo cálculo do VaR, possibilitando entender potenciais perdas em situações específicas cuja probabilidade de ocorrência é menor, mas cujas perdas podem ser expressivas.

A CAIXA estabeleceu um Programa de Testes de Estresse em que adota as abordagens tanto de cenários históricos quanto prospectivos para reproduzir períodos históricos e simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas, respectivamente.

Para o período compreendido entre 2000 e 2003 os cenários de estresse históricos são vinculados a datas conhecidas nas quais ocorreram eventos que geraram variações significativas no mercado de juros, com a construção de cenário pré-definido de choques multiplicativos para cada data, que são aplicados às curvas de mercado da data para cálculo do VaR de Estresse.

A análise de cenários históricos posteriores a 2003 se utiliza dos piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar os efeitos que, caso se repetissem, provocariam impacto no valor do portfólio da Instituição.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo consiste em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, portanto, incluindo possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos consiste em projetar os impactos no valor do portfólio da Instituição, caso o cenário estabelecido ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria – VIFIC com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê Delegado de Risco e de Capital, para que possam alimentar os modelos de risco.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Adicionalmente, a CAIXA realiza análises de sensibilidade, que podem ser definidas como uma técnica que permite verificar as variações no valor da carteira de negociação com o uso de um modelo de simulação a partir de alterações nas taxas dos fatores primitivos de risco. É realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

2.5.3.1 Limites de Exposição

A CAIXA estabelece limites de exposição e concentração a risco de mercado em zonas temporais, por fator primitivo de risco e valor em risco de mercado – VaR de mercado.

Os limites de exposição aos riscos de mercado da carteira de negociação são monitorados diariamente e as violações devem ser reportadas pela SN Administração de Risco Corporativo, no prazo máximo de 24 horas da identificação da ocorrência, ao Comitê Delegado de Risco e de Capital, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação e com proposta para adequação da exposição aos níveis definidos, de aceitação da violação por um prazo definido ou por revisão do limite existente.

2.5.4 Operações Não Classificadas na Carteira de Negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II e III, as operações compromissadas, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura e as operações passivas de captações e depósitos.

As operações ativas das carteiras comercial e de saneamento e infraestrutura são agrupadas de acordo com suas características comuns, enquanto que as ativas da carteira habitacional são agrupadas de acordo com suas regências de evolução.

São denominadas operações passivas com vencimento definido aquelas para as quais existe a condição de pagamento em data pré-estabelecida e os rendimentos prefixados ou pós-fixados são definidos.

Os fluxos de caixa dessas operações são obtidos mediante decomposição das operações em uma estrutura temporal equivalente de recebimentos e pagamentos, considerando as datas de vencimento contratadas.

As operações passivas sem vencimento não apresentam definição da condição de pagamento em data pré-estabelecida ou, apesar de apresentarem uma data de pagamento pré-estabelecida, têm uma característica de perpetuação do volume captado, podendo, em ambos os casos, ser acrescidas de rendimentos nos termos do contrato.

O modelo de previsão dos fluxos das operações sem vencimento utiliza técnicas específicas para fins de mensuração do nível de exposição da CAIXA ao risco de mercado.

Para as operações de caderneta de poupança optou-se pela técnica da carteira replicante pela ótica do ativo para a estimação dos fluxos, onde se busca investir os recursos captados segundo as regras de direcionamento dos recursos da poupança. Um dos benefícios desta técnica é a aderência às características e ao comportamento histórico desses depósitos.

Para as demais operações passivas sem maturidade definida, em sua maioria depósitos judiciais e à vista, optou-se por aplicar técnica de esgotamento do saldo, diferente da utilizada para a poupança. Essa escolha fundamenta-se no fato desses depósitos não possuírem regras de direcionamento de recursos como os da poupança e apresentarem uma menor estabilidade de seus saldos, dificultando a alocação em ativos de médio e longo prazos (carteira replicante).

Os valores dos ativos e passivos que compõem os fluxos de caixa compreendem o principal, os juros e os demais valores relacionados a cada operação, devendo estes fluxos serem marcados a mercado mediante a utilização da estrutura temporal das taxas de juros que represente as taxas em vigor no mercado no dia útil imediatamente anterior.

Para mensurar o risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, a CAIXA adota a metodologia Economic Value of Equity – EVE, que calcula a perda de valor do patrimônio econômico em risco, a partir da aplicação de variações nas taxas de juros.

São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira banking a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

2.5.4.1 Limites de Exposição

Os limites de risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação são estabelecidos para exigência de capital, fator primitivo de risco e zonas temporais.

O monitoramento dos limites de exposição das operações não classificadas na carteira de negociação é explicitado por meio de relatórios mensais e as extrapolações reportadas ao Comitê Delegado de Risco e de Capital pela SN Administração de Risco Corporativo na reunião do mês subsequente à ocorrência.

2.5.5 Exposição a Instrumentos Financeiros Derivativos

A CAIXA utiliza os Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD registrados em contas patrimoniais e contas de compensação destinados a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

As operações com derivativos são mantidas exclusivamente para hedge das operações ativas e passivas, predominantemente da carteira de negociação.

O hedge deve ser efetivado com a utilização de derivativos, por meio de operações de compra ou de venda de contratos futuros, operações de swap e/ou com ativos ou passivos que tenham fluxo de pagamentos compatível com o fluxo do ativo ou passivo objeto de hedge.

Em relação ao risco de mercado associado às variações de taxas de juros, a CAIXA opera no mercado de derivativos financeiros, principalmente com contratos futuros de DI de 1 dia e swap, visando aumentar a rentabilidade da carteira de negociação, se beneficiando das oscilações de preço dos ativos em mercado, tendo como base os cenários elaborados pela área de planejamento financeiro e das consultorias contratadas pela CAIXA, assim caracterizando um hedge financeiro.

2.6 RISCO OPERACIONAL

A gestão do risco operacional está integrada à gestão dos demais riscos, com o objetivo de mitigar a exposição da CAIXA a riscos e reduzir perdas financeiras, e está alicerçada nas seguintes linhas de defesa: atuação do gestor do produto/área, atuação independente na gestão corporativa do risco operacional e submissão a revisões independentes pela auditoria interna e externa.

A gestão do Risco Operacional envolve aspectos como identificação, avaliação que pode ser qualitativa e quantitativa, mensuração, monitoramento, controle, mitigação e reporte do risco operacional em conformidade com as normas vigentes e as boas práticas de governança corporativa.

2.6.1 Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional

A Resolução CMN nº 3.380, de 29/06/2006, define o Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluído nesta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional considera os fatores internos (pessoas, processos e sistemas) e externos que podem afetar adversamente a realização dos

objetivos da CAIXA, e em caráter preventivo gera informações qualitativas associadas às perdas operacionais.

Essas informações estão armazenadas em banco de dados estruturado e hospedadas em servidor de grande porte. São apresentadas por meio de Sistema Corporativo e sua construção, manutenção e operacionalização estão documentadas em Manuais Normativos na CAIXA.

A gestão do risco operacional integra também a gestão de crises, de segurança da informação e de continuidade dos negócios, atuando esta última frente a possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

2.6.2 Ambiente Adequado e Processo de Gerenciamento

A estrutura de gerenciamento do risco operacional da CAIXA é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição e as macroatividades executadas a fim de garantir o efetivo gerenciamento são:

- Gestão do risco operacional.
- Gestão da continuidade de negócios da CAIXA.
- Gestão de crises.
- Metodologia para mapeamento de Riscos Operacionais.
- Estabelecimento dos limites de exposição de Riscos Operacionais.
- Limites de exposição para 1ª e 2ª linhas de defesa.
- Reporte à estrutura de Governança quanto ao funcionamento para 1ª linha de defesa.
 - Gestão estratégica, diretrizes e coordenação em segurança da informação e comunicações, integrando as demais áreas envolvidas.
 - Consolidação e reporte à estrutura de Governança quanto à segurança da informação e comunicações.

2.6.3 Disseminação da Cultura de Gerenciamento do Risco Operacional

Como forma de disseminar internamente a cultura de gerenciamento do Risco Operacional na CAIXA, encontram-se disponíveis dois cursos na Universidade CAIXA, sendo um módulo básico e outro avançado.

Também fazem parte dessa disseminação cursos presenciais em Gestão de Continuidade dos Negócios e Segurança da Informação, ministrados conforme demanda das unidades. Desde 2013 noções sobre estes temas são repassadas aos novos empregados no curso de integração (treinamento realizado por todos os funcionários contratados antes de direcionamento à primeira unidade de lotação física).

Estão disponíveis, ainda, normas internas referentes à Política de Segurança da Informação, Política de Continuidade dos Negócios, além de outros normativos sobre os procedimentos associados ao ciclo de gestão do risco operacional e aos planos de ação para mitigação desse risco.

2.6.4 Programa de Continuidade dos Negócios

O Programa de Continuidade dos Negócios – PCN é um programa evolutivo contínuo e tem por objetivo assegurar a redução dos riscos corporativos a níveis razoáveis e reiniciar os processos de negócios críticos, antes que impactos e prejuízos financeiros, operacionais e de imagem atinjam níveis inaceitáveis.

Desde sua criação, baseia-se nas boas práticas de mercado, nas normas ISO 22301 e NBR 15999, e nos modelos adotados pelos institutos internacionais *Disaster Recovery Institute International* – DRII e *Business Continuity Institute* – BCI.

O PCN CAIXA é composto por um grupo de ações estruturadas que visam conhecer a organização, definir as estratégias de continuidade dos negócios, desenvolver

e implementar ações para respostas tempestivas a interrupções, realizar testes e manter os planos, promovendo as revisões necessárias e desenvolver cultura de continuidade dos negócios.

O desenvolvimento destas ações, de forma sistemática, possibilita que a CAIXA atue preventivamente, por meio da prospecção de cenários e do desenvolvimento de planos e de mecanismos que reduzem a exposição aos riscos, possibilitando atuação rápida e eficaz quando da ocorrência de uma interrupção, garantindo aos clientes alto grau de disponibilidade dos serviços e segurança nos negócios realizados.

O PCN CAIXA define as necessidades de pessoal, de infraestrutura, de recursos tecnológicos e documenta os procedimentos operacionais e de contingência que permitem à CAIXA manter sua capacidade de funcionamento mesmo após a ocorrência de um desastre.

2.6.5 Mensuração de Risco Operacional

O cálculo da exigência de capital para risco operacional no Brasil pode ser realizado por uma das três metodologias definidas pelo BACEN: Abordagem do Indicador Básico – BIA, Abordagem Padronizada Alternativa – ASA e Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – ASA2.

Na Abordagem BIA, a exigência de capital é estabelecida pela média do resultado bruto positivo dos três últimos exercícios, ponderado por um fator alfa de 15%.

Na Abordagem ASA, a exigência de capital é estabelecida pela média para os três últimos períodos anuais da soma do Indicador Alternativo de Exposição – IAE, saldo positivo das linhas de negócio comercial e varejo e do Indicador de Exposição – IE, resultado, positivo das demais linhas de negócio, ambos multiplicados por um fator de ponderação beta definido para cada uma dessas linhas, conforme Circular BACEN nº 3.640/13.

A utilização deste método pressupõe que todas as operações estejam distribuídas nas linhas de negócio, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação e, se uma operação não puder ser distribuída em uma das linhas de negócio, essa operação é alocada em uma das linhas de negócio cujo fator de ponderação beta corresponda a 0,18.

Na Abordagem ASA2, a exigência de capital é estabelecida pela média para os três últimos períodos anuais da soma do IAE positivo das linhas de negócio comercial e varejo agregadas e um IE positivo das demais linhas de negócio multiplicadas, respectivamente pelos fatores 0,15 e 0,18. A utilização deste método pressupõe que todas as operações estejam distribuídas entre o IAE e o IE, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação.

A CAIXA desenvolveu os três modelos de cálculo em ferramenta interna e adota a metodologia da Abordagem Padronizada Alternativa – ASA. A partir de janeiro de 2015, as instituições financeiras estão também obrigadas a calcular a exigência de capital para risco operacional do Conglomerado Prudencial com o objetivo de melhor refletir as posições econômica, financeira e patrimonial dos grupos financeiros e os riscos decorrentes das operações consolidadas.

Os métodos avançados são baseados em metodologia desenvolvida pela própria Instituição com base em critérios qualitativos e quantitativos estabelecidos pelo BACEN, sendo que a adoção dessa abordagem requer um estágio avançado de gestão de risco operacional, período de avaliação dos resultados e prévia autorização do órgão regulador.

A CAIXA está desenvolvendo um modelo interno para ser utilizado, em princípio, como requisito de Pilar II, ou seja, para avaliação da adequação do seu capital alocado (ICAAP). O cálculo de capital por modelo interno pressupõe a combinação de quatro elementos-chave: base de dados interna de perdas decorrentes de eventos de risco

operacional; base de dados externa; realização de análise de cenários; e indicadores de ambiente de negócios e de controle interno.

2.7 DEMAIS RISCOS RELEVANTES

2.7.1 Risco de Estratégia

De acordo com a Circular BACEN nº 3.547/11, o risco de estratégia decorre de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas de decisão.

Na visão da CAIXA, quanto mais consistentes as ferramentas de monitoramento e controle do Plano Estratégico e quanto melhor for sua capacidade de adequar-se às mudanças do ambiente de negócios para continuar cumprindo sua missão rumo à visão de futuro, menor será o seu risco de estratégia.

Neste sentido, o risco de estratégia na CAIXA é mitigado por meio das ferramentas e instrumentos de monitoramento e controle do Planejamento Estratégico.

O monitoramento e aferição dos resultados do planejamento estratégico levam, sempre que necessário, a revisões e correções de rumo, tanto no nível estratégico como no operacional. Essa atividade tem a capacidade de minimizar os efeitos de mudanças adversas no ambiente de negócios da CAIXA fazendo com que a instituição adote medidas específicas para assegurar sua sobrevivência, impondo revisões periódicas de seus Planos Estratégicos.

Considerando os resultados da CAIXA nos últimos anos e diante das evidências acerca da consistência da estrutura do Planejamento Estratégico da CAIXA, atrelados a um processo de monitoramento contínuo que possibilita identificar possíveis mudanças adversas no ambiente de negócios e implementar ações estratégicas capazes de transformar ameaças em oportunidades, até o momento, não foram identificados eventos ou ocorrências que justifiquem a necessidade de alocação de capital específico para cobertura do Risco de Estratégia.

2.7.2 Risco de Reputação

Reputação é o ato de inspirar credibilidade, confiança, sendo esta última relacionada não somente com atitudes concretas e objetivas, mas também com a percepção dos outros em relação a elas.

Para a CAIXA, o risco de reputação decorre da percepção dos seus clientes internos e externos em relação aos serviços e produtos disponibilizados e, ainda, em relação às atividades e projetos nos quais está envolvida.

A mitigação do risco de reputação da CAIXA é essencialmente preventiva, ancorada em ações e políticas de relacionamento que contribuem para otimizar a percepção dos seus *stakeholders* em relação aos serviços e produtos disponibilizados e, ainda, em relação às atividades e projetos nos quais está envolvida.

No ano de 2015 a Caixa foi apontada como a marca mais amada do Brasil no segmento Bancos, segundo pesquisa realizada pela *Officina Sophia da holding HSR*.

Ainda em 2015, a Caixa repetiu o feito de 2014, sendo eleita a marca de maior prestígio do setor financeiro do Brasil, segundo estudo realizado pelo Jornal Estado de São Paulo e a empresa Troiano Branding. Mesmo em um cenário adverso com aumento nos saques na caderneta de poupança, a Caixa manteve seu *Market Share* em 2015.

Assim, diante da sólida imagem da instituição e das ações que as diversas áreas da CAIXA realizam para mitigar o risco de reputação, até o momento não foram identificados eventos ou ocorrências que justifiquem a necessidade de alocação de capital específico para cobertura deste risco.

2.7.3 Risco Atuarial

Entre demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de planos de previdência geridos pela

Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), de plano de saúde (Saúde Caixa) e de auxílio alimentação, além do EX-PREVHAB administrado pela CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos planos de benefícios.

A CAIXA considera o Risco Atuarial como um risco de pilar 2 relevante e, por esse motivo, por meio de processo licitatório contratou empresa de consultoria especializada para auxílio na elaboração do modelo de risco atuarial. O projeto encontra-se em fase de validação interna.

2.7.4 Risco Socioambiental

Para a CAIXA, o risco socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de potenciais danos socioambientais relacionados aos produtos, serviços e processos da Instituição. As ações de controle do risco socioambiental implementadas na CAIXA estão atreladas às estratégias da empresa e compõem a gestão do risco dos seus negócios.

A CAIXA entende que o risco decorrente da exposição a danos socioambientais gerados por suas atividades é considerado, identificado e mitigado dentro dos processos e operações das diversas áreas da empresa e reconhece que a construção da “cultura de sustentabilidade” dentro da organização é o caminho para alcançar a adequada gestão e controle dessa categoria de risco.

A permanente atualização das suas normas de conteúdo que busquem a proteção do meio ambiente e o respeito aos direitos humanos e do trabalho, e o atendimento aos protocolos nacionais e internacionais, evidenciam que a CAIXA mitiga o risco decorrente da exposição a danos socioambientais gerados por suas atividades.

Neste sentido, em FEV/15 a Caixa publicou a nova Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/2014.

O objetivo da Política é assegurar a atuação sustentável da CAIXA e suas subsidiárias, a partir da integração das dimensões social e ambiental na sua estratégia, garantindo a incorporação dos princípios e diretrizes desta Política nos negócios, processos e relacionamentos com as partes interessadas.

Assim, a CAIXA adota práticas de governança que tem possibilitado o desenvolvimento de um modelo de gestão compatível com os desafios centrais das organizações modernas, onde o desenvolvimento socioambiental é responsabilidade de todas as áreas e prática de todos os empregados, como tema transversal que atinge tanto a Alta Administração como o corpo funcional.

2.8 ADEQUAÇÃO DO CAPITAL

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) foi regulamentado no Brasil pela Resolução CMN nº 3.988, de 30/06/2011, que dispõe sobre a implementação da Estrutura de Gerenciamento de Capital.

Os procedimentos e parâmetros relativos ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) - foram instituídos na Circular BACEN nº 3.547/2011.

O ICAAP foi implementado na CAIXA em consonância com o disposto na norma e é objeto de relatório anual, com data-base de 31 de dezembro, validado por unidade independente e aprovado pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração antes da

disponibilização ao BACEN, e tem como objetivo avaliar a suficiência do capital mantido pela CAIXA, considerando seus objetivos estratégicos e os riscos a que está sujeita no período de 01 ano, normatizado no manual OR125.

Resumidamente, o ICAAP compreende dois aspectos principais: a identificação e mensuração dos riscos incorridos (cálculo da necessidade de capital) e a avaliação da suficiência do capital para suportar tais riscos (comparação entre o capital efetivamente mantido pela Instituição e a sua necessidade de capital), considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

A CAIXA acompanha a suficiência do seu capital por meio da 1) avaliação e cálculo da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito, mercado, operacional, de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, de crédito da contraparte e de concentração; 2) avaliação da necessidade de cobertura dos demais riscos relevantes, considerando, no mínimo, os riscos de liquidez, estratégia, reputação e socioambiental; e, ainda, 3) simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado (testes de estresse).

Conforme CR389, cabe à GECAP a elaboração do Relatório ICAAP, com periodicidade anual, no qual são descritos os resultados advindos do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital. O Relatório é disponibilizado ao BACEN e deve ser aprovado pelo Conselho Diretor ou Comitê Delegado de Risco e Capital e pelo Conselho de Administração.

O ICAAP na CAIXA é validado de forma independente pela GEMOR e este processo de validação avalia, no mínimo:

- as metodologias e premissas utilizadas nas estimativas de necessidade de capital;
- as estimativas de correlação, quando utilizadas;
- a inclusão de todos os riscos relevantes;
- a abrangência, a consistência, a integridade e a confiabilidade dos dados de entrada, bem como a independência de suas fontes;
- a adequação dos testes de estresse;
- a consistência e confiabilidade das informações que compõem o relatório.

Os relatórios de gerenciamento de capital demonstram o comportamento do capital, principais eventos para variação do PR, dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e Margem, bem como os principais parâmetros e indicadores de capital (Basileia, Nível I, Capital Principal), apresentando análise das variações. Estes reportes evidenciam, também, a composição do RWA total e projeção de comportamento para os próximos meses em um horizonte de um ano a partir do Plano de Capital e das possibilidades relacionadas à gestão de capital, comparando o projetado com o realizado para o período de referência.

Além de relatórios mensais sobre o gerenciamento de capital, são elaborados Informes de Capital ao Comitê Delegado de Risco e de Capital caso haja necessidade de esclarecimentos sobre mudanças normativas e/ou operações que possam refletir no gerenciamento de capital da Instituição e/ou implicar em mudanças no Plano de Capital estabelecido.

Os reportes internos são levados às diversas instâncias envolvidas e fornecem à Alta Administração subsídios para a tomada de decisão, inclusive de ordem estratégica, constituindo também uma das formas de disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e de capital na CAIXA.

Para operações e negócios superiores aos limites estabelecidos nas políticas e alçadas estabelecidas, a área de risco corporativo é instada a emitir parecer para a Alta Administração com análise ampla sobre os riscos e eventuais reflexos no capital.

Os processos e procedimentos, modelos, metodologias e indicadores de gerenciamento dos riscos e de capital estão documentados em normativos internos, disponíveis a todos os empregados.

CAPÍTULO III – ATIVIDADES DE CONTROLE E CONFORMIDADE

3.1 SEGREGAÇÃO DE ATIVIDADES

A Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA – MN PO003, alterada em setembro/2016, em virtude da Resolução do Conselho de Administração nº 334 - Ata 412, de 25/08/2016, entre outros princípios relacionados, estabelece o princípio de “Segregação de Atividades” onde as atividades de gerenciamento de riscos são segregadas das atividades negociais e da auditoria interna, mantendo unidades independentes de desenvolvimento e de validação e monitoramento de seus modelos de forma a preservar a imparcialidade dos trabalhos executados e evitar conflitos de interesses.

A CAIXA prevê em seu Estatuto - Decreto nº 7.973, de 28/03/2013 - regras específicas de segregação a fim de evitar o conflito de interesses, como se observa no § 2º, inciso III do Art. 8º, do Capítulo Da Administração e Organização, que entre outras situações, prevê que as unidades responsáveis pela formulação de políticas e gestão de risco de crédito devem ser segregadas das unidades de negociação e da unidade executora da atividade de auditoria interna.

O Estatuto da CAIXA define, em seu art. 24º, inciso IX, que a competência para aprovar as alçadas propostas pelo Presidente e pelos Vice-Presidentes, é do Conselho Diretor, exceto as relativas à gestão de ativos de terceiros e de administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluindo o FGTS. É reservado ao Conselho Diretor deliberar sobre qualquer operação, independente dos limites de Alçadas fixados, ao seu exclusivo critério.

Em consonância ao MN PO002 - Política de Controles Internos e *Compliance*, em particular, relacionado à diretriz que trata da “segregação de funções”, o SISMN dispõe do Tomo AL – Regime de Alçadas que apresenta o conjunto de valores que definem os limites atribuídos à decisão da autoridade competente, em função da natureza da operação, com vistas ao ordenamento dos negócios da CAIXA - MN AL001, hoje constituído por 42 normativos.

Estatutariamente, a prestação de contas anual é apresentada segregada, com detalhamento dos investimentos e custos das áreas de negócios da CAIXA, destacando especialmente os custos sociais e públicos assumidos pela Empresa e relacionados a programas e serviços delegados pelo Governo Federal, sendo sua forma de elaboração orientada pelo MN OR124.

Os Vice-Presidentes responsáveis pelas áreas segregadas não integram o Conselho Diretor e não respondem pelas demais atividades da CAIXA e deliberações daquele Colegiado, sendo suas atividades, contudo, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelos Conselhos de Administração, de Gestão de Ativos de Terceiros e de Fundos Governamentais e Loterias.

3.2 POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS

A identificação e monitoração de mudanças em leis, regulamentos externos são acompanhados por meio de divulgações no Diário Oficial da União e correios recebidos do BACEN, em que a unidade é instada a se manifestar se há impacto nas suas atividades por meio da ferramenta “Roteiro Padrão” aberto pela área SUCOI/GENOR, informando

no caso de impacto as ações de adequação, detalhando o tipo de adequação seja no normativo interno, ou sistema e/ou rotinas. Após identificação do impacto por meio da ferramenta Roteiro Padrão, o apontamento é incluído e também acompanhado na ferramenta Sistema de Relatório de Controles Internos (SIRCI).

As adequações também ocorrem por meio de solicitações de auditoria de órgãos externos. Assim, os requisitos para atendimento às demandas legais identificados pelas respectivas unidades afetas e quando aplicáveis às rotinas da CAIXA são internalizados em orientações normativas internas de cada segmento de atuação. Por meio de processo interno esses normativos são submetidos a avaliação das demais unidades da CAIXA impactadas pelos ajustes implementados, por meio da ferramenta Roteiro Padrão, citada anteriormente.

A garantia de conformidade aos requisitos externos (legais e normativos) ocorre ao longo dos processos instituídos na CAIXA. Tais processos são operacionalizados na estrutura organizacional da CAIXA que conta com Unidades Administrativas com papéis, responsabilidades e atribuições específicas. Além disso a CAIXA possui comitês estatutários que tem a responsabilidade de avaliar e aprovar, dentro de alçadas pré-estabelecidas. Esses procedimentos são regulados por normativos internos e são produzidos documentos (Pareceres e notas técnicas) detalhados, além de contar com avaliação pelas equipes jurídicas dos aspectos legais, quando o caso requer.

Como medida adicional, por amostragem, são realizadas auditorias internas com foco em avaliar se todos os requisitos estabelecidos (normas internas) foram cumpridos com o rigor necessário, atuando como indutor na melhoria continuada do processo.

Dentro de suas atribuições, a GENOR acompanha as ações informadas pelo gestor no projeto aberto para avaliação da norma, até que seja identificada ou informada como concluída, sendo reportadas semestralmente no RCI (Relatório de Controles Internos) as normas de maior relevância que se encontram vigentes e não estão plenamente atendidas, até a conclusão de todas as ações necessárias ao seu atendimento.

Caso seja identificada a insuficiência de alguma informação a unidade e/ou empregado responsável, em tempo de tramitação do processo, é instado a complementar e/ou retificar as informações prestadas. No momento posterior, caso seja identificada alguma imprecisão, são elaborados Planos de Ação e implementados ajustes nas rotinas operacionais para que o episódio não volte a ocorrer.

3.2.2 DIVULGAÇÃO INTERNA DE NORMAS E PROCEDIMENTOS

Com a criação da Intranet CAIXA, a partir de 16/11/1999, a distribuição das normas e procedimentos internos, que seguem o padrão normativo definido, passou a ser realizada de forma eletrônica, por meio do SISMN, que foi a primeira aplicação corporativa da Intranet CAIXA.

A qualificação e atualização das normas internas revela a preocupação da empresa com a clareza e completude da norma, uma vez que possibilita análise e validação prévia das minutas de normativos antes da sua publicação no SISMN.

Há processo de verificação proativa das normas a serem divulgadas internamente, por meio do Roteiro Padrão, por ele transitam os normativos novos, aqueles que passam por ‘revisão geral’ ou por reestruturação da norma e normativos que definam ou alterem regras/procedimentos a serem observados por outras unidades. Excluem-se da verificação os normativos de maior sigilo (#30 ou #20), de cunho estratégico, que tratem de Políticas, Alçadas e modelos de Risco e normativos em que as unidades corresponsáveis e a unidade gestora são vinculadas a mesma Superintendência Nacional.

3.3 ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS – CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVOS

3.3.1 Relatórios Mandatórios

O MN OR065 - Elaboração de Relatórios Mandatórios - tem como objetivo o estabelecimento dos procedimentos para elaboração dos relatórios mandatórios de forma a otimizar tempo, recursos e qualidade das informações e dados. Para elaboração dos relatórios financeiros, a CAIXA segue as normas publicadas pelo CMN, BACEN e diretrizes emitidas pela CVM e CFC.

Os princípios e práticas contábeis, segundo as normas brasileiras de contabilidade para instituições financeiras, encontram-se divulgadas internamente no MN CR251 – Princípios e Práticas Contábeis segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade para Instituições Financeiras e os princípios e práticas contábeis, segundo as normas internacionais de contabilidade – IFRS, estão disponíveis no MN CR250 - Princípios e Práticas Contábeis segundo as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS. Por sua vez, os procedimentos a serem observados pelas unidades da CAIXA, no que diz respeito à utilização, emissão, assinatura e ao arquivamento dos documentos e relatórios contábeis, encontram-se descritos no MN CR082 - Documentação Contábil.

Estão estabelecidos procedimentos, diretrizes e responsabilidades que devem ser observados pelas GEINC – GN Contabilidade CAIXA e GICET – Gerências de Filial Contabilidade e Tributos quando da disponibilização da especificação contábil para análise dos aspectos inerentes ao processo de conciliação, controle e sistemas, bem como quando da solicitação de cadastro de parâmetros nos sistemas de gestão da SUCON – SN Contabilidade e Tributos, em observância às normas externas, tais como: Circular BACEN nº 1.273/1987, Lei 6.404/1976, Lei 11.638/2007, Lei 11.941/2009 – MN NS137.

Também, estão estabelecidos os procedimentos, diretrizes e responsabilidades que devem ser cumpridas pelos gestores dos diversos segmentos de atuação da CAIXA com vistas a assegurar o fornecimento de informações operacionais de forma a viabilizar a correta definição e homologação de procedimentos contábeis – MN CR256.

O MN NS165 – Registro das Informações Contábeis da CAIXAPAR tem o objetivo de assegurar que as informações contábeis da subsidiária integral CAIXAPAR sejam fornecidas seguindo padrões estabelecidos pela GECTC – GN Contabilidade de Terceiros.

À GEIFI – GN Controle e Informações Financeiras cabe o registro e o controle financeiro das operações ativas e passivas da CAIXA e de Fundos e Programas por ela administrados; a gestão de depósitos compulsórios e Fundo Garantidor de Crédito – FGC; o controle de *funding* habitacional, rural e microcrédito; o controle dos lastros LCI, LCA, DII, CIR e DIM; e as informações financeiras mandatórias e das participações societárias da CAIXA.

3.4 PROCESSOS DE REVISÃO E CONCILIAÇÃO CONTÁBIL

3.4.1 Pendências Operacionais e Contábeis

O Relatório Mensal da Conciliação Contábil CAIXA, elaborado pelas SUCON - SN Contabilidade e Tributos e SUBAN - SN Processo Bancários, apresenta um panorama da conciliação contábil na CAIXA, a evolução da quantidade de registros incoerentes por segmento, com destaque para os principais problemas e soluções implantadas no período, e, também, relaciona as ações e demandas de tecnologia a serem executadas com vistas à redução das incoerências.

O Novo Modelo de Conciliação Contábil da CAIXA contempla: definição de conceitos e critérios; definição de responsabilidades dos agentes envolvidos no processo de conciliação; política de consequências; fluxo de informações; definição de controles efetivos; capacitação e reciclagem das equipes que desempenham a atividade; elaboração

de normativos; indicadores de desempenho; definição de prazos para envio de informações; definição de prazos para regularização de registros pendentes de conciliação.

3.4.2 Conciliação Contábil x Inspeção Física - Ativos

A CAIXA prevê o registro, por meio da verificação física dos bens e valores de propriedade da CAIXA e de terceiros, em custódia, garantia, cobrança e controle, em poder ou sob responsabilidade da agência ou de unidades que operem com valores, que devem ser inventariados, utilizando-se do Termo de Verificação de Valores – TVV - conforme orientações definidas no MN CR060.

No caso de agência, o TVV é confeccionado por comissão composta por no mínimo 03 empregados de áreas distintas daquela a ser verificada, nomeada pelo Gerente Geral da agência, ou pelo responsável pela unidade. As unidades providenciam, obrigatoriamente:

- a verificação dos valores disponíveis, mensalmente, e emitem dois TVV, sendo um em data incerta, a ser definida pelo Gerente Geral ou Gerente responsável pela Agência e outro no último dia útil de cada mês, após o encerramento do movimento, e deve abranger os itens: Dinheiro em Caixa, Moedas Estrangeiras Disponíveis e Cheques Devolvidos pela COMPE, exceto o item dinheiro em ATM/CD, cujo levantamento é efetuado de acordo com o MN OR099 – Autoatendimento Manutenção;
- a verificação dos valores em custódia na unidade, semestralmente, e emitem um TVV no último dia útil de cada semestre civil, após o encerramento do movimento;
- a verificação dos valores em garantia, semestralmente, e emitem um TVV no último dia útil de cada semestre civil, após o encerramento do movimento diário.

O levantamento das garantias do PENHOR para o TVV, nas Agências com a guarda compartilhada e centralizada é realizado semestralmente, sendo realizado de forma que cada Agência seja verificada pelo menos uma vez no semestre.

Quando ocorre sinistro, desativação/absorção de Agência/PA ou substituição do Gerente Geral, Gerente responsável pela agência/PA ou substituição do responsável pelas garantias, a confecção do TVV é obrigatória e abrange todos os itens, podendo ser considerado o TVV realizado em data incerta na unidade no mês.

As diferenças apontadas no campo conciliação, exceto numerário, são regularizadas/justificadas até o 10º dia útil do mês subsequente, e quando estas diferenças forem a menor, são recolhidas conforme MN RH053, item 12.3.1, do ANEXO I – Regulamento de Pessoal.

Caso, até o 10º dia útil do mês subsequente, a regularização da ocorrência registrada no levantamento do TVV não seja efetuada, o gestor de vinculação do empregado onde foi constatada a diferença instaura processo disciplinar e civil, conforme AE079 – Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil, até o 15º dia útil do mês subsequente.

3.5 CONTROLES RELATIVOS AO GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA – MN PO003 - institui 8 indicadores de efetividade, relacionados ao índice de monitoramento dos limites de exposição a riscos e de perdas; reporte interno; reporte externo; desempenho dos modelos de risco de crédito; desempenho dos modelos de risco de mercado; validação dos modelos dos riscos; monitoramento dos modelos de riscos; e de monitoramento de avaliação dos riscos relevantes.

Os limites máximos de crédito são definidos considerando o tomador de forma individual, o grupo econômico/conglomerado ou o projeto apresentado, e têm como premissa fundamental a capacidade de pagar, considerando as operações contratadas, compromissadas e a contratar.

No MN CR173 - Limites de Exposição a Risco de Mercado, de Carteira de Crédito, de Liquidez e Operacional, a CAIXA estabelece limites de:

- exposição e de concentração de risco de crédito, por cliente, garantia, produto e segmento;
- exposição e concentração a riscos de mercado e de liquidez em zonas temporais, por fator primitivo de risco, valor em risco de mercado - VaR de mercado, nível de liquidez e alocação de capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação;
- perdas decorrentes de risco operacional em relação ao resultado bruto, apurado conforme os métodos básico e padronizado do Novo Acordo de Capitais da Basileia.

As regras para identificar, avaliar, mensurar, mitigar e acompanhar o risco do tomador de crédito, em consonância com a Política de Risco da CAIXA, estão disciplinadas no MN CR172 – Risco do Tomador de Crédito.

3.6 SEGURANÇA FÍSICA

3.6.1 Agências/PA

As regras e medidas de segurança física que devem ser observadas pelas instituições financeiras encontram-se regulamentadas e fundamentadas na Lei 7.102/83 e Portaria DPF 3.233/2012, que estabelece, com destaque no Capítulo V – Da Fiscalização da Segurança de Estabelecimentos Financeiros, os requisitos do Plano de Segurança, com os elementos constitutivos do sistema de segurança das Instituições Financeiras.

3.6.3 Prevenção contra Fraudes

A rotina de alertas de segurança na abertura de contas de depósito envolve dois sistemas: SICOW – Sistema de Controle de Ocorrências Web/Módulo Informações de Segurança - e SIACN – Sistema de Acompanhamento da Conformidade. O SICOW é uma solução sob a gestão da GESED – GN Segurança Eletrônica e Documental – que abriga 3 módulos para consulta das seguintes ocorrências: Informações de Segurança; Notificação – Proibição de Contratar com o Poder Público e Interdição Judicial; Pessoa Politicamente Exposta – PEP.

O módulo Informações de Segurança é um módulo do SICOW que disponibiliza informações de segurança cadastradas para CPF/CNPJ, que possuam ou não relacionamento com a CAIXA, sinalizando possíveis indícios de fraude/golpe em documentos, dados cadastrais e/ou na movimentação da conta depósito e sua titularidade que possam comprometer a segurança de produtos e serviços da CAIXA, incluindo lista de pessoas falecidas.

O SIACN consiste na verificação de conformidade de abertura de contas, sob a gestão da GEBAN - GN Padrão para Processos Bancários, onde foi inserida a geração de “alerta de segurança” para os CPF/CNPJ que constam nas ocorrências do “Módulo de Segurança do SICOW”.

Para minimizar as fraudes em produtos e serviços a SUSEG - SN Segurança Empresarial utiliza o programa de prevenção contra fraudes. A CESEG - Centralizadora de Prevenção, Monitoramento e Combate à Fraude atua na mitigação de risco de fraude nas transações eletrônicas em conta de depósito, mediante ações operacionais de prevenção, monitoramento, combate e recuperação de valores, bem como análise técnica de processos com indícios de fraude. As ações realizadas contribuem para a redução de

fraudes eletrônicas originadas no uso do Cartão de Débito e do Internet Banking CAIXA - IBC.

3.7 PLANOS DE CONTINUIDADE E DE CONTINGÊNCIA

Na CAIXA são adotados planos de continuidade dos negócios com o objetivo de garantir a capacidade de operar da CAIXA, de forma a reduzir possíveis perdas, minimizando impactos e prejuízos decorrentes da interrupção de suas atividades.

Há estratégia de continuidade para as unidades dos Edifícios do Matriz I e Matriz II – Brasília e Ed. São Luis Gonzaga – São Paulo, com a publicação dos Planos de Resposta a Emergência e dos Planos de Continuidade Operacional das unidades. Quanto às ações de TI relacionadas ao assunto, estão sob a responsabilidade da GESET – GN Segurança e Continuidade de Negócios em TI.

3.7.1 Planos de Continuidade

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio do Programa de Continuidade dos Negócios da CAIXA, que permite a atuação frente a possíveis interrupções nos serviços e atividades, com o objetivo de preservar ou recompor a capacidade de realizar negócios da CAIXA.

A Política de Continuidade dos Negócios da CAIXA - MN PO013 - tem por objetivo estabelecer princípios e diretrizes norteadoras da Gestão de Continuidade dos Negócios na CAIXA, visando assegurar a continuidade de suas atividades críticas na ocorrência de eventos que impossibilitem a utilização, parcial ou total, de sua infraestrutura operacional e de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações, no intuito de evitar que os prejuízos financeiros e os impactos negativos à imagem institucional atinjam níveis inaceitáveis.

A GEROP elabora o PCC – Plano de Continuidade Corporativo - contendo informações e procedimentos que preparam e orientam todas as unidades ou um conjunto de unidades da CAIXA para o enfrentamento de uma crise.

A identificação, elaboração e testes de planos de continuidade para os processos críticos aos negócios da CAIXA são ações contidas na diretriz dos controles preventivos, e na sua execução, para garantir o restabelecimento imediato das atividades, inclusive registros eletrônicos ou físicos, em caso de interrupções imprevistas, como diretriz dos controles reativos.

3.7.2 Planos de Contingência

Conforme o MN PO003, a gestão do risco operacional está integrada à gestão de crises, continuidade de negócios e segurança da informação, com o objetivo de mitigar a exposição da CAIXA a riscos, reduzir perdas financeiras e assegurar que o atendimento ao público/clientes e a realização das atividades e operações, consideradas críticas, ocorra de forma ininterrupta.

O Plano de Contingência de Liquidez encontra-se disponível no MN CR221 – PCL - Plano de Contingência de Liquidez da CAIXA e tem como objetivo aumentar a capacidade da CAIXA de identificar situações de crise de liquidez, definir procedimentos para a tomada de decisão durante as crises e levantar alternativas para a saída da situação, visando minimizar as perdas financeiras e de imagem decorrentes, e garantir o funcionamento da Instituição.

O MN PO039 – Política de Gerenciamento de Capital - estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam o gerenciamento de capital do Conglomerado CAIXA, que considera os seus objetivos estratégicos e os riscos a que está sujeita na avaliação da suficiência do capital, por meio do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP – *Internal Capital Adequacy Assessment Process*) e da elaboração de Plano de Capital no horizonte de 3 anos.

Para definir os procedimentos alternativos a serem adotados nos casos de impedimento de utilização dos sistemas de avaliação de risco de crédito do tomador e de operação, tem-se o MN CR190 – Manual de Procedimentos para Situações de Contingência dos Sistemas de Risco de Crédito.

3.8 CONTROLE - PREVENÇÃO CONTRA CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO

A Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) é um processo desenvolvido com o objetivo de evitar que a CAIXA seja utilizada para a prática dos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo, especificados em lei e normas decorrentes.

A GENOR atua na Prevenção à Lavagem Dinheiro por meio de uma célula específica, composta por trinta e sete empregados, sendo dois gerentes e trinta e cinco técnicos.

O Comitê Estatutário de Prevenção contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro - CPLD, órgão autônomo, de caráter deliberativo, com a finalidade de opinar e deliberar sobre matérias que tratem sobre o tema no âmbito da Instituição, foi criado em 16/05/2002, conforme Resolução de Diretoria (RD) – Ata nº 1.582, e, a partir do Decreto nº 6.473, de 05/06/2008, passou a ser estatutário e composto por até cinco membros indicados pela Presidência da CAIXA, conforme determina o §1º do Art. 32 do referido Decreto, que aprovou o Estatuto da CAIXA. Atualmente o referido Comitê é formado pelas Vice-Presidências de Varejo e Atendimento – VIVAR, de Riscos – VICOR, Corporativo – VICOP, de Operações Corporativas – VIOPE e de Negócios Emergentes – VINER. A CAIXA conta, ainda, com o Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro - SIPLA, desenvolvido internamente para detectar e controlar as ocorrências com indícios de lavagem de dinheiro. Esse sistema foi substituído em agosto/2016, em parte, pelo novo Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, o SIPLD, que foi desenvolvido para qualificar e modernizar as rotinas de PLD, com interfaces com diversos sistemas corporativos e, atualmente, está operando apenas com o módulo de detecção e tratamento de movimentações atípicas em contas de depósito.

Os parâmetros de detecção do SIPLA e do SIPLD, os quais são definidos pela GENOR, detectam automaticamente as movimentações com indício de lavagem de dinheiro transitadas em conta de depósito, aplicações financeiras e loterias. Esses sistemas permitem, ainda, o cadastramento manual de ocorrências consideradas como suspeitas, inclusive propostas, e possui módulos específicos para tratamento das detecções envolvendo Pessoas Expostas Politicamente (PEP), empregados CAIXA, ações on line e cartões de crédito. As ocorrências atípicas detectadas para os produtos Cartões de Crédito e Ações Online são parametrizadas pela GENOR no Sistema de Processamento de Cartões e Serviços - SIPCS e no Sistema de Negociação de Ações – SINAC, respectivamente, e enviadas para o SIPLA, onde são tratadas e analisadas pelos empregados da área de PLD da Matriz.

No tocante ao processo de monitoramento, as Agências e as Superintendências Regionais são responsáveis pela análise preliminar das movimentações suspeitas detectadas e a GENOR, além de supervisionar o trabalho de análise, centraliza as comunicações de operações com indícios de lavagem de dinheiro aos órgãos supervisores. São comunicadas, também, as transações realizadas em espécie de valores iguais ou superiores a R\$ 100 mil.

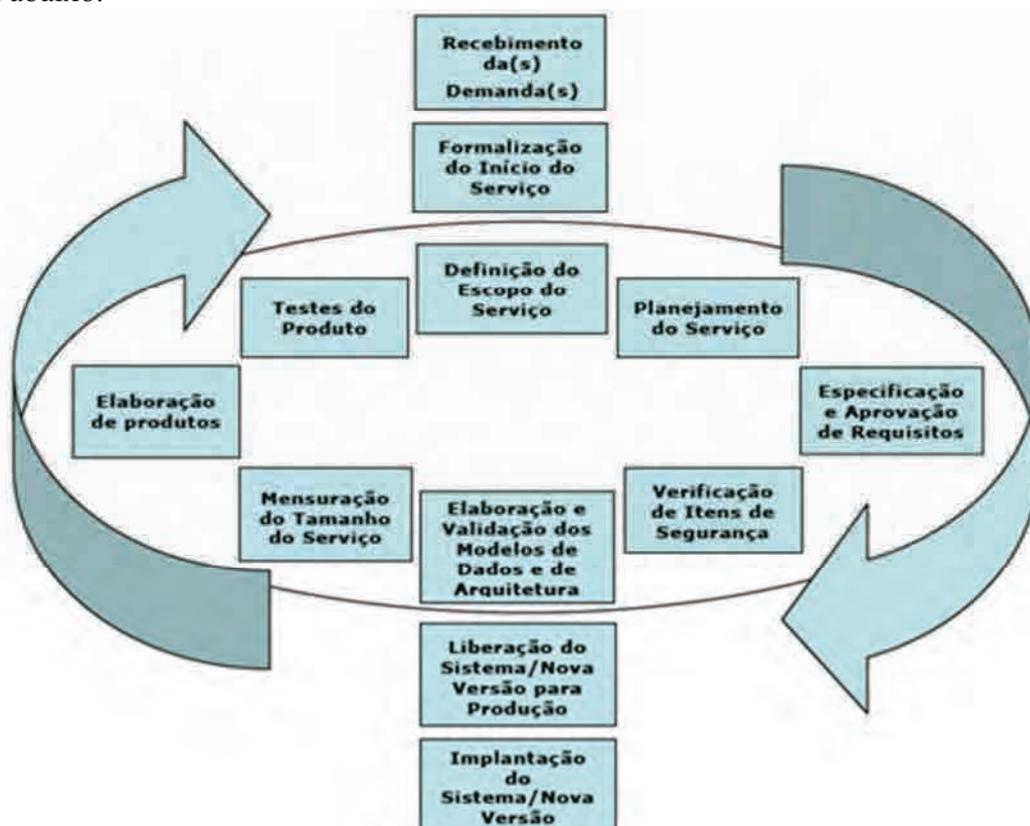
Na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo – PO006 constam os princípios de Autenticidade; Confidencialidade; Conformidade; Conheça seu cliente; Conheça seu empregado; *Due Diligence*; Efetividade e Ética.

As normas e procedimentos relacionados ao assunto encontram-se descritos nos MN AD006 - Prevenção Contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro e MN CO325 - Pessoas Expostas Politicamente – PEP.

CAPÍTULO IV – INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

4.1 SEGURANÇA DOS SISTEMAS

A CAIXA estabelece diretrizes e controles institucionais de processo para a execução de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, disponível no MN TE177 - Diretrizes e Controles do Processo de Desenvolvimento de Sistemas, conforme esquema abaixo.



A Política de Segurança da Informação da CAIXA – MN PO027 - contém princípios e diretrizes para proteção e disciplina do uso dos ativos de informação da CAIXA ou sob sua custódia, assegurando a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade.

O processo de qualificação de dados na CAIXA adota a metodologia PrQD – Processo de Qualificação de Dados, descrita no MN TE178.

Para o Processo de Qualificação de Dados em bases corporativas compreende-se que o Gestor da Informação é o responsável pela geração da informação interna ou externa à CAIXA, definição dos perfis de acesso e classificação da informação dos sistemas sob sua responsabilidade; representado por unidade que responde por um ou mais segmentos de negócio da Empresa.

4.1.1 Processamento de informações – Contabilidade CAIXA

A descrição a seguir corresponde à migração dos dados dos sistemas operacionais para o Sistema de Contabilidade - SICTB, identificação de sistemas de baixa/alta

plataforma e sua interface - *batch/online* - e arrazoado sobre as exceções - rotina operacional; processo de conferência – automática ou não – dos dados coletados, de tal forma que assegurem a qualidade das informações contábeis frente aos registros operacionais.

As operações diárias da CAIXA originam-se em diversas unidades, principalmente nas Agências, Agentes Lotéricos e Correspondentes Bancários. Os sistemas operacionais -transacionais - que tratam as operações realizadas nas diversas unidades da CAIXA são de responsabilidade dos gestores de negócios, os quais devem garantir sua integridade e qualidade. São aproximadamente 103 sistemas operacionais que disponibilizam dados para o processo contábil, tais como: SISAG - Sistema Automação do Ponto de Venda; SIDEC - Sistema de Depósitos; SISPL - Sistema de Loterias; SIAPI - Sistema de Aplicações; SIACI - Sistema Integrado de Administração da Carteira Imobiliário; SIAPF - Sistema de Acompanhamento de Programas de Fomento.

As entradas de dados são realizadas em baixa plataforma interconectadas com os sistemas de grande porte da CAIXA e tem migração eletrônica automática para a plataforma IBM. Os sistemas operacionais têm crítica própria de digitação e consistência e seu processamento se dá no período noturno nos sites de grande porte da CAIXA: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte (UNISYS/Datamec).

Esses sistemas geram em processo *batch*, normalmente noturno, interfaces para registro contábil, os quais são recepcionados e processados pelo SINAF - Sistema de Interfaces da Área Financeira, em processo *batch* noturno. Do processamento desses dados resulta a contabilização dos fatos operacionais associados a eventos contábeis previamente cadastrados, contabilidade por eventos, e dentro de *layout* padrão de entrada de dados. No processamento diário do SINAF, os movimentos recebidos são submetidos a uma série de críticas internas que visam dar consistência ao registro, observando os dados gerados pelo sistema operacional e também com base nas tabelas cadastrais internas, tais como: Plano de Contas, Tabela de Roteiros Contábeis, Tabela de Eventos Contábeis, Tabela de Produtos, Tabela de Unidades. Após as críticas alguns registros podem não atender aos requisitos estabelecidos, podendo ocorrer duas destinações: registros a regularizar e registros rejeitados.

A segurança dos sistemas segue ao padrão de segurança estabelecido pela TI CAIXA, com controle de acesso em camadas, autenticação de usuário de rede seguido de autenticação na aplicação. Em conformidade com a normatização da Empresa, a Matriz de Acessos dos sistemas de contabilidade é revisitada e validada a cada 6 meses ou em caso de mudança substancial em aplicação do sistema.

Os registros que podem ser objeto de regularização são armazenados na Base de Dados SINAF – Tabela de Registros a Regularizar, onde é permitido comando de correção do dado não acatado e o registro é novamente submetido ao processo de crítica. Para os lançamentos rejeitados, por se tratar de erros impeditivos, não é permitida a regularização, devendo, nestes casos, ser solicitada a geração de novo movimento pelo sistema operacional.

O SINAF processa diariamente, em D+1, cerca de vinte e dois milhões de registros, os quais são armazenados na Base de Dados SINAF - Tabela de lançamentos, por um período de 20 anos, considerando informações *on-line* e arquivadas pela TI. Os dados contábeis armazenados ficam disponíveis para os sistemas usuários, quais sejam: SICTB - Sistema de Contabilidade CAIXA; SICRS - Sistema de Apuração Custos, Receitas e Resultados; SIPLO - Sistema de Execução Orçamentária; SIMCN - Sistema de Conciliação Contábil; SINAT - Sistema de Administração Tributária; SICOF - Sistema de Contabilidade de Fundos Administrados.

Após a atualização do SINAF, os sistemas usuários da informação buscam os movimentos do dia e atualizam suas bases de dados próprias e executam as rotinas específicas de cada sistema.

O SINAF é a base da contabilidade da CAIXA, no que se refere a escrituração dos lançamentos. Os sistemas da contabilidade recebem dados exclusivamente do SINAF, que efetua críticas e gera base de dados onde o SICTB busca informações necessárias para atualização ou apuração dos saldos e a geração dos demonstrativos contábeis e relatórios de acompanhamento.

Como ferramenta auxiliar do processo de consistência de registros e de saldos contábeis, o sistema de conciliação contábil - SIMCN - busca do SINAF os registros de contas que são objeto de conciliação e efetua a conciliação automática destes registros ou aponta, para as unidades responsáveis pela conciliação, os registros incoerentes para tratamento, além de efetuar eletronicamente o batimento do saldo contábil, representado em contas contábeis, com o saldo informado pelo sistema operacional.

O processo contábil é constituído de algumas fases de verificação da consistência dos dados recebidos pelo SINAF, ocorrendo, na primeira etapa, as críticas automáticas do sistema e a separação dos eventos que carecem de análise individual pelo responsável pela rotina contábil, ou seja, os movimentos a regularizar.

Numa segunda fase, há a conciliação contábil dos registros em subcontas que caracterizam movimentos a classificar, repassar, comandar ou contas de natureza semelhante em sua grande maioria. Para o grupo de subcontas que tem por natureza a manutenção de saldo, há a comparação da posição operacional com a contábil, por meio do batimento de saldos operacionais e contábeis.

Por fim, na elaboração dos balancetes, há a verificação da coerência da variação dos saldos contábeis, mediante comparação com as informações operacionais, nos casos em que a oscilação extrapole os parâmetros estabelecidos para determinada subconta. Em qualquer destas fases, quando detectada alguma anomalia, o responsável pelo controle da subconta na SUCON é acionado, para que providencie a regularização da pendência ou a apresentação de justificativa para o fato ocorrido.

O SICTB trata somente saldos e é a contabilidade oficial da CAIXA, sendo responsável pela geração de todas as informações prestadas a órgãos internos, externos e fiscalizadores.

As unidades de retaguarda são responsáveis pelo tratamento do movimento das agências, além de comandos operacionais, estas unidades são responsáveis pela conciliação das contas contábeis movimentadas pelas agências e acertos contábeis de situações ocorridas nestes movimentos. São ao todo 78 unidades de retaguarda, que consolidam agências de uma determinada região do país.

4.2 PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS

A Política de Controles Internos e *Compliance* da CAIXA, em sua versão atual, foi aprovada pelo Conselho Diretor, em 19/10/2010, por meio da RD 4.887/2010, e pelo Conselho de Administração, em 11/11/2010, Ata 231, na forma de Resolução e se encontra divulgada por meio do MN PO002 – Política de Controles Internos e *Compliance*, tendo por objetivo estabelecer princípios e diretrizes que promovam condições para assegurar a efetividade do Sistema de Controles Internos da CAIXA.

O MN PO001 – Elaboração, formalização e implementação de Políticas CAIXA - institui que o escopo da política deve ser claramente delimitado e esta deve conter entre seus elementos “indicadores de efetividade”. O indicador estabelecido para a Política de Controles Internos é obtido a partir da atividade de Monitoramento do SCI, que consiste na avaliação de um conjunto de indicadores que são mensurados e pontuados,

semestralmente, baseado nos 5 componentes do COSO, entre eles, o que é relacionado à Informação & Comunicação.

4.3 COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE RISCOS E CAPITAL

Periodicamente são produzidos relatórios de risco para a Alta Administração, sejam estes relacionados ao risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, além de relatório de gerenciamento de capital.

A área gestora do risco de crédito de carteira reporta mensalmente e tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e Capital e gestores de produtos de crédito o comportamento da carteira de crédito e dos produtos, em relação aos indicadores de risco, incluindo informações sobre a evolução e volume da exposição, provisão e sua composição, atraso, perda e concentração, além de limites, apontando sugestões e recomendações quanto à mitigação do referido risco.

Ainda, nos relatórios de risco de crédito de carteira apresentados à Alta Administração são abordadas informações quanto a qualidade do crédito concedido, perda realizada, perda esperada, capital alocado para o risco de crédito, matriz de transição do risco, de forma comparativa e evolutiva por segmento de crédito. Assim, permanecem disponíveis informações nas diversas granularidades de monitoramento de risco.

São elaborados relatórios sobre os riscos de mercado e de liquidez apresentando posição de risco, VaR, instrumentos por categoria, Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWAJUR, títulos de tesouraria, fluxo de liquidez, dentre outras informações relevantes, com periodicidade pré-estabelecida e encaminhados para a Alta Administração e gerências que participam de processos/rotinas relacionadas aos riscos de mercado e de liquidez, além de encaminhar as informações regulamentares ao BACEN nos prazos estabelecidos.

A exposição ao risco de liquidez é comunicada às Vice-Presidências de Riscos e de Finanças e Controladoria por meio de relatórios diários.

Semanalmente, o Conselho Diretor recebe relatório detalhado dos Programas de Testes de Aderência e de Estresse e da Análise de Sensibilidade dos modelos de risco de mercado.

Trimestralmente, é disponibilizado ao Conselho de Administração o Relatório de Gerenciamento de Riscos com demonstração dos níveis de exposição e dos riscos de mercado e de liquidez assumidos pela CAIXA, considerando cenários de normalidade e de estresse, e sua adequação aos limites estabelecidos pela Alta Administração.

Mensalmente há reporte ao Comitê Delegado de Risco e Capital por meio de Sumário Executivo com o objetivo de apresentar os fatos relevantes, a situação atual e os resultados das medidas adotadas em relação aos riscos operacionais, a análise dos indicadores de perda e risco, e a avaliação sobre a necessidade da adoção de medidas pelos conselhos superiores.

Especificamente quanto ao risco operacional, mensalmente há reporte ao Comitê Delegado de Risco e Capital por meio de um Painel de Perdas, que apresenta a evolução e a variação, bem como os indicadores e as projeções.

Trimestralmente são apresentados relatórios de Risco Operacional que contém informações quanto aos principais trabalhos de identificação e análise de risco, as perdas mais relevantes de forma comparativa e evolutiva, por evento, as ações de mitigação realizadas e os resultados esperados.

Adicionalmente, esses relatórios abordam as ações de Gestão de Continuidade de Negócios, as ações relativas à gestão de crises, os valores relativos à alocação de capital

e os métodos de cálculo do capital necessário para fazer frente aos riscos operacionais que a CAIXA está exposta.

Em um cenário hipotético de violação do limite de perdas operacionais estabelecido, é realizado reporte extraordinário ao Comitê Delegado de Risco e Capital, explicando as causas que deram origem à extrapolação, bem como plano de ação para regularização da situação. Ainda, se as perdas atingirem a faixa de contingência estabelecida, será feito um alerta de Risco Operacional explicando as causas e processos envolvidos.

Os relatórios de gerenciamento de capital demonstram o comportamento do capital, principais eventos para variação do PR, Margem e RWA, bem como os principais parâmetros e indicadores (Basileia, Nível I, Capital Principal), apresentando análise das variações. Estes reportes evidenciam, também, a composição do RWA total e projeção de comportamento para os próximos meses em um horizonte de um ano a partir do Plano de Capital e das possibilidades relacionadas à gestão de capital, comparando o projetado com o realizado para o período de referência.

Além de relatórios mensais sobre o gerenciamento de capital, são elaborados Informes de Capital ao Comitê Delegado de Risco e de Capital caso haja necessidade de esclarecimentos sobre mudanças normativas e/ou operações que possam refletir no gerenciamento de capital da instituição e/ou implicar em mudanças no Plano de Capital estabelecido.

Os reportes internos são levados às diversas instâncias envolvidas e fornecem à Alta Administração subsídio para a tomada de decisão, inclusive de ordem estratégica, constituindo também uma das formas de disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e de capital na CAIXA.

Para operações e negócios superiores aos limites estabelecidos nas políticas e alçadas estabelecidas, a área de risco corporativo é instada a emitir parecer para a Alta Administração com análise ampla sobre os riscos e eventuais reflexos no capital.

Os processos e procedimentos, modelos, metodologias e indicadores de gerenciamento dos riscos e de capital estão documentados em normativos internos, disponíveis a todos os empregados.

CAPÍTULO V – MONITORAMENTO E APERFEIÇOAMENTO

5.1 ATUALIZAÇÃO DE PREMISSAS, DAS METODOLOGIAS E DOS MODELOS DE GESTÃO DE RISCOS

A GN Monitoração e Validação de Modelos de Risco – GEMOR – possui os seguintes mandatos:

- Monitoramento e validação dos modelos de risco de crédito, mercado, liquidez, operacional, e demais riscos relevantes a que o conglomerado CAIXA está exposto;
- Monitoramento e validação dos modelos de cobrança; e
- Validação do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital - ICAAP e do relatório anual do ICAAP.

As atividades de validação e monitoração dos modelos de risco utilizados na CAIXA observam, entre outros, os princípios de segregação das atividades e de revisão independente e são desempenhadas pela GEMOR, cujos normativos estabelecem princípios, requisitos mínimos, padrões e procedimentos para validação e monitoração dos modelos, a saber:

- CR166 – Validação e Monitoração dos Modelos de Risco de Crédito, Carteira de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional;

- CR146 – Manual Operacional de Validação Prévia e Tratamento da Documentação dos Modelos de Risco;
- CR145 – Sistema de Mensuração do Risco de Mercado – Carteira de Negociação: Validação e Monitoramento;
- CR192 – Monitoração dos Modelos de Risco de Crédito;
- CR262 – Validação dos Sistemas Utilizados nos Modelos de Riscos da CAIXA;
- CR260 – Parâmetros de Aceitação da Acurácia dos Modelos de Risco de Crédito, Mercado e Operacional.
- CR446 – Validação do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital - Icaap
- CR447 - Validação e Monitoramento da Metodologia de Marcação a Mercado das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação

Os Normativos de Documentação dos Modelos de Gerenciamento de Risco têm por finalidade consolidar o conjunto de informações teóricas, técnicas e práticas usadas, bem como as metodologias que fundamentam a construção/alteração do modelo, a fim de manter o registro histórico e preservar o capital intelectual da CAIXA.

A GEMOR realiza avaliação do conteúdo e abrangência dos relatórios estratégicos de mensuração de risco de crédito, carteira de crédito, mercado, liquidez e operacional quando elaborados para atender à Alta Administração da CAIXA: Comitê Delegado de Risco e Capital, Conselho Diretor e Conselho de Administração.

Os relatórios estratégicos são registrados no Normativo de Inventário dos Modelos de Risco da CAIXA.

O processo de validação prévia do Modelo, módulo e procedimento de gerenciamento de risco, consiste em avaliar se o modelo da CAIXA ou adquirido, está adequado às finalidades a que se propõe, por meio da análise da consistência da documentação encaminhada pelo gestor e práticas de mercado aplicadas.

Tanto os resultados das validações prévias quanto os resultados da monitoração têm por destinatários primários os respectivos gestores dos modelos de risco e reporte mensal, elaborado pela GEMOR, à Alta Administração (VICOR e Comitê Delegado de Risco e Capital) contendo síntese desses trabalhos.

5.1.1 Monitoramento de Modelos de Risco

A monitoração ou validação contínua consiste em um conjunto de rotinas sistemáticas e técnicas aplicadas com o objetivo de acompanhar e avaliar o desempenho dos modelos por meio da comparação entre os resultados previstos e aqueles observados (medida de acurácia), além da avaliação face aos limites de exposição definidos, histórico de comportamento, adequação do entorno tecnológico e documentação do modelo. As monitorações podem ter periodicidade mensal, anual, bienal ou outra determinada pelas características inerentes a cada modelo.

Ressalta-se a publicação da versão 007 do MN PO003 - Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA, em 30/09/2016, devido à alteração do nível máximo de risco permitido para novas operações de crédito.

O princípio da “Validação Prévia”, do MN PO003, é o processo de verificação da adequação e conformidade dos modelos, inclusive modelos adquiridos, às finalidades a que se propõem antes da entrada em produção de implantação ou alteração de modelos.

O regimento interno do Comitê de Risco de Capital (Comitê Delegado do Conselho Diretor) dentre suas competências aprova novos modelos para mensuração do risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, assim como, as alterações nos modelos vigentes.

5.1.2 Validações Prévias

No MN CR146, estão estabelecidos critérios e padrões para a elaboração dos Normativos de Documentação dos Modelos de Gerenciamento de Risco de Crédito, Carteira de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional para consolidar o conjunto de informações que fundamentaram a construção do modelo, módulo/funcionalidade ou procedimento.

5.2 AUDITORIA INTERNA – ATRIBUIÇÕES RELATIVAS AOS CONTROLES INTERNOS, À GESTÃO DE RISCOS E À FREQUÊNCIA DOS TRABALHOS DE AUDITORIA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Para atender ao BACEN, em função das exigências do CMN, aí incluídas as inerentes ao Acordo de Basiléia, e cumprir o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT, aprovado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC), antiga Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna avalia, semestralmente, entre outros itens de auditoria, o Sistema de Controles Internos e, anualmente, o gerenciamento de risco de crédito, de mercado e operacional.

As ações com vistas à solução das ocorrências apontadas em Relatórios de Auditoria (RA) e os respectivos prazos para sua implantação, outrora informados pela unidade auditada em plano de ação no Sistema de Auditoria de Unidades (SIAUD), passam a ser incluídas no Sistema de Relatório de Controle Interno (SIRCI), a partir de trabalhos de auditoria iniciados em 2017, sendo acompanhados pela 2ª linha de defesa sob gestão da GEMON.

5.3 ATIVIDADES DE MONITORAMENTO CONTÍNUO REALIZADAS DURANTE O DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES

5.3.1 Monitoramento do SCI

O monitoramento do SCI tem por objetivo avaliar o cumprimento dos princípios da Política de Controles Internos e *Compliance* – MN PO002 - e sua estrutura básica de indicadores está em conformidade com a estrutura do COSO: Ambiente de Controle, Avaliação de Risco, Atividades de Controle, Comunicação & Informação e Atividades de Monitoramento.

A avaliação é semestral e permite evidenciar o nível de maturidade do SCI da CAIXA. A implementação dos indicadores ocorre de forma gradual, considerando a disponibilidade, tempestividade, atualização, consistência e aplicabilidade das informações.

O Relatório de Monitoramento do SCI – MSCI - compõe o Relatório de Controles Internos da CAIXA e dos 69 indicadores necessários para que a avaliação contemple todos os aspectos previstos em normas externas e documentos de melhores práticas do mercado, 54 foram considerados para o Monitoramento do SCI – 2º semestre de 2016.

5.3.2 Matriz de Conformidade

Instrumento que tem o objetivo de avaliar e divulgar o índice de Conformidade das Unidades de Matriz e de Rede nos indicadores definidos, com a finalidade de estimular a melhoria contínua, a disseminação da cultura de controle e *compliance* e a busca para atingir a meta de 100% de conformidade. Na Matriz de Conformidade, quanto maior a pontuação atribuída a uma UG, maior o seu nível de conformidade e, portanto, menor o nível de exposição da CAIXA a riscos. A SUCOI divulga a Matriz de Conformidade até o 10º dia útil do mês subsequente, no endereço <http://www.sucoi.mz.caixa>.

5.4 TESTES PERIÓDICOS DE SEGURANÇA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES, EM ESPECIAL DOS MANTIDOS EM MEIO MAGNÉTICO

5.4.1 Segurança para o Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas

As Vice-Presidências, a partir do Novo Modelo de Gestão, passaram a contar com Gerências Executivas para aprimoramento dos processos, o que vem a contribuir para o desenvolvimento e manutenção de sistemas. No Novo Modelo de Gestão, a Tecnologia da Informação é um “macroprocesso” com o objetivo de fornecer e manter a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, para a sustentação dos negócios e atividades administrativas da CAIXA.

Abaixo, destacam-se alguns normativos com diretrizes e procedimentos que abrangem as atividades de manutenção e desenvolvimento de novos sistemas:

- MN PO027 – Política de Segurança da Informação da CAIXA - estabelece princípios e diretrizes para proteção e disciplina do uso dos ativos de informação da CAIXA ou sob sua custódia, assegurando a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade;
- MN TE197 – Segurança para o Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas - estabelece diretrizes de desenvolvimento seguro, guiando e promovendo a aplicação das melhores práticas de segurança no ciclo de desenvolvimento de sistemas e na obtenção, paga ou não, de aplicativos de negócios;
- MN TE177 – Diretrizes e Controles do Processo de Desenvolvimento de Sistemas - estabelece as diretrizes e controles institucionais para o processo de desenvolvimento de sistemas, ao qual esta norma complementa com as diretrizes de segurança.

As Unidades de Negócios (UN) e as Unidades Funcionais (UF), por meio de suas atribuições comuns, participam da Cadeia de Valor – Tecnologia da Informação, conforme MN OR005 – Arquitetura do Conglomerado CAIXA.

Por outro lado, têm-se as atuações da AUDTI – Auditoria Nacional Processos e TI quando da prestação de serviços que enfocam: (i) Tecnologia da Informação; (ii) Ativos; (iii) Arquitetura; (iv) Inovações; (v) Projetos; (vi) Operações; (vii) Serviços de segurança de TI; (viii) Desenvolvimento de sistemas; (ix) Processo de certificação digital.

5.4.2 Comunicação do Processo de Monitoração de Incidentes Tecnológicos

A CAIXA possui uma Equipe de Acompanhamento de Incidentes e Gestão de Crises na GESET - GN Segurança e Continuidade de Negócios em TI, vinculada à SUGTI - SN Governança de TI, denominada GRIST – Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança Tecnológica, responsável por centralizar e auxiliar na divulgação das informações de incidentes tecnológicos, com tempestividade e adequado tratamento, e tem o objetivo de minimizar o impacto nas operações de negócios, ou seja, esta comunicação tem o propósito de estabelecer rotinas e fluxo de informações para o processo de gerenciamento de incidentes tecnológicos verificados nos ambientes computacionais, detectados de forma manual ou automática.

5.4.3 GRIST – Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança Tecnológica

A CAIXA, por meio do GRIST, procura atuar, de forma proativa, na neutralização de ameaças de Segurança Tecnológica e, de forma reativa, na eliminação ou redução dos impactos causados por incidentes dessa natureza direcionados ao ambiente tecnológico.

Essa atuação compreende avaliar falhas de segurança em sistemas operacionais e mecanismos de proteção da rede, com intuito de aumentar a capacidade de resistência da rede a ataques externos, bem como reduzir as possibilidades de ataques originários do ambiente interno de rede de comunicações da CAIXA.

O GRIST une as informações colhidas do ambiente de acesso com as informações geradas pela análise dos computadores supostamente afetados e, em caso de incidentes complexos, elabora o RAI – Relatório de Análise de Incidentes – que é o documento do processo de análise do incidente, bem como a conclusão baseada nas evidências registradas sobre o caso.

5.4.4 Testes de Segurança dos Sistemas de Informações

A ferramenta SIEM - *Security Incident and Event Management*, sistema de correlação de eventos, encontra-se implantada desde o início do 2º semestre de 2012, sendo utilizada no gerenciamento de eventos (logs) e na segurança da informação, com foco na monitoração da segurança tecnológica. Por meio da correlação de eventos originados em diversas fontes, tais como: roteador, firewall, IPS, antivírus, *Active Directory*, o SIEM gera alertas de incidentes que são tratados pela equipe GRIST/COS, por meio de notificações. O SIEM ainda fornece subsídios no tratamento de outros incidentes que dependam de algum log armazenado em sua base.

A CAIXA adquiriu, por meio de pregão, ferramenta de gestão de vulnerabilidade, cujo objetivo é a atuação preventiva aos incidentes de segurança tecnológica pelo GRIST. A solução vencedora foi a “*McAfee Vulnerability Manager*”, fornecida pela empresa *Fast Help*. A instalação foi concluída em abril/2014 e o processo está em execução, conforme o MN TE168.

O processo de gestão de vulnerabilidade, implementado com base em uma ferramenta de análise de vulnerabilidades, possibilita o acompanhamento da “saúde” dos ativos de TI no que diz respeito a atualização de versões, *patches* e outros pacotes de segurança fornecidos pelos respectivos fabricantes. Por meio de relatórios é possível saber se a situação está estável, se melhorou ou se piorou dentro de um determinado período. A ferramenta mantém o histórico das vulnerabilidades identificadas, permitindo, assim, o acompanhamento das correções aplicadas pelas equipes operacionais.

A ferramenta de monitoração de log DB2 (*Guardium*), para controle dos Administradores de Banco de Dados – DBA - foi implantada nas CN Operações de TI - CEPTI/BR, CEPTI/RJ e CEPTI/SP. O processo de instalação pela equipe CAIXA foi finalizado em junho/2014.

Relatório de Gestão – Exercício 2016

Anexo IV

Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Caixa Econômica Federal						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	CNPJ da Empresa Contratada	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Situação
			Início	Fim		
2010	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da caixa, bens, documentos e/ou pequenos volumes, nas unidades da caixa no estado de Paraíba.	02.355.633/0001-48	22/12/2010	21/08/2016	M	E
2011	Vigilância ostensiva	31.546.484/0001-00	16/02/2011	15/02/2017	F	P
2011	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de material para as unidades vinculadas às superintendências regionais: Oeste e Sul Fluminense.	78.533.312/0001-58	01/03/2011	29/02/2016	F	E
2011	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de material para Ed. Sede, CAIXA Cultural, Teatro Nelson Rodrigues	78.533.312/0001-58	01/03/2011	28/02/2017	F	P
2011	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de material para SR Centro, Norte e Norte Fluminense	78.533.312/0001-58	01/03/2011	28/02/2017	F	P
2011	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) instalados na região de abrangência da Unidade de Suporte Tecnológico de Brasília DF e Entorno, pelo prazo de 24 meses, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital, que é parte integrante deste contrato, bem como, observará os padrões mínimos de qualidade exigíveis.	67.726.505/0001-09	01/03/2011	28/02/2017	Não há	P
2011	Prestação de serviços técnicos especializados de Suporte a Ambiente, conforme especificações dos serviços, forma e local de execução constantes do Edital.	67.726.505/0001-09	15/03/2011	14/03/2017	S	P
2011	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de TIC (tecnologia da informação e comunicação) instalados na região de abrangência da Unidade de Suporte Tecnológico de Porto Alegre/RS.	93.645.588/0001-11	26/03/2011	25/03/2017	Não há	P
2011	Prestação de serviços de bombeiro profissional civil para unidades administrativas da CAIXA em Minas	42.515.478/0001-02	16/04/2011	15/04/2016	M	E

2011	Prestação de serviços de apoio administrativo - ascensorista, telefonista, copeira e porteiro para atender as unidades vinculadas às Superintendências Regionais Centro, Oeste e Sul Fluminense no Estado do Rio de Janeiro.	78.533.312/0001-58	01/05/2011	30/04/2016	F	E
2011	Serviços continuados especializados em Tecnologia da Informação e Comunicação visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos, dos serviços e da infraestrutura de TIC.	00.308.141/0007-61	01/05/2011	30/04/2017	Não há	P
2011	Administração e implantação de ações referentes ao projeto de arte educação Gente Arteiro, no espaço da CAIXA CULTURAL Curitiba.	02.074.570/0001-51	20/06/2011	19/08/2016	M	E
2011	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para pleno uso dos recursos e infraestrutura de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) instalados na região de abrangência da Unidade de Suporte tecnológico do Rio de Janeiro, pelo prazo de 24 meses, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital, que é parte integrante deste contrato, bem como observará os padrões mínimos de qualidade exigíveis.	67.726.505/0001-09	01/08/2011	31/07/2017	Não há	P
2011	Reprografia	00.845.661/0001-18	06/08/2011	12/08/2017	M	P
2011	Prestação de serviço de vigilância ostensiva, bem como os serviços de segurança eletrônica, serviços de atendimento de disparo de alarme contra intrusão e serviços de abertura, fechamento e custódia de chaves visando a inibir e obstar as ações criminais, tais como roubos, furtos simples, furtos qualificados, sequestros, respectivas tentativas, bem como outros delitos do gênero em unidades da CAIXA, garantindo a incolumidade de empregados e clientes e a preservação do patrimônio da CAIXA, no Estado de Sergipe, âmbito SR SERGIPE e suas respectivas unidades administrativas.	32.834.491/0001-62	10/10/2011	09/10/2016	F	E
2011	Prestação de serviços de apoio administrativo abrangendo os serviços de copa, garçom, recepção, portaria, operador de máquina copiadora, carregador, carregador eventual, ascensorista, zelador, garagista e telefonista	00.482.840/0001-38	04/11/2011	03/11/2017	M	P
2011	Contratação de empresa para prestação do serviço de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos de TIC instalados na região de abrangência da GITEC/BE que atende aos estados do PA e AP, no período de 24 meses	20.914.172/0001-88	07/11/2011	06/11/2017	Não há	P

2011	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades, às centrais telefônicas PABX, aparelhos telefônicos digitais, IP e analógicos, mesa operadora, headset e aparelhos de fac-símile, de propriedade da CAIXA, instalados nas Unidades da CAIXA sediadas no Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.	09.174.281/0001-73	14/11/2011	13/11/2017	Não há	P
2011	Vigilância ostensiva	31.546.484/0001-00	16/12/2011	15/02/2017	F	P
2011	Prestação de serviços de limpeza abrangendo os polos regionais Paulista, Pinheiros, Santo Amaro e Osasco	60.902.939/0001-73	11/01/2012	11/01/2017	F	P
2011	Prestação de serviços de limpeza abrangendo os polos regionais Penha, Santana e Sé	60.902.939/0001-73	11/01/2012	11/01/2017	F	P
2011	Prestação de serviços de limpeza abrangendo os polos regionais ABC, Baixada Santista e Ipiranga	02.202.705/0001-17	11/01/2012	11/01/2017	F	P
2011	Prestação de serviço de limpeza, jardinagem, controle biológico de pragas com fornecimento de material	10.820.620/0001-20	19/02/2012	18/02/2018	M	A
2011	Serviços de Apoio Administrativo do Estado Do RN	07.442.731/0001-36	31/03/2012	31/03/2017	M	P
2011	Prestação de Serviços Especializados em Segurança da Informação para Prevenção, Detecção e Combate a Fraudes (IBC, GBUSTER e Warsaw). Parcela 05/24 do contrato 04190/2016.	37.129.194/0001-30	30/06/2016	30/06/2018	Não há	A
2012	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com o fornecimento de material para as Unidades da CAIXA, no estado do ACRE	10.446.523.0001-10	08/01/2012	07/01/2018	F	P
2012	Vigilância ostensiva	31.546.484/0001-00	18/01/2012	15/02/2017	F	P
2012	Postos de Vigilância Ostensiva	02.717.460/0002-41	21/01/2012	20/01/2017	F	A
2012	Vigilância ostensiva, segurança privada a pessoas, atendimento de disparo de alarme, abertura e fechamento, custódia de chaves e segurança eletrônica em pontos de atendimento e centrais de monitoramento	92.653.666/0001-67	09/02/2012	08/05/2017	M	P
2012	Vigilância Ostensiva e Eletrônica - SR Paulista e Central de Monitoramento	05.457.677/0001-77	11/02/2012	14/12/2017	F	P
2012	Prestação de serviços de apoio administrativo abrangendo os serviços de copa, ascensorista, garagista e telefonista abrangendo os polos regionais Paulista, Pinheiros, Santo Amaro e Osasco	60.902.939/0001-73	26/03/2012	27/04/2016	M	E

2012	Prestação de serviços de apoio administrativo abrangendo os serviços de copa, ascensorista, garagista e telefonista abrangendo os polos regionais ABC, Baixada Santista e Ipiranga	01.238.482/0001-85	26/03/2012	19/05/2016	M	E
2012	Suporte/manutenção a Hardware e Software nas unidades instaladas nos Estados AC, AM, RO e RR.	20.914.172/0001-88	02/04/2012	01/04/2017	Não há	P
2012	Postos de Vigilância Ostensiva	02.717.460/0002-41	04/05/2012	03/05/2017	F	P
2012	Vigilância Ostensiva - SR Ipiranga	05.457.677/0001-77	19/05/2012	30/11/2017	F	P
2012	Limpeza e controle de pragas	78.533.312/0001-58	01/06/2012	31/05/2017	F	P
2012	Serviço de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas com fornecimento de material de limpeza para o estado de Goiás	78.533.312/0001-58	25/07/2012	24/07/2017	F	P
2012	Prestação de serviços de gerenciamento de viagens (TMC) para prestação de serviços de agenciamento de viagens e infraestrutura de eventos, inclusive nos casos de reserva de hospedagens por meio da ferramenta online de autoatendimento (selfbooking).	01.802.239/0001-48	27/07/2012	17/08/2017	Não há	P
2012	Prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação, compreendendo o desenvolvimento, manutenção, documentação e sustentação de sistemas de informação, em regime de fábrica de software, por empresa que detenha também conhecimento especializado e experiência em sistemas administrativos e de cadastros, para atendimento de demandas do portfólio de sistemas que sustentam o segmento "Sistemas Administrativos e Cadastros" da CAIXA.	19.138.940/0001-70	30/07/2012	29/07/2017	Não há	P
2012	Suporte/manutenção em Centrais Telefônica/PABX das unidades dos Estados do AC, AM, RO e RR.	20.914.172/0001-88	01/08/2012	31/07/2017	Não há	P
2012	Serviços de coordenação/supervisão técnica, iluminação, sonoplastia, operação maquinaria cênica, montagem de exposições artísticas e manuseio de obras de arte, atendente cultural, portaria e bilheteria, p/atendimento às demandas da CAIXA Cultural/FO.	28.596.955/0001-72	08/08/2012	07/08/2017	M	P
2012	Prestação serviços apoio administrativo - ascensorista, telefonista, copeira, porteiro, carregador e zelador- unidades vinculadas às Superintendências Sul, Norte, Centro Leste Fluminense e Norte Fluminense no Estado do Rio de Janeiro.	78.533.312/0001-58	13/08/2012	12/08/2017	F	P
2012	Vigilância ostensiva	31.546.484/0001-00	21/08/2012	19/08/2017	F	P

2012	Prestação de Serviços de Operação, Monitoração, Manutenção e Suporte Técnico, com COBERTURA INTEGRAL de Hardware e Software, para a Solução de Contact Center da CAIXA - Telesserviços CAIXA, incluindo reposição de hardware e/ou atualização automática de software, quando necessário, para todas as Centralizadoras de Atendimento da CAIXA, integradas em âmbito Nacional.	80.043.904/0001-33	31/08/2012	28/02/2017	Não há	P
2012	Suporte e Serviços de Telesserviços e Centrais	80.043.904/0001-33	31/08/2012	28/02/2017	Não há	P
2012	Prestação de serviços de bombeiro profissional civil contemplando treinamento de brigada voluntaria e plano de combate e prevenção a acidentes	03.022.122/0001-17	01/09/2012	01/09/2017	F	P
2012	Agenciamento de serviços de aquisição de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos para os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia	24.929.614/0001-10	12/09/2012	11/09/2017	Não há	P
2012	Prestação de serviço de transporte de pessoas a serviço da caixa, bens, documentos e/ou pequenos volumes para atendimento às unidades da CAIXA no Estado do Piauí	14.478.384/0001-23	27/09/2012	26/09/2017	M	P
2012	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de materiais, para as unidades da CAIXA vinculadas às SR Centro Oeste de Minas e Triangulo	00.482.840/0001-38	01/10/2012	30/09/2017	F	P
2012	Prestação de serviços de telecomunicação para a transmissão de dados entre os canais de atendimento (CA) e os centros de tecnologia CAIXA localizados em São Paulo e Brasília, com abrangência nacional. (Rede I)	16.890.621/0001-28	03/10/2012	02/10/2017	Não há	P
2012	Serviço de Apoio, categoria recepcionista para salas de autoatendimento, para as unidades da CAIXA localizadas no estado de Sergipe	02.685.728/0001-20	10/10/2012	09/10/2017	M	P
2012	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, como o fornecimento de materiais para as Unidades da CAIXA nos Estados do Amazonas e Roraima.	10.446.523.001-10	01/11/2012	30/06/2017	F	P
2012	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de materiais, para as unidades da CAIXA vinculadas às SR Norte e Leste de Minas	08.529.535/0001-66	01/11/2012	31/07/2016	F	E
2012	Serviços de Brigada do Estado de PE	02.279.318/0001-89	11/11/2012	10/11/2017	M	P
2012	Prestação de serviços de agenciamento de viagens e infraestrutura de eventos, por meio da ferramenta online de autoagendamento (selfbooking), para atendimento aos empregados da CAIXA no RJ e em outros Estados da Federação.	31.563.034/0001-18	15/11/2012	14/11/2017	M	P

2012	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de materiais, para as unidades da CAIXA vinculadas às SR BH Sul e Centro de Minas	00.482.840/0001-38	01/12/2012	30/11/2017	F	P
2012	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de materiais, para as unidades da CAIXA vinculadas às SR BH Norte e Ed. Tupinambás	00.482.840/0001-38	01/12/2012	30/11/2017	F	P
2012	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de materiais, para as unidades Administrativas isoladas e Ed. Sede Contorno, localizados em Belo Horizonte/MG	08.529.535/0001-66	01/12/2012	14/08/2016	F	E
2012	Prestação de serviço de vigilância ostensiva, bem como os serviços de segurança eletrônica, serviços de atendimento de disparo de alarme contra intrusão e serviços de abertura, fechamento e custódia de chaves visando a inibir e obstar as ações criminais, tais como roubos, furtos simples, furtos qualificados, sequestros, respectivas tentativas, bem como outros delitos do gênero em unidades da CAIXA, garantindo a incolumidade de empregados e clientes e a preservação do patrimônio da CAIXA, no Estado de Sergipe, âmbito SR SALVADOR e suas respectivas unidades administrativas.	02.534.128/0001-60	01/12/2012	21/11/2016	F	E
2012	Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação em regime de fábrica de software, para atendimento de demandas do portfólio de sistemas que sustentam o Segmento "Canais de Atendimento" da CAIXA.	17.201.995/0001-51	14/12/2012	13/12/2017	Não há	P
2012	Prestação de serviço de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA	08.491.024/0001-00	01/01/2013	31/03/2017	Não há	A
2012	Prestação de serviços de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da Caixa na região Sudeste - Item IV.	54.083.035/0001-60	01/01/2013	30/06/2017	Não há	A
2012	Prestação de serviços de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA na Região Centro-Oeste/Norte - ITEM I.	08.491.024/0001-00	01/01/2013	31/03/2017	Não há	A
2012	Prestação de serviços de Suporte Técnico e Operacional aos terminais de autoatendimento da Caixa no estado de SP Assistência e Suporte Técnico Unidades Vinculadas GITEC/BU	54.083.035/0001-60	01/01/2013	30/06/2017	Não há	A
2012	Prestação de serviços de suporte técnicos e operacional aos terminais instalados em canais de AA da CAIXA na região Centro-Oeste/Norte	08.491.024/0001-00	01/01/2013	31/03/2017	Não há	A
2012	Prestação de serviços de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA na Região do sudeste – ITEM IV (Monitoração)	54.083.035/0031-86	01/01/2013	30/06/2017	Não há	A

2012	Prestação de serviços de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA na Região Sul	02.215.004/0001-12	01/01/2013	30/06/2017	Não há	A
2012	Suporte Autoatendimento	02.215.004/0001-12	01/01/2013	30/06/2017	Não há	A
2012	Prestação de serviços de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA na Região Nordeste - ITEM II.	67.726.505/0001-09	01/01/2013	30/06/2017	Não há	A
2012	Prestação de serviços de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA na região Centro-Oeste/Norte.	08.491.024/0001-00	01/01/2013	31/03/2017	Não há	A
2012	Prestação de Serviços de Suporte Técnico e Operacional aos Terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA	08.491.024/0001-00	01/01/2013	30/04/2017	Não há	A
2012	Prestação de serviços de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA na região sul	02.215.004/0001-12	01/01/2013	30/06/2017	Não há	A
2012	Prestação de serviços de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA na Região Sudeste - ITEM IV.	54.083.035/0001-60	01/01/2013	30/06/2017	Não há	A
2012	Prestação de serviços de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA na Região do Nordeste - ITEM II.	67.726.505/0001-09	01/01/2013	30/06/2017	Não há	A
2012	Prestação de serviços de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA em São Paulo – ITEM V.	54.083.035/0001-60	01/01/2013	30/06/2017	Não há	A
2012	Contratação de empresa especializada em gerenciamento de viagens (Travel Management Company – TMC) para prestação de serviços de agenciamento de viagens e infraestrutura de eventos, por meio da ferramenta online de autoagendamento (selfbooking), para atendimento aos empregados da CAIXA nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima e, eventualmente, em outros Estados.	95.870.069/001-82	14/01/2013	18/01/2018	S	P
2012	Prestação de serviços de telecomunicações destinado a suportar aplicação de dados incluindo instalação, manutenção e suporte. Item II – MANAUS do Edital.	33.530.486/0001-29	14/01/2013	13/10/2018	Não há	A
2012	Objeto contrato Embratel: Prestação de serviços de telecomunicações, destinados a suportar aplicações de dados, incluindo, ainda, a instalação, manutenção e suporte conforme item III Porto Alegre não urbano.	11.168.199/0001-88	14/01/2013	13/01/2017	Não há	A
2012	Objeto contrato Oi: Prestação de serviços de telecomunicações, destinados a suportar aplicações de dados, incluindo, ainda, a instalação, manutenção e suporte conforme item IV (Porto Alegre Urbano).	08.596.854/0004-37	20/03/2013	19/03/2017	Não há	A

2012	Prestação de serviço de transporte de pessoas a serviço da caixa, bens, documentos e/ou pequenos volumes para atendimento às unidades da CAIXA no Estado do CEARÁ	00.437.810/0001-00	20/06/2014	19/06/2017	M	P
2012	Serviços de supervisão de eventos, sonoplastia, iluminação, maquinaria cênica, montagem de exposição, bilheteria, atendimento cultural e portaria.	28.596.955/0001-72	14/01/2016	13/02/2017	M	P
2012	Prestação de serviços de gerenciamento de viagens (Travel Management Company - TMC) para prestação de serviços de agenciamento de viagens e infraestrutura de eventos, por meio da ferramenta online de auto agendamento (selfbooking), para atendimento aos empregados da CAIXA no Distrito Federal em outros Estados da Federação inclusive nos casos de reserva de hospedagem em Brasília	01.017.250/0001-05	09/02/2016	08/05/2017	M	P
2012	Prestação de serviços terceirizados na área de apoio administrativo e atividades auxiliares para atendimento às unidades da CAIXA localizadas no Distrito Federal	01.238.842/0001-85	06/05/2016	06/05/2017	F; M	P
2012	Prestação de Serviços para a Prevenção e Combate a Incêndio	02.279.318/0001-89	03/08/2016	02/08/2017	M	A
2013	Prestação de serviços de suporte técnico e operacional aos terminais instalados em canais de autoatendimento da CAIXA na Região Nordeste – Item II. SAA/PAE	67.726.505./0001-09	01/01/2013	30/06/2017	Não há	A
2013	Prestação dos serviços especializados de prevenções e combates a incêndios, e treinamentos de Brigadas Voluntárias, com disponibilizações de materiais de primeiros socorros, por meio de BPC – Bombeiros Profissionais Cívicos, em eventos e Unidades da CAIXA sediadas no âmbito do Estado de Bahia	02.279.318/0001-89	03/01/2013	06/03/2016	M	E
2013	Serviços de vigilância ostensiva, segurança privada a pessoas, bem como serviços de segurança eletrônica em Pontos de Atendimento e Centrais de Monitoramento, serviços de atendimento a disparo de alarme, e serviços de abertura, fechamento e custódia de chaves na região da Superintendência Regional Campos Gerais no estado do Paraná	10.852.997/0001-61	04/01/2013	03/01/2018	F	P
2013	Prestação dos serviços especializados de prevenções e combates a incêndios, e treinamentos de Brigadas Voluntárias, com disponibilizações de materiais de primeiros socorros, por meio de BPC – Bombeiros Profissionais Cívicos, em eventos e Unidades da CAIXA sediadas no âmbito do Estado de Alagoas	42.515.478/0001-02	16/01/2013	15/01/2018	M	P
2013	Prestação de serviços de vigilância Ostensiva em Unidades da CAIXA subordinadas a SR Recife	4.008.185/0001-02	27/01/2013	26/01/2018	F	A
2013	Prestação de serviços de limpeza, conservação, jardinagem e controle biológico de pragas em Agências e PAB.	02.685.728/0001-20	01/02/2013	31/01/2017	F	P

2013	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica às centrais PABX, centrais telefônica PABX Virtual e centrais PABX IP para atendimento as unidades CAIXA nos estados do MS e MT.	10.743.460/0001-63	01/03/2013	28/02/2017	Não há	A
2013	Serviços de coordenação/supervisão técnica, iluminação, sonoplastia, operação de maquinaria cênica, montagem de exposições artísticas e manuseio de obras de arte, atendente cultural/portaria e bilheteria, para atendimento às demandas da CAIXA Cultural SALVADOR/BA	28.596.955/0001-72	09/03/2013	08/03/2017	M/S	P
2013	Prestação de serviços de telecomunicações, destinados a suportar aplicações de dados.	17.708.759/0001-26	20/03/2013	19/03/2017	Não há	A
2013	Serviço de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas com fornecimento de material de limpeza para o estado do mato grosso	00.482.840/0001-38	01/04/2013	31/03/2017	F	A
2013	Prestação de serviços de agenciamento de viagens e eventos	34.253.146/0001-60	01/04/2013	31/03/2017	Não há	P
2013	Prestação de serviços de telecomunicações	17.708.867/0001-07	05/04/2013	04/04/2017	Não há	A
2013	Suporte dados	16.890.621/0001-28	05/04/2013	04/04/2017	Não há	A
2013	Prestação de serviços de transporte de pessoas e pequenos documentos a serviço da CAIXA (Altos Executivos)	06.027.497/0001-18	08/04/2013	08/04/2018	M	P
2013	Prestação de serviços de transporte de pessoas e pequenos documentos a serviço da CAIXA	06.027.497/0001-18	09/04/2013	09/04/2018	M	P
2013	Prestação de serviço de Transporte pessoas a serviço da CAIXA, e/ou pequenos volumes e documentos, para atendimento às Unidades da CAIXA no âmbito dos Estados do Amazonas e Roraima.	08.713.403/0001-90	12/04/2013	11/04/2017	M	P
2013	Prestação de serviços de telecomunicações destinados a suportar aplicação de dados incluindo instalação manutenção e suporte - ITEM V - SAO PAULO URBANO	33.530.486/0001-29	19/04/2013	18/04/2017	Não há	A
2013	Contratação de empresa especializada em gerenciamento de viagens (Travel Management Company - TMC) para prestação de serviços de agenciamento de viagens e eventos, neles compreendidos os de assessoramento, programação, reserva, emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais, check in, utilização de salas VIP, bem como reserva de hospedagem e infraestrutura para eventos, compreendendo locação de espaços em hotéis ou em local indicado pela CAIXA.	00.591.754/0001-56	01/05/2013	31/10/2017	M	P
2013	Prestação de serviços de copeira (o), recepcionista, porteiro (8h), operador de máquina copiadora, carregador, ascensorista, telefonista e zelador, para unidades da CAIXA sediadas no estado do Piauí.	05.695.725/0001-65	02/05/2013	01/05/2017	M	A

2013	Serviço de Apoio para as unidades da CAIXA localizadas no estado de Sergipe	01.238.482/0001-85	02/05/2013	01/05/2017	M	P
2013	Prestação de serviços especializados de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas de informação para o polo de desenvolvimento de sistemas em Belo Horizonte/MG, processo 7065.02.0825.1/2013.	33.426.420/0017-50	06/05/2013	05/05/2017	Não há	A
2013	Solução de segurança privada, que inclui vigilância ostensiva, atendimento de disparo de alarme, abertura e fechamento e custódia de chaves	87.060.331/0001-03	06/05/2013	05/05/2018	F	P
2013	Prestação de serviços de telecomunicações, destinados a suportar aplicações de dados, incluindo ainda, a instalação, manutenção e suporte (ITEM IV do PE 183/2012).	02.558.157/0001-62	07/05/2013	01/05/2017	Não há	A
2013	Limpeza e controle de pragas	78.570.397/0001-44	13/05/2013	12/06/2017	F	P
2013	Prestação dos serviços de limpeza, jardinagem e controles biológicos de pragas em geral, contemplando os fornecimentos de todos os materiais e insumos necessários, visando atendimento a todas as Unidades da CAIXA localizadas no âmbito do Estado de Sergipe	00.323.090/0001-51	01/06/2013	31/05/2017	M	P
2013	Prestação dos serviços de limpeza, jardinagem e controles biológicos de pragas em geral, contemplando os fornecimentos de todos os materiais e insumos necessários, visando atendimento a todas as Unidades da CAIXA localizadas no âmbito do Estado de Alagoas	00.323.090/0001-51	01/06/2013	31/05/2017	M	P
2013	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e e-mail. Facilidades, as centrais telefônicas pabx e centrais telefônicas pabx ip, aparelhos telefônicos digitais, ip, analógicos e ata (adaptador de telefone analógico), mesa operadora, interfaces gsm, headset e aparelhos fac-símile de propriedade da caixa, nos Estados do Pará e Amapá, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses	10.743.460/0001-63	16/06/2013	15/06/2017	Não há	A
2013	Serviço de limpeza, jardinagem e controle de pragas	60.902.939/0001-73	01/07/2013	30/06/2017	F	P
2013	Prestação de serviços de telecomunicações destinados a suportar aplicação de dados, incluindo ainda, a instalação, manutenção e suporte	18.298.093/0001-48	01/07/2013	30/06/2017	Não há	A
2013	Prestação de serviços de telecomunicações destinados a suportar aplicação de dados incluindo instalação manutenção e suporte - REDE ACESSO ITEM IV - BH URBANO	18.298.093/0001-48	01/07/2013	30/06/2017	Não há	A

2013	Solução de segurança privada que inclui a prestação de serviço de vigilância ostensiva e serviços de segurança privada a pessoas, bem como os serviços de segurança eletrônica em Centrais de Monitoramento, serviços de atendimento de disparo de alarme contra intrusão e serviços de abertura, fechamento e custódia de chaves visando a inibir e obstar as ações criminais, tais como roubos, furtos simples, furtos qualificados, sequestros, respectivas tentativas, bem como outros delitos do gênero, garantindo a incolumidade de empregados e clientes e a preservação do patrimônio da CAIXA em suas unidades no Estado de Bahia, âmbito SR Norte/Oeste da Bahia.	02.534.128/0001-60	15/07/2013	14/07/2017	F	A
2013	Prestação de serv. de apoio adm. (ascensorista, carregador, copeira, recepcionista, telefonista, op. máq. reprog.) do Estado de Rondônia	07.129.258/0001-31	17/07/2013	16/07/2018	F	E
2013	Prestação de serviços de apoio administrativo, categoria recepcionistas de autoatendimento, no Estado do Acre.	10.446.523/0001-10	19/07/2013	18/07/2017	M	P
2013	Prestação de serviços de vigilância ostensiva em unidades da CAIXA	04.008.185/0001-02	23/07/2013	22/07/2018	F	A
2013	Solução de segurança privada que inclui a prestação de serviço de vigilância ostensiva e serviços de segurança privada a pessoas, bem como os serviços de segurança eletrônica em Centrais de Monitoramento, serviços de atendimento de disparo de alarme contra intrusão e serviços de abertura, fechamento e custódia de chaves visando a inibir e obstar as ações criminais, tais como roubos, furtos simples, furtos qualificados, sequestros, respectivas tentativas, bem como outros delitos do gênero, garantindo a incolumidade de empregados e clientes e a preservação do patrimônio da CAIXA em suas unidades no Estado de Bahia, âmbito SR Sul/Sudoeste da Bahia.	02.534.128/0001-60	27/07/2013	26/07/2017	F	A
2013	Prestação de serviços de recepcionistas AA para as unidades de Mato Grosso do Sul.	01.238.482/0001-85	01/08/2013	31/07/2017	F	A
2013	Prestação de serviços de recepcionistas de autoatendimento (SAA) para as unidades CAIXA no Estado de Rondônia	01.238.482/0001-85	01/08/2013	16/07/2017	F	P
2013	Prestação de serviços de recepção de autoatendimento abrangendo os polos regionais Paulista, Pinheiros, Santo Amaro e Osasco	07.129.258/0001-31	07/08/2013	31/01/2017	M	P
2013	Prestação de serviços de recepção de autoatendimento abrangendo os polos regionais Penha, Santana e Sé	03.891.177/0001-13	13/08/2013	13/08/2017	M	P
2013	Serviços de limpeza, jardinagem, fachada envidraçada e controle biológico de pragas, com fornecimento de material, em unidades da CAIXA, no Estado de Pernambuco.	00.323.090/0001-51	16/08/2013	17/08/2017	Não há	P

2013	Prestação de serviços de recepção de autoatendimento abrangendo os polos regionais ABC, Baixada Santista e Ipiranga	78.533.312/0001-58	19/08/2013	19/08/2017	M	P
2013	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da CAIXA	54.038.583/0001-79	20/08/2013	01/01/2017	M	A
2013	Prestação de serviços de recepcionistas de autoatendimento (SAA) para as unidades CAIXA no Estado de Tocantins	02.685.728/0001-20	20/08/2013	19/08/2017	F	A
2013	Prestação de serviços de recepcionistas AA para as unidades de Mato Grosso.	07.129.258/0001-31	22/08/2013	12/02/2017	F	A
2013	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências vinculadas à SR Centro-Oeste de Minas e Triângulo Mineiro	01.238.482/0001-35	23/08/2013	08/08/2017	M	P
2013	Vigilância ostensiva	17.219.353/0003-41	01/09/2013	31/08/2017	F	P
2013	Prestação de serviços de apoio administrativo abrangendo os serviços de copa, ascensorista, garagista e telefonista abrangendo os polos regionais Sé, Santana e Penha	01.238.482/0001-85	13/09/2013	25/03/2017	M	P
2013	Serviço de recepcionista SAA	02.685.728/0001-20	25/09/2013	31/10/2018	M	A
2013	Prestação dos serviços especializados de suporte e service-desk por intermédio da centralizadora de tecnologia e da informação.	58.069.360/0001-20	03/10/2013	02/10/2017	Não há	A
2013	Vigilância ostensiva	03.601.036/0003-80	07/10/2013	30/11/2018	F	P
2013	Serviços de vigilância ostensiva, serviços de segurança privada a pessoas, atendimento a disparo de alarme contra intrusão e serviços de abertura, fechamento e custódia de chaves nas Superintendências Regionais Curitiba Leste e Curitiba Oeste	76.764.448/0001-43	10/10/2013	09/10/2017	F	P
2013	Serviço de recepcionista SAA	09.281.162/0001-10	21/10/2013	20/10/2017	M	A
2013	Prestação de serviços de recepcionistas AA para as unidades de Goiás.	07.129.258/0001-31	24/10/2013	23/03/2017	F	A
2013	Prestação de Serviços de Assistência e Suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de TIC.	05.887.610/0001-72	25/10/2013	30/04/2017	Não há	A
2013	Vigilância ostensiva	17.219.353/0002-60	31/10/2013	31/10/2018	F	P
2013	Serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recurso de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação, instalados no estado do Paraná	09.174.281/0001-73	18/11/2013	17/11/2017	Não há	A
2013	Prestação de serviços técnicos especializados de processamento de sistemas para Centralizadora Nacional de Operações de TI - São Paulo	67.726.505/0001-09	22/11/2013	21/11/2017	S	P
2013	Prestação de serviços de vigilância para a Central de Monitoramento em Recife/PE	11.092.610/0001-89	01/12/2013	30/11/2017	F	A

2013	Prestação de serviços remanescente de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, contemplando o fornecimento de material para as Unidades da CAIXA, localizados no estado do Pará e Amapá.	01.518.478/0001-70	04/12/2013	03/06/2017	F	P
2013	Suporte e produção ProINFO	01.162.636/0001-00	09/12/2013	08/12/2017	Não há	A
2013	Prestação de serviços de apoio administrativo, categoria: Copeira, Recepcionista, garagista e carregador nos Estados do Amazonas e Roraima.	02.282.245/0001-86	13/12/2013	12/12/2017	M	P
2013	Serviços de segurança eletrônica em Central de Monitoramento serviços de vigilância ostensiva, serviços de segurança privada a pessoas, bem como serviços de atendimento de disparo de alarme com intrusão em Edifício Sede Caixa, em Curitiba no Paraná	03.229.363/0001-91	21/12/2013	20/12/2017	F	P
2013	Prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas de informação para a CAIXA no Paraná.	39.273.768/0001-74	23/12/2013	22/12/2017	Não há	A
2013	Prestação de Serviço Telefônico Local, Serviço Telefônico de Longa Distância Nacional (LDN) e Serviço Telefônico de Longa Distância Internacional (LDI), destinado ao uso público em geral, ITEM II-Nordeste.	33.530.486/0001-29	27/12/2013	26/12/2018	Não há	A
2013	Gestão técnica dos espaços da Caixa Cultural Curitiba, incluindo, supervisão, iluminação, sonoplastia, operação maquinaria cênica, montagem de exposições artísticas e manuseio de obras de arte, bilheteria e portaria.	02.074.570/0001-51	02/01/2014	01/01/2018	M	P
2013	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da CAIXA, bens, documentos e/ou pequenos volumes, para atendimento às Unidades GIDUR (atualmente: GIHAB/GIGOV) na CAIXA no âmbito do estado do Rio Grande do Sul.	15.626.876/0001-15	18/01/2014	19/01/2018	M	P
2013	Serviço de Apoio, categoria recepcionista para salas de autoatendimento, para as unidades da CAIXA localizadas no estado de Alagoas	01.238.482/0001-85	20/01/2014	19/01/2018	M	P
2013	Vigilância Ostensiva - SR Santana	05.457.677/0001-77	01/02/2014	31/01/2018	F	P
2013	Prestação de serviços de telefonistas para as unidades de Mato Grosso.	01.030.016/0001-00	03/02/2014	02/02/2018	F	P
2013	Prestação de serviços de vigilância ostensiva, serviços de Pronto Atendimento e serviços de Abertura, Fechamento e Custódia de Chaves na região de abrangência da SR Valem do Itajai	07.168.167/0001-05	26/02/2014	25/01/2016	F	E
2013	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem, fachada envidraçada e controle biológico de pragas, com fornecimento de material, em unidades da CAIXA NO Estado da Paraíba.	09.281.162/0001-10	14/03/2014	13/03/2017	Não há	P
2013	Prestação de Serviços especializados e desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas de informação.	01.645.738/0001-79	18/07/2015	17/07/2017	Não há	A

2013	Transporte de pessoas	05.477.173/0001-19	02/07/2016	01/01/2019	M	P
2013	Transporte de pessoas	09.546.840/0001-29	02/07/2016	01/01/2019	M	P
2013	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas - SR Vale dos Sinos	78.533.312/0001-58	01/08/2016	31/07/2017	F	P
2013	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas - SR Serra Gaúcha	78.533.312/0001-58	01/08/2016	31/07/2017	F	P
2013	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas - SR Porto Alegre	78.533.312/0001-58	03/02/2017	02/02/2018	F	P
2013	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas - SR Leste Gaúcho	78.533.312/0001-58	04/02/2017	03/02/2018	F	P
2013	Suporte avançado de desenvolvimento	19.345.720/0001-17	03/12/2013	02/12/2017	Não há	A
2013	Suporte processos de desenvolvimento	19.132.964/0001-11	06/11/2013	05/11/2017	Não há	A
2013	Videoconferência	58.619.404/0001-48	21/01/2013	20/01/2018	Não há	A
2013	Prestação de serviços de telecomunicação para transmissão de dados entre os Canais de Atendimento (CA) e os Centros de Tecnologia da CAIXA, localizados em São Paulo e Brasília, com abrangência nacional (REDE 1). / Prestação de serviços de telecomunicações destinados a suportar aplicações de dados, incluindo a instalação, a manutenção e o suporte para a região de FORTALEZA (ITEM V).	16.890.621/0001-28	05/04/2013	04/04/2017	Não há	A
2013	Prestação de serviços de telecomunicações destinados a suportar aplicações de dados, incluindo a instalação, a manutenção e o suporte para a região de CAMPO GRANDE (ITEM II).	17.708.867/0001-07	05/04/2013	04/04/2017	Não há	A
2013	Prestação de serviços de telecomunicações destinados a suportar aplicação de dados incluindo instalação manutenção e suporte - ITEM I RJ NAO URBANO (contrato 00837/2013) e ITEM II - RJ URBANO (contrato 00838/2013)	40.432.544/0001-47	19/04/2013	18/04/2017	Não há	A
2014	Postos de Vigilância Ostensiva	17.428.731/0001-35	16/01/2014	15/01/2016	F	E
2014	Prestação de serviços de limpeza, conservação, jardinagem e controle biológico de pragas nos ed. Matriz I, II e anexo	07.084.096/0001-62	02/02/2014	01/09/2017	F	A
2014	Prestação de serviços de apoio para as unidades de Mato Grosso.	01.030.016/0001-00	03/02/2014	02/02/2018	F	P
2014	Vigilância ostensiva	04.113.174/0001-11	09/02/2014	09/02/2018	F	P
2014	Vigilância ostensiva	04.113.174/0001-11	09/02/2014	08/02/2018	F	P
2014	Prestação de serviços de vigilância ostensiva, serviços de Pronto Atendimento e serviços de Abertura, Fechamento e Custódia de Chaves, na região de abrangência das Superintendências Regionais Norte e Noroeste do Paraná	10.852.997/0001-61	10/02/2014	09/02/2018	F	P

2014	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades às centrais telefônicas PABX e Telefônicas PBX IP.	09.174.281/0001-73	16/02/2014	15/02/2018	Não há	A
2014	Vigilância ostensiva	07.945.678/0003-58	28/02/2014	27/02/2019	F	P
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo, categoria: Copeira, Recepcionista, garagista e carregador no Estado do Acre.	73.613.655/0001-09	18/03/2014	17/03/2018	F	P
2014	Processos a instalação, desinstalação, customização e integração de hardware e software/programas, incluindo dispositivos de armazenamento, e configuração para interconexão em plataformas heterogêneas, nos ambientes de rede de telecomunicações, com seus protocolos, sistemas de comunicação, transmissão de dados, nos ambientes computacionais da CAIXA.	65.599.953/0001-63	21/03/2014	20/03/2017	(S) - 50% da equipe Técnica deverá ter Nível superior.	A
2014	Prestação de serviços comuns de transporte de pessoas a serviço da caixa, bens, documentos e/ou pequenos volumes, nas unidades da CAIXA no Estado do Rio Grande do Norte	05.105.598/0001-71	22/03/2014	21/03/2017	M	P
2014	Prestação de serviços especializados de desenvolvimento, manutenção e documentação de Sistemas de Informação na região de abrangência da Unidade da GITEC/RE.	06.214.736/0001-49	25/03/2014	05/03/2017	Não há	A
2014	Serviços de transporte tipo van executiva para as unidades da CAIXA em Brasília.	72.597.966/0001-69	26/03/2014	25/03/2017	M	P
2014	Postos de Vigilância Ostensiva	02.717.460/0002-41	01/04/2014	04/05/2017	F	P
2014	Postos de Vigilância Ostensiva	02.717.460/0002-41	01/04/2014	20/01/2017	F	A
2014	Postos de Vigilância Ostensiva	02.717.460/0002-41	01/04/2014	20/01/2017	F	A
2014	Credenciamento de empresas especializadas visando prestação de serviços de cobrança por telefone (telecobrança), ativa e receptiva, realizada por operador humano e/ou quaisquer outros meios existentes e cabíveis dos créditos próprios e de terceiros administrados pela CAIXA, quando houver interesse previamente manifestado pela CAIXA, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus Anexos	05.083.833/0001-87	17/04/2014	17/04/2017	M/S	P
2014	Prestação de serviço de limpeza, conservação, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de materiais para unidades CAIXA lotadas no ed. Sede III.	78.533.312/0001-58	28/04/2014	27/04/2017	F	P

2014	Serviço de manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades, às centrais telefônicas PABX, PABX IP e/ou PABX VIRTUAL, aparelhos telefônicos digitais, IP, analógicos e sem fio, ATA (adaptador de telefone analógico), mesa operadora, headset e aparelhos de fac-símile de propriedade CAIXA conectados às Centrais em Garantia.	10.743.460/0001-63	01/05/2014	30/04/2017	Não há	A
2014	Serviços de apoio administrativo	78.533.312/0001-58	13/05/2014	20/02/2018	M	P
2014	Serviços de apoio administrativo	56.419.492/0001-09	13/05/2014	31/03/2017	M	P
2014	Serviços Técnicos especializados de processamento de Sistemas, no âmbito da CEPTI/RJ, caracterizando-se pelos serviços de operação de computadores, fitotecas e equipamentos; administração e manutenção de bases de dados; central de atendimento; monitoração de ambiente e de rede de telecomunicações, monitoração de sistemas, aplicativos e de serviços, automação de processos; administração de armazenamento; processamento e disponibilização de sistemas em ambiente corporativo; envolvendo diversas plataformas de tecnologia utilizadas pela CAIXA, prestados no ambiente computacional da CAIXA no Rio de Janeiro.	65.599.953/0001-63	16/05/2014	15/05/2017	(S) - 30% da equipe Técnica deverá ter nível superior, conforme contrato.	A
2014	Serviços técnicos especializados em processamento de sistemas.	65.599.953/0001-63	16/05/2014	16/05/2017	M	A
2014	Prestação de serviços técnicos de supervisão de evento, auxílio à supervisão de evento e atendimento cultural para apoio aos eventos da CAIXA CULTURAL DE SÃO PAULO	28.596.955/0001-72	19/05/2014	19/05/2016	M	E
2014	Prestação de Serviços de Administração das Ações Referentes ao Programa Educativo Caixa Gente Arteira	10.762.976/0001-55	26/05/2014	26/05/2016	M	E
2014	Serviços de Monitoramento Eletrônico das unidades no âmbito da GISEG Campinas	05.457.677/0001-77	01/06/2014	01/07/2016	M	E
2014	Vigilância Ostensiva, Serviços de Segurança Privada a Pessoas e Serviços de Pronto Atendimento no âmbito da SR Campinas	08.818.229/0001-40	20/06/2014	20/06/2016	F	E
2014	Recepcionistas SAA nas Regiões das SR Norte, Oeste e Noroeste do PR	04.970.088/0001-25	24/06/2014	23/06/2017	M	P
2014	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da Caixa e/ou pequenos volumes e documentos, para atendimento às unidades da Caixa no âmbito dos Estados da Bahia e Sergipe	05.439.064/0001-07	30/06/2014	30/06/2017	M	P
2014	Serviço de Apoio para as unidades da CAIXA localizadas no estado da Bahia	01.238.482/0001-85	01/07/2014	30/06/2017	M	P
2014	Prestação de serviços técnicos especializados na área de informática, executados em equipamentos instalados nas dependências da CAIXA, no âmbito da GITEC/BH, processo 7065.01.0834.1/2014.	93.645.588/0002-00	01/07/2014	30/06/2017	Não há	A

2014	Prestação de serviços de telecomunicações por meio de enlaces de dados em anéis ópticos metropolitanos (projeto e-CAIXA/Rede 4), região do interior do estado de São Paulo.	01.778.972/0001-74	25/07/2014	24/07/2019	Não há	A
2014	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da Caixa e/ou pequenos volumes e documentos, para atendimento às unidades da Caixa no âmbito do Estado de Alagoas	04.750.478/0001-90	11/08/2014	10/08/2017	M	P
2014	Administração Gente Arteira	02.933.199/0001-36	14/08/2014	25/05/2017	M/S	P
2014	Vigilância Ostensiva, Serviços de Segurança Privada a Pessoas e Serviços de Pronto Atendimento no âmbito da SR São José do Rio Preto	67.803.726/0001-33	28/08/2014	28/08/2018	F	P
2014	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnico e eventual, fornecimento de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades para as centrais telefônicas PABX analógicas, digitais, híbridas e IP, (utilizando arquitetura proprietária ou baseada em arquitetura de código aberto), aparelhos telefônicos e demais periféricos instalados nas Agências e demais Unidades da CAIXA atendidas pela GITEC/BU, no âmbito de atuação das Superintendências Regionais de Bauru, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.	68.299.239/0001-48	29/08/2014	15/09/2017	Não há	A
2014	Prestação de serviços de vigilância ostensiva e serviços de Pronto Atendimento na região de abrangência da Superintendência Regional Oeste de Santa Catarina	07.168.167/0001-05	31/08/2014	18/02/2016	F	E
2014	Serviços de Recepção SAA do Estado do RN	07.442.731/0001-36	01/09/2014	31/08/2017	M	P
2014	Prestação de serviços de manutenção, suporte e assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades, para as centrais telefônicas PABX analógicas, digitais, híbridas e IP utilizando arquitetura proprietária ou baseada em arquitetura de código aberto, aparelhos telefônicos e demais periféricos pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses	05.221.579/0001-36	01/09/2014	31/08/2017	Não há	A
2014	Prestação de serviços de vigilância ostensiva e serviços de Pronto Atendimento na região de abrangência da Superintendência Regional Sul de Santa Catarina	82.949.652/0001-31	01/09/2014	31/08/2018	F	P
2014	Prestação de serviços de atendimento, monitoramento e suporte operacional e tecnológico aos produtos, serviços e sistemas utilizados nas operações da CAIXA	07.073.027/0001-53	01/09/2014	30/04/2017	M	P
2014	Vigilância ostensiva	02.692.187/0001-67	02/09/2014	01/09/2018	F	P
2014	Prestação de Serviços de Apoio para Unidades Vinculadas à SR Leste de Minas	08.529.535/0001-66	03/09/2014	02/09/2016	F	E

2014	Serviços de vigilância ostensiva e serviços de Pronto Atendimento, na região de abrangência da Superintendência Regional Norte de Santa Catarina	07.168.167/0001-05	04/09/2014	02/02/2016	F	E
2014	Vigilância ostensiva	10.398.803/0001-08	08/09/2014	30/09/2018	F	P
2014	Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica e eventual fornecimento de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades para as centrais telefônicas PABX analógicas, digitais, híbridas e IP, (utilizando arquitetura proprietária ou baseada em arquitetura de código aberto), aparelhos telefônicos e demais periféricos instalados nas Agências e demais Unidades da CAIXA atendidas pela Gerência de Filial de Suporte Tecnológico de Campinas/SP – GITEC/CP, no âmbito de atuação das Superintendências Regionais de Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Sorocaba e Vale do Paraíba	09.174.281/0001-73	18/09/2014	30/10/2017	Não há	A
2014	Telefonia	03.219.328/0001-91	19/09/2014	18/09/2017	Não há	A
2014	Vigilância Ostensiva, Serviços de Segurança Privada a Pessoas e Serviços de Pronto Atendimento no âmbito da SR Sorocaba e Jundiaí	67.803.726/0001-33	19/09/2014	19/09/2018	F	P
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo (copa, recepção, ascensorista, carregador e operador de máquina de reprografia) para as unidades da CAIXA do Estado de Tocantins	02.685.728/0001-20	22/09/2014	21/09/2018	F	A
2014	Prestação de serviços especializados de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistemas na região de abrangência da GITEC/GO.	10.573.068/0001-13	22/09/2014	21/09/2018	Não há	A
2014	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica e eventual fornecimento de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades para as centrais telefônicas PABX, aparelhos telefônicos e demais periféricos.	01.996.385/0001-51	01/10/2014	30/09/2017	Não há	A
2014	Prestação de serviços telesserviços/telemarketing no atendimento, abordagem, tratamento de ocorrências dos produtos, serviços e dos produtos da CAIXA.	78.533.312/0001-58	01/10/2014	14/03/2017	M	P
2014	Prestação de serviços de vigilância Ostensiva em Unidades da CAIXA subordinadas à SR Fortaleza	86.960.598/0001-86	05/10/2014	04/10/2017	F	A
2014	Prestação de Serviços de Apoio na região da SR Noroeste do PR	05.443.410/0001-20	13/10/2014	12/10/2017	M	P
2014	Prestação de Serviços de Apoio na região da SR Norte do PR	01.238.482/0001-85	13/10/2014	12/10/2017	M	P
2014	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de materiais, para as unidades da CAIXA vinculadas às SR Sul e Norte do Espírito Santo/ES	01.238.482/0001-85	15/10/2014	03/02/2017	F	A

2014	Prestação de serviço de Manutenção e assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, remanejamento de ramais e demais facilidades as centrais telefônicas, pabx, aparelho telefônicos digitais, IP e analógicos, mesa operadora, headset e aparelho fac simile de propriedade CAIXA, processo - 7065.01.2188.1/14.	10.743.460/0003-25	16/10/2014	15/10/2017	Não há	A
2014	Vigilância Ostensiva, Serviços de Segurança Privada a Pessoas e Serviços de Pronto Atendimento no âmbito da SR Bauru	06.069.276/0001-02	17/10/2014	17/10/2018	F	P
2014	Prestação de serviços de vigilância Ostensiva em Unidades da CAIXA subordinadas à SR MARANHÃO	05.920.248/0001-94	19/10/2014	18/10/2017	F	A
2014	Prestação de serviços de brigada contra incêndio, com disponibilidade de materiais de primeiros socorros em unidades CAIXA sediada em Brasília.	00.588.541/0001-82	23/10/2014	22/10/2017	M	P
2014	Serviço de Apoio, categoria recepcionista para salas de autoatendimento, para as unidades da CAIXA localizadas no estado da Bahia	07.633.003/0001-01	29/10/2014	28/10/2017	M	P
2014	Serviço de Apoio para as unidades da CAIXA localizadas no estado de Alagoas	01.238.482/0001-85	31/10/2014	30/10/2017	M	P
2014	Prestação de Serviços de Apoio na região da SR Vale, Norte de Santa Catarina	05.025.180/0001-80	03/11/2014	03/11/2017	M	P
2014	Prestação de Serviços de Apoio na região das SR Sul e Oeste SC	05.025.180/0001-80	03/11/2014	02/11/2017	M	P
2014	Prestação de serviços de Apoio Administrativo - SR PO, LG e ES	00.482.840/0001-38	03/11/2014	02/11/2017	F	P
2014	Prestação de serviços de Apoio Administrativo - SR VS e SG	00.482.840/0001-38	03/11/2014	02/11/2017	F	P
2014	Prestação de serviços de Apoio Administrativo - SR CG e NG	00.482.840/0001-38	03/11/2014	02/11/2017	F	P
2014	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades para as centrais telefônicas PABX analógicas, digitais, híbridas e IP, utilizando arquitetura proprietária ou baseada em arquitetura de código aberto, aparelhos telefônicos e demais periféricos, no âmbito de atuação da GITEC/SP.	09.174.281/0001-73	15/11/2014	14/11/2017	Não há	A
2014	Prestação de serviços telesserviços/telemarketing no atendimento, abordagem, tratamento de ocorrências dos produtos, serviços e dos produtos da CAIXA.	01.645.738/0001-79	24/11/2014	28/02/2017	M	P
2014	Prestação de Serviços de Apoio na região da SR Florianópolis	05.025.180/0001-80	28/11/2014	27/11/2017	M	P
2014	Vigilância Ostensiva, Serviços de Segurança Privada a Pessoas e Serviços de Pronto Atendimento no âmbito da SR Ribeirão Preto	66.700.295/0001-17	29/11/2014	29/11/2018	F	P

2014	Prestação de serviços telesserviços/telemarketing no atendimento, abordagem, tratamento de ocorrências dos produtos, serviços e dos produtos da CAIXA.	01.644.731/0001-32	01/12/2014	30/04/2017	M	P
2014	Prestação de serviço de Transporte de pessoas a serviço da CAIXA e/ou pequenos volumes e documentos, no âmbito dos estados do Pará e Amapá.	03.105.598/0001-71	08/12/2014	07/12/2017	M	P
2014	Vigilância ostensiva	00.865.761/0001-06	22/12/2014	21/12/2018	F	P
2014	Prestação de serviços de manutenção e atualização tecnológica com técnicos dedicados, aos equipamentos IBM instalados nos Centros Computacionais CAIXA, nas condições estabelecidas nos Anexos I-A, B e C deste contrato e de acordo com a proposta comercial L9-TOAKE0K-002.	33.372.251/0001-56	23/12/2014	22/12/2017	Não há	A
2014	Prestação de serviço de vigilância ostensiva, bem como os serviços de segurança eletrônica, serviços de atendimento de disparo de alarme contra intrusão e serviços de abertura, fechamento e custódia de chaves visando a inibir e obstar as ações criminais, tais como roubos, furtos simples, furtos qualificados, sequestros, respectivas tentativas, bem como outros delitos do gênero em unidades da CAIXA, garantindo a incolumidade de empregados e clientes e a preservação do patrimônio da CAIXA, no Estado de Sergipe, âmbito SR ALAGOAS e suas respectivas unidades administrativas.	17.428.731/0166-43	26/12/2014	25/12/2017	M	P
2014	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de material nas regiões Sul e Centro-Leste	05.576.482/0001-46	01/04/2015	31/01/2016	F	E
2014	Prestação de serviços de vigilância ostensiva e serviços de Pronto Atendimento na região de abrangência da Superintendência Regional Florianópolis	07.168.167/0001-05	01/04/2015	29/02/2016	F	E
2014	Prestação de serviços administração e implantação das ações referentes ao Programa Educativo CAIXA Gente Arteira, tais serviços contemplam: coordenar, orientar, supervisionar, executar e acompanhar todas as etapas de realização relacionadas no Termo de Referência do anexo I do edital a ser realizado nas dependências dos espaços da CAIXA Cultural Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.	04.224.923/0001-88	07/05/2016	06/05/2017	M	P
2014	Prestação de serviço de recepção de autoatendimento para atuar nas agências da CAIXA, do Distrito Federal	01.238.842/0001-85	01/07/2016	17/02/2017	M	P
2014	Transporte de pessoas	02.228.225/0001-25	02/07/2016	01/01/2019	M	P
2014	Agenciamento de serviços de aquisição de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos para os estados do Paraná e de Santa Catarina	95.870.069/0001-82	01/09/2016	31/08/2017	M	P

2014	Prestação do serviço de transporte de Altos Executivos a serviço da CAIXA, mediante locação de veículos, incluindo motorista executivo, combustível e demais insumos.	05.515.258/0001-44	05/10/2016	05/10/2017	M	P
2014	Prestação de serviços de gestão técnica dos espaços da CAIXA Cultural no Rio de Janeiro nas Unidades Chile e Barroso, que compreendem Coordenação, Supervisão de eventos. Iluminação Cênica, Montagem de Exposição, Atendimento Cultural, Montagens de Exposições, Atendimento Cultural, Sonoplastia Cênica, Maquinaria Cênica, Bilheteria, Projeção Cinematográfica e Técnico em Museologia pelo período de doze meses de acordo com especificações constantes no edital do Pregão Eletrônico nº 053/7074-2014.	19.153.343/0001-14	04/12/2016	03/12/2017	M	P
2014	Suporte Software Livre	04.491.152/0001-95	23/07/2014	22/07/2018	Não há	A
2014	Prestação de serviços de telecomunicações destinados a suportar aplicações de dados incluindo suporte manutenção e instalação - ITEM V - RECIFE	17.708.759/0001-26	03/10/2012	02/10/2017	Não há	A
2014	Prestação de serviços de apoio para as unidades de Mato Grosso do Sul	01.238.482/0001-85	12/05/2014	14/07/2018	F	A
2014	Prestação de serviços de Recepção em ambiente de SAA - SR SG e NG	01.238.482/0001-85	03/11/2014	02/11/2017	M	P
2014	Manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças/componentes, do parque de telefonia de propriedade da CAIXA nos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.	09.174.281/000173	15/05/2014	14/05/2017	Não há	A
2014	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC de propriedade da CAIXA nos Estados atendidos pela GITEC/RE (AL, PB, PE e RN).	07.073.027/0044-93	21/11/2014	20/11/2017	Não há	A
2014	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem, fachada envidraçada e controle biológico de pragas, todos com fornecimento de material, para as unidades da CAIXA localizadas no estado do RN	07.442.731/0001-36	01/10/2014	30/09/2017	Não há	P
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo no Edifício sede da CAIXA do Rio de Janeiro, Conjunto Cultural Rio de Janeiro, Teatro Nelson Rodrigues, Jurídico Rio de Janeiro e, em eventuais representações da CAIXA no âmbito da região metropolitana no RJ.	04.607.444/0001-40	03/11/2014	02/11/2018	F	A
2015	Prestação de serviços de vigilância Ostensiva em Unidades da CAIXA subordinadas à SR Rio Grande do Norte	04.008.185/0001-32	01/01/2015	31/12/2018	F	A
2014	Prestação de serviços de apoio administrativo, categoria: Copeira, Recepcionista, garagista e carregador nos Estados do Pará e Amapá.	01.238.482/0001-85	08/07/2014	07/07/2017	F	P

2014	Prestação de Serviços de Administração das Ações Pedagógicas do Programa Educativo CAIXA Gente Arteira	10.762.976/0001-55	31/07/2014	31/07/2016	S	E
2015	Contratação de remanescente para prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) instalados na região de abrangência da Unidade de Suporte Tecnológico de Fortaleza/CE.	20.914.172/0001-88	01/02/2015	31/12/2017	Não há	A
2015	Prestação de Serviços de Apoio para Unidades Vinculadas à SR Sudeste de Minas	08.605.317/0001-63	01/03/2015	28/02/2017	F	P
2015	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências vinculadas à SR Sul de Minas	04.712.320/0001-25	01/03/2015	28/02/2018	M	P
2015	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências vinculadas à SR Sudeste de Minas	07.129.258/0001-31	01/03/2015	30/11/2016	M	E
2015	Serviço de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas com fornecimento de material de limpeza para o Estado do Mato Grosso do Sul	02.282.245/0001-84	01/03/2015	28/02/2017	F	A
2015	Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, suporte e assistência técnica nas centrais telefônicas - PABX instaladas nas unidades da CAIXA no estado do Rio Grande do Sul.	09.174.281/0001-73	01/03/2015	28/02/2018	Não há	A
2015	Vigilância ostensiva e serviço de segurança privada a pessoas e serviços de pronto atendimento	07.705.117/0001-10	01/03/2015	28/02/2019	F	A
2015	Prestação de serviços de manutenção dos gravadores (áudio e tela) e discadores automáticos.	05.039.957/0001-65	03/03/2015	02/03/2017	Não há	A
2015	Prestação de serviços especializados de suporte técnico para o ambiente computacional da Centralizadora Nacional de Gestão do Ambiente Tecnológico de Alta Disponibilidade – CETAD.	65.599.953/0001-63	05/03/2015	04/03/2017	S	A
2015	Prestação de serviços de apoio administrativo para as unidade da CAIXA do Entorno do Distrito Federal.	02.685.728.0001-20	06/03/2015	06/03/2017	M	P
2015	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências vinculadas à SR BH Norte, Norte de Minas e Leste de Minas	04.712.320/0001-25	01/04/2015	31/03/2018	M	P
2015	Vigilância ostensiva e serviço de segurança privada a pessoas e serviços de pronto atendimento	37.162.435/0001-42	02/04/2015	01/04/2018	F	A
2015	Prestação de serviços de manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades, para as centrais telefônicas PABX analógicas, digitais, híbridas e IP	01.996.385/0001-51	15/04/2015	14/04/2017	Não há	A

2015	Credenciamento de empresas especializadas visando prestação de serviços de cobrança por telefone (telecobrança), ativa e receptiva, realizada por operador humano e/ou quaisquer outros meios existentes e cabíveis dos créditos próprios e de terceiros administrados pela CAIXA, quando houver interesse previamente manifestado pela CAIXA, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus Anexos	00.933.353/0001-44	17/04/2015	17/04/2017	M/S	P
2015	Vigilância Ostensiva, Serviços de Segurança Privada a Pessoas e Serviços de Pronto Atendimento no âmbito da SR Presidente Prudente	07.447.264/0001-37	29/04/2015	29/04/2017	F	A
2015	Postos de Vigilância Ostensiva	03.372.304/0001-78	02/05/2015	01/05/2017	F	P
2015	Prestação de serviços de apoio administrativo, categoria recepcionistas de autoatendimento, no Estado do Pará e Amapá.	11.815.892/0001-03	20/05/2015	19/07/2017	M	P
2015	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico de recursos e infraestrutura de TIC.	02.215.004/0001-12	21/05/2015	20/05/2017	Não há	A
2015	Prestação de serviços de transporte de pessoas à serviço da caixa, bens, documentos e/ou pequenos volumes, nas unidades da CAIXA no Estado de Pernambuco.	05.762.657/0001-00	22/05/2015	21/05/2017	M	P
2015	Traslado Gente Arteira	15.235.799/0001-72	26/05/2015	25/05/2017	M	P
2015	Prestação de serviços de gerenciamento de viagens (Travel Management Company – TMC) para prestação de serviços de agenciamento de viagens e infraestrutura de eventos, por meio da ferramenta online de autoagendamento (selfbooking), eles compreendidos os de assessoramento, programação, reserva, emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais, realização de check in e reserva para utilização de salas VIP em aeroportos, bem como da reserva de hospedagem no Brasil e no exterior, locação de espaços e serviços de bufê em hotéis, ou locais similares definidos pela CAIXA para atendimento aos empregados da CAIXA na cidade de São Paulo, Grande São Paulo e Baixada Santista (esta última incluindo o Vale do Ribeira).	95.870.069/0001-82	27/05/2015	05/02/2017	F	P
2015	Vigilância ostensiva e serviço de segurança privada a pessoas e serviços de pronto atendimento	07.705.117/0001-10	31/05/2015	30/05/2019	F	A
2015	Prestação de Serviços de Apoio para Unidades Vinculadas à SR Centro-Oeste de Minas	08.605.317/0001-63	01/06/2015	30/05/2017	F	P
2015	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências do Estado do Espírito Santo	04.712.320/0001-25	01/06/2015	31/05/2018	M	P
2015	Prestação de serviços de recepção em ambientes de autoatendimento das agências vinculadas à SR Sul de Minas	08.605.317/0001-63	01/06/2015	31/01/2017	M	P

2015	Serviço de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas com fornecimento de material de limpeza para o Estado de Tocantins	09.016.469/0001-93	01/06/2015	31/12/2016	F	E
2015	Prestação de serviços de vigilância Ostensiva em Unidades da CAIXA subordinadas à SR Norte e Sul do Ceará	07.862.634/0001-00	04/06/2015	03/06/2017	F	A
2015	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de materiais, para as unidades da CAIXA vinculadas às SR Sul e Sudeste de Minas	07.123.895/0001-09	08/06/2015	31/08/2017	F	P
2015	Prestação de serviço de transporte de pessoas a serviço da caixa, bens, documentos e/ou pequenos volumes para atendimento às unidades da CAIXA no Estado do Maranhão	00.437.810/0001-00	22/06/2015	10/04/2017	M	P
2015	Serviço de Vigilância Patrimonial desarmada para empreendimentos, eventos e imóveis no âmbito da GISEG Campinas	18.827.379/0001-73	24/06/2015	24/06/2017	F	E
2015	Prestação de Serviços de Cobrança Ativa e receptiva de Cartões de Crédito CAIXA em atraso no período de Inadimplência recente, incluindo a realização de acordos e o atendimento das ocorrências relacionadas a cobrança.	04.592.502/0001-00	26/06/2015	25/06/2017	M	A
2015	Contratação de serviços técnicos especializados de Tecnologia para as Centralizadora Nacional de Operações de TI de São Paulo compreendendo os seguintes serviços: Análise e Preparo de Produção, Segurança da Informação, Homologação de Aplicativos, envolvendo as diversas plataformas de tecnologia utilizadas e sistemas de informação processados pela CAIXA, prestados nos ambientes computacionais da CAIXA.	59.057.992/0001-36	29/06/2015	28/06/2017	S	A
2015	Vigilância Ostensiva - SR Pinheiros	06.069.276/0001-02	04/07/2015	15/02/2018	F	P
2015	Vigilância Ostensiva - SR Osasco	06.069.276/0001-02	04/07/2015	15/02/2018	F	P
2015	Serviços de vigilância ostensiva, serviços de segurança privada a pessoas, bem como Pronto Atendimento na região de Cascavel, Oeste do Paraná	02.601.159.0001-97	09/07/2015	08/07/2017	F	P
2015	Prestação telesserviços/telemarketing no atendimento abordagem, tratamento de usuários e não usuários do produto Cartão de Crédito, incluindo serviços operacionais de atendimento por meio de multicanais (telefone, chat, e-mail).	07.073.027/0001-53	09/07/2015	08/07/2017	M	A
2015	Serviços de Brigada do Estado da PB	08.057.165/0001-01	08/08/2015	07/08/2017	M	P
2015	Prestação de serviços de vigilância Ostensiva em Unidades da CAIXA subordinadas à SR Piauí	12.062.071/0001-06	27/08/2015	26/08/2017	F	A
2015	Vigilância Ostensiva, Serviços de Segurança Privada a Pessoas e Serviços de Pronto Atendimento no âmbito da SR Piracicaba	08.818.229/0001-40	01/09/2015	01/09/2017	F	A

2015	Vigilância ostensiva e serviços de pronto atendimento	12.066.015/0001-31	03/09/2015	03/09/2017	F	A
2015	Postos de Vigilância Ostensiva	02.717.460/0002-41	14/09/2015	20/01/2017	F	A
2015	Prestação de serviço de Transporte de pessoas a serviço da CAIXA e/ou pequenos volumes e documentos pelo período de 12(doze) meses, para atendimento às unidades da CAIXA, no âmbito do Estado do Acre.	07.446.868/0001-69	01/10/2015	30/09/2017	M	P
2015	Vigilância ostensiva	04.731.108/0002-96	13/10/2015	12/10/2017	F	A
2015	Prestação telesserviços/telemarketing no atendimento abordagem, tratamento de usuários e não usuários do produto Cartão de Crédito, incluindo serviços operacionais de atendimento por meio de multicanais (telefone, chat, e-mail).	01.645.738/0001-79	14/10/2015	13/09/2017	M	A
2015	Serviço de manutenção, suporte, assistência técnica e fornecimento eventual de peças e componentes, incluindo programação, inclusão e remanejamento de ramais e demais facilidades, às centrais telefônicas PABX, PABX IP e/ou PABX VIRTUAL, aparelhos telefônicos digitais, IP, analógicos e sem fio, ATA (adaptador de telefone analógico), mesa operadora, headset e aparelhos de fac-símile de propriedade CAIXA conectados às Centrais em Garantia.	07.073.207/0001-53	26/10/2015	25/10/2017	Não há	A
2015	Prestação de Serviços Agenciamento de Viagens e infraestrutura de Eventos	03.667.498/0001-39	01/11/2015	31/10/2017	M	P
2015	Solução de segurança privada, que inclui vigilância ostensiva e pronto atendimento	92.966.571/0001-01	06/11/2015	05/07/2017	F	A
2015	Solução de segurança privada, que inclui vigilância ostensiva e pronto atendimento	87.134.086/0001-23	06/11/2015	05/07/2017	F	A
2015	Suporte tecnológico	07.073.027/0001-53	15/11/2015	15/11/2017	Não há	A
2015	Vigilância Ostensiva - SR ABC e Penha	66.700.295/0001-17	28/11/2015	27/11/2017	F	A
2015	Análise e Preparo de produção, Homologação de Aplicativos, Segurança da Informação, envolvendo as diversas plataformas de tecnologia utilizadas e sistemas de informação processados pela CAIXA, prestados nos ambientes computacionais da CAIXA no Rio de Janeiro.	11.168.199/0001-88	01/12/2015	30/11/2017	(S) - 40% da equipe técnica deverá ter nível superior.	A
2015	Prestação de serviços técnicos especializados de análise e preparo de produção, homologação de aplicativos e segurança da informação.	11.168.199/0001-88	01/12/2015	01/12/2017	M	A
2015	Postos de Vigilância Ostensiva	07.705.117/0002-09	01/12/2015	26/01/2018	F	P
2015	Prestação de serviço de apoio administrativo e técnico na CAIXA Cultural Brasília/DF	07.271.878/0001-00	29/12/2015	01/07/2017	S/M	A
2015	Prestação de serviços de assistência e suporte técnico visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos e infraestrutura de TIC.	00.308.141/0001-76	31/12/2015	30/12/2017	Não há	A

2015	Serviços de Recepção SAA do Estado de PE	02.685.728/0001-20	01/01/2016	31/12/2017	M	P
2015	Vigilância ostensiva e serviço de segurança privada a pessoas e serviços de pronto atendimento	15.252.971/0002-87	02/01/2016	02/01/2018	F	A
2015	Prestação dos serviços de limpeza, jardinagem e controles biológicos de pragas em geral, contemplando os fornecimentos de todos os materiais e insumos necessários, visando atendimento a todas as Unidades da CAIXA localizadas no âmbito do Estado da Bahia	00.482.840/0001-38	04/01/2016	03/01/2018	M	A
2015	Prestação de serviço telefônico local destinado ao uso dos colaboradores da CAIXA para ligações originadas ou recebidas em todo o território nacional. ITEM I - Região I do PGO/PGA, com exceção do Setor 3.	33.000.118/0001-79	13/01/2016	12/01/2018	Não há	A
2015	Prestação de Serviços de Apoio para Unidades Vinculadas à SR Norte do ES	04.712.320/0001-25	17/01/2016	16/01/2018	F	P
2015	Prestação de Serviços de Apoio para Unidades Vinculadas à SR Sul do ES	04.712.320/0001-25	17/01/2016	16/01/2018	F	P
2015	Serviços de Apoio Administrativo do Estado de PE	02.685.728/0001-20	01/02/2016	31/01/2018	M	P
2015	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de material para SR Sul Fluminense, Sul, Oeste, Centro-Leste	05.502.021/0001-29	01/02/2016	01/02/2018	F	A
2015	Vigilância Ostensiva - SR Baixada Santista, Sé e Santo Amaro	67.803.726/0001-33	27/02/2016	26/12/2018	F	A
2015	Administração e Implantação das atividades referentes ao Programa Educativas CAIXA Gente Arteira	17.314.452/0001-40	11/05/2016	10/05/2017	M	P
2015	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas - SR Norte Gaúcho	00.482.840/0001-38	25/05/2016	24/05/2017	F	P
2015	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas - SR Centro Gaúcho	00.482.840/0001-38	07/06/2016	06/06/2017	F	P
2015	Prestação de serviços especializados em gerenciamento de viagens (Travel Management Company – TMC) para prestação de serviços de agenciamento de viagens e infraestrutura de eventos, por meio da ferramenta online de autoagendamento (selfbooking), para atendimento aos empregados da CAIXA em Minas Gerais e no Espírito Santo.	01.017.250/0001-04	11/10/2016	10/10/2017	M	A
2015	Suporte URA	05.039.957/0001-65	03/03/2015	02/03/2017	Não há	A
2015	Prestação de serviços de Recepção em ambiente de SAA - SR PO, LG e VS	01.238.482/0001-85	21/01/2015	03/11/2017	M	P
2015	Prestação de serviços de Recepção em ambiente de SAA - SR CG e ES	01.238.482/0001-85	21/01/2015	03/11/2017	M	P

2016	Prestação de serviços de apoio	02.685.728/0001-20	12/11/2014	11/11/2017	M	A
2016	Recepcionistas SAA na Região da SR Campos Gerais	07.304.936/0001-55	01/01/2016	31/10/2017	M	A
2016	Postos de Vigilância Ostensiva	17.428.731/0001-35	16/01/2016	15/01/2018	F	A
2016	Prestação de serviços de vigilância ostensiva, serviços de Pronto Atendimento e serviços de Abertura, Fechamento e Custódia de Chaves na região de abrangência da SR Valem do Itajaí	82.949.652/0001-31	26/01/2016	25/02/2018	F	P
2016	Prestação de serviço de limpeza, jardinagem, controle biológico de pragas com fornecimento de material	73.613.655/0001-09	03/02/2016	02/03/2018	M	A
2016	Serviços de vigilância ostensiva e serviços de Pronto Atendimento, na região de abrangência da Superintendência Regional Norte de Santa Catarina	83.411.025/0001-05	03/02/2016	03/09/2018	F	P
2016	Prestação de serviços de vigilância ostensiva e serviços de Pronto Atendimento na região de abrangência da Superintendência Regional Oeste de Santa Catarina	82.949.652/0001-31	19/02/2016	31/08/2018	F	P
2016	Vigilância ostensiva	00.283.018/0001-48	25/02/2016	24/02/2018	F	A
2016	Prestação de serviços de vigilância ostensiva e serviços de Pronto Atendimento na região de abrangência da Superintendência Regional Florianópolis	82.949.652/0001-31	01/03/2016	31/03/2017	F	A
2016	Postos de Vigilância Ostensiva	02.717.460/0002-41	01/03/2016	28/02/2018	F	A
2016	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da CAIXA, bens, documentos e/ou pequenos volumes, para atendimento às Unidades da CAIXA no estado do Rio Grande do Sul	00.691.905/0001-55	07/03/2016	06/03/2018	M	A
2016	Prestação dos serviços especializados de prevenções e combates a incêndios, e treinamentos de Brigadas Voluntárias, com disponibilizações de materiais de primeiros socorros, por meio de BPC – Bombeiros Profissionais Civis, em eventos e Unidades da CAIXA sediado no âmbito do Estado de Bahia	02.545.164/0001-20	07/03/2016	06/03/2018	M	A
2016	Prestação de serviços de atendimento monitoramento, suporte tecnológico e operacional (help desk) aos produtos, serviços e sistema utilizados nas operações da CAIXA.	73.663.114/0001-95	26/03/2016	25/03/2018	M	A
2016	Prestação de serviços de vigilância Ostensiva em Unidades da CAIXA subordinadas à SR Paraíba	17.428.731/0149-42	09/04/2016	08/04/2018	F	A
2016	Prestação de serviços de bombeiro profissional civil para unidades administrativas da CAIXA em Minas	07.051.164/0001-97	16/04/2016	15/04/2017	M	A
2016	Prestação de serviços de apoio	02.685.728/0001-20	22/04/2016	28/04/2021	M	A

2016	Prestação de serviços de apoio administrativo abrangendo os serviços de copa, ascensorista, garagista e telefonista abrangendo os polos regionais Paulista, Pinheiros, Santo Amaro e Osasco	07.129.258/0001-31	28/04/2016	28/04/2018	M	A
2016	Prestação de Serviços de Apoio para Unidades Vinculadas à SR BH Norte, SR Norte de Minas e Áreas Adm.	11.235.004/0001-75	10/05/2016	09/05/2017	F	A
2016	Prestação de serviços de apoio administrativo abrangendo os serviços de copa, ascensorista, garagista e telefonista abrangendo os polos regionais ABC, Baixada Santista e Ipiranga	02.738.552/0001-57	20/05/2016	20/05/2018	M	A
2016	Prestação de Serviços de Administração das Ações Referentes ao Programa Educativo Caixa Gente Arteira	07.271.878/0001-00	31/05/2016	31/05/2017	M	A
2016	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas - SR Extremo Sul	03.149.832/0001-62	01/06/2016	31/05/2018	F	A
2016	Vigilância Ostensiva - SR Vale do Paraíba	06.069.276/0001-02	01/06/2016	31/05/2018	F	A
2016	Serviço de tecnologia de desenvolvimento, manutenção e documentação de sistema de informações	05.085.461/0001-28	15/06/2016	14/06/2018	Não há	A
2016	Vigilância Ostensiva, Serviços de Segurança Privada a Pessoas e Serviços de Pronto Atendimento no âmbito da SR Campinas	08.818.229/0001-40	20/06/2016	20/06/2018	F	A
2016	Suporte a Plataforma BMC	30.156.228/0001-36	21/06/2016	20/06/2018	Não há	A
2016	Prestação de Serviços de Apoio para Unidades Vinculadas à SR Sul de Minas	08.605.317/0001-63	01/07/2016	30/06/2017	F	A
2016	Prestação de Serviços de Apoio para Unidades Vinculadas à SR Triângulo Mineiras	08.605.317/0001-63	01/07/2016	30/06/2017	F	A
2016	Serviços remanescentes de Recepção SAA do Estado de PB	02.685.728/0001-20	01/07/2016	30/09/2017	M	A
2016	Serviços de Monitoramento Eletrônico das unidades no âmbito da GISEG Campinas	05.457.677/0001-77	01/07/2016	01/07/2018	M	A
2016	Contrato para prestação de serviços de higienização, levantamento documental, tratamento arquivístico, classificação, inventário e elaboração de Laudo Técnico visando o Diagnóstico das condições atuais de Guarda, Armazenamento, Acondicionamento, Preservação, Valor Histórico, Artístico e Monetário do Acervo Artístico da CAIXA sob custódia das Gerências de Marketing Cultural Brasília, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, Curitiba e Recife	02.224.923/0001-88	07/07/2016	07/07/2017	S	A
2016	Prestação de serviços de atualização tecnológica e suporte técnico por 24 (vinte e quatro) meses, incluindo a readequação de uso das licenças para solução estatística e mineração de dados SAS.	07.696.132/0001-49	25/07/2016	24/07/2018	Não há	A
2016	Serviço de Vigilância Patrimonial desarmada para empreendimentos, eventos e imóveis no âmbito da GISEG Campinas	07.447.264/0001-37	25/07/2016	25/07/2017	F	A

2016	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de materiais, para as unidades da CAIXA vinculadas às SR Leste de Minas	08.605.317/0001-63	01/08/2016	31/07/2017	F	A
2016	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de materiais, para as unidades da CAIXA vinculadas às SR Norte de Minas	08.605.317/0001-63	01/08/2016	31/07/2017	F	A
2016	Prestação de serviços de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas, com fornecimento de materiais, para as unidades Administrativas isoladas e Ed. Sede Contorno, localizados em Belo Horizonte/MG	14.084.079/0001-90	15/08/2016	14/08/2017	F	A
2016	Prestação de serviços de atualização tecnológica, suporte técnico, suporte especializado e reativação de uso aos softwares da família SAP.	74.544.297/0001-92	17/08/2016	16/08/2018	Não há	A
2016	Prestação de serviços de apoio na região de abrangência das SR Curitiba Leste e Oeste	56.419.492/0001-09	20/08/2016	19/08/2017	M	A
2016	Prestação de serviços de apoio na região de abrangência da SR Campos Gerais	04.970.088/0001-25	20/08/2016	19/08/2017	M	A
2016	Administração e implantação de ações referentes ao projeto de arte educação Gente Artreiro, no espaço da CAIXA CULTURAL Curitiba.	17.314.452/0001-40	20/08/2016	19/08/2018	S	A
2016	Prestação de serviços de transporte de pessoas a serviço da caixa, bens, documentos e/ou pequenos volumes, nas unidades da CAIXA no Estado da Paraíba.	05.762.657/0001-00	22/08/2016	21/08/2017	M	A
2016	Prestação de Serviços de Apoio para Unidades Vinculadas à SR BH Sul e SR Centro de Minas/MG	11.341.090/0001-09	01/09/2016	31/08/2017	F	A
2016	Serviços de Apoio Administrativo do Estado da PB	11.235.004/0001-75	01/09/2016	31/08/2017	M	A
2016	Prestação de serviços técnicos especializados de suporte a ambiente.	11.168.199/0001-88	03/09/2016	02/03/2017	M	P
2016	Prestação de serviço de limpeza, jardinagem, controle biológico de pragas com fornecimento de material	02.685.728/0001-20	12/09/2016	10/07/2018	M	A
2016	Comunicação de Dados Fim a Fim por meio de uma rede IP Multisserviços	02.558.157/0001-62	10/10/2016	09/10/2019	Não há	A
2016	Prestação de serviço de vigilância ostensiva, bem como os serviços de segurança eletrônica, serviços de atendimento de disparo de alarme contra intrusão e serviços de abertura, fechamento e custódia de chaves visando a inibir e obstar as ações criminais, tais como roubos, furtos simples, furtos qualificados, sequestros, respectivas tentativas, bem como outros delitos do gênero em unidades da CAIXA, garantindo a incolumidade de empregados e clientes e a preservação do patrimônio da CAIXA, no Estado de Sergipe, âmbito SR SERGIPE e suas respectivas unidades administrativas.	32.834.491/0001-62	10/10/2016	09/10/2018	F	A

2016	Serviços de Comunicação de dados para as Unidades Localizadas na cidade de Bauru	02.558.157/0001-62	20/10/2016	20/10/2019	Não há	A
2016	Recepcionistas SAA nas regiões das SR Curitiba Leste e Oeste	78.533.312/0001-5	01/11/2016	31/10/2017	M	A
2016	Recepcionistas SAA na Região das SR Sul e Oeste de SC	00.482.840/0001-38	01/11/2016	09/11/2017	M	A
2016	Recepcionistas SAA na Região das SR Norte, Oeste e Vale do Itajaí	78.533.312/0001-5	01/11/2016	09/11/2017	M	A
2016	Prestação de serviços de apoio para as unidades de Goiás.	02.685.728/0001-20	01/11/2016	31/10/2018	F	P
2016	Prestação de serviços de telefonistas para as unidades de Goiás.	02.685.728/0001-20	01/11/2016	31/10/2018	F	P
2016	Central DE Monitoramento	07.534.224/0001-22	14/11/2016	14/11/2018	F	A
2016	Prestação de serviços de transporte de pessoas e pequenos volumes, para atendimento às unidades da CAIXA no Distrito Federal e no entorno.	15.626.876/0001-15	18/11/2016	18/11/2017	M	P
2016	Prestação de serviço de vigilância ostensiva, bem como os serviços de segurança eletrônica, serviços de atendimento de disparo de alarme contra intrusão e serviços de abertura, fechamento e custódia de chaves visando a inibir e obstar as ações criminais, tais como roubos, furtos simples, furtos qualificados, sequestros, respectivas tentativas, bem como outros delitos do gênero em unidades da CAIXA, garantindo a incolumidade de empregados e clientes e a preservação do patrimônio da CAIXA, no Estado de Sergipe, âmbito SR Salvador e suas respectivas unidades administrativas.	17.428.731/0169-96	22/11/2016	31/01/2017	M	A
2016	Serviço de recepcionista SAA	02.685.728/0001-20	28/11/2016	01/12/2017	M	A
2016	Gestão Técnica dos Espaços da Caixa Cultural	19.153.343/0001-14	30/11/2016	31/11/2016	M	A
2016	Prestação de serviços de limpeza, conservação, jardinagem e controle biológico de pragas em ed. administrativos CAIXA no DF	38.054.508/0001-45	01/12/2016	30/11/2017	F	A
2016	Serviços de Telefonistas unidades sediadas no estado do Tocantins/TO	01.030016/0001-00	01/12/2016	01/12/2018	F	A
2016	Prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação, compreendendo o desenvolvimento, manutenção, documentação e sustentação de sistemas de informação, em regime de fábrica de software.	58.068.360/0001-20	06/12/2016	05/12/2018	Não há	A
2016	Serviço de limpeza, jardinagem e controle biológico de pragas com fornecimento de material de limpeza para o Estado de Rondônia	14.084.079/0001-90	26/12/2016	25/12/2017	F	A
2016	Prestação de Serviços de Apoio na região da SR OESTE do PR	00.482.840/0001-38	02/01/2017	01/07/2017	M	A

Fonte: Gestores operacionais dos contratos

Fonte: CAIXA/Diretoria Executiva Gestão de Pessoas – DEPES (Gestores operacionais dos contratos)

Legendas:

Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados: (F) - para nível Fundamental, (M) - para Médio e (S) - para Superior.

Situação : (A) - para Ativo Normal, (P) - para Ativo Prorrogado ou (E) - para Encerrado.

Relatório de Gestão – Exercício 2016

Anexo V

Ações educacionais realizadas em 2016 (Área de TI)

**PLANO DE CAPACITAÇÃO
ESCOLAS DE APRENDIZAGEM EM
NEGÓCIOS – ESCOLA DE TI
2016**

Presidente da Escola
Adriana Nascimento Moreira S Salgueiro/SUGTI

Gerente da Escola
Patrícia Passos / GEDTI

Membros do Conselho da Escola
SUOTI Titular: George Washington Menezes SN SUOTI – Suplente: Patrícia Araújo Cortez – GE GERTI/SUOTI
SUOTI Titular: Lívia Alves Veloso – Assessora SUOTI – Suplente: Marise de Jesus Lima Carneiro Freitas - Consultor Mz GEOTI/SUOTI
SUCTI Titular: Marconi Nogueira Placido dos Santos – SN SUCTI – Suplente: Naran Pecanha de Araujo – GN GEABR/SUCTI
SUCTI Titular: Alexandre Lima Freire – GE SUCTI – Suplente: Sílvia Maria Machado da Costa- Assessora SUCTI
SUGTI Titular: Adriana Nascimento Moreira S Salgueiro - SN /SUGTI – Suplente: Sara Vieira Martins
SUGTI Titular: Rosana Tamako Watanabe Hanada – GN GEDTI/SUGTI – Suplente:

1. Diagnósticos (mapeamento de competências específicas, avaliação de desempenho e banco de sucessores)	
Necessidades identificadas	Competências relacionadas
<ul style="list-style-type: none"> · Gerir recursos/soluções tecnológicas · Gerir Processos Produtivos Centralizados · Gerir a conformidade, segurança e continuidade · Coordenar as atividades das filiais Certificação Digital · Gerir Prejuízo de Natureza Tecnológica · Gerir Níveis de Serviços Tecnológicos · Realizar a Gestão de bens e serviços dos Contratos de TI do Ambiente Centralizado · Disponibilizar e gerir a infraestrutura tecnológica necessária para a Solução Integrada de Gestão Empresarial (ERP) e Concessão de Crédito · Definir o Processo de Incidentes da CAIXA e realizar gestão de crise e incidentes críticos 	<ul style="list-style-type: none"> Define o Processo de Incidentes da CAIXA e realiza gestão de crise e incidentes críticos. Gere Nível de serviço de TI no ambiente descentralizado. Gerencia segurança e continuidade de TI Gere desempenho e estratégia de TI Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Atua como “dono” da CAIXA Foca o Cliente Incentiva a inovação

<ul style="list-style-type: none"> · Gerir Governança Estratégica, Financeira e Administrativa dos Recursos Tecnológicos e Serviços de TI sob Gestão da GN, além da Conformidade de Processos Internos de TI · Realizar Gestão dos Canais Agências e Unidades Funcionais · Realizar gestão dos Canais Loterias, Auto Atendimento, Atendimento Móvel e EDI - Transmissão de Arquivos Eletrônicos · Gerir processo de Telefonia, Telesserviços e Videoconferência · Gerir processo de Rede de comunicação WAN 	<p>Define, gerencia e mantém atualizados os padrões e as arquiteturas de armazenamento, processamento, hardware e software do ambiente centralizado da CAIXA. Processos e rotinas de TIC no ambiente descentralizado. Promove suporte, infraestrutura tecnológica e disponibilidade de canais. Gere Serviços Regionais de TI Gere arquitetura de TI Gere operações tecnológicas Age como “dono da Caixa” Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos</p>
<ul style="list-style-type: none"> · Elaborar e Gerir o planejamento de demandas de TI · Elaborar e controlar o planejamento e organização da unidade · Suprir as necessidades de Tecnologia da Informação para os Negócios · Operar as Atividades Administrativas/Suporte/Apoio 	<p>Desenvolve e mantém soluções e projetos voltados para Crédito, Administração Financeira, Gestão Corporativa, Habitação e Portais Intranet, Internet e Extranet Desenvolve e mantém soluções e projetos voltados para Fundos e Programas de Governo, Programas Sociais, Cadastro de Clientes e Fomento. Desenvolve e mantém soluções e projetos voltados para Canais de Atendimento, Automação Bancária, Serviços Comerciais, Mercado Financeiro e Segmento Judiciário Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva a inovação</p>
<ul style="list-style-type: none"> · Elaborar Modelos e Termos de Referência de Contratos de Desenvolvimento de TI · Gerir desempenho de contratos de desenvolvimento de Software Terceirizado no âmbito da SUCTI · Elaborar Modelos de Métrica de Software e Padronizar o Processo de Gestão de Demandas de TI 	<p>Desenvolve modelo de contratação para desenvolvimento de soluções de TI Padroniza o atendimento das demandas de TI Atua como “dono” da CAIXA Foca o cliente Domina seus assuntos</p>
<ul style="list-style-type: none"> · Elaborar e manter Arquiteturas em TI · Definir arquitetura de soluções e padrões para governança de dados e controle de informações · Definir políticas e processo para elaboração de arquitetura em TI · Disponibilizar soluções de TI do mercado para atendimento das necessidades de negócio · Definir metodologias, padrões e ferramentas para o processo de desenvolvimento de software 	<p>Gere metodologias/soluções tecnológicas, padrões e ferramentas para desenvolvimento de aplicativos que dão sustentação aos negócios da CAIXA Prospecta soluções de mercado Age como “dono da Caixa” Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva a inovação</p>
<ul style="list-style-type: none"> · Monitorar os trabalhos de auditoria e conformidade da TI da Caixa · Gerenciar as Estratégias e o Desempenho de TI da CAIXA · Manter Informações Gerenciais e gerenciar Comunicação de TI · Gerir a Estratégia de Pessoas no Âmbito da VITEC · Operar a gestão do portfólio estratégico de projetos da VITEC · Gerenciar as Melhorias de Processos de TI 	<p>Gere o Portfólio Estratégico de Projetos da VITEC, Gere a Plataforma Integrada e Gestão Empresarial. Domina seus assuntos Desenvolve a si mesmo e as pessoas Age como “dono da Caixa”</p>

<ul style="list-style-type: none"> · Prover centralizadamente a contratação de bens e serviços de TI · Gerir Bens e Serviços dos Contratos de TI do Ambiente de Desenvolvimento Centralizado · Gerir o Planejamento Financeiro e Orçamentário de TI · Apurar os Custos de TI · Gerir informações sobre fornecedores e contratos de TI · Gerir informações sobre Gestão Ativos de TI · Promover a adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações de TI 	<p>Realiza a Gestão de bens e serviços dos Contratos de TI do Ambiente Centralizado. Gere ativos de TI Gere modelos de contratação de TI Domina seus assuntos Age como “dono da Caixa” Desenvolve a si mesmo</p>
<ul style="list-style-type: none"> · Definir padrões tecnológicos para o uso de criptografia e biometria na CAIXA · Suportar tecnologicamente o combate a fraudes nos canais SISAG, ATM, lotérico, CCA · Definir padrões e arquiteturas de segurança tecnológica · Coordenar as ações, padrões e políticas para continuidade dos serviços de TI · Prover Governança, Gestão de Risco e Conformidade nos processos de Segurança de TI · Monitorar e Tratar de Incidentes de Segurança Tecnológica · Gerir Soluções e Serviços de Segurança · Prover controle de acesso lógico a sistemas · Definir padrões para o Desenvolvimento de Sistemas com Segurança 	<p>Promove a segurança nos acessos lógicos Garante segurança para a continuidade de negócios da TI. Age como “dono da Caixa” Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva a inovação</p>
<ul style="list-style-type: none"> · Definir a Arquitetura de Infraestrutura de TI · Definir e Manter Arquitetura de TI para Plataforma Distribuída e Canais · Definir, manter e gerenciar arquitetura tecnológica de Telecomunicações na CAIXA · Gerir a Arquitetura de Gerenciamento das Plataformas Tecnológicas · Gerir ciclo de vida das arquiteturas de sustentação aos sistemas de negócio 	<p>Prospecta e homologa hardwares e softwares Planeja e administra infraestrutura tecnológica Define Arquitetura de Infraestrutura de TI Foca o Cliente Incentiva a inovação Atua como “dono” da CAIXA</p>
<ul style="list-style-type: none"> · Gerir soluções para otimização dos processos de Gestão de Pessoas · Implantar Solução Integrada de Crédito e Agronegócio · Operacionalizar, acompanhar e fiscalizar a execução contratual no âmbito de atuação da GEPEM · Validar Arquitetura de Solução · Gerir Modelagem de Processos no âmbito da GEPEM · Gerir a Mudança Organizacional para facilitar as ações da implementação das soluções SAP na CAIXA · Efetuar a definição Tributária e Contábil, bem como Gerir a Manutenção da Tributação e da Contabilidade, enquanto representantes da SUCON · Gerenciar, definir e padronizar procedimentos de testes para as soluções SAP · Garantir a definição e implementação da Segurança e Auditoria do Programa · Atuar como Escritório de Gerenciamento de Programa e viabilizar a integração entre as equipes de projetos 	<p>Promove soluções Integradas de Gestão Empresarial (ERP) Gere, define e padroniza procedimentos de testes para as soluções SAP Valida arquitetura de solução Viabiliza a integração entre as equipes de projetos Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Age como “dono da Caixa” Foca o cliente</p>

<ul style="list-style-type: none"> · Atuar de forma proativa junto as áreas de negócio com a competência de “ADVISOR”, sendo consultor propositivo na solução de problemas e/ou oportunidades de negócio que envolvam automação, desenvolvimento e prospecção de tecnologia. · Atuar de forma inovadora na construção de soluções experimentais e inéditas que possam gerar oportunidades de negócio e gerar produtos disruptivos para o negócio e a TI. · Diversificar a forma de atendimento ao negócio, por meio de construção de esteiras de atendimento ágil. · Desenvolver competências de transformação, integração e mudança, para atuação em modelos de gestão voltados sinergia e cadeias fim a fim (Centros de Competência). 	<p>Age como “dono da Caixa” Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva a inovação Prospecta soluções de mercado Foca o cliente Padroniza o atendimento das demandas de TI</p>
<ul style="list-style-type: none"> · Prover metodologia de Gerenciamento de Programas, Portfólio e Projetos baseado em boas práticas de mercado · Atuar na estruturação dos processos de Gerenciamento de Programas, Portfólio e Projetos · Capacitar e desenvolver competências de pessoas na gestão dos Programas, Portfólio e Projetos do Portfólio Estratégico da VITEC 	<p>Age como “dono da Caixa” Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva a inovação Prospecta soluções de mercado Foca o cliente Gere o Portfólio Estratégico de Projetos da VITEC</p>
<ul style="list-style-type: none"> · Conhecimento – processo, gestão e práticas · Mudança de cultura organizacional – gestão e método · Capacidade produtiva – método e processo · Planejamento e organização - métodos · Benchmarking - roteiro · Capacidade de síntese · Comunicação Escrita · Coordenação de reuniões · Pacote Office · Painel de Gestão VITEC · Sharepoint · SIPTI 	<p>Gestão da Estratégia de Pessoas da TI Domina seus assuntos Desenvolve a si mesmo e as pessoas Age como “dono da Caixa”</p>
2. Objetivo geral do Plano de Capacitação	
<p>Promover ações de capacitação e educação profissional aos empregados da Área de Tecnologia da Informação, por meio de contratação de eventos externos ou de ações educacionais já existentes no portfólio ou a serem desenvolvidas pela UC, as quais estejam vinculadas ao planejamento institucional, potencializando o desenvolvimento das competências individuais e coletivas, bem como do desenvolvimento integral e valorização da qualidade de vida, buscando a excelência na qualidade dos serviços prestados e o alcance das metas institucionais.</p>	
3. Indicadores de Capacitação (Quantidade de empregados capacitados/Quantidade de empregados na Unidade *100)	
<p>Quantidade de empregados capacitados no período: 40% SUOTI</p>	
<p>Quantidade de empregados capacitados no período (Quantidade de empregados capacitados / Quantidade de empregados na Unidade * 100)</p>	
4. Soluções educacionais do portfólio	

Solução Educacional	Metodologia/ Modalidade	Carga horária	Público alvo	Necessita atualização? S ou N
1.Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes	Presencial	3 dias	SUOTI - Corpo gerencial que ainda não fez o Curso e extensão aos Consultores MZ e Substitutos Eventuais dos Gerentes Executivos SUCTI e GEPEM - 30% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso GEDTI - 50% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso (GE e CPM); GEARQ - 30% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso	N
2.Liderança e Resultados Sustentáveis	Presencial	4 dias	SUOTI - Corpo gerencial que ainda não fez o Curso e extensão aos Consultores MZ e Substitutos Eventuais dos Gerentes Executivos SUCTI e GEPEM - 30% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso GEDTI - 50% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso (GE e CPM) GEARQ - 30% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso	N
3.Líder Coach	Presencial	3 dias	SUOTI - Corpo gerencial que ainda não fez o Curso e extensão aos Consultores MZ e Substitutos Eventuais dos Gerentes Executivos SUCTI e GEPEM - 30% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso GEDTI - 50% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso (GE e CPM) GEARQ - 30% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso	N
4.Noções de Gerenciamento de Projetos	EAD	1 hora	Empregados que atuam em projetos nas GEAs, GERTI, GEOTI, Centralizadoras e Filiais 100% dos empregados da GEDTI 100% dos empregados da GEARQ	N
5.Fundamentos do Gerenciamento de Projetos - Módulo I	EAD	8 horas	Empregados que atuam em projetos nas GEAs, GERTI, GEOTI, Centralizadoras e Filiais GEDTI - 100% - Equipe de Projetos e 50% - demais células; GEARQ - Empregados da unidade que ainda não fez o Curso	N
6.Fundamentos do Gerenciamento de Projetos - Módulo II	EAD	10 horas	Empregados que atuam em projetos nas GEAs, GERTI, GEOTI, Centralizadoras e Filiais GEDTI - 50% - Equipe de Projetos GEARQ - Empregados da unidade que ainda não fez o Curso	N

7. Curso 1 - Introdução à Gestão de Bens e Serviços (Gestão de Bens e Serviços – Eficiência de Gastos)	EAD	10 horas	Todos empregados responsáveis por gestão de contratos das unidades GEGAT, GEARQ, GEDTI, GEOTI, GERTI, GESET, CEDES, CEPTI, CETAD, CETEC e GITEC	N
8. Curso 2 - Usuário do Bem ou Serviço - Gestão de Bens e Serviços – Eficiência de Gastos	EAD	10 horas	Todos empregados responsáveis por gestão de contratos das unidades GEGAT, GEARQ, GEDTI, GEOTI, GERTI, GESET, CEDES, CEPTI, CETAD, CETEC e GITEC	N
9. Curso 3 - Antes da Decisão de Contratar (Gestão de Bens e Serviços - Eficiência de Gastos)	EAD	7 horas	Todos empregados responsáveis por gestão de contratos das unidades GEGAT, GEARQ, GEDTI, GEOTI, GERTI, GESET, CEDES, CEPTI, CETAD, CETEC e GITEC	N
10. Curso 4 – Planejamento da Contratação (Gestão de Bens e Serviços – Eficiência de Gastos)	EAD	25 horas	Todos empregados responsáveis por gestão de contratos das unidades GEGAT, GEOTI, GERTI, GESET, CEDES, CEPTI, CETAD, CETEC e GITEC	N
11. Curso 5 – Gestão Operacional de Contratos (Gestão de Bens e Serviços – Eficiência de Gastos)	EAD	15 horas	Todos empregados responsáveis por gestão de contratos das unidades GEGAT, GEOTI, GERTI, GESET, CEDES, CEPTI, CETAD, CETEC e GITEC	N
12. A Influência da Sinergia nas Equipes de Trabalho	EAD	6 horas	Todos empregados das unidades GEOTI, GERTI e suas vinculadas	N
13. Risco Operacional	EAD	4 horas	Todos empregados das unidades GEOTI, GERTI e suas vinculadas. 70% dos empregados da GESET	N
14. Risco Operacional – Módulo Avançado	EAD	20 horas	Todos empregados das unidades GEOTI, GERTI e suas vinculadas	N
15. Conduzindo Reuniões Mobilizadoras	EAD	20 horas	Todos empregados das unidades GEOTI, GERTI e suas vinculadas	N
16. Cartilha de boas práticas em Segurança da informação	EAD	2 horas	70% dos empregados da GESET	N
17. DHG – Desenvolvimento de Habilidades Gerenciais	Presencial	3 dias	30% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso	N
18. Controles Internos	EAD	30 horas	50% Equipe de Auditoria da GEDTI	N
19. Modelo de Gestão CAIXA	EAD	20 horas	100% dos empregados da GEDTI	N
20. A arte de falar em público	EAD	6 horas	50% dos empregados da GEDTI	N
21. A influência da sinergia nas equipes de trabalho –	EAD	6 horas	50% dos empregados da GEDTI	N
22. Comunicação e Relacionamento Interpessoal	EAD	4 horas	100% dos empregados da GEDTI	N
23. Comunicação eficaz	EAD	10 horas	50% dos empregados da GEDTI	N
24. Feedback – Ferramenta de Desenvolvimento	EAD	5 horas	100% dos empregados da GEDTI	N

25. Plano Estratégico Caixa	EAD	6 horas	100% Equipe de Desempenho de TI - GEDTI	N
26. Seja inovador	EAD	4 horas	30% dos empregados da GEDTI 100% Equipe de Desempenho de TI - GEDTI	N
27. Dicas para viver melhor	EAD	6 horas	30% dos empregados da GEDTI 100% Equipe de Desempenho de TI - GEDTI	N
28.COMUNICACAO EFICAZ: UMA QUESTAO DE EMPATIA Curso Virtual – GEDTI03	EAD		30% dos empregados da GEDTI 100% Equipe de Informações Gerenciais e Comunicação - GEDTI	N
29.Conduzindo apresentações	EAD	6 horas	6 empregados	N
30. Introdução à Responsabilidade Socioambiental no Sistema Financeiro	EAD	4 horas	Todos empregados GEGAT	N
5. Estratégia de Oferta das Ações do Portfólio (que estratégias serão usadas para indicar/incentivar as participações)				
<ul style="list-style-type: none"> · Divulgação de Informe para as unidades VITEC (público todos os empregados), contendo orientação de cursos a serem priorizados para realização; · Orientação aos empregados para utilização de outras fontes de aprendizado como exemplo: Cartilhas e os Cadernos Wiki.CAIXA – Portal do Conhecimento que podem ser acessados no endereço http://wiki.caixa/wiki/index.php/Portal:Pessoas, dos quais destacamos, na Gestão de Contratos: <ul style="list-style-type: none"> Aditamento – Gestão Formal e Gestão Operacional; Prorrogação contratual – Gestão Formal e Gestão Operacional; Aplicação de penalidades e rescisão unilateral – Gestão Formal e Gestão Operacional; Rescisão amigável – Gestão Formal e Gestão Operacional; Repactuação de preços – Gestão Formal e Gestão Operacional; Licitação – Análise dos requisitos da demanda do Pregão; e Cartilha Fiscalização de Contratos, dentre outros. · Orientação aos empregados das Gerências Nacionais e Unidades Vinculadas, por meio da CE GEOTI 0012/16 em 13/04/16 para capacitação dos empregados em Gestão de Contratos, utilizando os recursos disponíveis na UCC como o Programa Educacional “Gestão de Bens e Serviços – Eficiência de Gastos”, além de Cartilhas, Wiki.Caixa. Orientou ainda promover estudos sistemáticos e rodas de discussão com a equipe, quanto à legislação e normas que regulam a matéria. Tal ação está sendo monitorada pela GEOTI. · Verificação nos contratos geridos pela áreas da SUOTI a fim de apurar em que tecnologias ainda pode haver transferência de conhecimento prevista nos contratos. · Definição de Indicador de Capacitação como instrumento a estimular a realização das atividades educacionais (EAD, Wiki.Caixa e Cursos Externos). · Montagem de turma específica para VITEC para cursos presenciais · Divulgação de CE contendo visão de monitoração de realização de cursos presenciais de gestão · Disponibilizar a Escola de TI por meio de blocagem de sala para atender a capacitação de equipes dentro da TI. · Disponibilidade de dias/horários em salas de reunião para que os empregados possam realizar treinamentos/cursos (EAD e Wiki.Caixa). 				
6. Desenvolvimento de novas soluções educacionais (considerando as competências a serem desenvolvidas, identificadas nos diagnósticos)				
Solução educacional	Público alvo	Demandas verificadas nos diagnósticos	Competências relacionadas	

<p>ITIL V3 (ITSM Gerenciamento de serviços de tecnologia da informação) - contratação de empresa para desenvolvimento de curso EAD de acordo com guia/modelo do mercado</p>	<p>Empregados VITEC/SUOTI e unidades vinculadas, GEARQ</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação em arquitetura corporativa em TI; 	<p>Define a Arquitetura de dados e de novas soluções tecnológicas com foco na visão integrada de sistemas e no reuso de componentes. Gere arquitetura tecnológica Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva inovação</p>
<p>COBIT 5 (Control Objectives for Information and related Technology) - contratação de empresa para desenvolvimento de curso EAD de acordo com guia/modelo do mercado</p>	<p>Empregados VITEC, demais áreas da empresa, especialmente Auditoria GEDTI - 50% equipe e 100% Equipe de Auditoria GEARQ</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação em governança de TI (diferença entre Gestão e Governança); · Construção de indicadores voltados para a avaliação de desempenho: acompanhamento, avaliação e correção de desvios; · Compreender os processos e políticas da Governança Corporativa, suas relações com empregados, clientes e fornecedores, visando sua implementação e gestão; · Capacitação de líderes no que diz respeito ao conhecimento das principais tendências sobre capital humano alinhado com desempenho, além de desenvolvimento de técnicas para a solução de conflitos e relacionamento interpessoal. 	<p>Age como exemplo Atua como “dono” da CAIXA Foca o Cliente Incentiva a inovação Gere desempenho e estratégia de TI</p>
<p>PMBoK 5 (Project Management Body of Knowledge) - contratação de empresa p/ desenvolvimento de curso EAD de acordo com guia/modelo do mercado</p>	<p>Todos empregados VITEC que atuam com projetos/programas/portfólio. (- 50% equipe da GEDTI - 100% Equipe de Portfólio de Projetos da GEDTI)</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação em gerenciamento de projetos, baseado na certificação PMP - Project Management Professional/PMI nos níveis básico, médio e avançado; · Capacitação em MS Project. 	<p>Gere o Portfólio Estratégico de Projetos da VITEC, Gere a Plataforma Integrada e Gestão Empresarial. Domina seus assuntos Desenvolve a si mesmo e as pessoas</p>
<p>MPS.Br (Melhoria de Processo de Software Brasileiro) - contratação de empresa para desenvolvimento de curso EAD de acordo com guia/modelo do mercado</p>	<p>Empregados das VITEC/SUOTI/GEABR, RJ e SP e unidades vinculadas, GERTI e unidades vinculadas GEDTI - 25% Equipe de Metodologia de desenvolvimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação em desenvolvimento de sistemas mainframe · Capacitação em Java Programmer; · Desenvolvimento de construção de lógica de programação; · Capacitação para desenvolvimento de técnica, padrão internacional, para medição de tamanho funcional de software; · Construção de pontos de função e técnicas de análise; · Capacitação em padrões de arquitetura de soluções de TI. 	<p>Gere aplicativos de TI Gere serviços regionais de TI Desenvolve a si mesmo e a equipe Domina seus assuntos Foca o cliente</p>

<p>SDL (Security Development Lifecycle) – contratação de empresa para desenvolvimento de curso EAD de acordo com guia/modelo do mercado</p>	<p>Todos empregados VITEC/SUCTI, GERTI e GESET</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação de técnicos em segurança de informação; · Capacitação em segurança de ambiente, plataforma ou sistema, por meio da simulação de ataques reais explorando as vulnerabilidades encontradas no ambiente web; · Capacitação para identificar incidentes de segurança; · Atualização dos conceitos de segurança de sistemas da informação · Capacitação de técnicos na compreensão de princípios e técnicas para auditorias de segurança em aplicações Web; · Capacitação em softwares e ferramentas de desenvolvimento de sites para armazenar, organizar, compartilhar e acessar informações de modo seguro, em qualquer dispositivo. 	<p>Define o Processo de Incidentes da CAIXA e realiza gestão de crise e incidentes críticos. Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Gerencia segurança e continuidade de TI</p>
<p>DMBOK v3 (Data Manager Book of Knowledge) contratação de empresa para desenvolvimento de curso EAD de acordo com guia/modelo do mercado</p>	<p>25% Equipe de Portfólio de Projeto</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação em Governança de dados; · Capacitação em arquitetura, análise e desenho dos dados; · Capacitação para gerir os dados da empresa; · Capacitação de técnicos para gerir os dados, a segurança, e a qualidade dos dados; · Capacitação em referências dos dados metres e metadados; · Capacitação de técnicos para gestão de Bussiness Intelligence, analytics e Big Data; · Capacitação de técnicos para gestão de dados de contrato. 	<p>Domina seus assuntos Desenvolve a si mesmo e as pessoas Gere arquitetura e governança de dados Gere estratégia e desempenho de TI voltada a negócio</p>
<p>eSCM (eSourcing Capability Model) – conhecer o modelo eSCM, constituído pelas melhores práticas voltadas à capacidade e qualidade de serviços de TI ou suportados por TI, especificamente nos serviços e relacionamentos de terceirização ou sourcing (outsourcing e insourcing) para apoiar a implantação de melhorias em processos.</p>	<p>25% Equipe de Portfólio de Projeto</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Elaborar Modelos e Termos de Referência de Contratos de Desenvolvimento de TI; · Gerir desempenho de contratos de desenvolvimento de Software Terceirizado no âmbito da SUCTI; · Elaborar Modelos de Métrica de Software e Padronizar o Processo de Gestão de Demandas de TI. 	<p>Desenvolve modelo de contratação para desenvolvimento de soluções de TI Padroniza o atendimento das demandas de TI Atua como “dono” da CAIXA Foca o cliente Domina seus assuntos</p>
<p>BABOK v3 (Business Analysis Body of Knowledge - BABOK® Guide) – contratação de empresa para desenvolvimento de curso EAD</p>	<p>Empregados das VITEC/SUCTI/GEABR, SP e RJ, SUGTI/GEDTI/GEARQ, SUOTI/GERTI</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação em processos, modelagem de negócio e ferramentas específicas. 	<p>Domina seus assuntos Foca o cliente Incentiva a inovação Gere aplicativos de TI Gere estratégia e desempenho de TI</p>

de acordo com guia/modelo do mercado.	Gedti - 50% Equipe de Melhoria de Processos e Participantes do Modelo Operativo		
BPMn – (Notação de Modelagem de Processos de Negócio) – contratação de empresa para desenvolvimento de curso EAD de acordo com guia/modelo do mercado.	Empregados das VITEC/SUCTI/GEABR, SP e RJ. SUGTI/GEDTI/GEARQ GEDTI - 50% Equipe de Melhoria de Processos, 50% Equipe de Desempenho e Participantes do Modelo Operativo SUOTI/GERTI.	· Capacitação em processos, modelagem de negócio e ferramentas específicas	Domina seus assuntos Foca o cliente Incentiva a inovação Gere aplicativos de TI Gere estratégia e desempenho de TI
PROTEC - O Programa de Execução de Ações Estratégicas e Projetos Distribuídos de TI é um programa cujo foco é estruturar gerenciamento de projetos. Esta ação educacional é dirigida, obrigatoriamente, aos empregados que desempenharão a função de gerente de projetos.	Empregados da VITEC/ SUOTI/ GERTI/CETEC/GITECs.	· Capacitação em gerenciamento de projetos, baseado na certificação PMP - Project Management Professional/PMI nos níveis básico, médio e avançado.	Domina seus assuntos Foca o cliente Incentiva a inovação Gere aplicativos de TI Gere estratégia e desempenho de TI
Curso de Testes de Software - CEDESJ	Empregados da VITEC/ SUOTI/GERTI/CETEC/GITEC E GEDTI - 25% Equipe de Metodologia de desenvolvimento	· Gerir desempenho de contratos de desenvolvimento de Software Terceirizado no âmbito da SUCTI; · Elaborar Modelos de Métrica de Software e Padronizar o Processo de Gestão de Demandas de TI.	Desenvolve modelo de contratação para desenvolvimento de soluções de TI Padroniza o atendimento das demandas de TI Atua como “dono” da CAIXA Foca o cliente Domina seus assuntos
VMAX3 Configuration Management	Direcionado para profissionais que atuarão no suporte e operação da infraestrutura em	· Formação de especialistas em tecnologia EMC - ambiente de armazenamento, que integrarão as equipes de storage das centralizadoras;	

	atividades de configuração, customização dos ambientes, troubleshooting, operação e monitoração.	<ul style="list-style-type: none"> Visão geral de configuração e mascaramento de dispositivos; criação e mapeamento de dispositivos; VMAX 3 e atributos de dispositivos; provisionamento automático de grupos; conceitos e planejamento de provisionamento virtual; provisionamento virtual com o Solutions Enabler; migração de LUN virtual; monitoramento de thin-pools; FAST e FAST VP com SYMCLI; FTS (Federated Tiered Storage). 	
VMAX3 Business Continuity Management	Direcionado para profissionais que atuarão no suporte e operação da infraestrutura em atividades de configuração, customização dos ambientes, troubleshooting, operação e monitoração.	<ul style="list-style-type: none"> Formação de especialistas em tecnologia EMC - ambiente de armazenamento, que integrarão as equipes de storage das centralizadoras; Introdução à continuidade de negócios, TimeFinder/Mirror, introdução aos recursos do TimeFinder Clone e do Snap, recursos do TimeFinder Clone e do Snap, recursos comuns do TimeFinder Clone e do Snap, TimeFinder Utility, introdução a soluções de replicação remota, SRDF/S (Synchronous), SRDF/CG (Consistency Groups), SRDF/AR (Automated Replication), SRDF/A (Asynchronous), SRDF/A com MSC (Multi-Session Consistency) e demais ferramentas suportadas pelo VMAX3. 	
Symmetrix VMAX Business Continuity Management	Direcionado para profissionais que atuarão no suporte e operação da infraestrutura em atividades de configuração, customização dos ambientes, troubleshooting, operação e monitoração.	<ul style="list-style-type: none"> Formação de especialistas em tecnologia EMC - ambiente de armazenamento, que integrarão as equipes de storage das centralizadoras; Introdução à continuidade de negócios, TimeFinder/Mirror, introdução aos recursos do TimeFinder Clone e do Snap, recursos do TimeFinder Clone e do Snap, recursos comuns do TimeFinder Clone e do Snap, TimeFinder Utility, introdução a soluções de replicação remota, SRDF/S (Synchronous), SRDF/CG (Consistency Groups), SRDF/AR (Automated Replication), SRDF/A (Asynchronous), SRDF/A com MSC (Multi-Session Consistency). O plano de aprendizado do Mainframe expande seus conhecimentos, suas habilidades e sua expertise na configuração e no gerenciamento das soluções de continuidade de negócios VMAX 1/2 em um ambiente z/OS. 	

<p>Cloud Infrastructure and Services v2</p>	<p>Direcionado para profissionais que atuarão no suporte e operação da infraestrutura em atividades de configuração, customização dos ambientes, troubleshooting, operação e monitoração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Formação de especialistas em tecnologia EMC - ambiente de armazenamento, que integrarão as equipes de storage das centralizadoras; · Este curso treina os participantes para a criação de uma infraestrutura em nuvem baseada em um modelo de referência de computação em nuvem. O modelo de referência contém cinco camadas fundamentais (física, virtual, de controle, de orquestração e de serviço) e três funções multicamada (continuidade de negócios, segurança e gerenciamento de serviços) para a criação de uma infraestrutura em nuvem. Este curso aborda as tecnologias, os componentes, os processos e os mecanismos que compõem cada camada e função multicamada. Ele utiliza uma abordagem aberta para descrever os conceitos e as tecnologias, que são ilustrados e reforçados com exemplos de produtos relacionados à EMC. O curso utiliza o National Institute of Standards and Technology dos Estados Unidos como guia para todas as definições de computação em nuvem. Após a conclusão deste curso, os participantes terão os conhecimentos necessários para tomar decisões fundamentadas sobre tecnologias, processos e mecanismos necessários para a criação de uma infraestrutura em nuvem. 	
<p>SAN Management</p>	<p>Direcionado para profissionais que atuarão no suporte e operação da infraestrutura em atividades de configuração, customização dos ambientes, troubleshooting, operação e monitoração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Formação de especialistas em tecnologia EMC - ambiente de armazenamento, que integrarão as equipes de storage das centralizadoras; · Visão geral, ferramentas de switch da série MDS, ferramentas de switch da série B, gerenciamento de SAN, configuração de fábrica, gerenciamento de interoperabilidade, virtualização, transformação da SAN, solução de problemas e monitoramento. O curso concentra-se na família de switches e hosts Connectrix para armazenar conectividade por meio de fábricas de um e vários fornecedores, cenários de ambientes Fibre Channel e iSCSI, bem como ambientes virtualizados e solução de problemas comuns de gerenciamento. 	

Isilon Advanced Administration	Direcionado para profissionais que atuarão no suporte e operação da infraestrutura em atividades de configuração, customização dos ambientes, troubleshooting, operação e monitoração.	<ul style="list-style-type: none"> · Este curso é projetado para formar administrador experiente em Isilon e fornecer detalhes avançados sobre as operações de cluster Isilon. O curso irá fornecer os conhecimentos necessários para um administrador analisar e planejar o crescimento futuro, a compreensão de implementar as melhores práticas para evitar problemas comuns, e a capacidade de diagnosticar rapidamente a fonte de problemas e trabalhar de forma eficiente com recursos de suporte Isilon. 	
VPLEX Management	Direcionado para profissionais que atuarão no suporte e operação da infraestrutura em atividades de configuração, customização dos ambientes, troubleshooting, operação e monitoração.	<ul style="list-style-type: none"> · Formação de especialistas em tecnologia EMC - ambiente de armazenamento, que integrarão as equipes de storage das centralizadoras; · Detalhes sobre o produto e a tecnologia do VPLEX, interfaces de gerenciamento, instalação e configuração, gerenciamento e operações, planejamento e projeto, manutenção, monitoramento e solução de problemas. O plano de aprendizado do VPLEX apresenta o gerenciamento do EMC VPLEX e do VPLEX/VE para melhorar a mobilidade de dados corporativos e o acesso a datacenters e entre eles. 	
Symmetrix VMAX Performance Workshop	Direcionado para profissionais que atuarão no suporte e operação da infraestrutura em atividades de configuração, customização dos ambientes, troubleshooting, operação e monitoração.	<ul style="list-style-type: none"> · Formação de especialistas em tecnologia EMC - ambiente de armazenamento, que integrarão as equipes de storage das centralizadoras; · Profissionais de armazenamento que implementam soluções baseadas no EMC VMAX 1/2 em ambientes heterogêneos de sistemas abertos. Obtenha os conhecimentos e as habilidades necessários para projetar, dimensionar e configurar soluções altamente disponíveis e automatizadas baseadas no EMC VMAX 1/2 em ambientes heterogêneos de sistemas abertos, inclusive SRDF/Star e integração a aplicativos Oracle, Exchange e SQL Server para proporcionar capacidade de recuperação point-in-time. O módulo também tem como foco práticas recomendadas de integração de sistemas de armazenamento EMC VMAX 1/2 ao VMware vSphere vCenter e ao ESXi. 	

<p>Advanced SAN Implementation</p>	<p>Direcionado para profissionais que atuarão no suporte e operação da infraestrutura em atividades de configuração, customização dos ambientes, troubleshooting, operação e monitoração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Formação de especialistas em tecnologia EMC - ambiente de armazenamento, que integrarão as equipes de storage das centralizadoras; · Migração heterogênea de fábrica, inicialização de Fibre Channel a partir da SAN, roteamento de Fibre Channel, virtualização de um ambiente SAN, proteção de uma Fibre Channel SAN, análise de traços, configuração avançada de iSCSI, FCoE (Fibre Channel over Ethernet), criptografia do Connectrix, FCIP (FibreChannel over IP). O curso faz parte do conjunto de cursos que trata de atividades de implementação de SAN em storage arrays da EMC em um ambiente de host de sistema aberto, definição de configurações avançadas da SAN, diagnóstico e solução de problemas de desempenho da SAN e solução de problemas e manutenção de SANs. Esses cursos são avançados e exigem treinamento ou experiência prévia em um ambiente SAN para qualquer profissional que implemente e gerencie ambientes SAN de vários locais e vários fornecedores. 	
<p>Troubleshooting Storage Area Networks</p>	<p>Direcionado para profissionais que atuarão no suporte e operação da infraestrutura em atividades de configuração, customização dos ambientes, troubleshooting, operação e monitoração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Formação de especialistas em tecnologia EMC - ambiente de armazenamento, que integrarão as equipes de storage das centralizadoras; · SAN, Fibre Channel, iSCSI, extensão de FCIP e solução de problemas de FCoE SAN. Este curso deve ser concluído após o Advanced SAN Implementation Workshop. O curso faz parte do conjunto de cursos que trata de atividades de implementação de SAN em storage arrays da EMC em um ambiente de host de sistema aberto, definição de configurações avançadas da SAN, diagnóstico e solução de problemas de desempenho da SAN e solução de problemas e manutenção de SANs. Esses cursos são avançados e exigem treinamento ou experiência prévia em um ambiente SAN para qualquer profissional que implemente e gerencie ambientes SAN de vários locais e vários fornecedores. 	

<p>Information Storage & Management v2</p>	<p>Direcionado para profissionais que atuarão no suporte e operação da infraestrutura em atividades de configuração, customização dos ambientes, troubleshooting, operação e monitoração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Formação de especialistas em tecnologia EMC - ambiente de armazenamento, que integrarão as equipes de storage das centralizadoras; · O ISM (Information Storage and Management, armazenamento e gerenciamento de informações) é o único curso neste formato a preencher a lacuna de conhecimentos sobre vários componentes da infraestrutura de armazenamento de informações em ambientes clássicos e virtuais. Ele fornece um aprendizado abrangente sobre tecnologias de armazenamento, que capacitará o aluno a tomar decisões mais fundamentadas com relação a ambientes de TI cada vez mais complexos. O curso proporciona o desenvolvimento de uma compreensão sólida das tecnologias de armazenamento subjacentes e prepara o aluno para o aprendizado de conceitos, tecnologias e produtos avançados. Você aprenderá sobre as arquiteturas, os recursos e os benefícios de sistemas inteligentes de armazenamento, tecnologias de sistema de rede de armazenamento, como FC SAN, IP SAN, NAS, armazenamento baseado em objeto e armazenamento unificado, soluções de continuidade de negócios, como backup e replicação, a área cada vez mais crítica de segurança e gerenciamento de informações e o campo emergente da computação em nuvem. Este curso exclusivo e aberto concentra-se em conceitos e princípios que serão ilustrados e reforçados de modo mais profundo com exemplos de produtos da EMC. 	
<p>Isilon Administration and Management</p>	<p>Direcionado para profissionais que atuarão no suporte e operação da infraestrutura em atividades de configuração, customização dos ambientes, troubleshooting, operação e monitoração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> · Formação de especialistas em tecnologia EMC - ambiente de armazenamento, que integrarão as equipes de storage das centralizadoras; · Cluster do Isilon; layout e acesso ao cluster; acesso a arquivos; gerenciamento de armazenamento; integração de aplicativos; monitoramento; solução de problemas. Configure a rede, o layout físico e lógico e o acesso de cliente básico e avançado de NFS e de SMB (Server Message Block), adquira os conhecimentos necessários para configurações HTTP e FTP, replicação/proteção de dados em implementações de um e vários clusters, implementação de arquivamento, snapshots e replicação, integração de SNMP, proteção de dados, lógica analítica, suporte, monitoramento e solução de problemas. 	

Symmetrix VMAX Configuration Management	Direcionado para profissionais que atuarão no suporte e operação da infraestrutura em atividades de configuração, customização dos ambientes, troubleshooting, operação e monitoração.	<ul style="list-style-type: none"> Formação de especialistas em tecnologia EMC - ambiente de armazenamento, que integrarão as equipes de storage das centralizadoras; Visão geral de configuração e mascaramento de dispositivos; criação e mapeamento de dispositivos; VMAX 1/2 e atributos de dispositivos; provisionamento automático de grupos; conceitos e planejamento de provisionamento virtual; provisionamento virtual com o Solutions Enabler; migração de LUN virtual; monitoramento de thin-pools; FAST e FAST VP com SYMCLI; FTS (Federated Tiered Storage); Configuração do VMAX 1/2 com o Unisphere for VMAX. Baseado no Enginuity 5876 com SYMCLI e no Unisphere for VMAX. Impulsione o uso eficiente de seus recursos de armazenamento por meio do Unisphere for VMAX e do Solutions Enabler (interface de linha de comando). Configure e gerencie os recursos de replicação local e remota de dados oferecidos pelo TimeFinder, pelo SRDF, pelo FAST (Fully Automated Storage Tiering, armazenamento com classificação totalmente automatizada por níveis), pelo FTS (Federated Tiered Storage) e pelo Open Replicator em sistemas VMAX 1/2. 	
Curso Gerenciamento de Projetos – Curso presencial desenvolvido pela SUICE	Gerente e substitutos	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação em Gerenciamento de Projetos. 	Gere o Portfólio Estratégico de Projeto Gere arquitetura tecnológica Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva inovação
Transferências de Conhecimento SAP – workshops, palestras, curso on the job, elaborados pela implementadora Capgemini	Usuários-chave do Programa CAIXA Integrada	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação em processos de governança de TI (diferença entre Gestão e Governança); Construção de indicadores voltados para a avaliação de desempenho: acompanhamento, avaliação e correção de desvios; Compreender os processos e políticas da Governança Corporativa, suas relações com empregados, clientes e fornecedores, visando sua implementação e gestão; Capacitação de líderes no que diz respeito ao conhecimento das principais tendências sobre capital humano alinhado com desempenho, além de desenvolvimento de técnicas para a solução de conflitos e relacionamento interpessoal. 	Domina seus assuntos Age como exemplo Atua como “dono” da CAIXA Foca o Cliente Incentiva a inovação Gere desempenho e estratégia de TI Desenvolve a si mesmo e as pessoas
WorkShop de elaboração de material didático (tutorial).	- Usuários-chave dos Projetos Funcionais do Programa CAIXA Integrada	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação na produção de material didático para os usuários finais. 	Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva inovação Atua como “dono” da CAIXA

	- Multiplicadores (facilitadores de aprendizagem)		Foca o Cliente
WorkShop de elaboração de videoaulas para Solução SAP, utilizando o estúdio da UC.	Usuários-chave dos Projetos Funcionais do Programa CAIXA Integrada	· Capacitação na produção de videoaulas para os usuários finais.	Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva inovação Atua como “dono” da CAIXA Foca o Cliente
Curso Gerenciamento de Projetos na Prática	CPM , Consultores e Assistente	.	
Curso de SAP módulo RH	Equipes de gestão de pessoas das unidades GEAs e CEDES	· Gerir soluções para otimização dos processos de Gestão de Pessoas.	Viabiliza a integração entre as equipes de projetos Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Age como “dono da Caixa” Foca o cliente
Curso de Formação de Desenvolvedores de TI – Módulo I	Empregados VITEC recém chegados na Unidade ou com pouca experiência em TI	· Dar conhecimento ao Processo Padrão de Desenvolvimento de Sistemas; · Capacitação em Modelagem de Negócios e Engenharia de Processos · Aprendizado do uso funcional da Ferramenta Rational Team Client (RTC); · Capacitação de técnicos em Análise de Requisitos e Contratação de serviços de TI.	Gere metodologias/soluções tecnológicas, padrões e ferramentas para desenvolvimento de aplicativos que dão sustentação aos negócios da CAIXA Prospecta soluções de mercado Age como “dono da Caixa” Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva a inovação
Workshops / Palestras Riscos de TI – ações de conscientização e disseminação das noções e conceitos de Riscos de TI	Gestores da VITEC	· Prover Governança, Gestão de Risco e Conformidade nos processos de Segurança de TI.	Promove a segurança nos acessos lógicos Garante segurança para a continuidade de negócios da TI. Age como “dono da Caixa”
Curso Gerenciamento de Projetos – PM Canvas– Curso presencial desenvolvido pelo ECPTI	GEDTI - Gerentes e substitutos e Participantes do Modelo Operativo	· Capacitação em Gerenciamento de Projetos utilizando o método Project Model Canvas.	Gere o Portfólio Estratégico de Projeto Gere arquitetura tecnológica Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva inovação Foca o cliente

Curso Gerenciamento de Programas – Curso presencial desenvolvido pelo ECPTI	GEDTI - Gerentes e substitutos e Participantes do Modelo Operativo	· Capacitação em Gerenciamento de Programas pautados nos princípios da OGC (Office of Government Commerce) conforme o guia MSP (Managing Successful Programmes).	Gere o Portfólio Estratégico de Projeto Gere arquitetura tecnológica Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva inovação Prospecta soluções de mercado Foca o cliente Padroniza o atendimento das demandas de TI
Curso Gestão de Mudança Organizacional HCMBoK – Curso presencial desenvolvido pela GEDTI06 (a partir da segunda quinzena de agosto/2016)	GEDTI - 100% da equipe de Melhoria de Processos, 100% da equipe de Estratégia de Pessoas da TI e Participantes do Modelo Operativo	· Capacitação em Gestão de Mudanças Organizacionais pautadas nos princípios HUCMI (Human Change Management Institute) conforme o guia HCMBoK (Human Change Body of Knowledge).	Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva inovação Prospecta soluções de mercado Foca o cliente Padroniza o atendimento das demandas de TI
Gestão Estratégica Balanced Scorecard	GEDTI - 50% Equipe de Desempenho	· Capacitação em governança de TI (diferença entre Gestão e Governança); · Construção de indicadores voltados para a avaliação de desempenho: acompanhamento, avaliação e correção de desvios; · Compreender os processos e políticas da Governança Corporativa, suas relações com empregados, clientes e fornecedores, visando sua implementação e gestão.	Gere desempenho e estratégia de TI Domina seus assuntos. Atua como “dono” da CAIXA Foca o Cliente Incentiva a inovação
Gestão Estratégica Metodologia para Definição de Indicadores de Desempenho	GEDTI - 50% Equipe de Desempenho	· Construção de indicadores voltados para a avaliação de desempenho: acompanhamento, avaliação e correção de desvios.	Gere desempenho e estratégia de TI Domina seus assuntos. Atua como “dono” da CAIXA Foca o Cliente
Sharepoint básico – negociar com colegas da GEDTI que tem conhecimento para compartilhamento em forma de apresentação	(100% Equipe da Estratégia de Pessoas/Escola de TI)	· Capacitação em softwares e ferramentas de desenvolvimento de sites para armazenar, organizar, compartilhar e acessar informações executivas, em qualquer dispositivo.	Domina seus assuntos Desenvolve a si mesmo e as pessoas Gestão da Estratégia de Pessoas de TI
Sharepoint - Intermediário Planilha Excel - Intermediário	GEDTI - 50% Equipe de Informações Gerenciais e Comunicação	· Capacitação em softwares e ferramentas de desenvolvimento de sites para armazenar, organizar, compartilhar e acessar informações executivas, em qualquer dispositivo.	Desenvolve modelo de comunicação e informações executivas de TI Padroniza e customiza a disponibilização das informações de TI Atua como “dono” da CAIXA Foca o cliente Domina seus assuntos

Escrita Jornalística Escrita Técnica	GEDTI - 50% Equipe de Informações Gerenciais e Comunicação	· Capacitação em comunicação e técnica de redação jornalística e técnica.	Foca o cliente Domina seus assuntos
Agenda de compartilhamento de conhecimento interno: Processos, Gestão conhecimento, Gestão da cultura, Normativos RH (071, 128,150,142, etc) Painel de Gestão e Portal VITEC, outros temas)	GEDTI - 100% Equipe da Estratégia de Pessoas/Escola de TI	· Conhecimento – processo, gestão e práticas; · Mudança de cultura organizacional – gestão e método; · Planejamento e organização – métodos; · Capacidade de síntese; · Coordenação de reuniões.	Desenvolve a si mesmo e a equipe Domina seus assuntos Gestão da Estratégia de Pessoas de TI
Pacote OFFICE (Excel, PP e Word 2010) – Escola TI – agenda de cursos mensais	GEDTI - 30% dos empregados da 100% Equipe da Estratégia de Pessoas/Escola de TI 100% Equipe de Informações Gerenciais e Comunicação	· Capacitação para utilização de Word e Excell – cartilhas da Escola TI;	Desenvolve a si mesmo e as pessoas Domina seus assuntos Gestão da Estratégia de Pessoas de TI
Academia de Liderança – estudar uma competência a cada 2 meses e compartilhar na equipe os achados	Gedti - 100% Equipe da Estratégia de Pessoas/Escola de TI	· Conhecimento – processo, gestão e práticas; · Mudança de cultura organizacional – gestão e método; · Planejamento e organização – método e gestão;	Domina seus assuntos Desenvolve a si mesmo e as pessoas Gestão da Estratégia de Pessoas de TI
Indicadores - negociar com colegas da GEDTI que tem conhecimento para compartilhamento em forma de apresentação	GEDTI - 100% Equipe da Estratégia de Pessoas/Escola de TI	· Planejamento e organização – método e gestão;	Gestão da Estratégia de Pessoas de TI
SIPTI – estudar funcionalidades do sistema	GEDTI - 25% Equipe da Estratégia de Pessoas/Escola de TI	· Conhecimento – processo, gestão e práticas; · SIPTI.	Gestão da Estratégia de Pessoas de TI

Workshop Governança de TI – Curso presencial desenvolvido pela GEDTI06.	GEDTI	· Capacitação no modelo de governança de TI da VITEC conforme as práticas de mercado e as normas de compliance aplicadas à CAIXA;	Gere desempenho e estratégia de TI Domina seus assuntos. Atua como “dono” da CAIXA Padroniza e customiza a disponibilização das informações de TI
Arquitetura Corporativa – TOGAF	Empregados das VITEC/SUCTI/GEABR, SP e RJ, SUGTI/GEDTI e GEARQ SUTOTI/GERTI	· Elaborar e manter Arquiteturas em TI; · Definir arquitetura de soluções e padrões para governança de dados e controle de informações; · Definir políticas e processo para elaboração de arquitetura em TI;	Foca o cliente Domina seus assuntos Planeja e administra infraestrutura tecnológica Define Arquitetura de Infraestrutura de TI Gere desempenho e estratégia de TI Define, gerencia e mantém atualizados os padrões e as arquiteturas de armazenamento, processamento, hardware e software do ambiente centralizados da CAIXA
7. Eventos externos (relacionar os eventos externos ou de oportunidade, programados para o exercício. Atender o disposto no RH 128)			

Os eventos relacionados em planilha sintética tem o objetivo de direcionar a capacitação das pessoas da TI, onde as prioridades foram elencadas pelos Superintendentes. Assim, o total dos eventos propostos para a VITEC, aos quais estão discriminados na planilha sintetizada abaixo:

Total Geral	R\$ 1.634.358,46
Realizados	R\$ 247.855,00
Priorizados	R\$ 866.823,10
Total de Inscrições	607

UNIDADE	TIPO	CURSO	PERÍODO	PARTICIPANTES	VR FINAL	SITUAÇÃO
SUGTI	Evento	PMO SUMMIT 2016			R\$ 4.903,50	Realizado
Todos	Evento	Evento Gartner IT Infrastructure, Operations & Data Center Summit	04 e 05/04/2016	6	R\$ 4.903,50	Realizado
Todos	Evento	CIAB FEBRABAN	21 a 23/07/2016		R\$ 135.136,00	Realizado
Todos	Evento	FinTech 2016	27/04/2016	2	R\$ 2.000,00	Realizado
Todos	Evento	Business Intelligence, Analytics & Information Management Summit	10 e 11/05/2016	20	R\$ 43.692,00	Realizado
SUGTI	Evento	Security & Risk Management Summit	02 e 03/08/2016		R\$ 44.720,00	Priorizado/ Contratado

SUGTI	Evento	Symposium Brasil	24 a 27/10/2016	5	R\$ 12.500,00	Priorizado/ Contratado
SUGTI	Curso	Gerenciamento ágil de projetos de Software com Scrum		4	R\$ 16.000,00	
SUGTI	Evento	AGILE BRAZIL	07 - 09/11/2016	5	R\$ 17.500,00	Priorizado
SUGTI	Curso	Design Gráfico IT		2	R\$ 7.000,00	
SUGTI	Curso	Curso GMO "in company"		4	R\$ 10.000,00	
SUGTI	Evento	16º Encontro de Gerenciamento de Projetos	19 a 21/10/2016	4	R\$ 6.000,00	Priorizado
SUGTI	Evento	Gestão Estratégica Balanced Scorecard	08 e 09/11/2016	2	R\$ 5.600,00	
SUGTI	Evento	Formação de Cultura e Indicadores de Gestão do Conhecimento	15 e 16/09/16	1	R\$ 4.300,00	
SUGTI	Evento	Workshop Lessons Learned (Mundo PM)	10/11/2016	2	R\$ 6.522,00	Priorizado
SUGTI	Evento	HSM EXPO Management	07 e 09/11/16	1	R\$ 10.000,00	
SUGTI	Evento	Agile Trends GOV 2016	09 e 10/08/16	21	R\$ 15.750,00	Priorizado
SUGTI	Evento	Barry Boehm & Friends	08/08/2016	5	R\$ 15.050,00	
SUGTI	Evento	Hackers To Hackers Conference (H2HC)			R\$ 2.410,00	Priorizado
SUGTI	Evento	Advanced Incident Handling for Technical Staff			R\$ 5.340,00	
SUGTI	Evento	CNASI - CONGRESSO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, AUDITORIA E GOVERNANÇA TIC			R\$ 2.216,00	Priorizado
SUGTI	Curso	Sharepoint 2013 Básico		2	R\$ 2.900,00	
SUGTI	Curso	Governança de TI com COBIT			R\$ 1.440,00	Priorizado
SUGTI	Evento	Riscos de TI com fundamento nas melhores práticas de Governança de TI e na moderna jurisprudência do TCU		4	R\$ 7.680,00	Priorizado
SUGTI	Curso	PCI DSS			R\$ 7.020,00	
SUGTI	Evento	SUMMIT FRAUDES NOS CANAIS ELETRÔNICOS			R\$ 1.190,00	Priorizado
SUGTI	Evento	eSCM – Melhores práticas para desempenho das aquisições prestação de serviço de TI	31/08 a 02/09	3	R\$ 14.400,00	Priorizado
SUGTI	Evento	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos – Melhores Práticas	22/ago	4	R\$ 9.180,00	Priorizado
SUGTI	Evento	Contratação Direta sem licitação	19 - 21/09	4	R\$ 10.980,00	Priorizado
SUGTI	Evento	Gestão de Fornecedores	04 e 05/07	2	R\$ 1.900,00	Priorizado

			11/07 28/08 17/10			
SUGTI	Evento	Gestão do Orçamento Público			R\$ 0,00	
SUGTI	Curso	Arquitetura Corporativa - TOGAF		8	R\$ 20.544,00	Priorizado
SUGTI	Curso	Apache Hadoop Essentials		1	R\$ 3.100,00	Priorizado
SUGTI	Curso	Curso SOA na prática: Integração com Web Services e Mensageria		8	R\$ 22.230,00	Priorizado
SUGTI	Curso	Curso Gerenciamento ágil de projetos de Software com Scrum		8	R\$ 15.920,00	Priorizado
SUGTI	Curso	BPM - Gerenciamento de Processos de Negócios		5	R\$ 9.600,00	Priorizado
SUGTI		ARCHIMATE		12	R\$ 30.816,00	
SUGTI	Curso	Curso UX e Usabilidade aplicados em Mobile e Web		8	R\$ 12.720,00	
SUGTI	Curso	Curso Data Science		4	R\$ 5.500,00	
SUGTI	Curso	Hadoop Apache Pig & Hive			R\$ 5.500,00	
SUGTI	Evento	DAMA	15-16/09	3	R\$ 14.658,00	
SUGTI	Evento	IBM STU		2	R\$ 13.500,00	
SUGTI	Curso	FORMAÇÃO DE GESTORES DE PROCESSO ABPMP		5	R\$ 15.750,00	
SUGTI	Curso	CURSO PREPARATÓRIO PARA CERTIFICAÇÃO CBPP		5	R\$ 3.500,00	
SUGTI		Machine Learning			R\$ 0,00	
SUOTI	Curso	VMware vsphere		18	R\$ 1.260,00	
SUOTI	Curso	Cloud Computing Fundamentos		18	R\$ 1.440,00	
SUOTI	Curso	Gestão da Segurança da Informação (ISO 27002)		18	R\$ 1.260,00	
SUOTI	Curso	IPV6		18	R\$ 1.080,00	
SUOTI	Curso	CISCO CCNA		18	R\$ 3.960,00	
SUOTI	Curso	SQL SERVER 2014 básico		18	R\$ 5.400,00	
SUOTI	Curso	Gerenciamento Projetos SCRUM		11	R\$ 5.500,00	
SUOTI	Curso	Desenvolvimento mobile		11	R\$ 3.300,00	
SUOTI	Curso	Sistema de Indicadores – Avaliação do Desempenho da Organização	20 a 21/07/2016	4	R\$ 7.520,00	Priorizado
SUOTI	Curso	HDI SCM – Support Center Manager	19 a 21/10/2016	4	R\$ 11.172,00	Priorizado

SUOTI	Curso	Curso de Planejamento Estratégico	24/08 a 25/08 ou 26/10 a 27/10/16	2	R\$ 3.780,00	Priorizado
SUOTI	Evento	Workshop Gestão de Crises e Emergências	10/09/2016	20	R\$ 6.700,00	Priorizado
SUOTI	Curso	CCTT (Certified Cabling Test Technician) da Fluke Networks	22 a 24/08/2016	3	R\$ 7.026,00	Priorizado
SUOTI	Curso	BCLP 2000 Business Continuity Professional - DRII	27/06 a 01/07	12	R\$ 88.040,00	
GEPEM	Curso	Combo HCMBOK Certified Professional e Human Change Management Professional	31/05/2016 a 01/06/2016		R\$ 5.412,00	
GEPEM	Curso	HR270 - SAP Enterprise Learning			R\$ 0,00	Priorizado
GEPEM	Curso	HR316 - SAP E-Recruiting			R\$ 0,00	Priorizado
GEPEM	Curso	HR510 - Personnel Development and Performance			R\$ 0,00	Priorizado
GEPEM	Curso	HR516 - Training and Event Management			R\$ 0,00	
GEPEM	Curso	HR540 - Enterprise Compensation Management			R\$ 0,00	Priorizado
GEPEM	Curso	HR580 - Analytics and Reporting in HCM			R\$ 0,00	Priorizado
GEPEM	Evento	CNASI DF	29 e 30/08		R\$ 890,00	Priorizado
GEPEM	Evento	WCIT2016	06/05 a 05/05	1	R\$ 2.500,00	Priorizado
GEPEM	Evento	Programa do Boot Camp & CBPP Exam	12/10 a 15/10	3	R\$ 12.876,00	Priorizado
GEPEM	Curso	PLM150 - Engineering Change Management			R\$ 0,00	Priorizado
SUCTI	Evento	Cloud Forum Brasil - 6a. Edição (BR)		2	R\$ 11.240,00	
SUCTI	Evento	Informationshow 2016 (RJ)			R\$ 7.970,00	Priorizado
SUCTI	Evento	TSO/ISPF e SDSF (SP)		30	R\$ 30.480,00	Priorizado
SUCTI	Evento	Curso Planejamento, Gestão e Fiscalização de Contratos em TI (BR e RJ SP)		6	R\$ 5.814,00	
SUCTI	Curso	Gestão de Projetos - Metodologia Desenvolvimento Ágil – Scrum – Certified Scrum Master		4	R\$ 10.331,00	Priorizado
SUCTI	Curso	Desenvolvedor Mainframe		14	R\$ 34.860,00	Priorizado
SUCTI	Curso	Lógica de Programação Orientada a Objeto		10	R\$ 7.679,50	Priorizado
SUCTI	Curso	Curso Oracle Database 11g: Programando com PL/SQL (BR)		4	R\$ 13.440,00	Priorizado
SUCTI	Curso	Formação Desenvolvedor Android		15	R\$ 81.696,00	Priorizado

SUCTI	Curso	Gestão de Projetos Digitais		3	R\$ 1.500,00	
SUCTI	Evento	Evento - 15º. Encontro de Gerenciamento de Projetos		4	R\$ 1.200,00	Priorizado
SUCTI	Curso	Data Mining e Big Data I – Conceitos, Técnicas e Aplicações		10	R\$ 35.000,00	Priorizado
SUCTI	Curso	SOA		10	R\$ 27.900,00	Priorizado
SUCTI	Evento	Evento DAMA LATAM 2016 – Data Management Conference		2	R\$ 7.240,00	Priorizado
SUCTI	Evento	Programming in HTML5 with JavaScript and CSS3		14	R\$ 33.460,00	Priorizado
SUCTI	Evento	Planejamento de Marketing Digital		3	R\$ 1.800,00	
SUCTI	Evento	Evento RIO INFO 2016		4	R\$ 9.380,00	Priorizado
SUCTI	Curso	Curso PMP Advanced - Preparatório Certificação		8	R\$ 13.520,00	Priorizado
SUCTI	Evento	Semana da Análise de Ponto de Função		2	R\$ 8.277,00	
SUCTI		Professional Coach Certification + Analista Comportamental		3	R\$ 18.000,00	Priorizado
SUCTI	Curso	Teste de Software Certificação CTFL - Foundation Level		4	R\$ 3.796,00	Priorizado
SUCTI	Curso	Cobit Foundations		6	R\$ 5.880,60	Priorizado
SUCTI	Curso	Curso de Requisitos, Levantamento, Análise e Validação		6	R\$ 5.520,00	Priorizado
SUCTI	Curso	ITIL Foundations		4	R\$ 5.412,00	Priorizado
SUCTI	Curso	IREB (Requisitos)		2	R\$ 1.780,00	Priorizado
SUCTI	Curso	Analista de Processos– Módulo 1 Análise e Diagnóstico		20	R\$ 39.600,00	Priorizado
SUCTI	Curso	Pentaho		2	R\$ 1.960,00	Priorizado
SUCTI	Curso	Analista de Processos – Módulo 2 - Melhoria e transformações de processos		20	R\$ 39.600,00	Priorizado
SUCTI	Curso	Diretrizes para treinamento - ABNT NBR ISO 10015:2001		2	R\$ 1.240,00	Priorizado
SUCTI	Curso	SISTEMA DE INDICADORES		6	R\$ 11.400,00	Priorizado
SUCTI	Curso	Formação Java;Java e Orientação a Objetos; Java para desenvolvimento WEB; Laboratório Java com Testes, JSF e Design Patterns		24	R\$ 132.240,00	Priorizado
SUCTI	Curso	Analistas de Negócio e BPMN		12	R\$ 7.992,00	Priorizado

8. Soluções priorizadas (relacionar as ações a serem priorizadas em 2016)															
Priorização	Unidade	PLANO DE CAPACITAÇÃO VITEC 2016 (8. Soluções priorizadas)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1	SUOTI	Isilon Administration and Management – 18 a 22/01, 15 a 19/02, 11 a 15/04 e 08 a 12/08/2016	X	X		X				X					
1	GEPEM	Transferências de Conhecimento pela implementadora	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
1	SUGTI	Security & Risk Management Summit 02 e 03/08/2016								X					
1	SUCTI	SISTEMA DE INDICADORES							X						
2	SUOTI	SymmetriX VMAX Configuration Management – 29/02 a 04/03, 28/03 a 01/04, 09 a 13/05 e 29/08 a 02/09/2016		X	X		X			X					
2	GEPEM	Curso Gerenciamento de Projetos – Gerentes e Substitutos		X	X	X	X								
2	SUGTI	Hackers To Hackers Conference (H2HC)										X			
2	SUCTI	Curso 1 - Introdução à Gestão de Bens e Serviços (Gestão de Bens e Serviços – Eficiência de Gastos)							X						
3	SUOTI	VMAX3 Configuration Management – 01 a 03/02, 30/05 a 01/06, 20 a 22/06, 15 a 17/08/2016		X			X	X		X					
3	GEPEM	Curso Gerenciamento de Projetos – Usuários-Chave								X					
3	SUGTI	eSCM – Melhores práticas para desempenho das aquisições prestação de serviço de TI								X	X				
3	SUCTI	Curso 2 - Usuário do Bem ou Serviço - Gestão de Bens e Serviços – Eficiência de Gastos							X						
4	SUOTI	SAN Management – 11 a 15/07, 25 a 29/07 e 22 a 26/08/2016							X	X					
4	GEPEM	WorkShop de elaboração de material didático (tutorial).						X							
4	SUGTI	Arquitetura Corporativa - TOGAF	X				X					X			

4	SUCTI	Curso 3 - Antes da Decisão de Contratar (Gestão de Bens e Serviços - Eficiência de Gastos)								X							
5	SUOTI	Isilon Advanced Administration – 25 a 29/07 e 07 a 11/11/2016								X							X
5	GEPEM	WorkShop de elaboração de vídeoaulas para Solução SAP, utilizando o estúdio da UC.								X							
5	SUGTI	Symposium Brasil – 24 a 27/10/2016												X			
5	SUCTI	Informationshow 2016											X				
6	SUOTI	VPLEX Management – 25 a 29/07/2016								X							
6	GEPEM	Combo HCMBOK Certified Professional e Human Change Management Professional						X	X								
6	SUGTI	CNASI - CONGRESSO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, AUDITORIA E GOVERNANÇA TIC									X						
6	SUCTI	TSO/ISPF e SDSF										X					
7	SUCTI	BPMn – (Notação de Modelagem de Processos de Negócio)										X					
7	GEPEM	HR270 - SAP Enterprise Learning															
7	SUGTI	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos – Melhores Práticas									X						
7	SUOTI	Indicadores – Avaliação do Desempenho da Organização – 20 e 21/07/2016								X							
8	SUCTI	Desenvolvedor Mainframe (Falta Data RJ)										X					
8	SUOTI	CCTT (Certified Cabling Test Technician) da Fluke Networks - 22 a 24/08/2016									X						
8	SUGTI	Apache Hadoop Essentials	X										X				
8	GEPEM	HR316 - SAP E-Recruiting															

9	GEPEM	HR510 - Personnel Development and Performance																		
9	SUCTI	SOA											X							
9	SUGTI	16º Encontro de Gerenciamento de Projeto													X					
9	SUOTI	Curso de Planejamento Estratégico – 24 a 25/08 ou 26 a 27/10/2016										X			X					
10	SUCTI	BABOk v3 (Business Analysis Body of Knowledge - BABOK® Guide													X		X			
10	SUOTI	Workshop Gestão de Crises e Emergências – 10/09/2016												X						
10	SUGTI	Riscos de TI com fundamento nas melhores práticas de Governança de TI e na moderna jurisprudência do TCU							X											
10	GEPEM	HR540 - Enterprise Compensation Management																		
11	SUCTI	Evento RIO INFO 2016								X										
11	SUOTI	HDI SCM – Support Center Manager – 19 a 21/07/2016														X				
11	SUGTI	Contratação Direta sem licitação										X								
11	GEPEM	HR580 - Analytics and Reporting in HCM														X				
12	SUOTI	Advanced SAN Implementation – Turma Pendente																		
12	SUCTI	Formação Desenvolvedor Android - (Falta Data RJ)													X					
12	SUGTI	Curso SOA na prática: Integração com Web Services e Mensageria	X												X					
12	GEPEM	CNASI DF - 29 e 30 AGO											X							
13	SUOTI	Troubleshooting Storage Area Networks – Turma Pendente																		

13	GEPEM	WCIT2016 - 3 a 5/10 - Brasília																	X			
13	SUGTI	Workshop Lessons Learned																				X
13	SUCTI	Lógica de Programação Orientada a Objeto																		X		
14	SUCTI	MPS.Br (Melhoria de Processo de Software Brasileiro)																	X	X		
14	GEPEM	Programa do Boot Camp & CBPP Exam – 12/10 a 15/10																	X			
14	SUGTI	Governança de TI com COBIT								X												
15	SUCTI	Analista de Processos– Módulo 1 -Análise e Diagnóstico									X											
15	GEPEM	PLM150 - Engineering Change Management																		X		
15	SUGTI	Gestão de Fornecedores								X												
16	SUCTI	Data Mining e Big Data I – Conceitos, Técnicas e Aplicações- (Falta Data RJ)																		X		
16	SUGTI	Curso Gerenciamento ágil de projetos de Software com Scrum	X																		X	
17	SUCTI	Analistas de Negócio e BPMN									X											
17	SUGTI	AGILE BRAZIL																			X	
18	SUCTI	Programming in HTML5 with JavaScript and CSS3 (Falta data RJ)																		X		
18	SUGTI	SUMMIT FRAUDES NOS CANAIS ELETRÔNICOS								X												
19	SUCTI	Teste de Software Certificação CTFL - Foundation Level										X										
19	SUGTI	Agile Trends GOV 2016											X									

20	SUCTI	Curso PMP Advanced - Preparatório Certificação (falta Data RJ)													X					
20	SUGTI	BPM - Gerenciamento de Processos de Negócios (fornecedor IBGP)	X							X										
21	SUCTI	Gestão de Projetos - Metodologia Desenvolvimento Ágil – Scrum – Certified Scrum Master									X									
22	SUCTI	Professional Coach Certification + Analista Comportamental (DISC) (falta Data RJ)									X									
23	SUCTI	Curso de Requisitos, Levantamento, Análise e Validação										X								
24	SUCTI	Cobit Foundations (Falta Data RJ)									X									
25	SUCTI	Evento DAMA LATAM 2016 – Data Management Conference										X								
26	SUCTI	ITIL Foundations (Falta Data RJ)									X									
27	SUCTI	Analista de Processos – Módulo 2 - Melhoria e transformações de processos											X							
28	SUCTI	IREB (Requisitos) (Falta Data RJ)									X									
29	SUCTI	Curso Oracle Database 11g: Programando com PL/SQL											X							
30	SUCTI	Pentaho (Falta Data RJ)										X								
31	SUCTI	Evento - 15º. Encontro de Gerenciamento de Projetos											X							
32	SUCTI	Diretrizes para treinamento - ABNT NBR ISO 10015:2001 (falta Data RJ)									X									
33	SUCTI	Formação Java;Java e Orientação a Objetos; Java para desenvolvimento WEB; Laboratório Java com Testes, JSF e Design Patterns (Falta Data RJ)										X								

9. Observações

- O Mapeamento de competências específicas identificou os GAPs por GN da VITEC. Por meio destes, os representantes de RH avaliaram e delimitaram os cursos/ eventos a serem priorizados (item 7) a fim de compor o Plano de Capacitação na TI, por Superintendência.

- Quanto aos eventos previstos para o ProTec, a Escola de TI está tratando com a GEDEC09 – Gestão Conhecimento para estruturarmos as ações necessárias sob a ótica da Aprendizagem em serviço.
- O plano de capacitação da SUOTI (Versão 6) observa que através da CE SN Operações e Suporte em TI 007/2015, de 25/02/2015 e reforçada pela CE SN Operações e Suporte em TI 013/2015, foi iniciado o Programa de Desenvolvimento Profissional da SUOTI em parceria com a EMC. A presente sistemática teve como objetivo aprimorar a equipe de TI da SUOTI, com a formação de especialistas nas tecnologias que sustentam os sistemas da empresa – inicialmente com a tecnologia EMC - ambiente de armazenamento. Os 13 cursos inseridos neste plano integram a formação de 1º nível dos participantes - Configuração básica, customização do ambiente, troubleshoot, monitoração, gestão equipe terceirizada, suporte nível 1. O custo destes treinamentos são cláusulas de “transferência de conhecimento” prevista em contratos.
- Os cursos EAD foram analisados pela GEDEC06, conforme reunião de 07/07/16. Priorizado inicialmente o Curso COBIT, onde o credenciado disponibilizará a montagem do curso à banca de TI para análise do conteúdo. Previsão de Conclusão em Março de 2017, de acordo com a GEDEC.
- A realização das capacitações externas estão condicionadas à disponibilidade orçamentária e priorização das Superintendências contidas no item 8 deste Plano de Capacitação e validadas em mensagens ou no Conselho da Escola de TI. O item 8 foi preenchido conforme prioridades elencadas nos Planos de capacitação da SUOTI, SUCTI, SUGTI e GEPEM, enviados e compilados pela GEDTI04 para finalizar o PC VITEC 2016, e, conforme acordado entre SNs da VITEC as prioridades não são estáticas, podendo ser alteradas diante de necessidades futuras.

Relatório de Gestão – Exercício 2016

Anexo VI

Fundo Socioambiental CAIXA Operações realizadas em 2016

Quadro XX - Fundo Socioambiental CAIXA – Detalhamento dos projetos no exercício de 2015

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
0006.006/2011	Turismo Ecocultural com Base Comunitária no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão	09.251.933/0001-26	09-dez-11	R\$ 1.560.444,50	186.256,11	1.490.300,61	Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	BA, MG
0012.004/2012	Proteção das Águas do Rio Potiribu	Secretaria de Planejamento do Município de Ijuí	90.738.196/0001-09	04-abr-12	R\$ 232.166,00	16.792,86	165.658,86	Ijuí	RS
0065.057/2012	Recuperação de Matas Ciliares Protetoras de Nascentes e Cursos D'água da Bacia Hidrográfica do Rio Turvo Sujo - Cabeceira do Rio Doce - Viçosa - MG	SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa - MG	25.947.276/0001-02	29-mai-13	R\$ 499.461,08	55.021,39	449.574,28	Viçosa	MG
0066.058/2012	Recuperação, Preservação Florestal de Nascentes e	FUNDEMA - Fundação Municipal do Meio	11.153.425/0001-57	21-jun-12	R\$ 199.784,92	22.906,90	170.475,33	Caçador	SC

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
	Áreas que Margeiam o Manancial de Abastecimento Público do Município de Caçador - SC	Ambiente de Caçador/SC							
0067.059/2012	Proteção das Águas, Recuperação das Áreas Degradadas em uma Unidade de Conservação no Município de Dois Irmãos das Missões-RS	Prefeitura Municipal de 2 Irmãos das Missões	92.411.115/0001-97	19-nov-12	R\$ 310.000,00	57.000,00	310.000,00	Dois Irmãos da Missões	RS
0068.060/2012	Eficiência Energética com Uso Sustentável de Recursos Florestais em Cerâmicas de Sergipe	SERGIPETEC - Sergipe Parque Tecnológico	06.938.508/0001-11	10-mai-12	R\$ 498.895,00	183.324,14	446.157,68	Areia Branca, Campo do Brito, Estância, Itabaiana, Itabaianinha, Propriá, Santana de São Francisco, Simão Dias, Telha, Tomar do Geru, Umbaúba	RN, SE

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
0072.064/2012	Eficiência Energética e Produção Mais Limpa da Cadeia Produtiva do Gesso	Fundação de Desenvolvimento Sustentável do Araripe	03.854.968/0001-73	10-mai-12	R\$ 742.699,00	217.984,34	742.699,00	Araripina, Bobocó, Ipubi, Ouricuri, Trindade	PE
0073.065/2012	Implementação de manejo florestal comunitário e familiar na mesorregião da Chapada do Araripe	APNE - Associação Plantas do Nordeste	00.151.461/0001-65	10-mai-12	R\$ 2.113.127,60	82.253,32	2.109.778,08	Abaiara, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Cariri, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Porteira, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Canindé de São Francisco	CE, SE
0074.066/2012	Fogões Geoagroecológicos: - Lenha - CO + H2O + O + Vida	AGENDHA - Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza, Desenvolvimento Humano e Agroecologia	05.900.819/0001-29	10-mai-12	R\$ 499.997,00	100.000,00	458.194,20	Inhapi, Olho d'Água do Casado, Jeremoabo, Santa Brígida, Uauá, Cariacica, Jatobá, Petrolândia, Tacaratu,	AL, BA, ES, PE, RS, SE

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
								Canoas, Poço Redondo, Porto da Folha	
0080.072/2012	Coleta Seletiva , Minha Casa , Nossa Vida!	ADES - Associação de Promoção do Desenvolvimento Solidário e Sustentável	08.600.807/0001-77	14-dez-12	R\$ 67.040,10	1.489,83	27.814,40	Barreiras	BA
0084.076/2012	Uma Esperança Sustentavel para Nova Jerusalém	APDL - Associação de Promoção do Desenvolvimento Local	03.878.306/0001-33	19-dez-12	R\$ 120.000,00	44.327,73	114.119,71	Natal	RN
0085.077/2012	SELETA	Instituto Solidare	08.139.806/0001-77	10-dez-12	R\$ 96.980,00	31.421,15	96.980,00	Recife	PE
0105.097/2013	Implantação de uma Unidade de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil no Município de Bauru	Prefeitura Municipal de Bauru	46.137.410/0001-80	17-abr-13	R\$ 857.600,00	73.484,58	73.484,58	Bauru	SP
0113.105/2013	Minha Casa, Nossas Vidas - Construção Coletiva do Plano de Desenvolvimento Territorial	UFBA - Universidade Federal da Bahia	15.180.714/0001-04	18-set-13	R\$ 1.830.989,30	373.939,54	1.830.989,30	Salvador	BA

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
	Sustentável do Residencial Bosque das Bromélias - Salvador/BA								
0114.106/2013	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do CH Valdariosa e do seu entorno – Queimados/RJ	IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade	03.947.908/0001-03	19-set-13	R\$ 1.800.000,00	199.393,80	1.821.999,94	Queimados	RJ
0115.107/2013	Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Território do Conjunto Residencial Jardim Bassoli - MCMV/Campinas	Polis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	57.752.206/0001-95	20-set-13	R\$ 1.493.000,00	362.481,96	1.040.782,91	Campinas	SP
0122.114/2013	Desenvolvimento Integrado Sustentável Territorial do Residencial Vista Bela e seu entorno	Polis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais	57.752.206/0001-95	17-dez-13	R\$ 2.099.601,38	713.150,75	2.046.754,33	Londrina	PR

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
0124.116/2014	Jardim do Cerrado - da Casa ao Território	IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano	05.773.404/0001-31	08-abr-14	R\$ 1.428.677,80	490.285,00	1.132.565,80	Goiânia	GO
0144.013/2015	Parque Fluvial Januária	Prefeitura Municipal de Januária	21.461.546/0001-10	05-nov-15	R\$ 3.261.233,73	340.277,22	340.277,22	Januaria	MG
0126.118/2014	Parque dos Ipês	Prefeitura Municipal de Pirapora	23.539.463/0001-21	04-jun-14	R\$ 2.546.082,20	1.677.631,61	1.940.762,01	Pirapora	MG
0128.120/2014	Parque Fluvial Velho Chico	Prefeitura Municipal de Petrolina	10.358.190/0001-77	04-jun-14	R\$ 3.068.487,15	1.309.289,90	1.309.289,90	Petrolina	CE
0129.121/2014	Biodigestores: uma Tecnologia Social no Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR	Diaconia	33.762.154/0001-70	30-jun-14	R\$ 2.787.757,42	738.616,10	2.787.757,42	Ipirá,Serra Preta,Várzea do Poço,Guaraíta,Itaberaí,Itapura nga,Piracanjuba,Pontalina,Caiana,Caparaó,Divino,Espera Feliz,Orizânia, Pedra Dourada,Tombos,Bom Conselho, Jupí,Garruchos ,Rolador,	BA,GO,MG,PE,RS,SC

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
								Roque Gonzales,S. L. Gonzaga, Santo Antônio da Missões, São Nicolau, Anitaópolis, São Martinho	
0130.122/2014	Embarca Marajó - Desenvolvimento Integrado e Sustentável dos municípios atendidos pela Agência Barco Marajó	IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil	03.057.776/0001-36	03-nov-14	R\$ 2.999.990,95	1.164.301,02	2.999.990,95	Ilha do Marajó	PA
0131.123/2014	Projetos Fundo Casa	Fundo Socioambiental Casa	08.053.735/0001-95	08-dez-14	R\$ 4.000.000,00	420.000,00	4.000.000,00	São Paulo	SP
0133.002/2015	Água Preservada - Segurança Hídrica no Sertão de Crateús/CE	Associação Caatinga	02.885.544/0001-03	18-set-15	R\$ 100.000,00	40.000,00	90.000,00	Fortaleza	CE
0134.003/2015	Obirin L'onan - Senhoras de seus destinos	Comunidade dos Pequenos Profetas	12.861.514/0001-10	29-set-15	R\$ 100.000,00	40.000,00	90.000,00	Recife	PE

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
0135.004/2015	Maré dos Sabores	Associação Redes de Desenvolvimento da Maré	08.934.089/0001-75	24-set-15	R\$ 100.000,00	40.000,00	90.000,00	Rio de Janeiro	RJ
0136.005/2015	Organização Social e Influência nas políticas públicas para a redução de mortalidade infantil	AAFESP - Associação de Anemia Falciforme do Estado de São Paulo	02.020.687/0001-52	29-set-15	R\$ 100.000,00	38.071,34	88.071,34	Guarulhos	SP
0138.007/2015	Adapta Sertão	Redeh - Rede de Desenvolvimento Humano	39.064.233/0001-93	02-dez-15	R\$ 100.000,00	40.000,00	90.000,00	Rio de Janeiro	RJ
0140.009/2015	Encauchados de Vegetais da Amazônia	POLOPROBIO - Pólo de Proteção da Biodiversidade e Uso Sustentável dos recursos naturais	04.858.245/0001-05	03-set-15	R\$ 99.994,00	40.740,00	89.694,00	Castanhal	PA
0141.010/2015	Crescer Conversando com Adolescentes	Instituto Crescer - Movimento Cidadania e Juventude	05.605.871/0001-52	24-set-15	R\$ 100.000,00	40.000,00	90.000,00	Itajaí	SC

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
0142.011/2015	No desenvolvimento do território, a construção da cidadania: ações para o desenvolvimento integrado e sustentável do território Shopping Park, Uberlândia, Minas Gerais	UFU - Universidade Federal de Uberlândia	25.648.387/0001-18	16-jun-15	R\$ 2.170.000,00	1.486.788,34	1.804.027,63	Uberlândia	MG
0143.012/2015	Lixo Eletrônico e RSA - Fase 02	Instituto GEA - Ética e Meio Ambiente	03.562.070/0001-21	30-set-15	R\$ 1.787.796,00	308.740,29	956.807,29	Salvador, Fortaleza, Brasília, Goiânia, Belo Horizonte, Belém, Recife, Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo	BA, CE, DF, GO, MG, PA, PE, PR, RJ, RS, SP
0150.002/2016	PAPP - Parceria Ambiental Público Privada em Unidades de Conservação (Parceria ICMBIO/	IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal	33.645.482/0001-96	01-dez-15	R\$ 2.153.662,00	41.580,00	41.580,00	Em definição	

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
	MMA/ IBAM/ FOMIN)								
0145.014/2015	CAR - Inclusão Social	OACSAL - Organização de Apoio aos Agricultores e Criadores do Sertão e Semiárido de Alagoas	14.674.106/0001-85	21-dez-15	R\$ 1.974.640,00	813.899,14	1.505.249,14	Maceió	AL
0146.015/2015	Assessoria para realização do CAR nos territórios do Seridó e Potengi, no Rio Grande do Norte	IDEC - Instituto Potiguar de Desenvolvimento de Comunidades	08.080.473/0001-58	21-dez-15	R\$ 1.713.160,05	1.075.288,27	1.477.675,32	Natal	RN
0147.016/2015	Mais CAR Semiárido	CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	33.683.202/0001-34	21-dez-15	R\$ 1.898.349,09	427.260,90	1.044.546,68	Maceió	AL
0148.017/2015	Elaboração de Cadastramento Ambiental Rural - CAR para famílias de agricultura familiar	FUNETEC - Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba	02.168.943/0001-53	21-dez-15	R\$ 1.701.012,80	770.949,81	1.250.187,85	João Pessoa	PB

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
	situadas no semiárido do Estado da Paraíba								
0149.001/2016	Cadastro Ambiental Rural das Comunidades Quilombolas do Estado de Pernambuco (Parceria MMA)	ECOOTERRA - Cooperativa de Profissionais Especializados em Serviços para Agricultura Familiar	16.606.908/0001-83	22-jan-16	R\$ 1.999.245,24	1.388.778,59	1.388.778,59	Recife	PE
0151.003/2016	Recuperação florestal das áreas de preservação permanente ao redor de nascentes e que margeiam os cursos d'água, localizadas na sub-bacia do Rio Manso, contribuinte do reservatório do Sistema Rio Manso, um dos responsáveis pelo	COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais	17.281.106/0001-03	27-jun-16	R\$ 2.644.780,48	51.600,99	51.600,99	Belo Horizonte	MG

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
	abastecimento da Região Met								
0152.004/2016	Rec.Hídricos - Salvador	EMBASA - Empresa Baiana de Água e Saneamento S/A	13.504.675/0001-10	22-jun-16	R\$ 2.900.641,87	1.153.187,56	1.153.187,56	Salvador	BA
0153.005/2016	Rec.Hídricos - Goiânia	SANEAGO - Saneamento de Goiás S/A	01.616.929/0001-02	24-jun-16	R\$ 2.435.284,36	1.091.036,45	1.091.036,45	Goiânia	GO
0154.006/2016	Constituir e implantar rede de monitoramento cidadão e avaliação das ações previstas nos Planos de Ação Sustentáveis desenvolvido no âmbito da ICES nas cidades de João Pessoa (PB), Vitória (ES), Florianópolis	Baobá – Práticas Sustentáveis	09.616.362/0001-86	27-jun-16	R\$ 2.000.000,00	433.729,00	433.729,00	Em definição	

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
	(SC), Palmas (TO), Goiânia (GO) e Três Lagoas								
0155.007/2016	Selecionar startups de impacto social, que possuam soluções inovadoras que promovam a educação financeira, e a inclusão financeira, de pessoas de baixa renda, especialmente os beneficiários dos Programas Minha Casa Minha vida e Bolsa Família	Artemisia Negócios Sociais	07.835.977/0001-78	28-jun-16	R\$ 2.055.813,04	492.632,21	492.632,21	Vitória, Goiânia, João Pessoa, Florianópolis, Palmas	ES, GO, PB, SC, TO
0156.008/2016	DIST2 - Lauro de Freitas	UFBA - Universidade Federal da Bahia	15.180.714/0001-04	20-jun-16	R\$ 2.097.675,24	333.559,34	333.559,34	Campinas	SP

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
0157.009/2016	DIST2 - Ribeirão das Neves	ISER - Instituto de Estudos da Religião	43.021.658/0001-92	24-jun-16	R\$ 1.902.612,13	357.023,49	357.023,49	Fortaleza	CE
0158.010/2016	DIST2 - Rio Largo	IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano	05.773.404/0001-31	24-jun-16	R\$ 2.204.202,50	405.677,50	405.677,50	Lauro de Freitas	BA
0159.011/2016	DIST2 - Campinas	Instituto Elos Brasil	04.241.216/0001-08	23-jun-16	R\$ 2.250.000,00	554.280,00	554.280,00	Ribeirão das Neves	MG
0160.012/2016	DIST2 - Fortaleza	IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano	05.773.404/0001-31	01-jul-16	R\$ 2.249.515,02	533.963,00	533.963,00	Rio Largo	AL

Fonte - - GERSA - DEZ/2016

Relatório de Gestão – Exercício 2016

Anexo VII

Demonstrações Contábeis **CEF Depósitos Judiciais e Extrajudiciais**

8.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

a) Aplicação dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

O órgão atende as NBC T acima indicadas. Os procedimentos de adoção da NBCT 16.10 estão descritos no item "b" (a metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido).

b) Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido

Abaixo são descritas as principais metodologias adotadas para avaliação e mensuração das contas descritas neste item.

b.1) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, devendo ser realizada a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial ou a qualquer tempo.

b.2) Créditos e Dívidas

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, sendo apropriados por competência, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado, a não ser que se refiram a ajustes de exercícios anteriores, quando são ajustados diretamente no patrimônio líquido.

12

(i) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.					
Direitos de Uso de Imóveis:					
Direitos de Uso de Imóveis					
(i) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis					
(i) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
TOTAL DO ATIVO	13.740.752,10	241.859.036,62	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.740.752,10	241.859.036,62

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	13.740.752,10	241.859.036,62	PASSIVO FINANCEIRO	738.850,99	241.859.036,62
ATIVO PERMANENTE	-	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	13.002.101,11	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conventadas e Outros Instrumentos Congêneres a	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Liberal	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	10.543.027,48
Recursos Vinculados	2.459.073,63
Providência Social (RPPS)	2.459.073,63
TOTAL	13.002.101,11

8.3.2 Demonstrações das Variações Patrimoniais

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 179104 - CEF-DEPOSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS
 ORÇÃO 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 09/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10.900.243.537,81	9.414.562.615,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	10.658.315.184,91	9.413.300.000,00
Transferências Intragovernamentais	10.658.315.184,91	9.413.300.000,00
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos e Ativos e Desincorporação de Passivos	241.928.352,90	1.258.791,74
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	241.928.352,90	1.258.791,74
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	3.823,66
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	3.823,66
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	10.887.241.436,70	9.414.562.615,40
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patrimoniais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Benefícios	-	-
Benefícios de Produção Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exatidão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	10.887.241.436,70	9.172.703.578,78
Transferências Intragovernamentais	10.887.241.436,70	9.172.703.578,78
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	241.859.036,62
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	241.859.036,62
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	13.002.101,11	-

8.3.3 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 179104 - CHE-DEPOSTOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS
 ORÇÃO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 ÍMENSÃO 09/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-228.118.284,52	240.630.932,43
INGRESSOS	10.659.123.152,18	9.413.338.334,87
Receitas Derivadas e Originárias		
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	10.659.123.152,18	9.413.338.334,87
Ingressos Extraorçamentários	-	3.823,66
Restituições a Pagar	738.650,99	-
Transferências Financeiras Recebidas	10.658.315.184,81	9.413.300.000,00
Amortização de Dívida Unificada	-	3.823,66
Dívidas Rescalçadas	69.319,28	30.681,55
DESEMBOLSOS	10.887.241.436,70	-9.172.707.402,44
Pessoal e Demais Despesas		
Legislativa	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Meio Ambiente	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(11) Créditos Bancários não Satisfeitos - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas		
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	10.887.241.436,70	-9.172.707.402,44
Despesas Extraorçamentárias	-	3.823,66
Transferências Financeiras Concedidas	-	-9.172.703.578,78
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-228.118.284,52	240.630.932,43
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	241.859.036,62	1.226.104,19
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	13.740.752,10	241.859.036,62

10

8.3.4 Balanço Financeiro

TÍTULO: BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO: FOLHA 03 - DESPÓSITOS JURÍDICOS EXTERNOS
 ÓRGÃO: 2500 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SUBÓRGÃO: 7000
 EXERCÍCIO: Anual
 EMISSÃO: 00/00/00
 VALOR EM UNIDADE DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Recitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
() Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	10.650.315.104,91	9.413.300.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	10.887.241.435,78	9.172.703.578,78
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	50.000.000,00	-
Independentes da Execução Orçamentária	10.650.315.104,91	9.413.300.000,00	Solecidades Diversas	50.000.000,00	-
Demais Transferências Recebidas	10.650.315.104,91	9.413.300.000,00	Independentes da Execução Orçamentária	10.837.241.435,78	9.172.703.578,78
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldo Patrimoniais	10.837.241.435,78	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	807.967,27	38.334,87	Despesas Extraorçamentárias	-	3.823,66
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Recursivos e Valores Vinculados	-	3.823,66	Depósitos Recursivos e Valores Vinculados	-	3.823,66
Outros Recebimentos Extraorçamentários	807.967,27	34.511,21	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	738.650,98	-			
Arrecadação de Cada Unidade	-	3.823,66			
Demais Recebimentos	69.316,28	30.687,55			
Saldo do Exercício Anterior	241.859.035,62	1.228.104,19	Saldo para o Exercício Seguinte	13.740.752,10	241.859.035,62
Caixa e Equivalentes de Caixa	241.859.035,62	1.228.104,19	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.740.752,10	241.859.035,62
TOTAL	10.900.982.198,50	9.414.566.439,06	TOTAL	10.900.982.198,60	9.414.566.439,06

8.3.5 Balanço Orçamentário

TÍTULO: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO: PREVISÃO INICIAL, ATUALIZADA E EXECUÇÃO REALIZADA
 ORÇÃO: 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SUPERIOR:
 EXERCÍCIO: 2016
 PERÍODO: Anual
 MÊS(S): 06/12/2017
 VALOR EM MILHÕES DE REAIS

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Contribuições Privadas de Serviço Social Formação Profis.				
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
Integração do Capital Social				
Resultado do Balanço Geral do Brasil				
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional				
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional				
Demais Receitas de Capital				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				
SUBTOTAL DE RECEITAS				
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Mobiliária				
Contínua				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Mobiliária				
Contínua				
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO				
TOTAL				
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro				
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação				
Créditos Cancelados Liquidados				
Créditos Adicionais Recabados				

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos						
Investimentos Financeiros						
Amortização da Dívida						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS						
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO						
TOTAL						

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
------------------------	------------------------------------	---	------------	-------	------------	-------

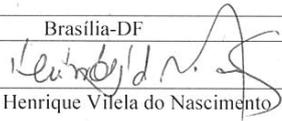
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

11

11.3.5 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Caixa Econômica Federal / Depósitos Judiciais e Extrajudiciais		179104	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2016, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	16 de fevereiro de 2017
Contador Responsável	 Heriberto Henrique Vilela do Nascimento	CRC nº	019.051/O – 3 DF

11.3.6 Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

a) Processo de verificação da conformidade contábil

O processo de análise da conformidade contábil se inicia a partir da verificação da consistência dos itens que compõem as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), tendo por base a Lei nº 4.320/1964 e as demais normas de contabilidade. Após isso, são verificadas ocorrências na transação >CONDESAUD relativas aos dados contábeis da UG em análise. São verificadas também a ocorrência de saldos invertidos indevidos e saldos alongados em contas transitórias no balancete contábil, além dos registros de conformidade de gestão.

A seguir é apresentada a instância responsável pela realização da conformidade e as respectivas unidades gestoras executoras analisadas.

a.1) Conformidade Contábil de UG:

Unidades Setorial e Seccional Contábil	Unidade Gestora / Estrutura Administrativa	Quantidade de UG (função: executora)	Unidade Gestora Executora
170003- Setorial de Contabilidade do MF	CEF/Dep. Jud. e Extrajudiciais	01	179104

No que tange à segregação de função no registro da conformidade, o processo ocorre em observância às seguintes normas:

- Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011 (Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Fazenda)

Art. 5º À Secretaria-Executiva compete:

(...)

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, Nacional de Arquivos - SINAR, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira do Governo Federal, de Organização e Inovação Institucional e de Contabilidade Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

- Portaria GM/MF nº 144, de 27 de abril de 2016 (Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda)

Art. 23. À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

(...)

Art. 30. À Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil compete:

(...)

Art. 39. À Coordenação de Análise Contábil compete:

(...)

III - realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão da unidade gestora;

- Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009 (Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências)

Art. 9º As competências de órgão setorial de contabilidade, previstas no art. 8º, poderão ser delegadas a órgão ou unidade que comprove ter condições de assumir as obrigações pertinentes, de acordo com normas emitidas pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

b) Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício.

A seguir são apresentadas as ocorrências observadas durante o exercício, desdobradas por unidade gestora.

179104-CEF/DJ E	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0

c) Ocorrências não sanadas até o final do exercício de referência do relatório de gestão e as justificativas da não regularização

Não há ocorrências não sanadas até o final do exercício de referência do relatório de gestão.



Relatório de Gestão – Exercício 2016

Anexo VIII

Demonstrações Contábeis

FAS

23/01/2017 PZ.ARQ: 30A
 14:18:12
 ENTIDADE : FAS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
 SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
 BALANCO PATRIMONIAL ATIVO

PAG. 1
 FAS6318A - #10
 REF: 2016

CODIGO	DV	NOME		
1	-7	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		28.387.110,13
1.1	-4	DISPONIBILIDADES		6.960.152,77
1.1.2	-0	DEPOSITOS BANCARIOS		6.960.152,77
1.1.2.10	-4	BANCO DO BRASIL - CONTA DEPOSITOS		1.090.393,51
1.1.2.10.01	-0	RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS		1.090.393,51
1.1.2.10.01.01	-9	RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	1.090.393,51	
1.1.2.20	-8	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		5.869.759,26
1.1.2.20.10	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		5.869.759,26
1.1.2.20.10.01	-1	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA	5.855.941,96	
1.1.2.20.10.05	-4	RECURSOS PARA APLICACAO - ESCOLA RURAL	13.817,30	
1.6	-0	OPERACOES DE CREDITO		21.412.534,51
1.6.6	-0	FINANC DE INFRAESTRUTURA/DESENVOLVIMENTO		21.412.534,51
1.6.6.10	-3	FINANC DE INFRAESTRUTURA/DESENVOLVIMENTO		21.412.534,51
1.6.6.10.10	-9	FINANC DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO		21.412.534,51
1.6.6.10.10.05	-0	FINANC DESENV URBANO ST PUBLICO	21.303.862,36	
1.6.6.10.10.06	-8	FINANC INFRAEST E DESENV. URBANO C/DIV NEGATIVA	0,05	
1.6.6.10.10.04	-4	FINANC DES URB ST PRIV/VLRS A RECEBER	5.190.612,36	
1.6.6.10.10.05	-2	FINANC. DESENV. URB. ST. PUBL/VLRS A RECEBER	1.258.781,04	
1.6.6.10.10.08	-7	FINANC. DESENV. URB ST PRIV-TRANSF P/ATR FAS(-)	-5.190.612,36	
1.6.6.10.10.09	-5	FINANC. DESENV. URB. ST PUB-TRANSF P/ATR FAS(-)	-1.258.781,04	
1.6.6.10.16	-7	FINANC DE INFRAESTRUTURA E DESENV-RDA A INCORP		108.672,10
1.6.6.10.16.04	-0	FINANC DESENVOLVIMENTO URB ST PRIV-RDA, A INCORP	60,45	
1.6.6.10.16.05	-8	FINANC. DESENV. URB ST PUB-RDAS A INCORPORAR	108.611,65	
1.8	-5	OUTROS CREDITOS		14.422,85
1.8.3	-0	RENDAS A RECEBER		14.422,85
1.8.3.30	-0	REMUNERACAO A RECEBER		14.422,85
1.8.3.30.10	-6	REMUNERACAO A RECEBER		14.422,85
1.8.3.30.10.01	-4	RENDIMENTOS DEPOSITOS NA CAIXA A RECEBER	10.923,71	
1.8.3.30.10.10	-3	RENDIMENTOS S/RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	3.499,14	
3	-0	COMPENSACAO		93.456.938,58
3.0	-0	COMPENSACAO		72.044.404,07
3.0.4	-2	CUSTODIA DE VALORES		508,00
3.0.4.90	-5	VALORES EM GARANTIA		508,00
3.0.4.90.10	-0	VALORES EM GARANTIA		508,00
3.0.4.90.10.11	-6	VALORES EM GARANTIA-FAS-DOTACOES UNIAO	508,00	
3.0.9	-3	CONTROLE		72.043.896,07
3.0.9.60	-5	CREDITOS BAIXADOS COMO PREJUZO		5.962.246,13
3.0.9.60.16	-9	CR BAIXADOS COMO PREJ-ST PRIV-ENTRE 13 E 48 MESE		4.739.061,13
3.0.9.60.16.11	-4	CR BAIX C/PREJ PRIV ENTRE 13 E 48 MESES-DESENV U	4.739.061,13	
3.0.9.60.26	-4	CR BAIXADOS COMO PREJ-ST PUB-ENTRE13 E 48 MESES		1.223.185,00
3.0.9.60.26.03	-9	CR BAIX C/PREJ ST PUB 13 E 48 MESES - DES URBANO	1.223.185,00	
3.0.9.99	-7	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO ATIVAS		66.081.649,94
3.0.9.99.54	-0	ENC EM ATRASO-FINANC DE INFRAEST		66.081.649,94
3.0.9.99.54.03	-4	ENC EM ATRASO FINANC INFRAEST-DESENV ST PUB	9.029.351,79	
3.0.9.99.54.04	-2	ENC EM ATRASO FINANC INFRAEST-DESENV URB PRIVADO	57.052.298,15	
3.1	-7	CLASSIFICACAO DA CARTEIRA DE CREDITOS		21.412.534,51
3.1.1	-5	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL AA		21.412.534,51
3.1.1.10	-9	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL AA		21.412.534,51

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

23/01/2017 PZ.ARQ: 30A
14:18:12
ENTIDADE : FAS

CEP - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCO PATRIMONIAL ATIVO

PAG. 2
FAS631SA - #10
REF: 2016

CODIGO	DV	NOME		
3.1.1.10.15	-6	FINANC DE INFRAEST E DESENV NIVEL AA		21.412.534,51
3.1.1.10.15.04-9		FINANC DESENV URBANO ST PUB-NIVEL AA	21.412.534,51	
			TOTAL ATIVO:	121.844.048,71

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

23/01/2017 PZ.ARQ: 30A
 14:18:12
 ENTIDADE : FAS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
 SICOPE - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
 BALANCO PATRIMONIAL PASSIVO

PAG. 3
 FAS6318A - #10
 REF: 2016

CODIGO	DV	NOME		
4	-6	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		53.026,62
4.9	-1	OUTRAS OBRIGACOES		53.026,62
4.9.9	-5	DIVERSAS		53.026,62
4.9.9.92	-7	CREDORES DIVERSOS - PAIS		53.026,62
4.9.9.92.36	-1	SALDOS CRED A DEVOL HABIT SAN E DESENV URB		0,05
4.9.9.92.36.01	-0	SIAPF - SALDOS CREDORES	0,05	
4.9.9.92.91	-2	CREDORES DIVERSOS-OUTROS		53.026,57
4.9.9.92.91.56	-8	TAXA DE ADMINISTRACAO A PAGAR	53.026,57	
6	-9	PATRIMONIO LIQUIDO		28.334.083,51
6.1	-6	PATRIMONIO LIQUIDO		28.334.083,51
6.1.1	-4	CAPITAL SOCIAL		28.334.083,51
6.1.1.10	-8	CAPITAL AUTORIZADO		28.334.083,51
6.1.1.10.10	-3	CAPITAL		
6.1.1.10.10.40	-2	PARTICIP. DAS LOTERIAS DE NUMEROS E PROGNOSTICO	11.039.023,96	
6.1.1.10.10.44	-5	RECURSOS DO PROGRAMA DE ESCOLAS RURAIS	12.058.422,48	
6.1.1.10.10.45	-3	FUNDO CONTA GERAL	5.236.637,07	
9	-8	COMPENSACAO		93.456.938,58
9.0	-8	COMPENSACAO		72.044.404,07
9.0.4	-0	CUSTODIA DE VALORES		508,00
9.0.4.90	-3	DEPOSITANTES DE VALORES EM GARANTIA		508,00
9.0.4.90.10	-9	DEPOSITANTES DE VALORES EM GARANTIA		508,00
9.0.4.90.10.11	-4	DEP DE VALORES EM GARANTIA - F A S		508,00
9.0.9	-1	CONTROLE	508,00	
9.0.9.60	-3	BAIXA DE CREDITOS DE LIQUIDACAO DUVIDOSA		72.043.896,07
9.0.9.60.15	-0	BAIXA DE CR LIQ DUVIDOSA-ENTRE 13 E 48 MESES		5.962.246,13
9.0.9.60.15.11	-6	BAIXA DE CR LIQUID DUVID ENTRE 13 E 48M-DESENV U	5.962.246,13	
9.0.9.99	-5	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO PASSIVAS		66.081.649,94
9.0.9.99.50	-2	OUTRAS COMP PASSIVAS-ENCARGOS EM ATRASO		66.081.649,94
9.0.9.99.50.08	-8	ENCARGOS EM ATRASO-FINANC INFRAESTRUTURA	66.081.649,94	
9.1	-5	CLASSIFICACAO DA CARTEIRA DE CREDITOS		21.412.534,51
9.1.1	-3	OPERACOES DE CREDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL		21.412.534,51
9.1.1.10	-7	CARTEIRA DE CREDITOS CLASSIFICADOS		21.412.534,51
9.1.1.10.10	-2	CARTEIRA DE CREDITOS CLASSIFICADOS		21.412.534,51
9.1.1.10.10.01	-0	CART DE CREDITOS CLASSIF - OPERACOES FOMENTO	21.412.534,51	
TOTAL PASSIVO:				121.844.048,71

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0
 DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

23/01/2017 PZ.ARQ: 30A
14:18:12
ENTIDADE : FAS

CEP - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOP - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCO PATRIMONIAL PASSIVO

PAG. 4
FAS631SA - #10
REF: 2016

TOTAL ATIVO: 121.844.048,71 TOTAL PASSIVO: 121.844.048,71

JOSÉ HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
PRESIDENTE-EM EXERCÍCIO
PORTARIA PRESI n° 0340/17

ADEMIR LOSEKANN
VICE-PRESIDENTE-EM EXERCÍCIO
PORTARIA PRESI n° 0341/17

ARNO MEYER
VICE-PRESIDENTE

FABIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

JOSE ANTONIO EIRADO NETO
VICE-PRESIDENTE

LUIZ GUSTAVO SILVA PORTELA
VICE-PRESIDENTE-EM EXERCÍCIO
PORTARIA PRESI n° 0382/17

MARCELO CAMPOS PRATA
VICE-PRESIDENTE

MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS S. JACINTO
VICE-PRESIDENTE

NELSON ANTÔNIO DE SOUZA
VICE-PRESIDENTE

PAULO HENRIQUE ANGELO SOUZA
VICE-PRESIDENTE

ROBERTO BARROS BARRETO
VICE-PRESIDENTE-EM EXERCÍCIO
PORTARIA PRESI n° 0351/17

MARCOS BRASILIANO ROSA
SUPERINTENDENTE NACIONAL DE CONTABILIDADE
E TRIBUTOS
CONTADOR CRC/DF 022.351/0-1

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0DE

24/01/2017 PZ.ARQ: 30A
09:36:12
ENTIDADE : FAS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO - RECEITAS

PAG. 1
FAS632SA - #10
REF: 2016

CODIGO	DV	NOME		
7	-5	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS		966.638,60
7.1	-2	RECEITAS OPERACIONAIS		966.638,60
7.1.1	-0	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO		700.720,46
7.1.1.70	-6	RENDAS DE FINANC DE INFRAEST E DESENVOL		700.720,46
7.1.1.70.10	-1	RDAS DE ATUAL MONET S/ FINANC DE INFRAEST SAN E		421.194,98
7.1.1.70.10.05	-2	RDAS DE AM S/FINTOS-OP DE DESENV URB-ST PUBLICO	421.194,98	
7.1.1.70.20	-7	RENDAS DE FINANC DE INFRAEST E DESENV-JUROS		279.525,48
7.1.1.70.20.05	-8	RDAS DE JUROS S/FINTOS-OP DESENV URB-ST PUBLICO	279.525,48	
7.1.4	-5	RENDAS APLIC INTERFINANCEIRAS LIQUIDEZ		259.914,65
7.1.4.20	-2	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		259.914,65
7.1.4.20.10	-8	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		259.914,65
7.1.4.20.10.02	-4	RENDAS SOBRE DEPOSITOS NA CAIXA	134.507,38	
7.1.4.20.10.10	-5	RENDAS DE RECURSOS DA CONTA UNICA	125.407,27	
7.1.9	-6	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		6.003,49
7.1.9.99	-0	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS		6.003,49
7.1.9.99.91	-5	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS		6.003,49
7.1.9.99.91.01	-3	OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS	6.003,49	
TOTAL RECEITAS				966.638,60

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

24/01/2017 PZ.ARQ: 30A
09:36:12
ENTIDADE : FAS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO - DESPESAS

PAG. 2
FAS632SA - #10
REF: 2016

CODIGO	DV	NOME	
8	-1	CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS	829.866,15
8.1	-9	DESPESAS OPERACIONAIS	829.866,15
8.1.9	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	829.866,15
8.1.9.94	-3	COMISSOES E TARIFAS	829.866,15
8.1.9.94.10	-9	COMISSOES E TARIFAS	829.866,15
8.1.9.94.10.01-7		TAXA DE ADMINISTRACAO	829.866,15
			829.866,15
TOTAL DESPESAS			829.866,15

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO			
TOTAL RECEITAS			966.638,60
TOTAL DESPESAS			829.866,15
LUCRO / PREJUIZO			136.772,45

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

24/01/2017 PZ.ARQ: 30A
09:36:12
ENTIDADE : FAS

CEP - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO

PAG. 3
FAS632SA - #10
REF: 2016

CODIGO DV NOME

JOSÉ HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
PRESIDENTE-EM EXERCÍCIO
PORTARIA PRESI n° 0340/17

ADEMIR LOSEKANN
VICE-PRESIDENTE-EM EXERCÍCIO
PORTARIA PRESI n° 0341/17

ARNO MEYER
VICE-PRESIDENTE

FABIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

JOSE ANTONIO EIRADO NETO
VICE-PRESIDENTE

LUIZ GUSTAVO SILVA PORTELA
VICE-PRESIDENTE-EM EXERCÍCIO
PORTARIA PRESI n° 0382/17

MARCELO CAMPOS PRATA
VICE-PRESIDENTE

MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS S. JACINTO
VICE-PRESIDENTE

NELSON ANTÔNIO DE SOUZA
VICE-PRESIDENTE

PAULO HENRIQUE ANGELO SOUZA
VICE-PRESIDENTE

ROBERTO BARROS BARRETO
VICE-PRESIDENTE-EM EXERCÍCIO
PORTARIA PRESI n° 0351/17

MARCOS BRASILIANO ROSA
SUPERINTENDENTE NACIONAL DE CONTABILIDADE
E TRIBUTOS
CONTADOR CRC/DF 022.351/0-1

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0DE

Relatório de Gestão – Exercício 2016

Anexo IX

Demonstrações Contábeis

CAIXA 2016

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício – DRE
- Notas Explicativas – NE
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
- Demonstração do Valor Adicionado – DVA;
- Relatório Resumido do Comitê de Auditoria
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
- Relatório da Administração – RA



Demonstrações Contábeis consolidadas - BrGaap

31 de Dezembro de 2016

ÍNDICE GERAL

	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	09
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	111
Relatório dos Auditores Independentes	113
Parecer do Conselho Fiscal	121
Parecer do Conselho da Administração	122

Balço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
CIRCULANTE	601.935.701	593.685.216
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	10.763.601	11.510.594
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	156.944.929	153.488.590
Aplicações no mercado aberto	144.645.896	143.111.942
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.299.071	10.376.868
Provisões para perdas	(38)	(220)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	127.523.817	131.584.306
Carteira própria - livre	86.937.378	58.252.803
Vinculados a compromissos de recompra	30.269.898	61.308.900
Instrumentos financeiros derivativos	390.684	745.707
Vinculados ao Banco Central	1.070.867	
Vinculados a prestação de garantias	4.183.775	11.276.896
Carteira de livre movimentação	4.671.215	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	120.368.660	106.684.916
Pagamentos e recebimentos a liquidar	19.621	19.846
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	119.658.776	106.116.550
Correspondentes	690.263	548.520
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	131.817	479.552
Recursos em trânsito de terceiros	250	687
Transferências internas de recursos	131.567	478.865
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	144.495.318	144.504.493
Setor público	13.201.644	8.772.424
Setor privado	148.680.680	155.052.519
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	1.937.294	764.730
Provisão para operações de créditos	(19.324.300)	(20.085.180)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	36.524.340	42.856.045
Créditos por avais e fianças honrados	30.567	30.749
Carteira de câmbio	5.412.747	5.473.711
Rendas a receber	2.138.956	2.833.916
Negociação e intermediação de valores	15.800	48.313
Créditos específicos	937.833	836.716
Diversos	28.445.066	34.016.894
Provisão para outros créditos	(456.629)	(384.254)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	5.183.219	2.576.720
Outros valores e bens	5.289.756	2.689.411
Provisões para perdas	(177.004)	(133.958)
Despesas antecipadas	70.467	21.267
NÃO CIRCULANTE	653.516.050	609.700.290
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	130.232	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	130.232	
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	53.820.292	50.393.554
Carteira própria - livre	12.236.898	10.151.228
Vinculados a compromissos de recompra	39.641.302	36.843.514
Instrumentos financeiros derivativos	488.131	3.395.414
Vinculados ao Banco Central	703	820
Vinculados a prestação de garantias	1.453.258	2.578
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	28.111.790	26.162.028
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	28.111.790	26.162.028
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	516.941.701	489.367.963
Setor público	46.536.043	44.216.680
Setor privado	474.441.187	453.946.351
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	11.931.092	4.596.632
Provisão para operações de créditos	(15.966.621)	(13.391.700)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	42.433.528	31.774.297
Diversos	42.461.465	31.794.014
Provisão para outros créditos	(27.937)	(19.717)
PERMANENTE	12.078.507	12.002.448
INVESTIMENTOS (Nota 11)	5.174.014	4.890.146
Participações em coligadas e controladas:		
No país	4.644.478	4.544.514
No exterior		238
Outros investimentos	780.971	701.529
Provisão para perdas	(251.435)	(355.897)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	3.419.634	3.864.762
Imóveis de uso	1.934.129	1.590.668
Reavaliações de imóveis de uso	710.140	715.978
Outras imobilizações de uso	7.582.219	7.295.520
Depreciações acumuladas	(6.806.854)	(5.737.404)
INTANGÍVEL (Nota 13)	3.484.859	3.247.540
Ativos intangíveis	5.169.088	4.650.554
Amortizações acumuladas	(1.684.229)	(1.403.014)
T O T A L	1.255.451.751	1.203.385.506

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
CIRCULANTE	671.211.059	710.933.091
DEPÓSITOS (Nota 14)	403.115.342	368.124.932
Depósitos à vista	31.882.854	27.414.590
Depósitos de poupança	252.403.109	242.359.933
Depósitos interfinanceiros	315.402	2.053.269
Depósitos a prazo	101.907.035	81.757.139
Depósitos especiais e de fundos e programas	16.606.897	14.540.011
Outros depósitos	45	
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	150.680.825	186.597.458
Carteira própria	60.578.808	87.121.336
Carteira de terceiros	86.046.055	99.476.122
Carteira de livre movimentação	4.055.962	
RECURSOS DE ACETES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	49.792.920	91.697.612
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	49.626.975	91.498.789
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	165.945	198.823
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	402.071	378.120
Recebimentos e pagamentos a liquidar	383.398	360.696
Correspondentes	18.673	17.424
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.350.005	1.598.196
Recursos em trânsito de terceiros	1.321.178	1.597.614
Transferências internas de recursos	28.827	582
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	3.798.282	7.435.182
Empréstimos no exterior	3.798.282	7.435.182
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.437.357	1.348.518
TESOURO NACIONAL - PIS	455.038	310.418
BNDES	662.750	872.763
FGTS	317.647	163.305
Outras	1.922	2.032
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	1.072.811	157.782
Instrumentos financeiros derivativos	1.072.811	157.782
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	59.561.446	53.595.291
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	352.815	353.726
Carteira de câmbio	898.298	104.235
Sociais e estatutárias	1.065.283	2.933.544
Fiscais e previdenciárias	2.259.626	3.105.411
Negociação e intermediação de valores	17.968	3.073
Recursos para destinação específica:	9.814.956	12.222.859
Obrigações de operações com loterias	878.598	1.407.542
Obrigações por fundos e programas sociais	7.153.005	9.305.546
Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	1.783.353	1.509.771
Instrumentos híbridos de capital e dívida	460.234	1.369.114
Dívidas subordinadas	914.359	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital		875.430
Diversas	43.777.907	32.627.899
NÃO CIRCULANTE	520.607.103	430.141.494
DEPÓSITOS (Nota 14)	109.075.169	87.534.510
Depósitos interfinanceiros	292.877	373.368
Depósitos a prazo	108.782.292	87.161.142
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	8.747.172	7.663.763
Carteira própria	8.747.172	7.663.763
RECURSOS DE ACETES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	104.301.509	77.692.747
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	91.286.308	62.188.626
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	13.015.201	15.504.121
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	1.626.796	6.902.375
Empréstimos no exterior	1.626.796	6.902.375
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	237.529.064	206.333.649
TESOURO NACIONAL - PIS	473.244	367.746
BNDES	30.686.611	31.505.048
FGTS	203.839.306	172.046.779
Outras	2.529.903	2.414.076
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)	54.668	59.184
Repasse do exterior	54.668	59.184
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	59.272.725	43.955.266
Fiscais e previdenciárias	121.815	127.238
Recursos para destinação específica:	2.956.578	
Obrigações por fundos e programas sociais	2.956.578	
Instrumentos híbridos de capital e dívida	520.528	430.152
Dívidas subordinadas	10.183.670	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	17.443.376	23.243.491
Diversas	28.046.758	20.154.385
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	63.633.589	62.310.921
Capital social:	24.837.171	22.054.802
Capital de domiciliados no país	35.000.000	35.000.000
Capital a realizar	(10.162.829)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal	36.453.645	36.086.566
Reserva de reavaliação	379.098	400.384
Reservas de lucros	9.074.710	9.269.290
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.111.035)	(5.107.599)
Lucros/Prejuízos Acumulados		(392.522)
T O T A L	1.255.451.751	1.203.385.506

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Consolidada do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	76.971.826	149.697.220	78.201.883	144.471.785
Operações de crédito (Nota 8 (e))	48.365.483	94.191.989	45.841.182	86.600.379
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	22.390.395	50.680.569	17.416.443	34.792.970
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	(1.129.903)	(8.892.854)	6.855.422	8.874.051
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	189.330		1.755.227	2.691.087
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	7.100.192	13.626.500	6.294.405	11.435.117
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	56.329	91.016	39.204	78.181
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(63.833.281)	(125.596.050)	(67.468.684)	(123.159.630)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b); 16 (b) e 16 (d))	(43.463.766)	(85.246.586)	(45.414.978)	(82.271.862)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (d))	(9.755.882)	(16.179.377)	(10.681.506)	(18.415.235)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))		(1.225.286)		
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.1))	(571.624)	(2.835.434)	(1.298.111)	(2.815.517)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(10.042.009)	(20.109.367)	(10.074.089)	(19.657.016)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.138.545	24.101.170	10.733.199	21.312.155
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(9.878.934)	(20.066.458)	(11.051.661)	(20.226.641)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	8.982.005	17.481.594	8.570.045	16.518.636
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	2.611.048	4.981.827	2.216.254	4.196.309
Despesas de pessoal (Nota 24)	(10.987.379)	(21.047.978)	(10.132.394)	(19.757.035)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(6.334.967)	(12.199.538)	(5.898.544)	(11.529.003)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.883.076)	(3.726.483)	(1.766.008)	(3.474.785)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	168.320	443.605	632.343	942.991
Outras receitas operacionais (Nota 26)	4.406.846	8.467.041	4.140.813	9.086.594
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(6.841.731)	(14.466.526)	(8.814.170)	(16.210.348)
RESULTADO OPERACIONAL	3.259.611	4.034.712	(318.462)	1.085.514
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	(158.623)	(272.771)	(393.315)	(646.019)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.100.988	3.761.941	(711.777)	439.495
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))	(625.959)	1.549.447	5.197.658	7.944.234
Tributos correntes	(614.319)	(740.053)	478.147	(206.851)
Ativo fiscal diferido	480.842	1.519.915	5.730.102	9.066.889
Passivo fiscal diferido	(492.482)	769.585	(1.010.591)	(915.804)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(785.881)	(1.174.730)	(837.044)	(1.272.015)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	1.689.148	4.136.658	3.648.837	7.111.714

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Nota 3 (t))	22.054.802	35.867.958	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)	(347.882)	61.742.841
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		218.608					(1.994.073)		218.608
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							167		(1.994.073)
RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS DE INVESTIDAS			(167)						16.847
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				16.847					(10.891)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(22.923)				(10.891)	22.923
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(1.932)					(1.932)
REVERSAO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO									(1.043.353)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS							(1.043.353)		7.111.714
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO NO PERÍODO (Nota 3(t))								7.111.714	
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					292.083			(292.083)	
Reserva de Loterias (Reservas de Lucros)						622.716		(622.716)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.524.747		(2.524.747)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.757.678)	(1.757.678)
Dividendos propostos								(656.475)	(656.475)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(1.314.687)	(1.314.687)
SALDO AJUSTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota 3(t))	22.054.802	36.086.566		400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)	(392.522)	62.310.921
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(2.003.436)		(2.003.436)
AUMENTO DE CAPITAL	2.782.369								5.422
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				5.422			(2.782.369)		(10.396)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(10.396)	5.422
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(25.200)				25.200	(1.508)
REVERSAO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.508)					367.079
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		367.079							(55.296)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS							(55.296)		4.136.658
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO NO PERÍODO (Nota 3(t))								4.136.658	
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					185.119			(185.119)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)						511.185		(511.185)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						1.946.781		(1.946.781)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(681.562)	(681.562)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(434.293)	(434.293)
SALDOS EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016	24.837.171	36.453.645		379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)		63.633.589

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 (Nota 3t))	22.054.802	36.086.566	167	400.031	2.465.156	3.756.721	(3.839.032)	1.230.843	62.155.254
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.268.734)		(1.268.734)
RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS DE INVESTIDAS			(167)				167		
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				9.428				(5.858)	9.428
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								7.143	(5.858)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(7.143)					(1.932)
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.932)					
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS								3.648.837	3.648.837
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO NO PERÍODO (Nota 3(t))									
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					152.253			(152.253)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						370.413		(370.413)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.524.747		(2.524.747)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(941.531)	(941.531)
Dividendos propostos								(656.475)	(656.475)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(628.068)	(628.068)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	22.054.802	36.086.566		400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)	(392.522)	62.310.921
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Nota 3t))	22.054.802	36.453.645		389.873	2.717.002	6.818.915	(6.590.349)	112.528	61.956.416
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(520.686)		(520.686)
AUMENTO DE CAPITAL	2.782.369								
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(4.849)	(4.849)
REALIZAÇÃO DE RESERVA								10.775	
REVERSÃO DE DESTAQUE DE JCP				(10.775)				492.189	492.189
REVERSÃO DE JUROS SOBRE IHCD								21.371	21.371
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.689.148	1.689.148
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					85.526			(85.526)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						288.855		(288.855)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						1.946.781		(1.946.781)	
SALDOS EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016	24.837.171	36.453.645		379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)		63.633.589

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	13.255.658	29.100.272	11.757.718	23.911.681
Lucro Líquido	1.689.148	4.136.658	3.648.838	7.111.714
Ajustes ao Lucro Líquido:	11.566.510	24.963.614	8.108.880	16.799.967
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Pass (Ganho)/Perda em Investimentos	(919.849)	1.617.400	180.372	528.201
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(50.332)	159.737	265.086	241.295
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(10.826)	(10.826)		(4.193)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	33.011	1.723	(57.451)	(57.506)
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	10.042.009	20.109.367	10.074.089	19.657.016
Depreciações e Amortizações	1.175.930	2.266.951	961.582	1.700.218
Impostos Diferidos	917.951	1.800.932	847.499	1.650.250
Despesas com provisões para causas judiciais	11.640	(2.289.500)	(4.719.511)	(8.151.085)
Resultado de Participação em Coligadas	456.204	1.235.609	1.006.640	1.843.712
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	(168.320)	(443.605)	(632.343)	(942.991)
Despesas com atualização monetárias de dividendos complementares pagos	79.092	515.826	182.917	305.629
				29.421
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(2.500.989)	(33.041.141)	26.580.101	23.076.046
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(3.952.627)	(4.899.964)	(3.938.070)	(5.473.859)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	6.000.896	(8.221.187)	1.960.452	(546.058)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(12.372.711)	(13.542.226)	(10.348.052)	(12.771.418)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(983.231)	(2.067.329)	225.773	(1.007.437)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	547.052	99.544	514.186	146.884
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(27.954.215)	(47.352.938)	(35.536.367)	(82.637.167)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(1.965.031)	(2.359.018)	(6.591.234)	(6.683.910)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(1.386.945)	(2.608.222)	(553.880)	(961.030)
(Redução) Aumento em Depósitos	48.814.326	56.531.069	28.814.789	35.690.831
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(29.611.320)	(34.833.224)	18.077.317	21.491.337
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(9.888.316)	(15.295.930)	7.106.618	31.641.282
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	180.573	915.029	83.843	104.064
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	14.348.234	22.367.259	21.648.057	39.197.271
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	15.722.326	18.225.996	5.183.291	5.260.810
Imposto de renda e contribuição social pagos			(66.622)	(375.554)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.754.669	(3.940.869)	38.337.819	46.987.727
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(7.930.853)	(9.486.510)	2.240.651	(1.037.427)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	2.207.229	14.720.612	(16.688.939)	(14.924.092)
Aquisição de investimentos				
Alienação de Imobilizado de Uso	12.630	18.446	11.010	25.076
Aquisição de Imobilizado de Uso	(220.172)	(525.230)	(491.595)	(1.065.169)
Baixa de Intangível	17.039	48.760	46.697	58.164
Aquisição de Intangível	(716.105)	(1.124.273)	(588.061)	(875.944)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(6.630.232)	3.651.805	(15.470.237)	(17.819.392)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Incorporação de remuneração de IHCD		367.079	(218.608)	
Dividendos complementares dos exercícios de 2015		(55.296)		(1.072.773)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	492.188	(681.562)	(1.598.006)	(2.414.153)
Remuneração IHCD pago		(1.401.544)	1.448.100	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	492.188	(1.771.323)	(368.514)	(3.486.926)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.616.625	(2.060.387)	22.499.068	25.681.409
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA				
Caixa e Equivalentes no início do período	146.220.509	152.897.521	130.398.453	127.216.112
Caixa e Equivalentes no fim do período	150.837.134	150.837.134	152.897.521	152.897.521
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.616.625	(2.060.387)	22.499.068	25.681.409

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	2016				2015			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	82.771.093		159.020.258		82.661.590		153.970.288	
Intermediação financeira	76.971.826		148.471.934		78.201.883		144.471.785	
Prestação de serviços com tarifas	11.593.053		22.463.421		10.786.298		20.714.944	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(10.042.009)		(20.109.367)		(10.074.089)		(19.657.016)	
Outras	4.248.223		8.194.270		3.747.498		8.440.575	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	53.791.272		104.261.397		57.394.595		103.502.614	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	11.484.651		23.331.937		13.139.958		24.631.058	
Materiais, energia e outros	1.428.586		2.671.672		1.283.827		2.487.564	
Processamento de dados e comunicações	1.117.118		2.213.301		1.013.361		2.025.688	
Propaganda, publicidade e promoções	435.826		776.601		427.999		751.771	
Serviços de terceiros e especializados	1.217.048		2.353.450		1.190.176		2.354.732	
Serviços de vigilância e segurança	444.342		850.387		410.426		800.955	
Outras	6.841.731		14.466.526		8.814.169		16.210.348	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	961.878		1.970.949		882.133		1.862.519	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.193.152		2.232.430		1.053.894		2.201.820	
- Descontos de operações de crédito	179.191		302.049		191.647		651.730	
- Despesas com cartão de crédito/débito	565.886		1.057.910		478.625		1.147.790	
- Benefício pós-emprego	1.175.930		2.266.951		961.582		1.700.218	
- Provisões operacionais diversas	1.502.753		3.706.400		2.887.794		4.853.595	
- Demais	1.262.941		2.929.837		2.358.494		3.792.676	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	17.495.170		31.426.924		12.127.037		25.836.616	
5. RETENÇÕES	917.951		1.800.931		847.499		1.650.250	
Depreciação, amortização e exaustão	917.951		1.800.931		847.499		1.650.250	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	16.577.219		29.625.993		11.279.538		24.186.366	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	168.320		443.605		632.343		942.991	
Resultado da equivalência patrimonial	168.320		443.605		632.343		942.991	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	16.745.539		30.069.598		11.911.881		25.129.357	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	16.745.539	100,00	30.069.598	100,00	11.911.881	100,00	25.129.357	100,00
Pessoal	10.333.340	61,71	19.434.269	64,63	9.619.635	80,76	18.382.221	73,15
- Remuneração direta	7.902.568		14.794.619		7.343.546		13.881.317	
- Benefícios	1.952.206		3.712.623		1.837.219		3.642.792	
- FGTS	478.566		927.027		438.870		858.112	
Impostos, taxas e contribuições	3.948.955	23,58	4.965.475	16,51	(2.081.847)	(17,48)	(1.822.620)	(7,25)
- Federais	3.597.997		4.231.682		(2.400.890)		(2.518.534)	
- Estaduais	395		832		122		713	
- Municipais	350.563		732.961		318.921		695.201	
Remuneração de capitais de terceiros	774.096	4,62	1.533.196	5,10	725.256	6,09	1.458.043	5,80
- Aluguéis	774.096		1.533.196		725.256		1.458.043	
Remuneração de capitais próprios	(21.371)	-0,13	1.608.043	5,35	2.226.074	18,69	3.728.841	14,84
- Juros sobre o capital próprio e dividendos			1.173.750		1.598.007		2.414.154	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital	(21.371)		434.293		628.067		1.314.687	
Lucros retidos	1.710.519	10,21	2.528.615	8,41	1.422.763	11,94	3.382.872	13,46

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	10
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.....	11
Nota 3 – Principais práticas contábeis	13
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	27
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	27
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	28
Nota 7 – Relações interfinanceiras.....	37
Nota 8 – Carteira de crédito	38
Nota 9 – Outros créditos.....	45
Nota 10 – Outros valores e bens.....	48
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	48
Nota 12 – Imobilizado de uso	50
Nota 13 – Intangível.....	51
Nota 14 – Depósitos	52
Nota 15 – Captações no mercado aberto	55
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	56
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	58
Nota 18 – Outras obrigações.....	59
Nota 19 – Patrimônio líquido	63
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).....	65
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira.....	68
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira.....	68
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	69
Nota 24 – Despesas com pessoal.....	70
Nota 25 – Outras despesas administrativas.....	70
Nota 26 – Outras receitas operacionais	71
Nota 27 – Outras despesas operacionais	71
Nota 28 – Resultado não operacional	72
Nota 29 – Despesas tributárias	72
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias	73
Nota 31 – Partes relacionadas	76
Nota 32 – Benefícios a empregados	80
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo.....	98
Nota 34 – Outras informações.....	109
Nota 35 – Eventos Subsequentes	110

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR, CAIXA Instantânea S.A. e CAIXA Seguridade S.A..

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias da CAIXA Seguridade S.A., na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

a) Contexto

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 21 de março de 2017 e pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2017.

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas independentemente de requerimento do Banco Central do Brasil para apresentação de demonstrações contábeis, dado que a Administração da CAIXA entende ser relevante para o mercado tal divulgação em função do volume de operações e atuação da CAIXA no mercado financeiro nacional.

Em função de orientação do Banco Central do Brasil para que os instrumentos híbridos de capital e dívida fossem reclassificados do patrimônio líquido para o passivo nas demonstrações contábeis individuais, a partir do trimestre findo em 31 de março de 2015, a Administração da CAIXA optou por deixar de apresentar as demonstrações contábeis individuais da controladora, passando a apresentar apenas as demonstrações contábeis consolidadas, por entender que essas demonstrações contábeis consolidadas fornecem os elementos necessários para o melhor entendimento da sua situação financeira, do volume total de suas operações e do cumprimento dos limites regulatórios e prudenciais do Banco Central do Brasil, onde os instrumentos híbridos de capital e dívida são classificados como elegíveis a capital e compõem o patrimônio líquido.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanada da Lei n° 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Carta Circular 1.273/87 (COSIF). Além dessas normas, nos baseamos também na Lei e n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis n° 11.638/07 e n° 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Instantânea e CAIXA Seguridade que possui a subsidiária CAIXA Securitária. Foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Instantânea, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que o conglomerado CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

(d) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 10/04/2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da CAIXA adotou ações acuatelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados, administradores e fornecedores.

Até a data de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2016, a CAIXA, seus administradores e seus empregados não foram notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva que não sejam aquelas que envolvam seus prestadores de serviços, eventualmente decorrentes de fatos relacionados com a operação “A Origem”.

A despeito disso, a CAIXA adotou providências, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os contratos com as empresas citadas.

Com base nas informações disponíveis, foi conduzido um processo interno de investigação que não identificou fatos relacionados a esse assunto que pudessem impactar as suas demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2016, nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários, administradores e fornecedores.

De forma prospectiva a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 13/01/2017, a respeito do suposto envolvimento de ex-dirigente na operação conhecida como “Cui Bono?”, a Administração da CAIXA adotou ações acuatelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados e administradores.

Até a data de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2016, a CAIXA não identificou a participação de seus atuais administradores e empregados em nenhuma atividade irregular ligada às operações listadas na Operação “Cui Bono?”.

Nesta linha, a CAIXA adotou providências a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os fatos constantes dos inquéritos policiais disponibilizados, bem como verificou a observância da governança nas operações de crédito citadas, sem encontrar, até o momento, qualquer indício de irregularidade.

Com base nas informações disponíveis, foi conduzido um processo interno de investigação que não identificou fatos relacionados a esse assunto que pudessem impactar as suas demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2016 nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários e administradores.

De forma prospectiva a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e os demais disponíveis vencíveis até ou iguais a 90 dias.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis consolidadas.

Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

Os títulos de renda fixa utilizados para lastrear as operações compromissadas (venda com compromisso de recompra) são destacados em contas específicas do ativo na data da operação pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. Considera-se como despesa a diferença entre o valor de recompra e o valor de venda e o reconhecimento contábil ocorre conforme regime de competência "pro rata" dia em função da fluência do prazo das operações.

Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (compra com compromisso de revenda) são registrados pelo valor de liquidação. A renda da operação é representada pela diferença entre os valores de revenda e de compra. Os títulos utilizados para lastrear operações de venda com o compromisso de recompra são registrados em contas destacadas do Ativo, sendo transferidos da posição Bancada para a posição Financiada.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para compor a própria carteira são registrados pelo valor efetivamente pago e administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (g) e (h).

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco “H” há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível “H”. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são registrados no ativo tendo como contrapartida, passivo referente a obrigação assumida.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em “Outros Créditos – Diversos”, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/18, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

O ágio constituído é a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, provenientes das expectativas de rentabilidade futura, fundamentados por análise econômica financeira, sendo amortizado e submetido a teste de recuperabilidade.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa, direta ou indiretamente, para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. *Softwares* desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica “depreciação e amortização”, em outras despesas administrativas e possuem prazos de amortização de 5 anos para Projetos logiciais – software e de até 5 anos para Aquisição de folha de pagamento.

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável.

Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*,

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, as causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevantes, e aquelas classificadas como perdas remotas não requerem nem provisão, nem divulgação. A análise e classificação das perdas é realizada com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionará uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora.

O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida.

Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos.

A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nessa hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(r) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

(s) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis e originam ajustes e por eventos que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis, mas não originam ajustes.

(t) Reapresentação de Saldos Comparativos**(i) Segregação das provisões para contingências judiciais em circulante e não circulante**

Até 31/12/2015, diante da impossibilidade de apuração da estimativa de realização dos valores provisionados para contingências judiciais com razoável segurança, a CAIXA alocou estes valores como passivo circulante, em convergência ao princípio da prudência contábil. A partir de 01/01/2016, os processos que apuram a estimativa de ações cíveis e trabalhistas com risco de perda classificada como provável permitiram uma apuração da estimativa de realização destes passivos e possibilitaram a sua segregação em passivos circulantes e não circulantes.

(ii) Depósitos em contas de poupança simplificada

Em 31 de dezembro de 2016, para adequação aos requisitos da Circular BACEN nº 3.763/15 e Carta-Circular BACEN nº 3.725/15, a CAIXA reclassificou os saldos de depósitos em contas de poupança que estavam registrados em “Credores diversos – no país”, sob o título “Outros credores - poupança simplificada” para o grupo de “Depósitos”, juntamente com o respectivo impacto relativo aos efeitos da atualização monetária do período 2006 até 2016.

Os efeitos da atualização dos saldos das contas de poupança simplificada do período de 2006 até 2014 impactaram a rubrica de “Lucros e prejuízos acumulados” perfazendo os saldos reapresentados de 31/12/2014, em atendimento aos requisitos do pronunciamento contábil “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As posições comparativas dessas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão sendo reapresentadas com a referida reclassificação dos valores patrimoniais apurados.

(iii) Detalhamento dos ajustes de reapresentação nas demonstrações contábeis

Conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as retificações de erro mencionadas nos itens acima foram aplicadas de forma retrospectiva, produzindo efeitos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas comparativas, conforme apresentado a seguir:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial

A posição patrimonial consolidada comparativa relativa a 31/12/2015 está sendo rerepresentada em função das retificações de erro descritas nos itens (i) e (ii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
Ativo	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	593.580.550	104.666	593.685.216
Outros Créditos	42.751.379	104.666	42.856.045
Diversos (1)	33.912.228	104.666	34.016.894
Não Circulante	609.700.290	-	609.700.290
Total do Ativo	1.203.280.840	104.666	1.203.385.506
Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	715.340.420	(4.407.329)	710.933.091
Depósitos	367.127.623	997.309	368.124.932
Depósitos de poupança (2)	241.362.624	997.309	242.359.933
Outras Obrigações	58.999.929	(5.404.638)	53.595.291
Diversas (3)	38.032.537	(5.404.638)	32.627.899
Não Circulante	425.236.977	4.904.517	430.141.494
Outras Obrigações	39.050.749	4.904.517	43.955.266
Diversas	15.249.868	4.904.517	20.154.385
Patrimônio Líquido	62.703.443	(392.522)	62.310.921
Lucros/Prejuízos Acumulados (4)	-	(392.522)	(392.522)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.203.280.840	104.666	1.203.385.506

- (1) O montante de 104.666 ajustado reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (2) O montante de 997.309 ajustado se refere a reclassificação do montante de 500.121 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada (item ii) acrescido do montante de 497.188 relativo a sua respectiva correção de juros e atualização monetária;
- (3) O montante de (5.404.638) ajustado se refere a reclassificação do montante de 4.904.517 relativo a provisões para contingências judiciais (item i) acrescido do montante 500.121 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada;
- (4) O montante de (392.522) ajustado se refere ao reconhecimento da despesa de (497.188) com juros e atualização monetária do saldo de poupança simplificada deduzido do respectivo impacto tributário decorrente 104.666.

Demonstração do Resultado:

Os resultados consolidados comparativos relativos ao 2º Semestre de 2015 e ao Exercício 2015 estão sendo rerepresentadas em função da retificação de erro descrita no item (ii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2º Semestre de 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	78.201.883	-	78.201.883
Despesas da intermediação financeira	(67.428.292)	(40.392)	(67.468.684)
Operações de captação no mercado (1)	(45.374.586)	(40.392)	(45.414.978)
Resultado bruto da intermediação financeira	10.773.591	(40.392)	10.733.199
Outras receitas/despesas operacionais	(11.053.979)	2.318	(11.051.661)
Despesas tributárias	(1.768.326)	2.318	(1.766.008)
Resultado operacional	(280.388)	(38.074)	(318.462)
Resultado não operacional	(393.315)	-	(393.315)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(673.703)	(38.074)	(711.777)
Imposto de renda e contribuição social	5.183.874	13.784	5.197.658
Tributos correntes	468.637	9.510	478.147
Ativo fiscal diferido	5.725.828	4.274	5.730.102
Passivo fiscal diferido	(1.010.591)	-	(1.010.591)
Participações dos empregados no lucro	(837.044)	-	(837.044)
Lucro líquido do período	3.673.127	(24.290)	3.648.837

- (1) O montante de (40.392) se refere ao reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Exercício 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	144.471.785	-	144.471.785
Despesas da intermediação financeira	(123.085.119)	(74.511)	(123.159.630)
Operações de captação no mercado (1)	(82.197.351)	(74.511)	(82.271.862)
Resultado bruto da intermediação financeira	21.386.666	(74.511)	21.312.155
Outras receitas/despesas operacionais	(20.230.840)	4.199	(20.226.641)
Despesas tributárias	(3.478.984)	4.199	(3.474.785)
Resultado operacional	1.155.826	(70.312)	1.085.514
Resultado não operacional	(646.019)	-	(646.019)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	509.807	(70.312)	439.495
Imposto de renda e contribuição social	7.918.562	25.672	7.944.234
Tributos correntes	(224.635)	17.784	(206.851)
Ativo fiscal diferido	9.059.001	7.888	9.066.889
Passivo fiscal diferido	(915.804)	-	(915.804)
Participações dos empregados no lucro	(1.272.015)	-	(1.272.015)
Lucro líquido do período	7.156.354	(44.640)	7.111.714

- (1) O montante de (74.511) se refere ao reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii).

▪ **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:**

As posições patrimoniais de abertura da Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL relativas a 31/12/2014 estão sendo rerepresentadas em função da retificação de erro descrita no item (ii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2014		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
Ativo	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	514.548.403	74.795	514.623.198
Outros Créditos	34.458.544	74.795	34.533.339
Diversos (1)	28.440.582	74.795	28.515.377
Não Circulante	550.135.001	-	550.135.001
Total do Ativo	1.064.683.404	74.795	1.064.758.199
Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	621.007.710	422.677	621.430.387
Depósitos	341.467.033	922.872	342.389.905
Depósitos de poupança (2)	236.836.068	922.872	237.758.940
Outras Obrigações	58.929.801	(500.195)	58.429.606
Diversas (3)	41.394.998	(500.195)	40.894.803
Não Circulante	381.584.971	-	381.584.971
Patrimônio Líquido	62.090.723	(347.882)	61.742.841
Lucros/Prejuízos Acumulados (4)	-	(347.882)	(347.882)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.064.683.404	74.795	1.064.758.199

- (1) O montante de 74.795 ajustado reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento dos juros e da atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (2) O montante de 922.872 ajustado se refere a reclassificação do montante de 500.195 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada (item ii) acrescido do montante de 422.677 relativo a sua respectiva correção de juros e atualização monetária;
- (3) O montante de 500.195 ajustado se refere a reclassificação do saldo de contas de poupança simplificada;
- (4) O montante de (347.882) ajustado se refere ao reconhecimento da despesa de (422.677) com juros e atualização monetária do saldo de poupança simplificada deduzido do respectivo impacto tributário decorrente 74.795.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As posições patrimoniais de abertura das Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL relativas a 30/06/2015 e 30/06/2016 estão sendo reapresentadas em função das retificações de erro descritas nos itens (i) e (ii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	30/06/2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
Ativo	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	541.481.371	88.564	541.569.935
Outros Créditos	38.304.807	88.564	38.393.371
Diversos (1)	29.579.536	88.564	29.668.100
Não Circulante	577.680.802	-	577.680.802
Total do Ativo	1.119.162.173	88.564	1.119.250.737
Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	646.014.134	(3.324.278)	642.689.856
Depósitos	344.596.723	956.974	345.553.697
Depósitos de poupança (2)	232.117.335	956.974	233.074.309
Outras Obrigações	52.937.862	(4.281.252)	48.656.610
Diversas (3)	36.020.479	(4.281.252)	31.739.227
Não Circulante	410.624.553	3.781.074	414.405.627
Outras Obrigações	35.989.142	3.781.074	39.770.216
Diversas	15.926.726	3.781.074	19.707.800
Patrimônio Líquido	62.523.486	(368.232)	62.155.254
Lucros/Prejuízos Acumulados (4)	1.599.075	(368.232)	1.230.843
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.119.162.173	88.564	1.119.250.737

- (1) O montante de 88.564 ajustado reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (2) O montante de 956.974 ajustado se refere a reclassificação do montante de 500.178 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada (item ii) acrescido do montante de 456.796 relativo a sua respectiva correção de juros e atualização monetária;
- (3) O montante de (4.281.252) ajustado se refere a reclassificação do montante de (3.781.074) relativo a provisões para contingências judiciais (item i) acrescido do montante (500.178) relativo ao saldo de contas de poupança simplificada;
- (4) O montante de (368.232) ajustado se refere ao reconhecimento da despesa de (456.796) com juros e atualização monetária do saldo de poupança simplificada deduzido do respectivo impacto tributário decorrente 88.564.

Descrição	30/06/2016		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
Ativo	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	584.754.810	104.666	584.859.476
Outros Créditos	33.085.558	104.666	33.190.224
Diversos (1)	24.139.445	104.666	24.244.111
Não Circulante	628.706.705	-	628.706.705
Total do Ativo	1.213.461.515	104.666	1.213.566.181
Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	685.390.729	497.188	685.887.917
Depósitos	362.802.878	997.306	363.800.184
Depósitos de poupança (2)	238.702.276	997.306	239.699.582
Outras Obrigações	53.191.357	(500.118)	52.691.239
Diversas (3)	34.642.019	(500.118)	34.141.901
Não Circulante	465.721.848	-	465.721.848
Patrimônio Líquido	62.348.938	(392.522)	61.956.416
Lucros/Prejuízos Acumulados (4)	505.050	(392.522)	112.528
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.213.461.515	104.666	1.213.566.181

- (1) O montante de 104.666 ajustado reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (2) O montante de 997.306 ajustado se refere a reclassificação do montante de 500.118 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada (item ii) acrescido do montante de 456.796 relativo a sua respectiva correção de juros e atualização monetária;
- (3) O montante de (500.118) ajustado se refere a reclassificação do saldo de contas de poupança simplificada;
- (4) O montante de (392.522) ajustado se refere ao reconhecimento da despesa de (497.188) com juros e atualização monetária do saldo de poupança simplificada deduzido do respectivo impacto tributário decorrente 104.666.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ Demonstração dos Fluxos de Caixa:

As Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa relativas ao 2º Semestre de 2015 e Exercício de 2015 estão sendo rerepresentados em função da retificação de erro descrita no item (ii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2º semestre de 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Consolidado	Consolidado	Consolidado
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	11.786.282	(28.564)	11.757.718
Lucro Líquido (1)	3.673.128	(24.290)	3.648.838
Ajustes ao Lucro Líquido:	8.113.154	(4.274)	8.108.880
Impostos Diferidos (2)	(4.715.237)	(4.274)	(4.719.511)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	26.551.537	28.564	26.580.101
(Aumento) Redução em Outros Créditos (3)	(6.579.406)	(11.828)	(6.591.234)
(Redução) Aumento em Depósitos (4)	28.774.454	40.335	28.814.789
(Redução) Aumento em Outras Obrigações (5)	5.183.234	57	5.183.291
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	38.337.819	-	38.337.819

- (1) O montante de (24.290) ajustado reflete o impacto no resultado do período decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (2) O montante de (4.274) ajustado reflete o impacto tributário no resultado do período decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativo a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (3) O montante de (11.828) reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (4) O montante de 40.335 ajustado se refere ao reconhecimento da remuneração de juros e atualização monetária sobre o saldo de poupança simplificada (item ii);
- (5) O montante de 57 ajustado refere-se à variação, no período, relativa ao saldo de poupança simplificada reclassificado.

Descrição	Exercício 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Consolidado	Consolidado	Consolidado
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	23.964.209	(52.528)	23.911.681
Lucro Líquido (1)	7.156.354	(44.640)	7.111.714
Ajustes ao Lucro Líquido:	16.807.855	(7.888)	16.799.967
Impostos Diferidos (2)	(8.143.197)	(7.888)	(8.151.085)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	23.023.518	52.528	23.076.046
(Aumento) Redução em Outros Créditos (3)	(6.661.927)	(21.983)	(6.683.910)
(Redução) Aumento em Depósitos (4)	35.616.394	74.437	35.690.831
(Redução) Aumento em Outras Obrigações (5)	5.260.736	74	5.260.810
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	46.987.727	-	46.987.727

- (1) O montante de (44.640) ajustado reflete o impacto no resultado do período decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (2) O montante de (7.888) ajustado reflete o impacto tributário no resultado do período decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativo a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (3) O montante de (21.983) reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (4) O montante de 74.437 ajustado se refere ao reconhecimento da remuneração de juros e atualização monetária sobre o saldo de poupança simplificada (item ii);
- (5) O montante de 74 ajustado refere-se à variação, no período, relativa ao saldo de poupança simplificada reclassificado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ Demonstração de Valor Adicionado:

As Demonstrações Consolidadas de Valor Adicionado – DVA relativas ao 2º Semestre de 2015 e ao Exercício de 2015 estão sendo representados em função da retificação de erro descrita no item (ii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2º semestre 2015		
	Conforme apresentado	Ajustes	Valor ajustado
	Consolidado	Consolidado	Consolidado
1. Receitas	82.661.590		82.661.590
2. Despesas da intermediação financeira	57.354.203	40.392	57.394.595
3. Insumos adquiridos de terceiros	13.139.958		13.139.958
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	12.167.429	(40.392)	12.127.037
5. Retenções	847.499		847.499
6. Valor adicionado líquido (4-5)	11.319.930	(40.392)	11.279.538
7. Valor adicionado recebido em transferência	632.343		632.343
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	11.952.273	(40.392)	11.911.881
9. Distribuição do valor adicionado	11.952.273	(40.392)	11.911.881
Impostos, taxas e contribuições	(2.065.745)	(16.102)	(2.081.847)
Lucros retidos	1.447.053	(24.290)	1.422.763

Descrição	Exercício 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
	Consolidado	Consolidado	Consolidado
1. Receitas	153.970.288		153.970.288
2. Despesas da intermediação financeira	103.428.103	74.511	103.502.614
3. Insumos adquiridos de terceiros	24.631.058		24.631.058
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	25.911.127	(74.511)	25.836.616
5. Retenções	1.650.250		1.650.250
6. Valor adicionado líquido (4-5)	24.260.877	(74.511)	24.186.366
7. Valor adicionado recebido em transferência	942.991		942.991
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	25.203.868	(74.511)	25.129.357
9. Distribuição do valor adicionado	25.203.868	(74.511)	25.129.357
Impostos, taxas e contribuições	(1.792.749)	(29.871)	(1.822.620)
Lucros retidos	3.427.512	(44.640)	3.382.872

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Total de disponibilidades (caixa)	10.763.601	11.510.594
Disponibilidade em moeda nacional	8.926.964	8.792.280
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.836.637	2.718.314
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	140.073.534	141.386.927
Total	150.837.135	152.897.521

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	57.735.328	1.016.431	-	-	58.751.759	43.518.292
Letras financeiras do tesouro (1)	5.700.954	-	-	-	5.700.954	99.997
Letras do tesouro nacional	28.324.153	1.016.431	-	-	29.340.584	9.937.518
Notas do tesouro nacional	23.710.221	-	-	-	23.710.221	33.480.777
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	85.894.137	-	-	-	85.894.137	99.593.650
Letras do tesouro nacional	15.189.270	-	-	-	15.189.270	30.911.806
Notas do tesouro nacional	70.704.867	-	-	-	70.704.867	68.681.844
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.264.334	150.125	884.574	130.232	12.429.265	10.376.648
Depósitos interfinanceiros	11.264.372	150.125	-	-	11.414.497	9.691.077
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	-	-	884.574	130.232	1.014.806	685.791
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(38)	-	-	-	(38)	(220)
Total - ativo circulante	154.893.799	1.166.556	884.574	130.232	157.075.161	153.488.590

(1) Inclui acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações firmado entre a CAIXA e o BANCOOB no montante de R\$ 139.843 em 31/12/2016, conforme Resolução CMN nº 3.263/05.

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de aplicações no mercado aberto	10.297.483	23.370.728	9.177.409	16.961.293
Posição bancada	3.135.166	6.123.797	2.387.469	4.299.354
Posição financiada	7.162.317	17.246.931	6.789.940	12.661.939
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	788.190	1.510.141	539.774	922.482
Total	11.085.673	24.880.869	9.717.183	17.883.775

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Carteira de Livre Movimentação	Banco Central		
Títulos públicos – Brasil	84.531.151	64.278.301	5.637.033	4.671.215	1.071.570	-	160.189.270
Letras financeiras do tesouro	6.141.692	10.292.030	839.938	-	1.070.867	-	18.344.527
Letras do tesouro nacional	64.890.083	19.717.992	4.794.202	4.671.215	703	-	94.074.195
Notas do tesouro nacional	13.205.488	34.268.279	2.893	-	-	-	47.476.660
Tesouro nacional/ securitização	293.888	-	-	-	-	-	293.888
Títulos – empresas	14.643.125	5.632.899	-	-	-	-	20.276.024
Debêntures	3.824.477	4.946.087	-	-	-	-	8.770.564
Nota promissória	5.140	-	-	-	-	-	5.140
Letras financeiras	55.572	-	-	-	-	-	55.572
Cotas de fundos	240.449	-	-	-	-	-	240.449
Certificado de recebíveis imobiliários	2.741.745	686.812	-	-	-	-	3.428.557
Ações	7.775.742	-	-	-	-	-	7.775.742
Outros	-	-	-	-	-	878.815	878.815
Total em 31/12/2016	99.174.276	69.911.200	5.637.033	4.671.215	1.071.570	878.815	181.344.109
Total em 31/12/2015	68.404.031	98.152.414	11.279.474	-	820	4.141.121	181.977.860

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

Posição em 31/12/2016	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Titulos públicos	158.613.846	1.625.222	(49.798)	160.189.270	161.503.080	-	17.340.537	10.971.558	15.295.274	116.581.901
Letras financeiras do tesouro	18.360.643	(15.669)	(447)	18.344.527	18.335.754	-	-	-	-	18.344.527
Letras do tesouro nacional	92.440.021	1.634.174	-	94.074.195	94.139.243	-	6.074.199	2.386.933	15.295.274	70.317.789
Notas do tesouro nacional	47.467.267	6.717	2.676	47.476.660	48.734.195	-	11.266.338	8.584.625	-	27.625.697
Tesouro nacional/securitização	345.915	-	(52.027)	293.888	293.888	-	-	-	-	293.888
Titulos – empresas	21.146.613	19.684	(890.273)	20.276.024	20.356.837	8.016.191	-	132.707	428.496	11.698.630
Debêntures	9.359.979	19.664	(609.079)	8.770.564	8.634.179	-	-	71.995	428.496	8.270.073
Nota promissória	5.097	-	43	5.140	5.140	-	-	5.140	-	-
Letras financeiras	55.773	-	(201)	55.572	55.572	-	-	55.572	-	-
Cotas de fundos	240.449	-	-	240.449	240.449	240.449	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.453.036	20	(24.499)	3.428.557	3.645.755	-	-	-	-	3.428.557
Ações	8.032.279	-	(256.537)	7.775.742	7.775.742	7.775.742	-	-	-	-
Total – TVM	179.760.459	1.644.906	(940.071)	180.465.294	181.859.917	8.016.191	17.340.537	11.104.265	15.723.770	128.280.531
Para negociação (3)	106.701.497	1.644.906	-	108.346.403	108.346.403	-	15.715.826	2.386.933	15.295.274	74.948.370
Disponíveis para venda	23.567.368	-	(940.071)	22.627.297	22.627.297	8.016.191	-	132.707	428.496	14.049.903
Mantidos até o vencimento (4)	49.491.594	-	-	49.491.594	50.886.217	-	1.624.711	8.584.625	-	39.282.258
Instrumentos financeiros derivativos	878.815	-	-	878.815	878.815	-	643	18.386	371.655	488.131
Total – TVM e derivativos	180.639.274	1.644.906	(940.071)	181.344.109	182.738.732	8.016.191	17.341.180	11.122.651	16.095.425	128.768.662

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (181.614) - 31/12/2015 – (1.133.284); líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Descrição	31/12/2016								31/12/2015		
	Sem venc.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	15.715.826	2.386.933	15.295.274	74.288.058	106.060.869	1.625.222	107.686.091	101.345.780	(3.688.457)	97.657.323
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	7.573.730	7.589.399	(15.669)	7.573.730	3.472.622	3.028	3.475.650
Letras do tesouro nacional	-	5.824.291	2.386.933	15.295.274	65.553.289	87.425.613	1.634.174	89.059.787	89.281.974	(3.376.552)	85.905.422
Notas do tesouro nacional	-	9.891.535	-	-	1.161.039	11.045.857	6.717	11.052.574	8.591.184	(314.933)	8.276.251
Títulos - empresas	-	-	-	-	660.312	640.628	19.684	660.312	898.214	(75.227)	822.987
Debêntures	-	-	-	-	659.855	640.191	19.664	659.855	881.980	(75.224)	806.756
Cotas de fundos	-	-	-	-	-	-	-	-	15.128	-	15.128
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	457	437	20	457	1.106	(3)	1.103
Total	-	15.715.826	2.386.933	15.295.274	74.948.370	106.701.497	1.644.906	108.346.403	102.243.994	(3.763.684)	98.480.310

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	31/12/2016						31/12/2015				
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	5.286.757	5.336.555	(49.798)	5.286.757	446.563	(78.263)	368.300
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	4.954.720	4.955.167	(447)	4.954.720	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	38.149	35.473	2.676	38.149	84.311	1.953	86.264
Tesouro nacional/Securitizados	-	-	-	-	293.888	345.915	(52.027)	293.888	362.252	(80.216)	282.036
Títulos – Empresas	8.016.191	-	132.707	428.496	8.763.146	18.230.813	(890.273)	17.340.540	17.454.799	(2.678.876)	14.775.923
Debêntures	-	-	71.995	428.496	7.469.084	8.578.654	(609.079)	7.969.575	6.816.024	(46.712)	6.769.312
Nota promissória	-	-	5.140	-	-	5.097	43	5.140	800.112	12.681	812.793
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	82.755	118	82.873
Letras financeiras	-	-	55.572	-	-	55.773	(201)	55.572	142.286	230	142.516
Cotas de fundos	240.449	-	-	-	-	240.449	-	240.449	172.676	-	172.676
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.294.062	1.318.561	(24.499)	1.294.062	930.417	(89.645)	840.772
Ações (2)	7.775.742	-	-	-	-	8.032.279	(256.537)	7.775.742	8.510.529	(2.555.548)	5.954.981
Total	8.016.191	-	132.707	428.496	14.049.903	23.567.368	(940.071)	22.627.297	17.901.362	(2.757.139)	15.144.223

(1) Ajuste a Valor de Mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (181.614) em 31/12/2016 - 31/12/2015 - (1.133.284); líquido dos efeitos tributários.

(2) As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, em 2016, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R\$ 87.274.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	31/12/2016				Custo	Valor de mercado	31/12/2015	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			Custo	Valor de mercado
Títulos públicos	1.624.711	8.584.625	-	37.007.086	47.216.422	48.530.232	64.140.525	60.311.350
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	5.816.077	5.816.077	5.807.304	-	-
Letras do tesouro nacional	249.908	-	-	4.764.500	5.014.408	5.079.456	29.688.560	29.339.432
Notas do tesouro nacional	1.374.803	8.584.625	-	26.426.509	36.385.937	37.643.472	34.451.965	30.971.918
Títulos - empresas	-	-	-	2.275.172	2.275.172	2.355.985	71.681	57.460
Debêntures (1)	-	-	-	141.134	141.134	4.749	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	2.134.038	2.134.038	2.351.236	71.681	57.460
Total	1.624.711	8.584.625	-	39.282.258	49.491.594	50.886.217	64.212.206	60.368.810

(1) As debêntures, classificadas na Categoria III, são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, em 2016, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em debêntures no montante de R\$ 220.767.

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	7.644.659	17.606.509	2.751.670	7.562.206
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.018.760	1.780.558	1.316.160	2.094.147
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.635.947	6.410.072	3.619.912	7.241.492
Outros	5.356	2.561	11.518	11.350
Total	11.304.722	25.799.700	7.699.260	16.909.195

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA.

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

HEDGE CONTÁBIL								
Estruturas	31/12/2016				31/12/2015			
	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge
	Valor principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil
Emissões Externas	14.828.905	116.658	(27.922)	11.295.759	17.766.840	123.807	3.131.123	13.523.638
Empréstimos 4.131	1.629.250	14.713	(197.651)	1.643.963	9.350.559	71.069	943.617	9.421.628
Letras Financeiras	1.020.660	483.801	31.577	1.504.460	1.010.660	301.035	(91.401)	1.311.694
Total	17.478.815	615.172	(193.996)	14.444.182	28.128.059	495.911	3.983.339	24.256.960

(1) Ajuste acumulado dos contratos de swap

ESTRUTURA TEMPORAL						
Vencimento	31/12/2016			31/12/2015		
	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras
2016	-	-	-	413.232	2.063.749	-
2017	2.161.629	1.471.761	175.000	2.161.628	3.075.832	175.000
2018	958.578	-	21.500	958.578	2.911.506	16.500
2019	4.147.737	-	10.150	4.147.736	-	10.150
2020	30.805	-	16.360	30.805	-	11.360
2021	29.717	-	25.000	29.717	-	25.000
2022	719.797	-	-	719.797	-	-
2023	-	-	562.000	-	-	562.000
2024	-	-	203.450	-	-	203.450
2025	-	-	7.200	-	-	7.200
Total	8.048.263	1.471.761	1.020.660	8.461.493	8.051.087	1.010.660

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:

Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res.)	Valor Patrimonial	
	31/12/2016	31/12/2015			31/12/2016	31/12/2015
Contratos de futuros						
Compromissos de venda	98.199.829	70.294.595	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	99.475.047	70.292.013	-	-	-	-
Moeda estrangeira	(1.275.218)	2.582	-	-	-	-
Contratos de Swaps						
Posição ativa	10.540.683	17.523.240	1.007.961	(129.146)	878.815	4.141.121
Índices	1.020.660	1.010.660	43.281	(9.187)	34.094	2.481
Moeda estrangeira	9.520.023	16.512.580	964.680	(119.959)	844.721	4.138.640
Posição passiva	10.540.683	17.523.240	1.059.550	13.261	1.072.811	157.782
Índices	1.020.660	1.010.660	47	2.469	2.516	93.882
Moeda estrangeira	9.520.023	16.512.580	1.059.503	10.792	1.070.295	63.900

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:

Descrição	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Result./ Patrimônio Líquido)	31/12/2016					31/12/2015
			Valor Patrim.	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial
Posição Ativa:								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	1.007.961	(129.146)	878.815	643	18.386	371.655	488.131	4.141.121
BM&FBOVESPA	43.281	(9.187)	34.094	-	1.205	483	32.406	2.481
Inst. Financeiras	964.680	(119.959)	844.721	643	17.181	371.172	455.725	4.138.640
Posição Passiva:								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	1.059.550	13.261	1.072.811	14.098	154.223	82.068	822.422	157.782
BM&FBOVESPA	47	2.469	2.516	-	-	-	2.516	93.882
Inst. Financeiras	1.059.503	10.792	1.070.295	14.098	154.223	82.068	819.906	63.900

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:

Descrição	31/12/2016				31/12/2015	
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial						
Contratos futuros	14.154.626	2.395.268	15.296.066	66.353.869	98.199.829	70.294.595
Contratos de Swaps	323.795	1.125.617	2.358.978	6.732.293	10.540.683	17.523.240

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	(388.677)	(4.224.757)	2.886.334	4.277.477
Futuro	(741.226)	(4.668.097)	3.969.088	4.596.574
Total realizado	(1.129.903)	(8.892.854)	6.855.422	8.874.051

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Títulos públicos	6.708.603	11.280.294
Letra financeira do tesouro	1.910.805	-
Letras do tesouro nacional	4.794.905	11.277.716
Notas do tesouro nacional	2.893	2.578

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

Descrição	Remuneração	31/12/2016	31/12/2015
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	8.730.689	4.970.101
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	50.736.247	53.926.379
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	31.473.690	22.343.773
Compulsório adicional	Taxa SELIC	28.718.150	24.876.297
Total		119.658.776	106.116.550

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
FGTS a ressarcir	110.273	91.941
FCVS a receber	31.260.514	28.867.828
Não habilitados (1)	1.379.046	1.686.271
Habilitados e não homologados (2)	10.787.748	9.707.114
Habilitados e homologados (3)	19.093.720	17.474.443
Provisão FCVS a receber	(3.258.997)	(2.797.741)
Total (líquido de provisão)	28.111.790	26.162.028

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Créditos vinculados ao BACEN	5.888.969	11.233.580	5.083.022	9.192.461
Créditos vinculados ao SFH	1.211.223	2.392.920	1.211.383	2.242.656
Total	7.100.192	13.626.500	6.294.405	11.435.117

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016	31/12/2015
Operações de crédito	372.618.937	85.610.939	95.610.225	78.502.727	29.211.402	7.077.553	5.312.829	3.314.253	19.469.075	696.727.940	667.349.336
Empréstimos e títulos descontados	30.664.269	25.572.700	43.431.071	30.700.339	9.462.061	4.058.300	2.118.077	1.827.880	12.630.664	160.465.361	163.744.084
Financiamentos	12.688.723	9.131.622	2.813.237	2.734.075	1.433.786	446.821	272.485	225.658	1.556.112	31.302.519	35.920.873
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.077.785	2.558.480	1.845.420	1.135.142	238.357	55.480	39.039	28.109	239.101	7.216.913	7.488.834
Financiamentos imobiliários	277.700.476	24.502.766	41.902.107	36.883.050	15.567.304	2.493.020	1.342.515	868.975	4.235.059	405.495.272	384.175.883
Financiamentos de infraestrutura	49.487.403	11.569.788	5.309.109	6.893.761	2.454.176	-	1.524.648	353.403	787.198	78.379.486	70.658.301
Cessão de créditos (1)	1.000.281	12.275.583	309.281	156.360	55.718	23.932	16.065	10.228	20.941	13.868.389	5.361.361
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	3.660.547	5.968.224	1.000.050	951.411	541.057	121.364	61.433	23.054	233.655	12.560.795	12.137.251
Cartão de crédito	1.108.432	4.776.496	383.582	286.289	154.630	39.858	22.945	15.706	160.216	6.948.154	7.028.676
Adiantamento de contratos de câmbio (2)	2.544.835	647.082	610.419	564.192	342.209	3.151	30.692	5.962	31.181	4.779.723	4.517.270
Créditos adquiridos (3)	-	541.173	-	94.397	28.542	71.455	-	-	-	735.567	530.573
Diversos	7.280	3.473	6.049	6.533	15.676	6.900	7.796	1.386	42.258	97.351	60.732
Total	376.279.484	91.579.163	96.610.275	79.454.138	29.752.459	7.198.917	5.374.262	3.337.307	19.702.730	709.288.735	679.486.587
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	(46.483)	(786.131)	(1.270.257)	(3.087.513)	(3.480.851)	(2.377.300)	(2.688.109)	(2.336.113)	(19.702.730)	(35.775.487)	(33.880.851)
Total líq. de provisões	376.233.001	90.793.032	95.340.018	76.366.625	26.271.608	4.821.617	2.686.153	1.001.194	-	673.513.248	645.605.736

(1) Variação no saldo da modalidade Cessão de créditos decorrente da operação de cessão firmada entre a CAIXA e a CIBRASEC, no decorrer do 2º semestre, conforme informação constante da Nota 8f – Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros.

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações".

(3) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016	31/12/2015
Provisão regulamentar	-	(457.895)	(966.102)	(2.383.625)	(2.975.247)	(2.159.675)	(2.687.134)	(2.336.113)	(19.702.730)	(33.668.521)	(32.886.033)
Operações de crédito	-	(428.055)	(956.102)	(2.355.082)	(2.921.141)	(2.123.266)	(2.656.417)	(2.319.976)	(19.469.080)	(33.229.119)	(32.499.349)
Empréstimos e títulos descontados	-	(127.864)	(434.311)	(921.010)	(946.206)	(1.217.490)	(1.059.039)	(1.279.516)	(12.630.669)	(18.616.105)	(17.638.759)
Financiamentos	-	(45.658)	(28.132)	(82.022)	(143.379)	(134.046)	(136.243)	(157.961)	(1.556.112)	(2.283.553)	(2.446.700)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(12.792)	(18.454)	(34.054)	(23.836)	(16.644)	(19.520)	(19.676)	(239.101)	(384.077)	(377.704)
Financiamentos imobiliários	-	(122.514)	(419.021)	(1.106.492)	(1.556.730)	(747.906)	(671.258)	(608.283)	(4.235.059)	(9.467.263)	(10.124.950)
Financiamentos de infraestrutura	-	(57.849)	(53.091)	(206.813)	(245.418)	-	(762.324)	(247.382)	(787.198)	(2.360.075)	(1.856.743)
Cessão de créditos	-	(61.378)	(3.093)	(4.691)	(5.572)	(7.180)	(8.033)	(7.158)	(20.941)	(118.046)	(54.493)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	-	(29.840)	(10.000)	(28.543)	(54.106)	(36.409)	(30.717)	(16.137)	(233.650)	(439.402)	(386.684)
Cartão de crédito	-	(23.882)	(3.836)	(8.589)	(15.463)	(11.957)	(11.473)	(10.994)	(160.216)	(246.410)	(235.185)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(3.235)	(6.104)	(16.926)	(34.221)	(945)	(15.346)	(4.173)	(31.181)	(112.131)	(98.670)
Créditos adquiridos	-	(2.706)	-	(2.832)	(2.854)	(21.437)	-	-	-	(29.829)	(40.443)
Diversos	-	(17)	(60)	(196)	(1.568)	(2.070)	(3.898)	(970)	(42.253)	(51.032)	(12.386)
Provisão complementar (1)	(46.483)	(328.236)	(304.155)	(703.888)	(505.604)	(217.625)	(975)	-	-	(2.106.966)	(994.818)
Operações de crédito	(44.801)	(322.411)	(296.067)	(691.383)	(492.400)	(214.680)	(60)	-	-	(2.061.802)	(977.531)
Empréstimos e títulos descontados	(14.960)	(36.677)	(103.109)	(239.379)	(291.441)	(136.952)	(21)	-	-	(822.539)	(699.890)
Financiamentos	(3.627)	(15.467)	(24.078)	(57.944)	(109.944)	(77.511)	(36)	-	-	(288.607)	(199.170)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(2.275)	(1.916)	(9.553)	(11.186)	(24.123)	(211)	-	-	-	(49.264)	(20.955)
Financiamentos imobiliários	(22.006)	(264.421)	(152.398)	(382.566)	(66.892)	(6)	(3)	-	-	(888.292)	(57.516)
Financiamentos de infraestrutura	(1.933)	(3.930)	(6.929)	(308)	-	-	-	-	-	(13.100)	-
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	(1.682)	(5.825)	(8.088)	(12.505)	(13.204)	(2.945)	(915)	-	-	(45.164)	(17.287)
Cartão de crédito	(124)	(353)	(898)	(2.790)	(2.389)	(2.256)	-	-	-	(8.810)	(9.851)
Adiantamento de contratos de câmbio	(265)	(1.398)	(3.903)	(3.891)	(709)	(80)	-	-	-	(10.246)	(6.479)
Créditos adquiridos	-	-	-	(1.333)	-	-	-	-	-	(1.333)	-
Diversos	(1.293)	(4.074)	(3.287)	(4.491)	(10.106)	(609)	(915)	-	-	(24.775)	(957)
Total Provisão	(46.483)	(786.131)	(1.270.257)	(3.087.513)	(3.480.851)	(2.377.300)	(2.688.109)	(2.336.113)	(19.702.730)	(35.775.487)	(33.880.851)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução n 2.682 de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016	31/12/2015
Parcelas vincendas	376.176.941	91.291.264	83.979.939	62.504.704	19.360.093	2.680.253	2.518.104	1.078.856	7.090.937	646.681.091	619.065.105
01 a 30 dias	10.247.221	7.226.783	3.682.075	3.137.245	1.022.726	145.981	73.383	52.519	1.083.088	26.671.021	23.603.731
31 a 60 dias	4.359.422	3.915.297	2.546.150	1.813.504	597.776	110.530	56.316	40.387	269.677	13.709.059	13.514.034
61 a 90 dias	4.504.446	3.136.961	2.018.317	1.925.328	596.159	99.949	59.947	36.114	246.090	12.623.311	12.405.708
91 a 180 dias	15.328.020	8.521.188	6.740.789	5.235.909	1.570.145	276.776	156.624	99.879	659.308	38.588.638	36.959.435
181 a 360 dias	23.593.560	11.769.989	10.353.437	7.518.441	2.409.996	415.170	214.987	149.701	907.453	57.332.734	60.308.995
Acima de 360 dias	318.144.272	56.721.046	58.639.171	42.874.277	13.163.291	1.631.847	1.956.847	700.256	3.925.321	497.756.328	472.273.202
Parcelas vencidas	102.543	287.899	170.656	165.091	72.960	15.203	6.808	3.976	34.759	859.895	1.497.222
01 a 14 dias	57.005	260.145	103.236	104.803	50.369	11.180	4.588	2.853	24.188	618.367	1.233.339
15 a 30 dias	45.538	27.754	67.420	60.288	22.591	4.023	2.220	1.123	10.571	241.528	263.883
Total	376.279.484	91.579.163	84.150.595	62.669.795	19.433.053	2.695.456	2.524.912	1.082.832	7.125.696	647.540.986	620.562.327

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016	31/12/2015
Parcelas vencidas	-	-	607.828	1.495.337	1.770.027	1.710.890	1.500.446	1.332.409	8.851.493	17.268.430	20.260.607
01 a 30 dias	-	-	466.695	264.784	160.968	51.207	30.991	20.493	105.726	1.100.864	1.074.802
31 a 60 dias	-	-	141.129	819.236	250.156	178.873	46.860	26.076	171.316	1.633.646	1.441.634
61 a 90 dias	-	-	1	238.638	891.576	266.091	119.240	78.710	442.021	2.036.277	2.856.063
91 a 180 dias	-	-	1	172.669	467.207	844.413	912.977	794.836	1.414.283	4.606.386	6.431.632
181 a 360 dias	-	-	2	10	120	370.306	390.378	412.294	5.657.236	6.830.346	7.614.252
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.060.911	1.060.911	842.224
Parcelas vincendas	-	-	11.851.852	15.289.006	8.549.379	2.792.571	1.348.904	922.066	3.725.541	44.479.319	38.663.653
01 a 30 dias	-	-	194.196	298.341	258.472	109.360	48.727	19.652	120.334	1.049.082	789.011
31 a 60 dias	-	-	179.024	271.594	145.632	84.980	45.891	19.453	100.576	847.150	708.886
61 a 90 dias	-	-	160.076	259.488	139.438	127.260	43.319	18.365	96.284	844.230	696.699
91 a 180 dias	-	-	479.028	728.028	398.855	230.451	84.197	52.246	279.347	2.252.152	1.979.434
181 a 360 dias	-	-	859.145	1.158.784	689.357	357.619	136.999	96.163	498.817	3.796.884	3.590.324
Acima de 360 dias	-	-	9.980.383	12.572.771	6.917.625	1.882.901	989.771	716.187	2.630.183	35.689.821	30.899.299
Total	-	-	12.459.680	16.784.343	10.319.406	4.503.461	2.849.350	2.254.475	12.577.034	61.747.749	58.924.260

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
SETOR PÚBLICO	59.737.687	53.154.586
Administração direta	34.138.953	28.015.215
Administração indireta – petroquímico	11.442.912	11.308.664
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	4.612.824	4.169.113
Administração indireta – outros	9.542.998	9.661.594
SETOR PRIVADO	649.551.048	626.332.001
PESSOA JURÍDICA	133.474.909	139.077.776
Comércio varejista	21.188.753	24.428.543
Construção civil	16.650.759	17.291.122
Siderurgia e metalurgia	9.607.243	9.630.222
Energia elétrica	16.043.669	12.167.623
Serviços financeiros	5.629.158	8.457.686
Outras indústrias	6.270.445	7.726.781
Transporte	10.172.335	10.192.010
Agronegócio e extrativismo	4.330.213	5.330.556
Comércio atacadista	7.289.830	7.105.384
Saúde	4.522.301	4.026.272
Saneamento e infraestrutura	6.653.075	5.684.020
Petroquímico	1.775.383	2.497.286
Têxtil	1.872.246	2.047.543
Comunicação	1.304.053	1.538.300
Alimentação	2.291.769	2.321.937
Serviços pessoais	297.038	346.073
Outros serviços	17.576.639	18.286.418
PESSOA FÍSICA	516.076.139	487.254.225
Total	709.288.735	679.486.587

(e) Receitas de operação de crédito

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	24.930.064	48.760.014	22.661.761	44.277.328
Financiamentos rurais e agroindustriais	229.445	457.400	231.007	395.772
Financiamentos imobiliários	19.546.168	37.970.862	18.293.023	34.176.442
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	3.653.163	6.991.120	4.648.777	7.740.781
Outros créditos	6.643	12.593	6.614	10.056
Total	48.365.483	94.191.989	45.841.182	86.600.379

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada a estratégia operacional da instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

(f.1) Carteiras cedidas

No decorrer do exercício de 2016 foram realizadas cessões onerosas de crédito sem coobrigação conforme quadro abaixo:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Créditos ativos	Créditos baixados prejuízo	Valor total da cessão	Resultado
RCB Planejamento Financeiro LTDA	1.033.898	238.500	1.272.397	65.797
Omni Financeira	980.277	425.838	1.406.115	72.710
Total	2.014.175	664.338	2.678.512	138.507

No decorrer do 2º semestre de 2016 foi firmado entre a CAIXA e a CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização contrato de cessão de créditos imobiliários com coobrigação no valor R\$ 6.069.071.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Carteiras Cedidas				
Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas com vendas ou transferência de carteiras	561.781	2.956.743	1.482.162	3.237.459
Valor recuperado prejuízo (1)	-	34.372	124.907	366.765
Ativos S.A	-	-	56.123	85.132
Omni S/A	-	22.058	68.784	68.784
RCB Planejamento Financeiro LTDA	-	12.314	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	-	212.849
Reversão de provisão (1)	-	2.014.038	1.084.038	2.352.007
Ativos S.A	-	-	-	338.066
Omni S/A	-	980.140	1.084.038	1.084.038
RCB Planejamento Financeiro LTDA	-	1.033.898	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	-	929.903
Receitas vinculadas a cessões (2)	561.781	908.333	273.217	518.687
CIBRASEC, GAIA e RB Capital Securitizadora	561.781	908.333	273.217	518.687
Despesas com vendas ou transferências de carteiras	(571.624)	(2.835.434)	(1.298.111)	(2.815.517)
Despesas vinculadas a cessões (2)	(571.624)	(921.006)	(275.050)	(519.166)
CIBRASEC, GAIA e RB Capital Securitizadora	(571.624)	(921.006)	(275.050)	(519.166)
Prejuízos de obrigações p/ operações vinc. a cessão (1)	-	(1.914.428)	(1.023.061)	(2.296.351)
Ativos S.A	-	-	(4.486)	(345.257)
Omni S/A	-	(933.775)	(1.018.575)	(1.018.575)
RCB Planejamento Financeiro LTDA	-	(980.653)	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	-	(932.519)
Despesas provisão carteiras cedidas (2)	(49.180)	(77.323)	(21.235)	(56.542)
CIBRASEC, GAIA e RB Capital Securitizadora	(49.180)	(77.323)	(21.235)	(56.542)
Resultado	(59.023)	43.986	162.816	365.400

(1) Cessão de créditos, sem coobrigação.

(2) Cessão de créditos, com coobrigação.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.2) Carteiras adquiridas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Carteiras adquiridas				
Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Modalidade com coobrigação (1)	54.828	89.515	41.125	82.540
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	56.329	91.016	41.341	85.133
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(1.501)	(1.501)	(216)	(2.593)
Modalidade sem coobrigação (2)	2.077.820	3.884.281	1.611.348	2.822.761
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	2.077.839	3.884.316	1.611.136	2.823.051
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(19)	(35)	212	(290)
Resultado	2.132.648	3.973.796	1.652.473	2.905.301

(1) Carteiras adquiridas no período dos Bancos Cruzeiro do sul, BMG, Bonsucesso, BMB, Banco PAN e Daycoval.

(2) Carteiras adquiridas no período do Banco PAN.

(g) Concentração dos principais devedores

Descrição	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Principal devedor	11.442.912	1,61	11.308.664	1,66
10 maiores devedores	48.532.191	6,84	47.803.402	7,04
20 maiores devedores	68.613.692	9,67	66.334.889	9,76
50 maiores devedores	92.962.442	13,11	89.689.691	13,20
100 maiores devedores	108.755.508	15,33	104.434.440	15,37

(h) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações renegociadas	7.365.881	15.242.818	7.392.620	13.004.376
Operações comerciais	7.132.315	14.331.430	7.183.394	12.532.483
Operações habitacionais	233.566	911.388	209.226	471.893
Operações recuperadas	1.123.668	2.344.390	1.407.960	2.460.437
Operações comerciais	763.830	1.649.367	1.160.889	1.950.470
Operações habitacionais	359.838	695.023	247.071	509.967

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(36.768.715)	(33.880.851)	(29.413.979)	(26.806.599)
Constituição de provisão no período	(13.227.321)	(28.822.303)	(21.668.531)	(39.023.091)
Reversão de provisão no período	3.185.312	8.712.936	11.594.442	19.366.075
Transferência para prejuízo	11.035.237	18.214.731	5.607.217	12.582.764
Saldo final	(35.775.487)	(35.775.487)	(33.880.851)	(33.880.851)

Nota 9 – Outros créditos**(a) Composição**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Créditos por avais e fianças honrados	30.567	30.749
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	5.412.747	5.473.711
Rendas a receber	2.138.956	2.833.916
Dividendos e JCP a receber	235.103	217.944
Convênios setor privado	85.734	106.535
Convênios setor público	363.628	499.310
Administração de fundos de investimento	82.378	61.192
Administração de fundos e programas sociais	1.315.650	1.901.374
Outras rendas a receber	56.463	47.561
Negociação e intermediação de valores	15.800	48.313
Créditos específicos	937.833	836.716
Diversos (Nota 9 (b))	70.906.531	65.810.908
Provisão para outros créditos (1)	(484.566)	(403.971)
Total	78.957.868	74.630.342
Ativo circulante	36.524.340	42.856.045
Ativo não circulante	42.433.528	31.774.297

(1) Refere-se à provisão para as carteiras de cartão de crédito e de adiantamento de contratos de câmbio, que possuem característica de concessão de crédito (Nota 8 (b)).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Créditos tributários (Nota 20 (d))	38.580.898	35.934.195
Devedores por depósitos em garantia (Nota 30 (c))	15.417.738	13.711.179
Adiantamentos e antecipações salariais	224.402	208.821
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	681.562	2.414.154
Impostos e contribuições a compensar	721.485	1.210.837
Cartão de crédito (1)	7.240.943	7.240.589
Prêmio em aquisição de carteiras	2.506.533	1.512.617
Seguros a receber	359.916	212.373
Créditos adquiridos	735.567	530.574
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	99.795	138.843
Valores a receber – royalties	578.362	277.384
Valores a receber – FND	500.466	451.485
Valores a receber - correspondentes bancários	109.212	107.097
Valores a receber - resgate de bônus	114.701	105.906
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	5.988	8.372
Valores a receber - créditos administrados	26.182	25.243
Valores a receber - planos de saúde autogestão	148.098	13.805
Valores a receber – cessão de créditos	36.458	30.896
Valores a receber – avais e fianças honrados	199.578	181.918
Valores a apropriar (2)	2.978.657	2.294.688
Outros devedores	1.051.077	611.019
Desconto em outros ativos financeiros	(1.411.087)	(1.411.087)
Total	70.906.531	65.810.908
Ativo circulante	28.445.066	34.016.894
Ativo não circulante	42.461.465	31.794.014

(1) Inclui R\$ 6.948.154 (31/12/2015 - R\$ 7.028.676) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(2) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente, liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ativo - outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira (1)	4.877.853	5.342.526
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional (2)	455.814	52.097
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	85.150	80.092
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(6.070)	(1.004)
Ativo circulante	5.412.747	5.473.711
Passivo - outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	455.487	52.021
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	5.130.709	4.489.392
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(4.687.898)	(4.437.178)
Passivo circulante (Nota 18 (a))	898.298	104.235

(1) Valor de 31/12/2015 alterado em decorrência de reclassificações internas entre os respectivos itens.

(2) Valor de 31/12/2015 alterado em decorrência de reclassificações internas entre os respectivos itens.

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas	503.255	706.355	21.392.670	34.797.888
Variações cambiais - disponibilidade em moeda estrangeira (1)	39.133	(189.256)	20.318.862	32.929.924
Variações cambiais – outras	362.674	713.842	988.141	1.733.574
Operações de câmbio	101.448	181.769	85.667	134.390
Despesas	(313.925)	(1.931.641)	(19.637.443)	(32.106.801)
Variações cambiais - disponibilidade em moeda estrangeira (1)	(3.354)	(1.620.310)	(19.636.716)	(32.092.730)
Variações cambiais – outras	(310.218)	(310.703)	(442)	(13.517)
Operações de câmbio	(353)	(628)	(285)	(554)
Resultado de câmbio	189.330	(1.225.286)	1.755.227	2.691.087

(1) Conforme determina a Carta Circular nº 3.731, de 13 de outubro de 2015, em 2016, as variações cambiais de operações ativas estão concentradas no item de receita e as variações cambiais de operações passivas estão concentradas no item de despesa.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por:

- Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;
- Despesas antecipadas que, em 31/12/2016, referiam-se essencialmente à antecipação de prêmio de performance das carteiras comerciais adquiridas do Banco PAN;
- Estoque de material de consumo.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens não de uso próprio	5.254.320	2.654.566
Imóveis patrimoniais não de uso	992.886	403.467
Imóveis adjudicados/arrematados	4.261.434	2.251.099
Despesas antecipadas	70.467	21.267
Material de consumo	35.436	34.845
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(177.004)	(133.958)
Total	5.183.219	2.576.720

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(163.896)	(133.958)	(94.693)	(90.591)
Constituição	(81.365)	(142.771)	(57.433)	(69.927)
Baixas	68.257	99.725	18.168	26.560
Saldo final	(177.004)	(177.004)	(133.958)	(133.958)

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas**a) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:**

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.546	112.732.358	49,00	40,35
Branes	2.200.010	-	2,00	2,00
FIP Veneza	38.775.176	-	-	75,00
Habitar	25	-	5,00	5,00
FIP Amsterdam	475	-	-	47,35
Capgemini	63.764.544	-	20,70	19,11
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	4.000	20	9,65	9,65
Crescer	40.783.190	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Securitária (1)	100.000	-	100,00	100,00
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.278.822	-	48,21	48,21

(1) A participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2016	31/12/2015	2016		2015	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXA Seguros Holding	3.046.972	2.635.360	411.727	801.830	402.956	822.958
Banco PAN	878.142	1.183.161	(201.169)	(305.187)	250.787	121.570
Capgemini	117.889	177.957	(43.173)	(77.960)	(36.585)	(62.137)
Elo Serviços	23.111	18.542	1.937	5.993	(124)	3.694
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.994	6.956	133	259	124	249
Crescer	-	-	(5.048)	(8.124)	(3.815)	(5.094)
Branes	1.874	1.841	22	34	6	-
Galgo Sistemas de Informações S.A	1.752	-	-	-	-	-
BIAPE	-	238	(104)	(244)	2	(448)
FGO – Fundo Garantia de Operações (1)	287.712	76.069	-	-	-	-
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	265.210	262.766	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	32.685	32.428	(568)	(1.073)	(725)	(7.319)
TECBAN	106.537	107.004	(218)	(467)	368	48.028
PAN Corretora (2)	33.130	29.381	1.022	3.749	2.771	4.912
PAN Seguros	363.179	353.709	3.759	24.795	16.578	16.578
Outros Investimentos (3) (4)	8.827	4.734	-	-	-	-
Total	5.174.014	4.890.146	168.320	443.605	632.343	942.991

(1) Valor do investimento líquido de provisão de (R\$ 208.136) em 31/12/2016; (R\$ 344.779) em 31/12/2015;

(2) Valor do investimento líquido de provisão de (R\$ 33) em 31/12/2016; (R\$ 33) em 31/12/2015;

(3) Valor do investimento líquido de provisão de (R\$ 43.266) em 31/12/2016; (R\$ 11.085) em 31/12/2015;

(4) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(b) Movimentação dos ágios na aquisição de investimentos em empresas controladas

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo anterior	162.841	180.531	202.879	226.159
Amortizações	(17.490)	(35.180)	(22.348)	(45.628)
Saldo atual	145.351	145.351	180.531	180.531

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Com o índice de imobilização apurado de 14,45% (31/12/2015 – 14,34%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

(a) Composição

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	1.934.129	(951.218)	982.911	1.590.668	(518.560)	1.072.108
Edificações	1.872.597	(951.218)	921.379	1.529.447	(518.560)	1.010.887
Terrenos	61.532	-	61.532	61.221	-	61.221
Reavaliações de imóveis de uso	710.140	(211.910)	498.230	715.978	(192.466)	523.512
Edificações	519.239	(211.910)	307.329	524.127	(192.466)	331.661
Terrenos	190.901	-	190.901	191.851	-	191.851
Outras imobilizações de uso	7.582.217	(5.643.724)	1.938.493	7.295.520	(5.026.378)	2.269.142
Imobilizações em curso	3.417	-	3.417	23.881	-	23.881
Inst., móveis e equip. de uso	1.688.696	(937.172)	751.524	1.606.314	(849.561)	756.753
Sistema de comunicação	95.304	(79.839)	15.465	91.424	(77.158)	14.266
Sistema de proc.de dados	5.335.906	(4.280.182)	1.055.724	5.154.717	(3.799.290)	1.355.427
Sistema de transporte e segurança	458.894	(346.531)	112.363	419.184	(300.369)	118.815
Total	10.226.486	(6.806.852)	3.419.634	9.602.166	(5.737.404)	3.864.762

(b) Movimentação

Descrição	31/12/2015	Transfe- rências	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2016
Imóveis de uso	1.072.108	20.574	198.326	(389)	(307.708)	982.911
Edificações	1.010.887	20.476	197.897	(173)	(307.708)	921.379
Terrenos	61.221	98	429	(216)	-	61.532
Reavaliação de imóveis de uso	523.512	-	-	(3.864)	(21.418)	498.230
Edificações	331.661	-	-	(2.914)	(21.418)	307.329
Terrenos	191.851	-	-	(950)	-	190.901
Outras imobilizações de uso	2.269.142	(20.574)	326.904	(3.368)	(633.611)	1.938.493
Imobilizações em curso	23.881	(20.574)	110	-	-	3.417
Inst., móveis e equipam. de uso	756.753	(6.359)	90.899	(27)	(89.742)	751.524
Sistema de comunicação	14.266	2.950	962	(8)	(2.705)	15.465
Sistema de proc.de dados	1.355.427	3.326	195.290	(3.329)	(494.990)	1.055.724
Sist. de transp./segurança	118.815	83	39.643	(4)	(46.174)	112.363
Total	3.864.762	-	525.230	(7.621)	(962.737)	3.419.634

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível

(a) Composição

Descrição	31/12/2016				31/12/2015			
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.191.039	(1.162.601)	(1.109)	2.027.329	2.905.765	(992.807)	(6.804)	1.906.154
Outros ativos intangíveis	366.655	(73.130)	-	293.525	366.655	(57.614)	-	309.041
Projetos logiciais - Software	1.612.502	(448.497)	-	1.164.005	1.384.938	(352.593)	-	1.032.345
Total	5.170.196	(1.684.228)	(1.109)	3.484.859	4.657.358	(1.403.014)	(6.804)	3.247.540

(b) Movimentação

Descrição	31/12/2015	31/12/2016			Líquido
	Líquido	Movimentação			
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.906.154	816.256	(48.760)	(646.321)	2.027.329
Outros ativos intangíveis	309.041	-	-	(15.516)	293.525
Projetos logiciais - Software	1.032.345	308.016	-	(176.356)	1.164.005
Total	3.247.540	1.124.272	(48.760)	(838.193)	3.484.859

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Depósitos à vista – sem remuneração	31.882.854	27.414.590
Pessoas físicas	15.149.797	12.800.437
Pessoas jurídicas	12.608.920	10.703.860
Vinculados	1.976.511	2.071.944
Governo	1.569.328	1.343.474
Moedas estrangeiras	-	54.540
Instituições do sistema financeiro	22.272	36.620
Entidades públicas	326.537	215.008
Contas encerradas	24.889	18.195
Outros	204.600	170.512
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	252.403.109	242.359.933
Pessoas físicas	248.301.920	237.999.158
Pessoas jurídicas	2.062.215	2.482.363
Vinculados	2.149	2.323
Contas encerradas	2.036.825	1.876.089
Depósitos interfinanceiros	608.279	2.426.627
Depósitos a prazo	210.689.327	168.918.281
Remuneração prefixada	97.181.904	80.156.145
Depósitos a prazo em moeda nacional	97.181.904	80.156.145
Remuneração pós-fixada	113.507.423	88.762.136
Depósitos a prazo em moeda nacional	39.344.026	26.730.337
Depósitos judiciais com remuneração	74.163.397	62.031.799
Depósitos especiais e de fundos e programas (Nota 14 (d))	16.606.897	14.540.011
Sem remuneração	141.746	271.022
Remuneração prefixada	624.067	557.968
Remuneração pós-fixada	15.841.084	13.711.021
Outros	45	-
Total	512.190.511	455.659.442
Passivo circulante	403.115.342	368.124.932
Passivo não circulante	109.075.169	87.534.510

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Depósitos à vista	31.882.854	-	-	-	31.882.854	27.414.590
Depósitos de poupança	252.403.109	-	-	-	252.403.109	242.359.933
Depósitos interfinanceiros	-	151.949	163.453	292.877	608.279	2.426.627
Depósitos a prazo	74.175.046	5.639.198	22.092.791	108.782.292	210.689.327	168.918.281
CDB	11.649	5.639.198	22.092.791	108.782.292	136.525.930	106.872.896
Depósitos judiciais	74.163.397	-	-	-	74.163.397	62.031.799
Outros	-	-	-	-	-	13.586
Depósitos especiais e de fundos e programas	16.606.897	-	-	-	16.606.897	14.540.011
Outros	45	-	-	-	45	-
Total	375.067.951	5.791.147	22.256.244	109.075.169	512.190.511	455.659.442

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(9.537.003)	(18.579.568)	(9.224.555)	(17.430.332)
Depósitos interfinanceiros	(46.570)	(128.834)	(139.143)	(271.511)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(8.816.761)	(16.216.880)	(7.090.586)	(12.455.367)
Depósitos judiciais	(2.388.087)	(4.506.568)	(2.044.744)	(3.685.038)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(1.017.080)	(1.912.890)	(878.018)	(1.525.007)
Outras captações	(381.635)	(750.697)	(356.167)	(695.448)
Total	(22.187.136)	(42.095.437)	(19.733.213)	(36.062.703)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	7.488.435	8.569.202
Depósitos - Especiais com remuneração	2.246.651	2.064.505
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.277.657	1.553.768
Depósitos – PRODEC	60.667	56.088
Programa de Integração Social – PIS	40.848	150.246
Fundo Garantia Safra – FGS	365.364	22.768
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	2.534.465	104.815
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	896.922	426.318
Depósitos – PREVHAB	793.951	701.267
Saúde CAIXA	141.746	271.022
Outros	760.191	620.012
Total	16.606.897	14.540.011

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2016		2015	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos - FGTS	Selic	(479.297)	(947.580)	(490.380)	(856.840)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(53.779)	(111.101)	(58.905)	(110.216)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(2.349)	(4.580)	(2.205)	(4.041)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(77.693)	(163.566)	(71.671)	(112.679)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(17.472)	(23.340)	(3.406)	(4.811)
Depósitos - FAR	Selic	(147.894)	(203.864)	(24.966)	(26.764)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(36.477)	(67.315)	(28.339)	(51.732)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(27.359)	(52.531)	(24.074)	(43.396)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(50.850)	(97.941)	(45.437)	(82.441)
Depósitos - Caução	TR	(9.523)	(17.099)	(8.222)	(13.298)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(33.243)	(63.551)	(30.337)	(53.604)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(23.485)	(46.376)	(32.608)	(60.790)
Outros		(57.659)	(114.046)	(57.468)	(104.395)
Total		(1.017.080)	(1.912.890)	(878.018)	(1.525.007)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT		31/12/2016			31/12/2015		
		Forma	Data	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas				214.871	988.036	1.202.907	159.585	1.319.488	1.479.073
Proger urbano				153.052	785.400	938.452	96.290	1.021.184	1.117.474
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	153.052	785.400	938.452	96.290	1.021.184	1.117.474
FAT infraestrutura				61.436	198.742	260.178	62.920	293.584	356.504
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	61.436	198.742	260.178	62.920	293.584	356.504
FAT – PNMPO				383	3.894	4.277	375	4.720	5.095
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	383	3.894	4.277	375	4.720	5.095
Linhas de crédito especiais				444	74.306	74.750	417	74.278	74.695
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	444	74.306	74.750	417	74.278	74.695
Total				215.315	1.062.342	1.277.657	160.002	1.393.766	1.553.768

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto
(a) Composição

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Carteira própria (1)	69.325.980	94.785.099
Letras financeiras do tesouro	10.267.869	42.991
Letras do tesouro nacional	18.925.512	64.294.891
Notas do tesouro nacional	34.291.865	22.689.765
Debêntures	5.070.596	7.285.266
Certificados de recebíveis imobiliários	770.138	472.186
Carteira de terceiros	86.046.055	99.476.122
Letras do tesouro nacional	15.319.851	30.798.362
Notas do tesouro nacional	70.726.204	68.677.760
Livre movimentação	4.055.962	-
Letras do tesouro nacional	4.055.962	-
Total	159.427.997	194.261.221
Passivo circulante	150.680.825	186.597.458
Passivo não circulante	8.747.172	7.663.763

(1) Valores calculados considerando o PU de lastro (PU de Garantia) do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(4.884.932)	(10.396.942)	(6.192.813)	(10.897.047)
Carteira de terceiros	(6.842.619)	(16.554.234)	(6.128.112)	(11.712.800)
Carteira de livre movimentação	(242.907)	(358.295)	(18.083)	(37.822)
Total	(11.970.458)	(27.309.471)	(12.339.008)	(22.647.669)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

Depósitos	Indexador	Vencimento				31/12/2016	31/12/2015
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra hipotecária	IGP-M	-	-	-	737.113	737.113	687.723
Letra hipotecária	INPC	-	-	-	16.107	16.107	15.029
Letra de crédito imobiliária	IGP-M	-	10.676	-	-	10.676	9.962
Letra de crédito imobiliária	CDI	21.203.530	8.339.173	11.400.200	59.887.231	100.830.134	111.221.734
Letra de crédito imobiliária	TR	-	-	-	61.643	61.643	-
Letra financeira	CDI	2.812.507	1.401.706	3.858.317	29.465.611	37.538.141	39.670.266
Letra financeira	IPCA	-	133.851	97.239	977.085	1.208.175	1.052.891
Letra de crédito do agronegócio	CDI	111.385	163.313	95.079	141.517	511.294	1.029.810
Total		24.127.422	10.048.719	15.450.835	91.286.307	140.913.283	153.687.415
Passivo circulante						49.626.975	91.498.789
Passivo não circulante						91.286.308	62.188.626

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Letras imobiliárias	(6.138.195)	(12.587.563)	(6.433.736)	(11.520.911)
Letras hipotecárias	(47.396)	(123.509)	(73.200)	(132.914)
Letras financeiras	(2.372.105)	(5.139.866)	(2.883.423)	(5.381.560)
Letras de crédito do agronegócio	(40.227)	(96.380)	(107.238)	(211.088)
Total	(8.597.923)	(17.947.318)	(9.497.597)	(17.246.473)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores, cujas características são apresentadas a seguir e 1 subordinada, apresenta na Nota 18 (d1).

Título	Moeda	Valor emitido (1)	Remuner. a.a.	Data Captação	Vencim.	31/12/2016	31/12/2015
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	3.249.000	3.865.055
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.548.581	1.812.940
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	4.122.982	4.947.455
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	4.260.583	5.077.494
Total						13.181.146	15.702.944

(1) Valores em US\$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Despesa de TVM no exterior - sem subordinação	(559.864)	1.926.070	(3.398.731)	(5.572.970)
Despesa de TVM no exterior - com subordinação	(148.385)	179.570	(446.429)	(742.047)
Total	(708.249)	2.105.640	(3.845.160)	(6.315.017)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Repasses no país	238.966.421	207.682.167
FGTS	204.156.953	172.210.084
BNDES	31.349.361	32.377.811
Tesouro Nacional – PIS	928.282	678.164
Fundo Marinha Mercante	2.256.745	2.228.930
Outras instituições	275.080	187.178
Repasses no exterior	54.668	59.184
Empréstimos no exterior	5.425.078	14.337.557
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	3.798.282	4.726.401
Demais linhas de crédito	1.626.796	9.611.156
Total de obrigações por empréstimos e repasses	244.446.167	222.078.908
Passivo circulante	5.235.639	8.783.700
Passivo não circulante	239.210.528	213.295.208

(a) Repasses no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,15 % a.a. (habitação 5,03 % a.a., infraestrutura 5,89 % a.a. e saneamento 6,16 % a.a.) e prazo médio de retorno de 248 meses (habitação 261 meses, infraestrutura 231 meses e saneamento 164 meses).

(b) Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo estão sujeitos à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

(c) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto substancialmente por linhas de crédito captadas no exterior, sujeitas a taxa de juros de até 3,34% ao ano, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2017. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 4,53% ao ano e à variação cambial do dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2017.

(d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Repasses no país	(9.520.317)	(17.760.456)	(8.097.199)	(14.972.302)
FGTS	(8.154.522)	(15.276.517)	(6.810.791)	(12.365.417)
BNDES	(1.218.818)	(2.326.551)	(1.160.274)	(2.041.215)
Tesouro Nacional – PIS	(30.357)	(54.810)	(29.556)	(54.912)
Fundo Marinha Mercante	(68.192)	(10.412)	(54.343)	(435.237)
Outras instituições	(48.428)	(92.166)	(42.235)	(75.521)
Repasses no exterior	(1.726)	10.706	(25.655)	(25.655)
Empréstimos no exterior	(233.839)	1.570.373	(2.558.652)	(3.417.278)
Total	(9.755.882)	(16.179.377)	(10.681.506)	(18.415.235)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	352.815	353.726
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	898.298	104.235
Sociais e estatutárias	1.065.283	2.933.544
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.381.441	3.232.649
Negociação e intermediação de valores	17.968	3.073
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	12.771.534	12.222.859
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	980.762	1.799.266
Dívida Subordinada (Nota 18 (d))	11.098.029	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	17.443.376	24.118.921
Diversas (Nota 18 (e))	71.824.665	52.782.284
Total	118.834.171	97.550.557
Passivo circulante	59.561.446	53.595.291
Passivo não circulante	59.272.725	43.955.266

(1) Reclassificação da Dívida Subordinada com o FGTS que integra o Patrimônio de Referência, apresentada em 2015 no item Instrumentos de dívida elegíveis a capital

(b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Tributos sobre salários a recolher	476.261	438.803
Tributos sobre serviços a recolher	348.113	415.575
Tributos sobre lucros a recolher	239.049	184.376
Imposto de renda	22.743	14.413
Contribuição social	2.886	3.647
COFINS	184.044	146.571
PASEP	29.376	19.745
Tributos diferidos	1.167.080	2.026.544
Reavaliação – edificações	121.815	127.238
Ajustes ao valor mercado - títulos para negociação	782.275	-
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	262.990	264.045
Contratos futuros	-	1.635.261
Tarifas a receber da União	-	-
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	150.938	167.351
Total	2.381.441	3.232.649
Passivo circulante	2.259.626	3.105.411
Passivo não circulante	121.815	127.238

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fundos e programas sociais	10.109.583	9.305.546
FGTS	4.508.345	4.777.286
Minha Casa Minha Vida	4.711.315	3.919.855
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	295.412	295.477
Programas de transferência de renda	419.494	195.751
Outros fundos e programas	175.017	117.177
Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.783.353	1.509.771
PIS	1.222.949	1.258.833
FAT	558.934	249.494
FINSOCIAL	1.470	1.444
Operações com loterias	878.598	1.407.542
Total	12.771.534	12.222.859

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital**(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

A CAIXA possui 19 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 06 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência – PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 06 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014 e 2015.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

A CAIXA possui 12 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 23/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco. Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu “Sobre a Caixa”.

Vencim.	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 31/12/2016	Saldo devedor 31/12/2015
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS								
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.645.888	(3.280.376)	-	2.805.229	3.611.408
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	1.342.775	-	-	4.342.775	3.995.860
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	950.025	-	-	3.950.025	3.668.116
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	497.310	-	-	3.497.310	3.246.532
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	579.214	-	-	4.579.214	4.271.464
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	271.725	-	-	3.271.725	3.056.866
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	82.991	-	-	4.082.991	-
Letra Financeira elegível – Nível II								
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	4.168	-	-	14.168	12.265
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	7.032	-	-	24.432	21.153
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	503	-	-	2.003	1.735
jun/24	100%IPCA	jun/14	200.000	88.439	-	(1.216)	287.223	251.919
fev/25	100% IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	371	-	38	1.609	1.379
fev/25	100% IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	366	-	22	1.588	1.374
fev/25	100% IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	750	-	(4)	3.146	2.762
mar/25	100% IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	361	-	(11)	1.550	1.369
TVM no exterior elegível – Nível II								
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	554.725	-	15.242	1.676.417	1.974.719
Total			24.781.067	7.026.643	(3.280.376)	14.071	28.541.405	24.118.921

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A Resolução do Conselho Monetário Nacional CMN nº 4.192/2013 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal.

Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos híbridos de capital e dívida, perfazendo um montante de R\$ 980.762 em 31/12/2016 (31/12/2015 – R\$ 1.799.266).

(e) Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	22.816.082	15.744.858
Saúde CAIXA	13.541.692	12.068.398
Auxílio e cesta alimentação	1.331.503	1.097.455
Planos de benefícios - Previdência privada	7.942.887	2.579.005
Provisões para pagamentos a efetuar	4.755.950	4.429.195
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	14.348.666	14.155.097
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	4.267.274	3.860.506
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.298.765	3.030.517
Financiamentos imobiliários a liberar	5.287.471	3.777.476
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	190.153	1.306
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	13.935.592	5.392.832
Obrigações por convênios	856.953	710.351
Obrigações por contribuições ao SFH	29.397	28.211
Recursos do FGTS para amortizações	959.467	682.954
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.078.523	965.690
Credores diversos exterior	372	3.291
Total	71.824.665	52.782.284

(1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Credores diversos – País

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Cartões de crédito	7.081.176	7.126.843
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	59.179	40.909
Fornecedores	1.114.535	952.810
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	490.437	477.028
Crédito comercial – repasses	70.062	187.549
Crédito imobiliário – repasses	1.167.649	863.872
Obrigações com a União – repasses	50.484	45.777
Contas a pagar	296.308	141.894
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	63.439	59.673
Valores a restituir – penhor	81.648	91.445
Valores a apropriar (2)	3.562.379	3.953.131
Outros credores diversos	311.370	214.166
Total	14.348.666	14.155.097

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Passivos classificados em contas transitórias, principalmente, arrecadações de empréstimos comerciais e financiamentos habitacionais.

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28/03/2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. O artigo 7º deste Decreto foi alterado pelo Decreto nº 8.830, de 04/08/2016, que institui o Capital Social da CAIXA, exclusivamente integralizado pela União Federal, no montante de R\$ 24.837.171, mediante a incorporação do saldo da Reserva Estatutária de Loterias acumulado até 31/12/2015 no valor de R\$ 2.782.369.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos.

Discriminação	31/12/2016	31/12/2015
Contrato 348/2007	7.593.569	7.411.895
Contrato 504/2009	7.749.478	7.564.073
Contrato 752/2012	6.800.000	6.800.000
Contrato 754/2012	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869/2013	8.000.000	8.000.000
Total	36.453.645	36.086.566

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Em abril de 2016 houve pagamento dos juros dos IHCD e incorporação da atualização monetária referentes ao exercício de 2015.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 13,54% (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Reservas de reavaliação	379.098	400.384
Reservas de lucros	9.074.710	9.269.290
Reserva legal	2.802.527	2.617.409
Reserva estatutária – loterias	511.185	2.782.368
Reservas margem operacional	5.760.998	3.869.513

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,5% acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado (LLA). Pode, excepcionalmente, a) ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do LLA, desde que sejam respeitados os limites prudenciais e suas respectivas projeções para os próximos 24 meses; ou b) ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do LLA, observada a distribuição mínima legal de 25%, quando a projeção para os próximos 12 meses indicar desenquadramento dos limites prudenciais estabelecidos.

Assim, são assegurados dividendos sobre o LLA de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R\$ 681.562 (31/12/2015 – R\$ 1.757.678) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 306.703 no exercício de 2016 (R\$ 703.072 no exercício de 2015).

Em 2016, foi repassado à União os montantes de R\$ 57.097 a título de dividendos complementares do exercício de 2015 (R\$ 1.800 correspondente à atualização monetária) e de R\$ 681.562 a título de JCP antecipados do exercício 2016.

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL**

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tributos Correntes	(614.319)	(740.053)	478.147	(206.851)
Tributos Diferidos	(11.640)	2.289.500	4.719.511	8.151.085
Passivo Fiscal Diferido	(492.482)	769.585	(1.010.591)	(915.804)
Ativo Fiscal Diferido	480.842	1.519.915	5.730.102	9.066.889
Diferenças Temporárias - constituição / realização	713.051	1.782.454	5.497.048	9.124.507
Prejuízo Fiscal / Base Negativa (1)	(138.326)	(155.202)	145.468	(33.298)
CSLL - MP 2.158-35/01	(93.883)	(107.337)	87.586	(24.320)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(625.959)	1.549.447	5.197.658	7.944.234

(1) O saldo de Base Negativa de CSLL foi realizado, na sua totalidade, em 2014.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	3.100.988	3.761.941	(711.777)	439.495
Encargo IRPJ e CSLL	(1.395.431)	(1.692.849)	279.008	(186.115)
Efeitos tributários adições e exclusões	356.682	(197.604)	(92.148)	(1.193.844)
Juros sobre o capital próprio	-	528.188	376.613	703.072
Participação em coligadas e controladas	99.334	240.014	(5.965)	142.237
Outros	325.096	382.198	(79.361)	327.799
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(614.319)	(740.053)	478.147	(206.851)

(c) Passivo fiscal diferido

Obrigações Fiscais Diferidas - IRPJ/CSLL			
Descrição	31/12/2016	31/12/2015	
Despesa diferida/marcação a mercado	908.121	1.678.516	
Outros	121.815	127.238	
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	1.029.936	1.805.754	

Obrigações Fiscais Diferidas - PASEP/COFINS			
Descrição	31/12/2016	31/12/2015	
Despesa diferida/marcação a mercado	137.146	220.791	
Outros	1.011	-	
PASEP e COFINS do Período	138.157	220.791	

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Ativo fiscal diferido

Composição dos Créditos Tributários - IRPJ/CSLL				
Descrição	31/12/2015 (Nota (3t))	Constituição	Reversão	31/12/2016
Diferenças temporárias:	30.137.155	18.721.594	(16.939.139)	31.919.610
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.891.975	12.480.677	(9.871.301)	21.501.351
Passivos atuariais	3.816.803	218.755	(593.948)	3.441.610
Provisões trabalhistas	1.737.227	193.203	(81.278)	1.849.152
Provisões cíveis	1.379.550	89.055	(99.956)	1.368.649
Provisões fiscais	57.077	16.305	(23.750)	49.632
Ajuste a valor de mercado de tít. para negociação	1.634.479	553.020	(1.629.251)	558.248
Provisão para desvalorização bens não de uso	34.106	110.677	(91.306)	53.477
Outros	2.585.938	5.059.902	(4.548.349)	3.097.491
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.645.294	-	(262.538)	1.382.756
Prejuízo fiscal a realizar	1.531.161	-	(148.405)	1.382.756
Base Negativa	6.796	-	(6.796)	-
CSLL - MP 2.158-35/01	107.337	-	(107.337)	-
Total dos créditos com impacto no resultado	31.782.449	18.721.594	(17.201.677)	33.302.366
Ajuste a valor de mercado - títulos disp. p/ venda	1.465.081	-	(780.783)	684.298
Perdas atuariais CPC 33	2.352.880	2.107.262	-	4.460.142
Total dos créditos com impacto no PL	3.817.961	2.107.262	(780.783)	5.144.440
Total dos créditos tributários	35.600.410	20.828.856	(17.982.460)	38.446.806
Total dos créditos não constituídos	1.011.134	981.008	-	1.992.142

Composição dos Créditos Tributários - PASEP/COFINS				
Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	31/12/2016
Total dos créditos com impacto no resultado	175.011	-	(115.078)	59.933
Ajuste a mercado	175.011	-	(115.078)	59.933
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	-	-	-
Total dos créditos com impacto no PL	158.774	-	(84.615)	74.159
Ajuste a valor de mercado - tít. disp. para venda	158.774	-	(84.615)	74.159
Total	333.785	-	(199.693)	134.092

(e) Expectativa de realização

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 12/2016, estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL			
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal / CSLL 18%	Diferença Temporal	TOTAL
2017	464.854	12.285.656	12.750.510
2018	617.218	10.443.182	11.060.400
2019	300.684	5.030.769	5.331.453
2020	-	670.752	670.752
2021	-	690.901	690.901
2022	-	650.643	650.643
2023 a 2026	-	7.426.239	7.426.239
Total	1.382.756	37.198.142	38.580.898
Valor Presente	1.367.995	31.711.805	33.079.800

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	48.365.483	94.191.989	45.841.182	86.600.379
Operações compromissadas	10.297.483	23.370.728	9.177.409	16.961.293
Ativos financeiros mantidos para negociação	7.644.659	17.606.509	2.751.670	7.562.206
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.018.760	1.780.558	1.316.160	2.094.147
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.635.947	6.410.072	3.619.912	7.241.492
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(1.129.903)	(8.892.854)	6.855.422	8.874.051
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	5.888.969	11.233.580	5.083.022	9.192.461
Créditos vinculados ao SFH	1.211.223	2.392.920	1.211.383	2.242.656
Resultado de operações de câmbio	189.330	-	1.755.227	2.691.087
Outras	849.875	1.603.718	590.496	1.012.013
Total	76.971.826	149.697.220	78.201.883	144.471.785

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(29.721.409)	(58.001.031)	(28.213.650)	(51.512.659)
Operações com instituições financeiras	(46.570)	(128.834)	(139.143)	(271.511)
Operações compromissadas	(11.970.458)	(27.309.471)	(12.339.007)	(22.647.668)
TVM no exterior	(708.249)	2.105.640	(3.845.160)	(6.315.017)
Empréstimos, cessões e repasses	(9.755.882)	(16.179.377)	(10.681.506)	(18.415.235)
Resultado de operações de câmbio	-	(1.225.286)	-	-
Depósitos especiais e fundos e programas	(1.017.080)	(1.912.890)	(878.018)	(1.525.007)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(10.042.009)	(20.109.367)	(10.074.089)	(19.657.016)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(571.624)	(2.835.434)	(1.298.111)	(2.815.517)
Total	(63.833.281)	(125.596.050)	(67.468.684)	(123.159.630)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	3.685.048	7.108.264	3.552.413	6.746.387
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	2.467.467	4.852.492	2.252.323	4.395.989
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	72.823	144.801	72.990	136.939
Programa de Integração Social (PIS)	104.664	170.131	95.942	118.352
Loterias Federais	667.767	1.241.334	848.820	1.443.206
Financiamento Estudantil - (FIES)	258.151	500.635	211.333	420.125
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	38.514	69.739	25.754	59.353
Repasse Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	51.950	79.696	22.068	118.149
Seguro-desemprego	22.828	46.650	23.037	52.699
Outros	884	2.786	146	1.575
Rendas de cartões	675.761	1.464.580	771.879	1.534.619
Operações de crédito e garantias prestadas	1.048.039	1.992.315	1.001.883	1.982.477
Cobrança	496.266	913.814	349.971	684.586
Arrecadações	1.388.633	2.716.176	1.231.986	2.416.853
Fundos de investimentos e carteiras administradas	779.073	1.549.958	750.221	1.453.056
Conta corrente	193.180	403.875	202.196	330.616
Programa de Transferência de Renda	217.867	422.531	179.595	349.640
Prestados a ligadas - Fundos de Investimentos	20.529	39.779	18.895	36.879
Prestados a ligadas	290.802	495.999	254.459	545.595
Outros serviços	186.807	374.303	256.547	437.928
Total	8.982.005	17.481.594	8.570.045	16.518.636

b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de cartões	331.355	638.784	271.969	578.374
Operações de crédito e cadastro	576.039	1.134.037	562.664	1.066.436
Pacote de serviços	1.150.874	2.181.256	981.637	1.833.679
Contas de depósito	324.950	608.611	253.524	463.088
Transferência de recursos	125.350	242.595	108.885	206.486
Outras	102.480	176.544	37.575	48.246
Total	2.611.048	4.981.827	2.216.254	4.196.309

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Salários	(6.349.103)	(12.228.971)	(5.800.707)	(11.398.036)
Indenizações trabalhistas	(766.556)	(1.388.972)	(705.093)	(1.210.189)
Benefícios	(1.322.481)	(2.427.699)	(1.182.629)	(2.377.275)
Encargos sociais:	(2.472.893)	(4.852.138)	(2.358.083)	(4.605.569)
FGTS	(478.671)	(927.091)	(438.870)	(858.112)
Previdência social	(1.440.635)	(2.789.681)	(1.350.223)	(2.647.483)
Previdência complementar	(400.704)	(854.971)	(422.649)	(827.555)
Outros encargos	(152.883)	(280.395)	(146.341)	(272.419)
Outros	(76.346)	(150.198)	(85.882)	(165.966)
Total	(10.987.379)	(21.047.978)	(10.132.394)	(19.757.035)

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(273.744)	(568.914)	(275.115)	(589.812)
Manutenção e conservação de bens	(491.726)	(932.866)	(462.066)	(901.807)
Água e energia	(215.537)	(486.341)	(223.726)	(447.210)
Aluguéis e arrendamento de bens	(774.096)	(1.533.196)	(725.256)	(1.458.044)
Despesas de material	(70.691)	(138.881)	(74.122)	(178.180)
Processamento de dados	(843.262)	(1.644.276)	(738.246)	(1.435.875)
Promoções e relações públicas	(189.901)	(366.957)	(189.894)	(372.280)
Propaganda e publicidade	(245.925)	(409.644)	(238.104)	(379.490)
Serviços do sistema financeiro	(281.132)	(553.620)	(268.089)	(516.953)
Serviços de terceiros	(931.678)	(1.802.737)	(868.197)	(1.700.434)
Serviços especializados	(285.370)	(550.713)	(321.980)	(654.298)
Serviços de vigilância e segurança	(444.342)	(850.387)	(410.426)	(800.955)
Amortização	(421.667)	(838.194)	(383.033)	(716.686)
Depreciação	(496.284)	(962.738)	(464.466)	(933.564)
Outras administrativas	(369.612)	(560.074)	(255.824)	(443.415)
Total	(6.334.967)	(12.199.538)	(5.898.544)	(11.529.003)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações	191.240	356.944	153.162	346.027
Comissões e taxas s/ operações - agente financ. FGTS	1.645.594	3.299.376	1.977.978	3.846.070
Recuperação de despesas	826.624	1.574.077	679.919	1.346.949
Reversão de outras provisões operacionais	620.865	1.133.788	227.399	1.162.070
Atualização de depósitos em garantia	483.847	961.805	473.712	881.010
Rendas de créditos específicos	54.663	104.846	48.657	88.390
Receita de deságio na aquisição de royalties	43.619	76.647	10.146	13.191
Recuperação de despesas - PASEP/COFINS (1)	-	58	7.460	116.597
Atualização monetária sobre operações diversas	172.540	295.857	115.785	468.262
Outras receitas operacionais	367.854	663.643	446.595	818.028
Total	4.406.846	8.467.041	4.140.813	9.086.594

(1) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014.

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FCVS a receber - provisão/perdas	(404.520)	(670.360)	(287.814)	(395.307)
Obrigações com fundos e programas	(499.555)	(1.055.621)	(432.396)	(979.851)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(79.093)	(515.826)	(182.919)	(305.629)
Despesas com cartão	(565.886)	(1.057.910)	(478.625)	(1.147.789)
Despesas com loterias	(115.690)	(226.359)	(100.223)	(213.122)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.193.152)	(2.232.430)	(1.053.894)	(2.201.820)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(228.118)	(467.559)	(239.272)	(492.321)
Serviços automatizados	(240.287)	(447.376)	(184.512)	(344.814)
Alavancagem de negócios	(491.314)	(831.873)	(365.872)	(613.179)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(234.326)	(472.845)	(279.994)	(609.205)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(247.957)	(459.460)	(215.191)	(397.724)
Descontos de operações de crédito	(179.191)	(302.050)	(191.647)	(651.729)
Desp. c/ operações de fomento – atualização monetária	(5.394)	(10.996)	(80.515)	(305.673)
Desp. Provisões operacionais	(235.907)	(659.211)	(1.062.796)	(1.600.582)
Provisão para causas judiciais	(456.204)	(1.235.609)	(1.006.639)	(1.843.712)
Condenações judiciais	(60.531)	(120.376)	(67.634)	(99.162)
Benefícios sociais	(118.514)	(221.409)	(110.241)	(177.225)
Benefício pós-emprego	(1.175.930)	(2.266.951)	(961.582)	(1.700.218)
Ajustes operacionais em operações de crédito	(129.226)	(617.260)	(1.032.438)	(1.034.033)
Outras	(180.936)	(595.045)	(479.966)	(1.097.253)
Total	(6.841.731)	(14.466.526)	(8.814.170)	(16.210.348)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas não operacionais	199.192	489.614	109.250	232.196
Lucro na alienação de valores e bens	38.318	83.429	39.649	76.008
Alienação de bens imóveis	34.807	63.486	13.315	26.905
Sobras de caixa não reclamadas	27.414	54.827	25.109	51.151
Multas e penalidades	14.420	30.537	10.666	21.718
Ganhos de capital c/ ajuste de valores pendentes	4.890	5.851	1.185	24.181
Recuperação de perdas com fraudes	4.900	11.720	4.146	11.758
Reversão de perda em investimentos permanentes (1)	67.246	226.971	3	13
Outras rendas não operacionais	7.197	12.793	15.177	20.462
Despesas não operacionais	(357.815)	(762.385)	(502.565)	(878.215)
Desvalorização de outros valores e bens	(41.218)	(93.309)	(47.680)	(61.043)
Indenizações por perdas e danos	(142.742)	(286.705)	(156.183)	(267.348)
Perdas em imóveis	(23.062)	(52.897)	(22.716)	(52.541)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(43.286)	(102.717)	(74.263)	(182.322)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(75.279)	(84.167)	(11.594)	(27.008)
Perdas em cartões de crédito	-	(4.398)	(2.374)	(54.142)
Perdas em investimentos permanentes (1)	(11.675)	(90.330)	(135.900)	(165.888)
Outras despesas não operacionais	(20.553)	(47.862)	(51.855)	(67.923)
Total	(158.623)	(272.771)	(393.315)	(646.019)

(1) Constituição e reversão de perdas de investimentos avaliados pelo custo

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(1.279.581)	(2.520.644)	(1.219.085)	(2.353.909)
PIS/PASEP	(208.934)	(415.656)	(195.786)	(380.551)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(337.884)	(645.538)	(304.602)	(616.274)
Despesas com IPTU	(8.157)	(73.338)	(10.604)	(67.190)
Outras	(48.520)	(71.307)	(35.931)	(56.861)
Total	(1.883.076)	(3.726.483)	(1.766.008)	(3.474.785)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias**Ativos contingentes**

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

Não verificamos nas provisões judiciais da CAIXA, expedientes classificados como de perdas possíveis ou prováveis, em que se espera que parte ou todo o desembolso necessário para liquidar a provisão seja reembolsado por outra parte.

(a) Risco Provável:

Descrição	31/12/2015	Movimentação em 2016					31/12/2016
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
Fiscais (Nota 18 (b))	167.351	29.319	5.897	5.721	(23.464)	(33.886)	150.938
INSS	25.771	26	471	1	(95)	(12.561)	13.613
IPTU	30.153	1.602	1.638	317	-	(8.340)	25.370
ISSQN	97.665	17.898	3.152	4.440	(23.071)	(5.871)	94.213
Outros	13.762	9.793	636	963	(298)	(7.114)	17.742
Demandas Cíveis (Nota 18 (e))	3.030.517	496.564	73.679	351.131	(121.679)	(531.447)	3.298.765
Feitos Diversos	762.321	293.369	20.547	42.495	(16.940)	(345.196)	756.596
Poupança - Planos Econômicos	1.276.722	29.137	4.093	290.474	(17.027)	(138.163)	1.445.236
Habitacional	105.272	141.564	3.984	17.653	-	(42.886)	225.587
Contingenciamento do FGTS	886.202	32.494	45.055	509	(87.712)	(5.202)	871.346
Demandas Trabalhistas (Nota 18 (e))	3.860.506	592.444	105.813	1.048.451	(351.122)	(988.818)	4.267.274
Total	7.058.374	1.118.327	185.389	1.405.303	(496.265)	(1.554.151)	7.716.977

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, repositados para 31/12/2016, correspondem ao total de R\$ 1.546.733 (31/12/2015 – R\$ 1.496.712), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 13.613 (31/12/2015 – R\$ 25.771).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2016, corresponde ao montante de R\$ 657.331 (31/12/2015 – R\$ 506.743).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 31/12/2016, o valor da provisão constituída é de R\$ 94.213 (31/12/2015 – R\$ 97.665).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos decorrentes de lançamentos de ofício por insuficiência de recolhimentos correspondentes a compensações não homologadas que, em 31/12/2016, totalizam R\$ 2.735 (31/12/2015 – R\$ 7.795), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31/12/2016, constavam 59.105 processos trabalhistas provisionados, sendo 55.606 “não relevantes” e 3.499 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/12/2016, constavam 332.381 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 330.331 “não relevantes” e 2.050 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2016, foi provisionado R\$ 1.445.236 para estes processos (31/12/2015 – R\$ 1.276.722).

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/12/2016, para estes processos foi de R\$ 871.346 (31/12/2015 – R\$ 886.202).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2016, até 31/12, a CAIXA realizou 35.072 acordos processuais (61% referentes a ações indenizatórias e 39% referentes a recuperações de Crédito) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Demandas fiscais	5.890.434	5.631.847
Demandas cíveis	1.996.985	1.454.784
Total	7.887.419	7.086.631

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam, em 31/12/2016, o valor de R\$ 5.890.434 (31/12/2015 - R\$ 5.631.847), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Em 31/12/2016, o montante de R\$ 89.730 (31/12/2015 – R\$ 82.772), refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

b) Em 31/12/2016, a autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.771.962 (31/12/2015 – R\$ 4.621.164), refere-se a insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Em 31/12/2016, a autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 215.203 (31/12/2015 – R\$ 206.921), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999 é decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

d) Em 31/12/2016, a autuação da CSLL de R\$ 165.782 (31/12/2015 – R\$ 155.923) é relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

e) Em 31/12/2016, a autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), de R\$ 248.609 (31/12/2015 – R\$ 233.211), refere-se à discussão sobre a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

Em, 31/12/2016, o montante de R\$ 1.996.985 (31/12/2015 - R\$ 1.454.784) merece destaque como probabilidade de perda possível, uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH e uma Ação Civil Pública (ACP) de Planos Econômicos de Poupança movida pela associação PROJUST na qual a CAIXA moveu ação rescisória questionando a legitimidade da associação. As execuções vinculadas a esta ACP encontram-se suspensas por decisão do STJ.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Demandas fiscais	10.999.076	9.997.452
Demandas cíveis	975.694	917.780
Demandas trabalhistas	3.442.968	2.795.947
Total	15.417.738	13.711.179

Nota 31 – Partes relacionadas**(a) Entidade Controladora**

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
Secretaria do Tesouro Nacional – STN	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (1)	Controlada Direta
CAIXA Seguridade (1)	
CAIXA Instantânea (1)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
CAIXA Seguros Holding S.A. (2)	
Banco PAN S.A.	
Capgemini S.A.	
ELO Serviços S.A.	
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	Coligada Indireta
Cia Brasileira de Securitização - CIBRASEC	
Fundação dos Economizários Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

(1) As transações realizadas com estas entidades são eliminadas quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, visto que são integrantes do consolidado.

(2) Entidade constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros que apresenta a seguinte composição: CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.

(c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

A CAIXA mantém com a Capgemini contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. Com a TECBAN, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em dezembro/2016, o montante dos numerários da CAIXA em poder da TecBan era de R\$ 2.237.473. A ELO presta à CAIXA serviços relacionados a soluções e meios de pagamento. A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

No curso de suas operações, a CAIXA gera valores a receber de seu Controlador, que, em 31 de dezembro de 2016, totalizavam aproximadamente R\$ 2 bilhões. Parte representativa desse montante é constituído por saldos relativos a operações antigas, para os quais a Administração da CAIXA concluiu as tratativas e fechou entendimento com a Secretaria do Tesouro Nacional, cujo processo para o recebimento encontra-se em fase de validação e para os quais existe previsão orçamentária da União para quitação.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades. O grupo "Outras entidades" é composto pela FUNCEF e pela CIBRASEC:

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
ATIVO:	1.976.502	32.566.753	2.386.583	2.697.966	26.703.295	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	11.229.180	-	-	9.691.758	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	2.386.583	-	-	-
Rendas a receber	1.017.098	18.565	-	1.830.660	25.299	-
Operações de crédito - Setor Público	13.980	-	-	26.732	-	-
Operações de crédito - Setor Privado	-	18.746.764	-	-	15.473.621	-
Outros créditos (1)	945.424	2.506.533	-	840.574	1.512.617	-
Outros valores e bens	-	65.711	-	-	-	-
PASSIVO:	37.024.943	1.360.099	9.040.659	37.204.591	1.158.220	1.630
Depósitos	347.121	24.699	703	244.556	718	1.630
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	-
Repasses do país - instituições oficiais	34.536.310	-	-	35.286.937	-	-
Obrigações por fundos e programas sociais	305.014	-	-	118.650	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	1.783.353	-	-	1.509.771	-	-
Obrigações diversas	53.145	1.335.400	9.039.956	44.677	1.157.502	-

(1) Valor do grupo Controladas em conjunto não apresentado em 31/12/2015.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades. O grupo "Outras entidades" é composto pela FUNCEF e pela CIBRASEC:

Descrição	2º semestre - 2016			Exercício - 2016			2º semestre - 2015			Exercício - 2015		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
RECEITAS:	106.902	1.280.952	56.328	185.153	2.387.653	94.936	71.089	793.807	-	207.336	1.465.294	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	786.256	-	-	1.507.318	-	-	539.893	-	-	920.796	-
Rendas prestação serviços	52.239	290.314	-	80.307	494.992	-	22.432	253.914	-	118.946	544.498	-
Outras receitas operacionais	54.663	204.382	56.328	104.846	385.343	94.936	48.657	-	-	88.390	-	-
DESPESAS:	(2.556)	(720.627)	(576.487)	(4.906)	(1.488.914)	(1.144.648)	(2.393)	(818.572)	(456.159)	(4.423)	(1.011.661)	(876.501)
Operações de captação no mercado	-	369	-	-	(823)	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal	-	-	(400.704)	-	-	(854.971)	-	-	(422.627)	-	-	(827.492)
Administrativas	-	-	(34.260)	-	-	(67.738)	-	-	(33.532)	-	-	(49.009)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	(141.523)	-	-	(221.939)	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(2.556)	(720.996)	-	(4.906)	(1.488.091)	-	(2.393)	(818.572)	-	(4.423)	(1.011.661)	-

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	17.075	40.133	14.806	34.720
Proventos	12.636	29.666	10.978	26.058
Encargos Sociais	4.439	10.467	3.828	8.662

Descrição	31/12/2016 (valores em R\$)		31/12/2015 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	56.196,55	42.903,00	53.266,87	36.901,00
Salário médio	45.346,45	8.925,50	42.982,42	8.101,39
Menor salário	41.867,68	2.624,00	39.685,01	2.429,00
Benefícios	5.835,16	2.983,72	4.747,86	2.404,27

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Nota 32 – Benefícios a empregados**(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Benefícios de curto prazo	3.025.456	3.020.078
Natureza salarial	2.641.734	2.500.687
Participação dos empregados no lucro	383.722	519.391
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	22.816.082	15.744.858
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	13.541.692	12.068.398
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.331.503	1.097.455
Planos de benefícios – Previdência Privada	7.942.887	2.579.005
Total	25.841.538	18.764.936

(b) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Benefícios pós-emprego:

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA, sua administração é realizada pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435, de 15/07/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros - três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes - tem como presidente o conselheiro Joaquim Lima de Oliveira, vice-presidente de Tecnologia da Informação da Caixa e representante da Patrocinadora.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. Composto por quatro membros, tem como presidente o conselheiro Jairo Dantas, representante dos participantes.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

Resumidamente, o Conselho Deliberativo é órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF e é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios. O Conselho Fiscal, por sua vez, é o órgão de controle interno da fundação. Como órgão de administração, à Diretoria Executiva cabe gerir os recursos, planos e programas, em estrita observância às normas contidas no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e nas diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Deliberativo.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quantos aos planos de saúde complementar, auxílio/cesta alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Riscos atuariais

Entre os demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta, há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de Planos de Previdência geridos pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), de Plano de Saúde (Saúde Caixa) e de auxílio alimentação, além do EX-PREVHAB administrado pela CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos Planos de Benefícios.

Visando mensurar o risco atuarial decorrente do patrocínio da CAIXA aos Planos de Benefícios concedidos a seus empregados, foi desenvolvida uma metodologia específica, de acordo com as melhores práticas de mercado nacional e internacional. O modelo baseia-se na aplicação de choques às hipóteses e premissas atuariais dos Planos de Benefícios, simulando eventos de estresse. Tendo como base os valores gerados pelo modelo, a CAIXA calcula o capital a ser alocado devido a sua exposição ao risco atuarial, caso seja necessário. Para dezembro de 2016 a margem de capital da CAIXA é mais do que suficiente para suportar o risco atuarial apurado.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos

Somente os Planos de Previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management (ALM)*, que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios - detalhamento**(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS**

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O custeio do Plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais. O beneficiário titular, por sua vez, participa financeiramente com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 13.541.692 (31/12/2015 – R\$ 12.068.398).

(g.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. Em 2016 foram concedidos 600 novos benefícios e em 2015 foram 1.106.

Os valores mensais do Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2016 a agosto de 2017 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 717,29 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2016 a agosto de 2017 é de R\$ 565,28 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 1.331.503 (31/12/2015 – R\$ 1.097.455).

(g.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto Nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação –BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 65 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência – Previdência complementar

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando no cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

O REG/REPLAN não saldado assegura aos seus participantes e assistidos os benefícios:

- Suplementações de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementações de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementações de Aposentadoria por Idade;
- Suplementações de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Abono Anual;
- Auxílio-Funeral;
- Institutos de Autoprocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Os benefícios saldados previstos para os participantes e assistidos são os seguintes:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão Por Morte;
- Pecúlio Por Morte.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN saldado, patrocinado pela CAIXA, ter registrado em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foi aprovado pela Administração o plano para equacionamento, que segue a regra aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) em 25 de novembro último e efetivada pela Resolução MPS/CNPc nº 22/2015 publicada no Diário Oficial de 3 de dezembro de 2015.

A CAIXA, conforme regulamento do próprio plano e Lei Complementar nº 108 e 109/2001, arca paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento.

O montante a ser aportado pela CAIXA, atualizado para a data base de 31/12/2015, resulta em R\$ 1.132.946 sendo que o prazo de amortização totaliza 17,4 anos ou 208 meses. Em 2016, a CAIXA efetuou pagamentos à FUNCEF relativos ao referido equacionamento no montante de R\$ 72.470.

Especificamente em relação ao plano REG/REPLAN – Modalidade Saldado, em função das disposições do referido Pronunciamento, a CAIXA mantém provisionado, em 31/12/2016 o montante de R\$ R\$ 7.654.277 (R\$ 2.307.318 - 31/12/2015), para fazer face ao déficit atuarial levantado para o referido plano.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dessa forma, em detrimento do fato de haver perspectiva de elevação de despesas correntes (contribuições extraordinárias a FUNCEF), o montante de provisão atuarial previamente constituído pela CAIXA, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 33, é suficiente para suportar a necessidade de desembolsos futuros relacionados ao plano de equacionamento do déficit técnico levantado pela FUNCEF.

• REB

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Conforme Ofício Nº 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.

O REB assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Renda Vitalícia por Tempo de Contribuição;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez do Participante Licenciado;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Renda Antecipada;
- Abono Anual; e, Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

• Novo Plano

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O Novo Plano assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte; e,
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

O plano de custeio do NOVO PLANO estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Descrição	31/12/2016 (1)			31/12/2015		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	93.246	59.649	152.895	93.523	60.939	154.462
Auxílio e cesta alimentação (aposentados e pensionistas)	-	15.153	15.153	-	15.101	15.101
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	65	65	-	65	65
REG/REPLAN salgado	20.726	36.422	57.148	22.542	34.578	57.120
REG/REPLAN não salgado	2.371	3.761	6.132	2.585	3.407	5.992
REB	7.063	757	7.820	7.265	705	7.970
Novo Plano	84.217	5.274	89.491	88.028	4.865	92.893

(1) Conforme posições de 30/09/2016 e 30/09/2015, utilizadas para cálculo da obrigação de benefício definido

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução BACEN 4.424/2015, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 31/12/2016, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 R1 e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais reais projetadas (ou seja, acima da inflação geral de preços) de 5,00% para 2017, 4,50% para 2018, 4,00% para 2019, 3,50% para 2020, 3,00% para 2021, 2,50% para 2022, 2,00% para 2023, 1,50% a partir de 2024 inclusive.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios:

Descrição	Saúde CAIXA (3)		Auxílio e Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
Taxa anual de juros (1)	9,88	13,91	10,00	14,22	10,07	14,42
Aumento anual dos salários (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Aumento anual dos benef. (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	4,00	6,47
Taxa de inflação média anual	4,00	6,47	4,00	6,47	4,00	6,47
Taxa de rotatividade (2)	1,08	1,08	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	H - 55; M - 52	H - 55; M - 52	N/A	N/A	N/A	N/A

- (1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período de 4,00% a.a. (6,47% a.a. em 2015), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
- (2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.
- (3) Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2017, 4,50% para 2018, 4,00% para 2019, 3,50% para 2020, 3,00% para 2021, 2,50% para 2022, 2,00% para 2023 e 1,50% a partir de 2024 inclusive.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Saldado		Não saldado		Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015				
Taxa anual de juros (1)	10,01	14,27	9,99	14,2	10,06	14,37	10,00	14,27
Aumento anual dos salários (projeção)	N/A	N/A	6,43	9,03	7,31	10,89	6,49	9,85
Aumento anual dos benef. (projeção)	4,00	6,47	5,79	8,41	4,00	6,47	4,00	6,47
Taxa de inflação média anual	4,00	6,47	4,00	6,47	4,00	6,47	4,00	6,47
Taxa de rotatividade (2)	N/A	N/A	N/A	N/A	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)				
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca				
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58				
Entrada em aposentadoria	H - 53	H - 53	H - 55	H - 55	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	H - 55	H - 55
	M - 48	M - 48	M - 52	M - 52			M - 52	M - 52

(1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período de 4,00% a.a. (6,47% a.a. em 2015), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

(2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.

(i.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como "método de benefícios acumulados" e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
VPOA(1) no início do período	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.146)	(41.116)	(49.944)
Custo do serviço corrente	(199.468)	(256.951)	-	-	-	-
Custo de juros	(1.686.282)	(1.291.927)	(157.553)	(122.223)	(5.307)	(5.691)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	36.327	(1.519.532)	(191.150)	(219.016)	(10.451)	10.131
Ajuste de experiência	2.788.480	958.037	(53.550)	(309.166)	(4.980)	5.988
Alterações premissas demográficas	93.408	(510.781)	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	(2.845.561)	(1.966.788)	(137.600)	90.150	(5.471)	4.143
Benefícios pagos pelo plano	376.129	346.961	114.655	104.930	5.043	4.388
VPOA(1) no final do período	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.097.455)	(51.831)	(41.116)

(1) VPOA - Valor Presente da Obrigação Atuarial

Descrição	REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Saldado		Não saldado		Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015				
VPOA(1) no início do período	(38.512.812)	(37.832.062)	(3.901.853)	(3.969.884)	(277.605)	(254.556)	(861.103)	(581.419)
Custo do serviço corrente	-	(64.850)	(3.086)	(18.808)	(1.839)	(2.718)	(9.606)	(20.856)
Custo de juros	(5.069.592)	(4.796.711)	(516.800)	(503.340)	(34.525)	(32.052)	(123.692)	(79.020)
Contribuições esperadas de participantes	(142.052)	(466)	(28.085)	(30.238)	(842)	(181)	(71)	-
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(8.072.610)	1.414.343	(841.399)	402.298	(50.847)	(8.274)	(260.192)	(210.638)
Ajuste de experiência	(2.915.029)	(2.822.307)	(176.183)	(105.501)	(12.902)	(48.333)	(41.934)	(344.869)
Alterações premissas demográficas	(44.954)	112.849	(23.329)	77.746	(168)	3.002	(5.253)	17.081
Alterações premissas financeiras	(5.112.627)	4.123.801	(641.887)	430.053	(37.777)	37.057	(213.005)	117.150
Benefícios pagos pelo plano	2.451.052	2.766.934	208.069	218.119	24.626	20.176	48.620	30.830
VPOA(1) no final do período	(49.346.014)	(38.512.812)	(5.083.154)	(3.901.853)	(341.032)	(277.605)	(1.206.044)	(861.103)

(1) VPOA - Valor Presente da Obrigação Atuarial

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.5) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN saldado	REG/REPLAN não saldado	REB	NOVO PLANO
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2017	375.136	122.297	4.803	3.521.736	298.985	25.266	62.959
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2018	397.766	112.785	5.398	3.350.362	295.314	23.672	62.727
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2019	414.373	103.923	4.910	3.187.171	289.058	22.162	61.894
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2020 ou posterior	428.698	95.649	4.452	3.026.263	281.469	20.734	60.499
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2021 ou posterior	11.925.719	896.849	32.268	36.260.482	3.918.328	249.198	957.965
Total	13.541.692	1.331.503	51.831	49.346.014	5.083.154	341.032	1.206.044
<i>Duration do passivo atuarial na data base 31/12/2016</i>	28,21 anos	12,63 anos	9,37 anos	11,6 anos	13,3 anos	9,67 anos	12,22 anos

(i.6) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Descrição	Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Saldado		Não saldado		Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
			Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015				
VJAP(1) no início do período	41.116	49.944	33.898.176	35.220.021	3.988.451	3.969.866	250.893	263.803	344.443	279.514
Receitas de juros	5.308	5.691	4.294.905	4.285.132	519.466	483.004	32.991	32.355	60.183	39.089
Rendimentos s/ os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	10.450	(10.131)	(1.132.023)	(2.843.645)	(94.068)	(321.425)	57.294	(25.838)	247.777	24.245
Contribuições do empregador	-	-	111.942	3.135	22.749	44.887	865	568	47.745	32.425
Contribuições de participantes do plano	-	-	142.052	467	28.085	30.238	842	181	71	-
Benefícios pagos pelo plano	(5.043)	(4.388)	(2.451.052)	(2.766.934)	(208.069)	(218.119)	(24.626)	(20.176)	(48.621)	(30.830)
VJAP¹ no final do período	51.831	41.116	34.864.000	33.898.176	4.256.614	3.988.451	318.259	250.893	651.598	344.443

(1) VJAP - Valor Justo dos ativos do plano

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.7) Informações patrimoniais dos ativos dos planos:

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

Descrição	Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN saldado		REG/REPLAN não saldado		REB		NOVO PLANO	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
Renda Fixa	100,00%	100,00%	56,04%	51,65%	55,99%	51,82%	58,50%	53,25%	69,25%	63,48%
Renda Variável	-	-	22,29%	23,76%	25,17%	24,88%	24,61%	23,94%	19,45%	18,14%
Investimentos Estruturados	-	-	7,56%	9,31%	6,92%	10,08%	5,21%	7,89%	3,09%	6,78%
Investimentos Imobiliários	-	-	11,09%	11,99%	10,38%	11,51%	3,54%	4,54%	0,47%	0,73%
Operações com Participantes	-	-	3,01%	3,27%	1,54%	1,70%	8,14%	10,37%	7,74%	10,87%
Outros Investimentos	-	-	0,01%	0,02%	-	0,01%	-	0,01%	-	-
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(i.8) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN saldado	REG/REPLAN não saldado	REB	NOVO PLANO
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Caderneta de Poupança - Carteira Própria	-	-	-	3.905.391	350.064	214.895	1.142.500
Fundos de Investimentos - Carteira Própria	-	-	-	31.214.438	3.684.135	1.362.075	9.573.325
Imóveis - Locados à CAIXA	-	-	-	4.561.388	488.419	63.394	63.639
Total				39.681.217	4.522.618	1.640.364	10.779.464

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.9) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
VPOA(1) no final do período	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.097.455)	(51.831)	(41.116)
VJAP(2) no final do período	-	-	-	-	51.831	41.116
Superávit/ (déficit) do plano	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.097.455)	-	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial(3)	-	-	-	-	-	-
Efeito do teto do Ativo(4)	-	-	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.097.455)	-	-

(1) VPOA - Valor Presente da obrigação atuarial

(2) VJAP - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Caixa.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela Caixa.

Descrição	REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Saldado		Não saldado		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015				
VPOA(1) no final do período	(49.346.014)	(38.512.812)	(5.083.154)	(3.901.853)	(341.032)	(277.605)	(1.206.044)	(861.104)
VJAP(2) no final do período	34.864.000	33.898.176	4.256.614	3.988.451	318.259	250.893	651.598	344.443
Superávit/ (déficit) do plano	(14.482.014)	(4.614.636)	(826.540)	86.598	(22.773)	(26.712)	(554.446)	(516.661)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial(3)	7.241.007	2.307.318	413.270	-	11.387	13.356	277.223	258.331
Efeito do teto do Ativo(4)	-	-	-	(86.598)	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(7.241.007)	(2.307.318)	(413.270)	-	(11.387)	(13.356)	(277.223)	(258.331)

(1) VPOA - Valor Presente da obrigação atuarial

(2) VJAP - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Caixa.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela Caixa.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.10) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.146)	-	-
Custo do serviço	(199.468)	(256.951)	-	-	-	-
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(1.686.282)	(1.291.927)	(157.553)	(122.223)	-	-
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	376.129	346.960	114.655	104.930	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	36.327	(1.519.531)	(191.150)	(219.016)	-	-
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.097.455)	-	-

Descrição	REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Saldado		Não saldado		Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015				
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(3.822.923)	(1.306.020)	(60.215)	(9)	-	-	(245.385)	(150.953)
Custo do serviço	-	(64.850)	(7.358)	(18.808)	(1.149)	(2.718)	(1.306)	(20.856)
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(222.784)	(245.623)	(3.162)	(20.334)	-	(145)	(13.935)	(19.966)
Contribuições da empresa	109.486	3.135	11.290	44.886	512	568	23.606	32.425
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(3.304.786)	(693.960)	(353.825)	(5.735)	(10.750)	(11.061)	(40.203)	(98.981)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(7.241.007)	(2.307.318)	(413.270)	-	(11.387)	(13.356)	(277.223)	(258.331)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.11) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para o semestre:

(Despesa) / Receita esperadas – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN		REB	NOVO PLANO
			Saldado	Não saldado		
	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017
Custo do serviço corrente líquido	(113.712)	-	-	(6.234)	(13.721)	(503)
Custo de juros líquidos	(659.427)	(63.523)	(359.606)	(20.350)	(560)	(13.555)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	(773.139)	(63.523)	(359.606)	(26.584)	(14.281)	(14.058)

Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN		REB	NOVO PLANO
			Saldado	Não saldado		
	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	187.568	61.148	-	5.673	265	12.230
Contribuição definida	-	-	56.933	198	1	45
Administração	-	-	-	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	187.568	61.148	56.933	5.871	266	12.275

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.12) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Descrição	Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)								31/12/2016
	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	0,25%	-0,25%	1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(680.807)	(637.815)	(649.372)	(669.813)	N/A	N/A	(786.277)	(560.921)	(1.686.282)
Valor presente das obrigações	(13.985.105)	(13.087.938)	(13.013.408)	(14.104.324)	N/A	N/A	(16.110.553)	(11.546.833)	(13.541.692)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros	(61.976)	(65.053)	(63.838)	(63.191)	N/A	N/A	N/A	N/A	(157.553)
Valor presente das obrigações	(1.300.562)	(1.362.114)	(1.306.674)	(1.357.262)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.331.503)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(4.763)	(5.218)	(4.990)	(4.965)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.307)
Valor presente das obrigações	(49.686)	(54.200)	(50.740)	(52.946)	N/A	N/A	N/A	N/A	(51.831)
REG/REPLAN salgado									
Custo dos juros	(4.647.072)	(5.077.189)	(4.839.317)	(4.860.725)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.069.592)
Valor presente das obrigações	(47.304.726)	(51.601.600)	(48.047.262)	(50.682.946)	N/A	N/A	N/A	N/A	(49.346.014)
REG/REPLAN não salgado									
Custo dos serviços	(16.252)	(18.262)	(8.263)	(17.909)	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.086)
Custo dos juros	(479.334)	(523.552)	(497.528)	(502.881)	N/A	N/A	N/A	N/A	(516.800)
Valor presente das obrigações	(4.872.880)	(5.315.503)	(4.933.414)	(5.237.794)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.083.154)
REB									
Custo dos serviços	(24.146)	(26.364)	(12.251)	(25.918)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.839)
Custo dos juros	(112.467)	(122.969)	(117.012)	(117.835)	N/A	N/A	N/A	N/A	(34.525)
Valor presente das obrigações	(1.156.154)	(1.261.172)	(1.173.047)	(1.240.048)	N/A	N/A	N/A	N/A	(341.032)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(806)	(3.023)	(581)	(2.577)	N/A	N/A	N/A	N/A	(9.606)
Custo dos juros	(114.198)	(124.669)	(118.784)	(119.522)	N/A	N/A	N/A	N/A	(123.692)
Valor presente das obrigações	(1.156.154)	(1.261.172)	(1.173.047)	(1.240.048)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.206.044)

(1) HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)								31/12/2015
	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR (1)		
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(1.717.852)	(1.584.509)	(1.621.978)	(1.682.356)	N/A	N/A	(1.932.078)	(1.426.904)	(1.291.927)
Valor presente das obrigações	(12.563.127)	(11.569.948)	(11.649.870)	(12.511.603)	N/A	N/A	(14.085.998)	(10.452.989)	(12.068.398)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros	(160.838)	(167.192)	(164.306)	(163.773)	N/A	N/A	N/A	N/A	(122.223)
Valor presente das obrigações	(1.074.924)	(1.119.608)	(1.079.347)	(1.116.182)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.097.455)
EX-PREHAB									
Custo dos juros	(5.384)	(5.900)	(5.613)	(5.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.691)
Valor presente das obrigações	(39.415)	(42.995)	(40.344)	(41.904)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.116)
REG/REPLAN salgado									
Custo dos juros	(5.039.635)	(5.518.188)	(5.219.270)	(5.313.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.796.711)
Valor presente das obrigações	(36.919.660)	(40.273.217)	(37.548.754)	(39.503.816)	N/A	N/A	N/A	N/A	(38.512.812)
REG/REPLAN não salgado									
Custo dos serviços	(9.523)	(7.464)	(4.611)	(7.845)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.808)
Custo dos juros	(303.465)	(351.711)	(315.969)	(336.737)	N/A	N/A	N/A	N/A	(503.340)
Valor presente das obrigações	(3.740.445)	(4.080.205)	(3.790.006)	(4.017.255)	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.901.853)
REB									
Custo dos serviços	(510)	(1.468)	(672)	(1.422)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.718)
Custo dos juros	(36.542)	(40.016)	(38.024)	(38.351)	N/A	N/A	N/A	N/A	(32.052)
Valor presente das obrigações	(266.121)	(290.294)	(271.905)	(283.436)	N/A	N/A	N/A	N/A	(277.605)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(15.908)	(17.363)	(8.092)	(17.026)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.856)
Custo dos juros	(116.086)	(126.786)	(120.188)	(122.125)	N/A	N/A	N/A	N/A	(79.020)
Valor presente das obrigações	(825.483)	(900.465)	(839.732)	(883.068)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.103)

(1) HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida:

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
REB	41.381	39.911
Novo Plano	850.860	808.804
Total	892.241	848.715

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios:

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
Causas judiciais	8.941	3.390
Total	8.941	3.390

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no site: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, opção Administração de Riscos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (Icaap) encontram-se implementados na CAIXA, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, e Circular BACEN nº 3.547/11.

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, conforme princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a Diretoria e para o Conselho de Administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Por meio desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração, e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o consumo de capital.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exigência de Capital Regulatório

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13, desde janeiro/2015 o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial. O quadro abaixo apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Cálculo da exigência de capital regulamentar		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de Referência – PR	77.719.299	78.962.391
Nível I	54.397.312	55.537.056
Capital Principal – CP	54.397.312	55.537.056
Patrimônio líquido (1)	27.179.943	26.616.877
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.453.644	36.086.566
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	-	(1.646.635)
Ajustes prudenciais	(9.236.275)	(5.519.752)
Capital Complementar – CC	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-
Nível II	23.321.987	23.425.335
Instrumentos de dívida subordinada	22.446.278	21.850.246
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 20%)	-	(722.282)
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 40%)	(1.122.092)	-
Notas subordinadas	1.681.237	2.014.328
Letras financeiras	336.890	293.957
Letras financeiras (dedução 20%)	-	(2.453)
Letras financeiras (dedução 40%)	(5.667)	(8.461)
Letras financeiras (dedução 60%)	(14.659)	-
Ativos ponderados pelo risco – RWA	574.167.634	547.136.671
Risco de crédito - RWA_{CPAD}	509.291.713	504.257.301
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA_{MPAD}	12.094.327	2.529.614
Taxa de juros – RWA_{JUR}	6.362.640	1.715.595
Commodities – RWA_{COM}	1.809.534	-
Ações – RWA_{ACS}	-	-
Câmbio – RWA_{CAM}	3.922.153	814.019
Risco operacional - RWA_{OPAD}	52.781.594	40.349.756
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR $RWA \times F$	56.699.054	60.185.033
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	6.912.474	8.226.904
Margem de capital (PR - PRMR - R_{BAN})	14.107.772	10.550.454
Índice de capital principal (CP / RWA)	9,47%	10,15%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	9,47%	10,15%
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,54%	14,43%
Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)	9,88%	11,00%

(1) Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade ⁽¹⁾		
Fatores de Risco	31/12/2016	31/12/2015
PRE	15.199	23.523
Cupom IPCA	2.492	12.285
Cupom SELIC	(39)	(1)
Cupom TR	-	1
VaR com ED	17.652	35.808

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimação do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia Δ EVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basileia. O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

INDIVIDUAL						
Descrição	Valor Contábil		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVOS						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.429.265	10.376.648	12.429.667	10.376.993	402	345
Aplicações em operações compromissadas	144.645.896	143.111.942	144.595.084	143.111.942	(50.812)	-
Títulos e valores mobiliários	179.646.715	177.087.448	181.060.818	173.244.049	1.414.103	(3.843.399)
Títulos para negociação	108.346.402	98.480.310	108.346.402	98.480.310	-	-
Títulos disponíveis para venda	21.808.716	14.394.931	21.808.716	14.394.931	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	49.491.597	64.212.207	50.905.700	60.368.808	1.414.103	(3.843.399)
Operações de crédito, arrendam. mercantil e outros créditos	683.423.710	662.119.119	626.241.579	588.297.509	(57.182.131)	(73.821.610)
Comercial	191.767.880	199.664.957	208.162.537	213.447.169	16.394.657	13.782.212
Habitação	405.495.273	384.175.883	342.401.818	317.248.681	(63.093.455)	(66.927.202)
Infraestrutura/desenvolvimento	78.379.488	70.658.301	67.896.155	49.981.681	(10.483.333)	(20.676.620)
Outros créditos	7.781.069	7.619.978	7.781.069	7.619.978	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS						
Captações de recursos	291.527.948	276.941.479	298.464.519	281.422.870	6.936.571	4.481.391
CDB/RDB	137.433.519	107.551.120	139.001.542	108.017.121	1.568.023	466.001
LCI LH	140.913.283	153.687.415	145.806.273	156.956.988	4.892.990	3.269.573
Obrigações por TVM no exterior	13.181.146	15.702.944	13.656.704	16.448.761	475.558	745.817
Captação em operações compromissadas	159.545.749	194.364.507	159.509.724	194.364.365	(36.025)	(142)
Obrigações por empréstimos e repasses e outras	239.472.800	217.538.099	178.245.547	140.358.592	(61.227.253)	(77.179.507)
Exterior	5.425.078	14.337.557	5.448.083	14.382.740	23.005	45.183
Tesouro	53.145	44.677	51.303	46.530	(1.842)	1.853
FGTS (1)	204.156.954	172.210.084	147.563.794	108.847.521	(56.593.160)	(63.362.563)
BNDES	28.894.894	29.823.211	24.349.112	16.229.536	(4.545.782)	(13.593.675)
Depósitos não remunerados	942.729	1.122.570	833.255	852.265	(109.474)	(270.305)
Instrumento híbrido de capital e dívida	28.541.406	24.118.920	18.599.007	14.500.124	(9.942.399)	(9.618.796)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/12/2016 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(238.625)	(5.711.781)	(10.901.015)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(12.739)	(351.872)	(740.264)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(22.620)	(630.076)	(1.301.128)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(184)	(4.882)	(10.721)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e na possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de liquidez em conformidade ao estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.090/2012 e nº 4.388/2014.

Os princípios e diretrizes da gestão do risco de liquidez estão explicitados na Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.

A CAIXA desenvolveu e implementou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações bancárias em cenário de normalidade e de estresse e para a mensuração do potencial diário de negociação dos títulos e do colchão de risco de liquidez.

No gerenciamento da liquidez de curto prazo é realizado o monitoramento da liquidez intradia e da relação entre os títulos de alta convertibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é definido como a reserva estratégica mínima de recursos para fazer frente a uma situação de crise, composta por ativos de alta qualidade de liquidez em carteira, necessários para assegurar a capacidade da Instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa previstas para 30 dias.

Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de Alertas para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A ocorrência de qualquer dos alertas é comunicada tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e de Capital para avaliação quanto à decretação de regime de contingência de liquidez.

No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as fontes de recursos e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar, monitorar, controlar e reportar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA este processo está embasado em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

A CAIXA está implementado o modelo de Linhas de Defesa como forma de estruturar os processos da Empresa e, conseqüentemente, organizar os papéis e responsabilidades no que se refere ao ambiente de controle e gestão de riscos, sendo:

- 1ª Linha – Gestor do Negócio / Processo: Responsável por implementar os controles e gerenciar os riscos;
- 2ª Linha – Controle e Risco: Responsável por definir a estratégia, políticas e metodologias em relação ao risco e controle, por monitorar se a 1ª LD está efetiva, bem como se os riscos identificados estão dentro dos limites de tolerância estabelecidos;
- 3ª Linha – Auditoria: Responsável por avaliar de maneira independente o funcionamento da 1ª e 2ª linha.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3640/2013 para fins de cálculo do capital requerido para risco operacional pelo método padronizado (RWAopad), foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada - ASA2.

A CAIXA adota a abordagem ASA em virtude desta metodologia conferir caráter mais granular à utilização do resultado bruto que as demais e, por conseguinte, apresenta-se mais sensível à exposição ao risco operacional.

Modelos Internos

As abordagens avançadas de mensuração de risco operacional envolvem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle e, como resultado, espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Embora a utilização de modelos internos para o cálculo de capital regulamentar esteja em processo de revisão pelo WGOR (*Working Group of Operational Risk*) do Comitê de Basileia, sobretudo com a possibilidade da adoção de um novo modelo padronizado denominado SMA (*Standardized Measurement Approach*), a exigência regulatória de desenvolvimento e estruturação dos quatro elementos de Risco Operacional, citados anteriormente, será mantida e intensificada, visto que estes elementos visam o aprimoramento contínuo da gestão de risco operacional.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

Visando a redução de riscos e a melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação do risco operacional, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Gestão da Segurança da Informação

A gestão de Segurança da Informação é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da instituição.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é um componente da Gestão de Continuidade dos Negócios, que busca gerenciar de forma efetiva eventos de impacto significativo que abalem um ou mais pilares: pessoas, negócios, infraestrutura, informações, TI e fornecedores. Esta gestão envolve ações de preparação, identificação, resposta, resolução e, ao final, a observação das lições aprendidas, o chamado pós-crise.

NA CAIXA, o gerenciamento de crise está estruturado num modelo que contempla premissas, responsabilidades e formas de atuação, estas, sempre coordenadas por um Grupo de Gestão.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Disseminação de Cultura de Risco Operacional

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações**(a) Ativos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA**

Descrição	31/12/2016 (1)	31/12/2015
FGTS	502.029.048	457.608.647
PIS	31.476.213	30.454.289
FAR	43.439.305	40.942.599
FCVS	12.754.057	11.970.782
FDS	2.528.756	2.191.802
FGCN	52.102	4.370.720
FGHAB	1.801.570	1.793.750
FGS	1.313.593	799.085
Outros	28.457	29.730
Total	595.423.101	550.161.404

(1) Posição de 31/08/2016

(b) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de ações	15.048.884	20.014.080
Fundos de investimento financeiro	186.996.963	164.863.145
Fundos de investimento em cotas - FIC (1)	115.387.486	98.186.360
Total	317.433.333	283.063.585

(1) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking AMBIMA.

(c) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/12/2015 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(d) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação do risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA em "Obrigações diversas" no montante de R\$ 8.323.

(e) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA em "Obrigações diversas" no montante de R\$ 231.663 (31/12/2015 – R\$ 217.539).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 35 – Eventos Subsequentes**Plano de desligamento voluntário de empregados**

A CAIXA tem adotado um conjunto de ações com o objetivo de aumentar sua eficiência operacional, enfrentando os desafios impostos pelo atual cenário econômico. Dentro deste contexto, foi implementado um Plano de desligamento voluntário aos empregados que possuam maior tempo de trabalho na CAIXA.

O prazo para adesão ao Plano se encerrou em 24/02/2017 e 4.356 empregados aderiram ao plano. O prazo para desligamento será até o dia 31/03/2017.

Gilberto Magalhães Occhi
Presidente

Ademir Losekann
Vice-presidente em exercício
Portaria nº 461/2017

Antônio Carlos Ferreira
Vice-presidente

Arno Meyer
Vice-presidente

Humberto José Teófilo Magalhães
Vice-presidente em exercício
Portaria nº 415/2017

Marcelo Campos Prata
Vice-presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto
Vice-presidente

Naran Peçanha de Araújo
Vice-presidente em exercício
Portaria nº 425/2017

Nelson Antonio de Souza
Vice-presidente

Paulo Henrique Angelo Souza
Vice-presidente

Roberto Derziê de Sant'Anna
Vice-presidente

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
SEGUNDO SEMESTRE DE 2016**

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, e tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias interna e independente. Seu Regimento Interno está disponível no site <http://www.caixa.gov.br>, e sua atuação é orientada pelas normas aplicáveis, pelo Estatuto da CAIXA e pelo Plano de Trabalho aprovado para o exercício, por aquele Conselho.

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em controles capazes de garantir sua qualidade e integridade.

A Auditoria Interna inclui, entre seus trabalhos regulares, o exame do ambiente de controles existentes, com impacto na elaboração dessas demonstrações.

A Ernst & Young Auditores Independentes é responsável por auditar as demonstrações contábeis, verificar, com razoável segurança, se elas estão livres de distorção relevante e emitir sua opinião a respeito.

Ao longo do segundo semestre de 2016, o Comitê participou de reuniões com integrantes do Conselho Diretor, individualmente, e de todas aquelas realizadas pelo Conselho de Administração. Promoveu encontros, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da CAIXA, com prioridade, em vista da natureza de suas atividades, para as áreas de controle institucional, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos, de controladoria e de ouvidoria. Com as equipes de auditoria interna e independente, tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos, conclusões e recomendações decorrentes. Revisou, além disso, as demonstrações contábeis, respectivas notas explicativas e relatórios da administração e do auditor independente.

O Comitê também acompanhou o resultado de inspeções e apontamentos feitos pelos órgãos reguladores ou supervisores, bem como os procedimentos internos de regularização, e manteve reuniões específicas com seus representantes.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Em todos os encontros anteriormente mencionados, colheu informações, observações e diagnósticos a propósito de aspectos relevantes ou críticos, debateu ações corretivas e oportunidades de aperfeiçoamentos, discutiu planos e ações, e formulou apontamentos. Informou-se sobre o estágio das recomendações ou determinações emanadas das diversas instâncias de controle, e buscou analisar a consistência e a efetividade das respectivas soluções.

Manteve-se atento ao ambiente regulatório e econômico com implicações para a CAIXA e aos reflexos das ações de gestão sobre a dinâmica de atuação da Instituição, em particular quanto aos aspectos relacionados a controles internos, gestão de riscos e de auditoria.

Em razão das atividades desenvolvidas, o Comitê reuniu um conjunto de informações que constituiu a base de suas avaliações. Assim, analisados os elementos identificados, considerados os resultados das análises efetuadas e ponderadas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, concluiu que:

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, ressaltada a necessidade de constantes aperfeiçoamentos que se ajustem, em velocidade compatível com as transformações experimentadas, ao porte e à complexidade operacional da Instituição;
- ii) a auditoria interna mostrou-se efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;
- iii) em relação à auditoria independente, não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua efetividade e independência; e
- iv) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente, foram elaboradas em consonância com as normas de regência e as melhores práticas adotadas no País, e reflete, em seus aspectos relevantes e com base na documentação disponível, a situação patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal em 31.12.2016.

Brasília (DF), 23 de Março de 2017.

Reinaldo Busch Alves Carneiro
Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA
Brasília-DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Caixa Econômica Federal - CAIXA e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota nº32 às demonstrações contábeis, a CAIXA é patrocinadora de planos de previdência de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor. A avaliação de determinados ativos dos planos que não possuem seus valores cotados em bolsa, é feita por empresa de consultoria especializada, contratada pelo fundo de pensão. Em 30 de novembro de 2016, o investimento no Florestal Fundo de Investimentos Participações (“FIP Florestal”), que detém participação na empresa Eldorado Brasil Celulose S.A. (“Eldorado”), encontrava-se registrado no balanço do fundo de pensão por R\$ 1,6 bilhões, advindo do laudo de avaliação econômico-financeira elaborado no exercício de 2015. O laudo de avaliação econômico-financeira da empresa Eldorado, de 31 de dezembro de 2016, ainda não foi concluído. Dessa forma, não foi possível mensurar e concluir sobre os impactos do investimento do fundo FIP Florestal no valor justo dos ativos dos planos de aposentadoria da CAIXA, e conseqüentemente, no saldo do passivo atuarial e do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação a CAIXA e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2016, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 28.002 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 12.167 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 3.259 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 19.094 milhões, em 31 de dezembro de 2016, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada em conjunto Banco Pan S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 3.205 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro aprovado pelo Conselho de Administração, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos divulgados no mercado. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Pan S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 2(d), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, e em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 13 de janeiro de 2017, a respeito do suposto envolvimento de ex-dirigente da CAIXA na operação conhecida como “Cui Bono?”, a Administração da CAIXA adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essas alegações. Essas ações já foram concluídas, incluindo os processos de investigações internas. Entretanto, como as operações “A Origem” e “Cui Bono?” ainda encontram-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota 3(t) às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em decorrência das retificações de erro e das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela CAIXA, os valores correspondentes referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2016 e em 31 de dezembro de 2015 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Apresentação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A CAIXA elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, com a mesma modificação acima descrita e contendo os mesmos principais assuntos de auditoria abaixo descritos e as mesmas ênfases acima descritas, datado de 24 de março de 2017.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Ambiente de tecnologia

As operações da CAIXA, considerando a sua natureza, são altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, conseqüentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria.

Conforme divulgado no relatório de administração, a CAIXA considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças nas aplicações e concessão de acesso a usuários. Também testamos a eficácia dos controles automatizados considerados relevantes, os quais suportam os processos significativos de negócios e os respectivos registros contábeis das operações.

2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as operações de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2016 o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 709.289 milhões, para os quais foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 35.775 milhões, sendo que durante o exercício de 2016 foram reconhecidas despesas com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 20.109 milhões.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; entre outros.

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração para o provisionamento, bem como a realização de testes dos controles internos relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas pelas políticas internas da CAIXA; (iii) a atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) a análise da suficiência de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos e indicadores de dias em atraso, envio de cartas de confirmação de saldo diretamente aos tomadores de crédito selecionados, além de confronto do total da base de dados com os respectivos registros contábeis.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

3. Crédito tributário

Em 31 de dezembro de 2016, a CAIXA possui R\$ 38.581 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, líquido de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 1.992 milhões. A análise da realização deste ativo fiscal diferido é significativa para nosso processo de auditoria em função da magnitude dos montantes registrados nas demonstrações contábeis consolidadas e, também, pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros. Estas projeções são elaboradas com base em premissas subjetivas e que são afetadas por expectativas futuras em relação as condições econômicas e de mercado e a realização desses créditos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de nossos especialistas para: (i) o entendimento e avaliação da metodologia e das premissas utilizadas nas projeções de lucros tributários futuros estimados pela Administração, além do confronto das bases utilizadas para a elaboração das projeções com os registros contábeis; (ii) análise das adições e exclusões utilizadas como base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social; (iii) avaliação da razoabilidade e recálculo das projeções relevantes, considerando as premissas estimadas pela Administração; (iv) análise dos valores constituídos e realizados de crédito tributário nos últimos períodos, conforme estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006; e (v) confronto do total das apurações com os registros contábeis.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa 20 (d) e (e).

4. Avaliação de ativos dos planos de benefícios a empregados

A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor. A avaliação de determinados ativos dos planos que não possuem seus valores cotados em bolsa, foi considerada uma área de foco em nossa auditoria, em função do grau de complexidade envolvido no processo de precificação, que é baseado substancialmente na utilização de premissas, estimativas e julgamentos definidos pelo fundo de pensão responsável pela gestão dos planos. Portanto, existe certo grau de incerteza na mensuração do valor justo dos ativos dos planos, em decorrência das premissas e estimativas utilizadas na precificação desses ativos.

Conforme descrito na nota explicativa 32, em 31 de dezembro de 2016, o saldo da obrigação atuarial referente aos planos de benefícios a empregados da CAIXA totalizava R\$ 22.816 milhões.

Nossa abordagem incluiu, dentre outros procedimentos, o envolvimento de nossos especialistas na avaliação das premissas, metodologias e critérios utilizados na precificação dos ativos dos planos que não possuem cotação em bolsa. Efetuamos também, teste de recálculo do valor de mercado dos principais ativos que compõe o valor justo dos ativos dos planos, considerados na apuração da obrigação atuarial.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

5. Avaliação da obrigação atuarial dos planos de benefícios a empregados

Para fins de avaliação da obrigação atuarial dos planos de previdência de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação na modalidade de benefício definido, são consideradas pela Administração da CAIXA premissas e estimativas complexas e subjetivas, tais como taxas de longo prazo, expectativa de vida dos beneficiários e condições de mercado, entre outras. Portanto, eventuais diferenças nas premissas e estimativas utilizadas no cálculo, podem afetar significativamente o resultado da avaliação atuarial e impactar o valor de obrigação atuarial determinado.

Conforme descrito na nota explicativa 32, em 31 de dezembro de 2016, o saldo da obrigação atuarial referente aos planos de benefícios a empregados da CAIXA totalizava R\$ 22.816 milhões. Considerando o grau de julgamento envolvido e saldos, consideramos esse assunto um dos principais assuntos de auditoria.

Nossa abordagem incluiu, dentre outros procedimentos, o envolvimento de nossos especialistas atuários na avaliação das premissas, metodologias e critérios utilizados na apuração do passivo atuarial, bem como no recálculo da obrigação atuarial. Efetuamos também (i) teste de validação das bases de dados para a amostra de itens selecionada; e (ii) recálculo do valor justo dos principais ativos da carteira dos planos, considerados na apuração da obrigação atuarial.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da CAIXA, e apresentada como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível mensurar e concluir sobre os impactos do investimento do fundo FIP Florestal no valor justo dos ativos dos planos de aposentadoria da CAIXA, e conseqüentemente, no saldo do passivo atuarial e do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2016. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CAIXA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CAIXA e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, e incluem o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria da CAIXA e suas controladas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CAIXA e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CAIXA e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Relatório dos Auditores Independentes

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2017

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6

Flávio Serpejante Peppe

Contador CRC-1SP172167/O-6

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER Nº 03/2017 – ATA Nº 721, DE 23/03/2017

Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao Exercício de 2016.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 50 do Inciso IV do Estatuto Social da Empresa, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28/03/2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, combinado com o Artigo 163, Inciso VII, da Lei nº 6.404/76, **examinou** as Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao Exercício de 2016, e, tomando por base a manifestação da Auditoria Interna e o Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., **é de opinião que devem ser observadas, integralmente, de modo a considerar os riscos inerentes aos controles internos e aprimorar a gestão contábil, financeira e patrimonial da CAIXA: 1) as recomendações da Auditoria Interna; 2) as ênfases da Auditoria Independente; e 3) a ressalva da Auditoria Independente, quanto à impossibilidade de “mensurar e concluir os impactos do investimento do Fundo FIP Florestal no valor justo dos ativos dos planos de aposentadoria da CAIXA e conseqüentemente no saldo do passivo atuarial e do patrimônio líquido da CAIXA de 31/12/2016 e, portanto, de concluir se as outras informações apresentam distorção relevante ou não, com relação a esse assunto”.** Observado o exposto, o Colegiado nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Contábeis.

Brasília, 23 de março de 2017.

CRISTIANO NEUENSCHWANDER
LINS DE MORAIS
Conselheiro

MAÍRA SOUZA GOMES
Conselheira

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA
Conselheiro

MÁRCIA FERNANDA
DE OLIVEIRA TAPAJÓS
Conselheira

LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO
Presidente

Parecer do Conselho da Administração

PARECER

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso X, alínea “f”, do seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, tomando por base os Relatórios da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria da CAIXA e o Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., **aprovou** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Caixa Econômica Federal, relativas ao exercício findo em 31/12/2016.

Brasília, 23 de março de 2017.

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO
Conselheiro

FERNANDO FERRAZ RÊGO NEIVA
Conselheiro Representante dos
Empregados

GILBERTO OCCHI
Conselheiro

MARCOS ADOLFO RIBEIRO FERRARI
Conselheiro

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA
Presidente, em exercício

CAIXA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016



O presente documento se baseia nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da CAIXA em 31 de dezembro de 2016, e faz referências e declarações sobre estimativas de crescimento e projeções de resultado. Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro, bem como envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração e, dessa forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles aqui antecipados e discutidos.

As informações apresentadas neste relatório estão consolidadas e abrangem as demonstrações da Instituição Financeira CAIXA e das subsidiárias, Caixa Seguridade e CaixaPAR.

As demonstrações gerenciais relativas aos períodos anteriores podem ter sido reclassificadas para fins de comparabilidade, gerando eventuais diferenças com as publicações contábeis em razão de possíveis realocações ou agrupamento de itens, os quais buscam fornecer um melhor entendimento ou visão da evolução de ativos, passivos e resultados, ou ainda preservar a comparabilidade dos dados entre os períodos.

Os valores indicados como totais em algumas tabelas podem não representar a soma aritmética dos números que os precedem devido a ajustes de arredondamento. Todos os índices e variações apresentados foram calculados com base nos números efetivos, podendo haver divergência quando o cálculo for efetuado sobre os valores arredondados.

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao ano de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2016

INTRODUÇÃO

Em 2016, a CAIXA operou buscando cumprir a sua proposta de ser mais que um banco para a população brasileira, confiando na capacidade de superação do País, em face a cenários adversos. Para tanto, manteve a busca contínua por eficiência na gestão e sustentabilidade nos negócios, o que a fez prosseguir com sua missão de importante vetor para o investimento em infraestrutura, participante ativa no desenvolvimento da economia nacional e operacionalização de políticas voltadas à redução das desigualdades sociais e regionais do País.

Ao longo do ano, por meio da concessão de crédito habitacional, financiamento da produção e do consumo ou do desenvolvimento das ações de saneamento e infraestrutura, o saldo da carteira de crédito cresceu 4,4% em 12 meses, somando R\$ 709,3 bilhões.

O índice de inadimplência encerrou 2016 em 2,88%, redução de 0,7 p.p em 12 meses, demonstrando que as ações de aperfeiçoamento da gestão de risco, da cobrança e de todos os demais elementos do ciclo do crédito continuam a produzir os efeitos planejados pela Empresa.

Quanto à execução dos programas governamentais, em 2016, foram pagos R\$ 28,3 bilhões em benefícios sociais e R\$ 242,1 bilhões em benefícios aos trabalhadores. O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou R\$ 27,4 bilhões em benefícios no período, garantindo para as famílias participantes o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde e contribuindo para a redução da taxa de mortalidade infantil, devido às condicionalidades do Programa.

Em relação ao desempenho econômico e financeiro, a CAIXA alcançou lucro líquido de R\$ 4,1 bilhões em 2016. O resultado operacional foi de R\$ 4,0 bilhões, crescimento nominal de R\$ 2,9 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior, o que reflete as melhorias alcançadas por meio de avanços na eficiência operacional. Ao final de dezembro, a Instituição possuía mais de R\$ 2,1 trilhões em ativos administrados, os ativos próprios alcançaram R\$ 1,3 trilhão, avanço de 4,3% em doze meses.

Este relatório apresenta avaliação dos resultados obtidos pela CAIXA no ano de 2016, cuja análise referenda seu papel de instituição financeira e agente de políticas públicas, e justifica o reconhecimento conquistado junto à sociedade como uma das Empresas que mais contribui para o crescimento do País e para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

CLIENTES E CANAIS DE ATENDIMENTO

Para a CAIXA, a satisfação de seus clientes com os serviços prestados e a melhoria contínua desses serviços são pontos fundamentais para a sua atuação.

Por essa razão, a Instituição investe na melhoria de seus produtos e canais, visando proporcionar a melhor experiência a sua base de clientes que chegou a 87,1 milhões de correntistas e poupadores, o que representa, em 12 meses, aumento de 4,2 milhões de clientes, sendo 84,6 milhões de pessoas físicas e 2,5 milhões de pessoas jurídicas.

Para o atendimento destes clientes, a CAIXA disponibiliza uma rede física com 60,0 mil pontos. São 4,2 mil agências e pontos de atendimento; 24,5 mil correspondentes CAIXA Aqui e Lotéricos; 31,2 mil ATM's distribuídos pelo País e 2 agências-barco.

Cada dia mais presente também no ambiente virtual, a CAIXA continuou a priorizar investimentos no aperfeiçoamento de seus aplicativos, que oferecem aos seus clientes acesso

à conta via smartphones e Internet Banking CAIXA (inclusive tablets), alcançando no período, uma base com 17,3 milhões de usuários.

A nova versão do Internet Banking CAIXA, dispensa a utilização de computador para validação dos aparelhos, além disso, o autocadastramento para consultar saldos e extratos passou a exigir apenas três telas.

Essas inovações fazem parte da estratégia do banco para tornar seus canais digitais de atendimento a principal opção de acesso aos serviços pelos clientes, conferindo-lhes maior comodidade e celeridade.

Com isso, a quantidade de transações por smartphones aumentou 67,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando 197 milhões efetivadas por este canal.



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2016, a CAIXA auferiu lucro líquido de R\$ 4,1 bilhões. Impactaram no alcance desse resultado o aumento de 3,6% nas receitas de intermediação financeira e o avanço de 8,4% na receita de prestação de serviços e tarifas.

Além desses, a eficiente gestão das despesas de intermediação financeira, que aumentaram apenas 2,0% em 12 meses também contribuiu para o avanço do resultado operacional. As despesas com provisão para devedores duvidosos evoluíram 2,3%, demonstrando a qualidade da carteira e melhorias contínuas das políticas e processos de gestão no ciclo do crédito.

Aliado a esses fatores e ao rígido controle das despesas administrativas, que cresceram apenas 6,3% no ano, o resultado operacional que cresceu R\$ 2,9 bilhões em relação a 2015, encerrando dezembro com R\$ 4,0 bilhões, mesmo com o cenário macroeconômico desafiador enfrentado em 2016.

Os ativos administrados pela CAIXA somaram R\$ 2,1 trilhões, com destaque para o FGTS, com saldo de R\$ 502,0 bilhões, e os Fundos de Investimento, com saldo de R\$ 287,4 bilhões, evoluções respectivas de 9,0% e 12,5%, em 12 meses.

Os ativos da CAIXA totalizaram R\$ 1,3 trilhão, evolução de 4,3% em doze meses. A carteira de crédito ampla representa 56,5% desse total, totalizando R\$ 709,3 bilhões, enquanto os títulos e valores mobiliários, com R\$ 181,3 bilhões, correspondem a 14,4%.

Patrimoniais (em R\$ bilhões)	2014	2015	2016
Ativos Caixa	1.065	1.203	1.255
Carteira de Crédito Ampla	607	679	709
Poupança	238	242	252
Recursos Administrados (de terceiros)	724	805	881

Os depósitos à vista apresentam um saldo de R\$ 31,9 bilhões e os depósitos a prazo totalizam R\$ 210,7 bilhões, crescimento de 24,7% em relação ao ano anterior. A poupança, com crescimento de 4,1% em 12 meses, totalizou saldo de R\$ 252,4 bilhões em dezembro de 2016.

As letras imobiliárias e hipotecárias totalizaram R\$ 101,7 bilhões, redução de 9,2% em 12 meses, alinhada com a estratégia de *funding* da Instituição.

O patrimônio líquido da CAIXA totalizou saldo de R\$ 63,6 bilhões, incluindo R\$ 36,5 bilhões em Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o capital principal em Basileia III.

Em dezembro de 2016, o retorno sobre o patrimônio líquido médio acumulado em doze meses foi de 6,6%, o índice de Basileia atingiu 13,5%, 3,0 p.p. acima do valor mínimo exigido de 10,5%.

O índice de cobertura das despesas administrativas melhorou 1,4 p.p. em 12 meses, atingindo 67,6%, a cobertura de despesas de pessoal aumentou para 106,7%, crescendo 1,9 p.p em relação ao mesmo período de 2015.

Já o índice de eficiência operacional alcançou 52,1%, redução de 1,7 p.p em 12 meses, atingindo a melhor marca da Instituição nos últimos dez anos. A melhoria desses índices decorre das ações de eficiência implementadas para otimização operacional da CAIXA.

Indicadores (em %)	2014	2015	2016
Retorno sobre Ativo Médio (acum. 12m)	0,7	0,6	0,3
Retorno sobre o PL Médio (acum. 12m)*	15,2	11,4	6,6
Índice de Solvabilidade – Basileia	16,1	14,4	13,5
Endividamento Setor Público	28,4	30,6	37,6
Cobertura de Desp. Administrativas (acum. 12m)	63,9	66,2	67,6
Cobertura de Desp. de Pessoal (acum. 12m)	103,0	104,8	106,7
Índice de Eficiência Operacional (acum. 12m)	53,7	53,6	52,1

Conforme a Res. CMN n.º 4.192/13, o Patrimônio Líquido inclui o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no valor de R\$ 36,5 bilhões, dos quais R\$ 28,0 bilhões passaram a compor o PL em julho de 2014.

OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ao final de 2016, a carteira de títulos e valores mobiliários totalizou saldo de R\$ 181,3 bilhões. Do total, R\$ 160,2 bilhões são representados por títulos públicos federais e R\$ 20,3 bilhões correspondentes a títulos privados.

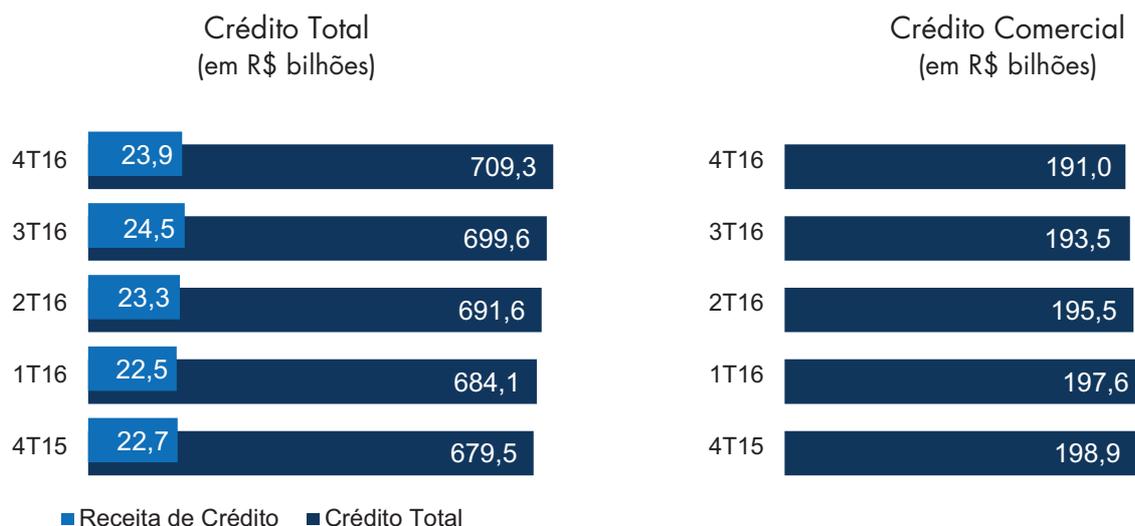
O resultado das operações com TVM e derivativos alcançou R\$ 41,8 bilhões, redução de 4,3% em relação ao mesmo período de 2015.

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN 3.068/2001, a CAIXA declara ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III, os quais totalizaram R\$ 49,5 bilhões, no período, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

CARTEIRA DE CRÉDITO AMPLA

Ao final de 2016, a carteira de crédito ampla da CAIXA totalizou saldo de R\$ 709,3 bilhões, evolução de 4,4% em relação ao ano anterior. A carteira de crédito comercial totalizou saldo de R\$ 191,0 bilhões.

As operações de infraestrutura apresentaram evolução de 10,8% em 12 meses, totalizando saldo de R\$ 78,6 bilhões ao final de dezembro de 2016.



As operações comerciais com pessoas físicas atingiram o saldo de R\$ 101,9 bilhões, diminuição de 0,8% em 12 meses. Entre os produtos desse segmento, destaca-se o crédito consignado com saldo de R\$ 63,9 bilhões, crescimento de 7,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A participação da CAIXA nesse mercado foi de 22,2%, no final de 2016.

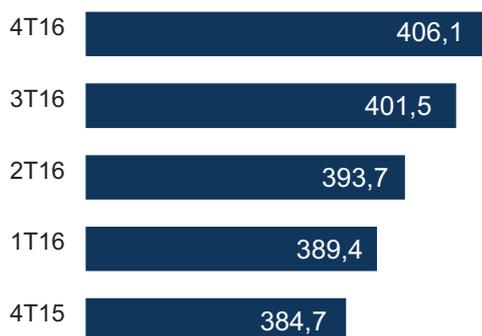
O segmento PJ totalizou saldo de R\$ 89,1 bilhões ao final de 2016, redução de 7,4% em 12 meses, mesmo comportamento observado no Sistema Financeiro Nacional.

O Crédito Rural CAIXA atingiu saldo de R\$ 7,2 bilhões em dezembro de 2016, com destaque para a modalidade disponível para Pessoa Jurídica, que apresentou 15,5% de aumento em comparação com o ano anterior.

Para facilitar o acesso a essa linha de crédito, a Empresa leva às principais feiras e eventos do setor o Caminhão do Agronegócio da CAIXA, agência volante na qual o produtor pode, inclusive, contratar o Custeio Fácil CAIXA, e ter acesso a diversas informações e produtos.

O saldo da carteira de crédito imobiliário apresentou evolução de 5,6% em 12 meses, totalizando de R\$ 406,1 bilhões em dezembro de 2016, dos quais R\$ 203,4 bilhões com recursos FGTS, R\$ 201,9 bilhões com recursos CAIXA/SBPE e 0,8 bilhão com outros recursos.

Crédito Habitacional
(em R\$ bilhões)



A CAIXA permanece na liderança desse mercado com 67,0% de participação, excluídos os certificados de recebíveis imobiliários.

Para o Programa Minha Casa Minha Vida, em 2016, foram contratados pela CAIXA R\$ 41,4 bilhões, o equivalente a 355 mil novas unidades habitacionais. Dessas novas moradias, 9,8% foram destinadas à FAIXA 1 do Programa, que se destina aos beneficiários com renda de até R\$ 1,8 mil.

No final de 2016, a qualidade da carteira de crédito continuou elevada, com aproximadamente 90,8% do seu total classificada nos ratings de AA-C, mantendo o perfil histórico da qualidade da carteira.

O índice de inadimplência total acima de 90 dias foi de 2,88% no final de 2016, mantendo-se abaixo da média do mercado de 3,71%. Esses efeitos decorrem de evolução do modelo de risco e das políticas de recuperação de crédito, mesmo diante de um cenário econômico desafiador.



Residencial Terra Nova, empreendimento do MCMV em Nova Friburgo/RJ.

Fonte: Jornal da Caixa 2016



Residencial Sertão do Rio Doce I, empreendimento do MCMV em Governador Valadares/MG

Fonte: Jornal da Caixa 2016

DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS

As captações totais apresentaram saldo de R\$ 984,1 bilhões em dezembro de 2016, evolução de 4,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A relação entre as captações totais e a carteira de crédito correspondeu a 138,7%.

Os depósitos alcançaram o saldo de R\$ 512,2 bilhões, crescimento nominal de R\$ 56,5 bilhões em 12 meses.

Destaque para os depósitos a prazo, com saldo de R\$ 210,7 bilhões, evolução de 24,7% em 12 meses.

Os depósitos à vista totalizaram R\$ 31,9 bilhões, evolução de 16,3% em 12 meses.

A poupança, com R\$ 252,4 bilhões de saldo, cresceu 4,1% em relação a 2015 e alcançou 38,0% de participação de mercado, evolução de 1,2 p.p, apresentando tendência de recuperação.

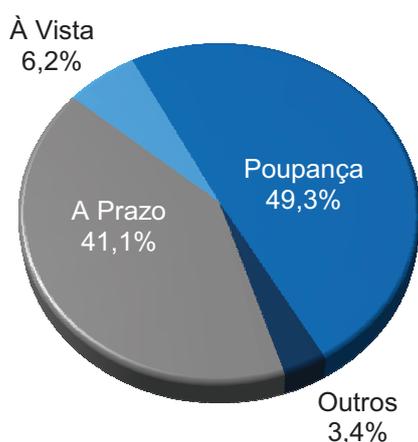
Ao final de dezembro de 2016, as contas de poupança totalizaram 68,8 milhões, acréscimo de 5,0 milhões de contas em relação ao mesmo período de 2015.

A base de contas correntes totalizou 24,9 milhões, assim distribuídas: 22,7 milhões de contas Pessoa Física (incluindo contas simplificadas - CAIXA Fácil) e 2,2 milhões de contas Pessoa Jurídica.

Os depósitos judiciais apresentaram evolução de 19,6 % em 12 meses, apresentando saldo de R\$ 74,2 bilhões.

O saldo de letras totalizou R\$ 140,9 bilhões, com destaque para as letras imobiliárias e hipotecárias que terminaram 2016 com saldo de R\$ 101,7 bilhões.

Composição dos Saldos dos Depósitos



SERVIÇOS BANCÁRIOS

Em 2016, foram realizadas 8,4 bilhões de transações bancárias, evolução de 6,8% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior.

O aumento das transações refletiu na evolução de 8,4% nas receitas de prestação de serviços e tarifas em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 22,5 bilhões ao final de 2016.

Os principais destaques foram as receitas com contas correntes, convênios e cobrança, e administração de fundos de investimento, que cresceram, respectivamente, 23,7%, 12,7 % e 6,8% em 12 meses.

Do total de transações, 610 milhões foram realizadas via celulares e smartphones, crescimento de 67,0% em 12 meses.

Visando oferecer novas soluções para seus clientes, a CAIXA lançou, uma nova versão do Construcard, uma linha de financiamento da CAIXA destinada a pessoas físicas para construção, reforma ou ampliação de imóveis residenciais.

Aceito em uma ampla rede, composta por mais de 80 mil lojas em todo o Brasil, o cartão Construcard pode ser usado na compra de qualquer tipo de material de construção, do básico ao acabamento, incluindo tijolos, cimento,

pisos, revestimentos, louças, além de armários embutidos, piscinas, dentre outros.

O cliente conta com prazo de dois a seis meses para comprar tudo o que precisar e, durante este período, paga somente os juros dos valores que utiliza, podendo pagar o financiamento em um prazo de até 240 meses. O valor médio dos financiamentos é de R\$ 14 mil e o limite varia de acordo com a capacidade de pagamento do cliente, não havendo valor máximo.



SERVIÇOS DE GOVERNO

A CAIXA, como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. Ao final de 2016, foram pagos cerca de 163,8 milhões de benefícios sociais, correspondendo a R\$ 28,3 bilhões.

O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou cerca de 158,6 milhões de benefícios em 2016. O valor pago, nesse período totalizou R\$ 27,4 bilhões.

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, no acumulado do ano, a Instituição foi responsável por realizar 164,6 milhões de pagamentos de benefícios, que totalizaram R\$ 242,1 bilhões no período.

Entre eles o Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS, corresponderam a R\$ 54,0 bilhões.

As aposentadorias e pensões aos beneficiários do INSS totalizaram 65,4 milhões de pagamentos, somando R\$ 81,5 bilhões em 2016.

A arrecadação do FGTS atingiu R\$ 119,1 bilhões em 2016 e os saques, R\$ 106,6 bilhões. Ao final de 2016, o Fundo era composto por 151,1 milhões de contas.

Em 2016, O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço completou 50 anos.

Desde a criação do Fundo de Garantia, mais de R\$ 426 bilhões foram aplicados em obras de moradias populares, rodovias, portos, hidrovias, aeroportos, ferrovias, energia renovável e saneamento básico. Mais de 4 mil municípios brasileiros (73%) já tiveram obras financiadas com recursos do FGTS.

Como operador dos recursos do FGTS, a cada 10 minutos a Caixa viabiliza o pagamento de recursos do Fundo para cerca de mil trabalhadores. São 60 mil pontos de atendimento espalhados pelo Brasil e no exterior que atendem mais de 10 milhões de usuários permanentemente. Em comemoração à data, a CAIXA lançou o bilhete da Loteria Federal com estampa alusiva aos 50 anos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

LOTÉRIAS

As Loterias CAIXA contam com a certificação WLA-SCS:2012, uma norma internacional de padrão de controle de segurança da informação do setor de loterias, publicada em 2012 pela WLA. Essa Norma avalia uma base de gestão de segurança de informação, incluindo a ISO 27001, com controles de segurança adicionais específicos de loterias, que representam as melhores práticas atuais.

Essa certificação é o reconhecimento da adoção, pela CAIXA Loterias, das melhores práticas de governança e gestão da segurança da informação, de risco e de continuidade de negócios, na operação das loterias federais, garantindo à CAIXA a conformidade dos seus processos com requisitos legais, a credibilidade de sua imagem como operadora de jogos e a confiança de apostadores e demais partes interessadas.

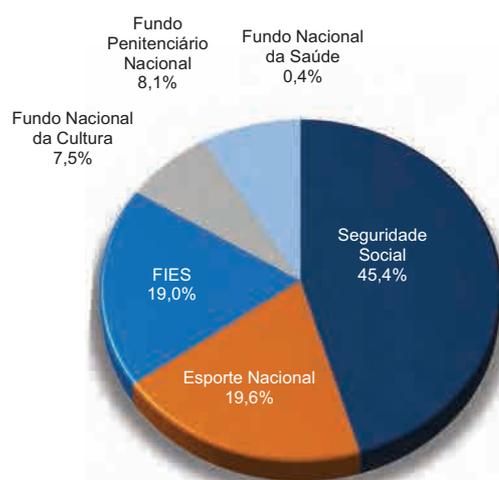
Em 2016, a arrecadação das Loterias da CAIXA foi de R\$ 12,9 bilhões. A Mega-Sena foi o produto mais demandado pelos apostadores, correspondendo a 39,7% do total arrecadado pelas Loterias da CAIXA no período.

Destinação das Loterias (em R\$ milhões)	2014	2015	2016
Destinação Social	4.932	5.450	4.792
Prêmios	4.768	5.264	4.519
Tributos	1.220	1.344	1.095
Despesas de Custeio e Manutenção	2.608	2.854	2.458
Arrecadação Total	13.529	14.911	12.863

Além de alimentar os sonhos de milhões de apostadores por seus prêmios milionários, as Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social.

Dos valores arrecadados do portfólio de produtos das Loterias, cerca de R\$ 4,8 bilhões foram transferidos, no período, aos programas sociais do governo federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

Destinação Social



PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

O Conglomerado CAIXA, grupo de empresas formada pela instituição financeira CAIXA e suas participações diretas e indiretas, busca otimizar seu desempenho a partir da obtenção de ganhos originados da integração junto às suas participações. A Política do Conglomerado CAIXA estabelece orientações para a gestão, a realização de investimentos e as contratações no âmbito do Conglomerado, abrangendo o relacionamento comercial e a governança entre a CAIXA e as empresas integrantes desse Conglomerado e buscando estabelecer parcerias estratégicas que viabilizem o acesso, em condições competitivas, a mercados considerados estratégicos e a serviços que possibilitem atingir seus objetivos.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes parcerias de caráter estratégico comercial:

- Banco Pan (consignado, veículos, habitação segmento alta renda e seguros);
- CAIXA Seguros (seguros, capitalização, previdência e saúde);
- Elo, Vale Presente e CIELO: voltadas para o mercado de cartões;
- CAIXA Crescer (microfinanças);
- Parcerias com perfil de suporte às operações da CAIXA, como a Capgemini (TI) e a TecBan (rede de atendimento);
- Branes (suporte na captura e tratamento de operações de crédito);
- Habitar (rede de correspondentes para habitação).

Composição da Carteira de Participações (em R\$ milhões)

	2015	2016
CAIXA Seguros Holding	2.635.360	3.046.972
Banco PAN	1.183.161	878.142
Capgemini	177.957	117.889
Elo Serviços	18.542	23.111
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.956	6.994
Crescer	-	-
Branes	1.841	1.874
Galgo Sistemas de Informações S.A	-	1.752
BIAPE	238,0	-
FGO – Fundo Garantia de Operações (1)	76.069	287.712
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	262.766	265.210
Fundo de Investimento em Participações	32.428	32.685
TECBAN	107.004	106.537
PAN Corretora (2)	29.381	33.130
PAN Seguros	353.709	363.179
Outros Investimentos (3) (4)	4.734	8.827,0
Total	4.890.146	5.174.014

(1) Valor do investimento líquido de provisão de (R\$ 208.136) em 31/12/2016; (R\$ 344.779) em 31/12/2015;

(2) Valor do investimento líquido de provisão de (R\$ 33) em 31/12/2016; (R\$ 33) em 31/12/2015;

(3) Valor do investimento líquido de provisão de (R\$ 43.266) em 31/12/2016; (R\$ 11.085) em 31/12/2015;

(4) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

A CAIXA mantém a sua atuação visando tornar-se referência em práticas de governança corporativa, seja pelo Modelo de Gestão vigente, que tem a governança como um de seus componentes, seja pela adoção de práticas de gestão alinhadas a princípios como transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade sócio empresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade. Princípios que se concretizam em instrumentos variados de gestão, como o Código de Ética, os Regimes de Alçadas e as Políticas de Atuação da CAIXA.

A governança corporativa da Instituição está estruturada em um sistema que privilegia a decisão colegiada ágil e descentralizada, mediante a instrumentalização da decisão estratégica, da organização dos níveis decisórios, da agenda de trabalho e da visão dos temas essenciais à gestão.

A CAIXA dispõe de colegiados e unidades específicas que executam as atribuições relativas à supervisão e à fiscalização da gestão dos administradores da Instituição, além dos órgãos de fiscalização e controle externos.

Como parte de seu sistema de governança, a Empresa dispõe de instrumentos que asseguram a inibição de conflitos de interesses entre suas diversas instâncias de gestão.

Além das regras relativas à não participação dos Vice-Presidentes das áreas segregadas como membros do Conselho Diretor, o Estatuto da CAIXA contém outras regras de segregação de funções que devem ser observadas pelos órgãos da Administração.

Está disponível na página da CAIXA na Internet o Manual de Governança Corporativa, que contém informações importantes sobre a governança da Instituição, a exemplo do conglomerado e da estrutura de governança – modelo, órgãos colegiados, dirigentes e atribuições específicas, documentos e instrumentos utilizados.

O Manual de Governança Corporativa está disponível na página:

http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/caixa_governanca_corporativa2407.pdf

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Por meio de parcerias e oferta de produtos e serviços, a atuação internacional da CAIXA permanece alinhada às diretrizes do Governo Federal de apoiar brasileiros residentes no exterior e instituições de diversas nações.

Destaca-se o incremento de 48% na contratação de operação de ACC/ACE em relação a 2015, o que reflete o empenho da CAIXA em oferecer produtos e serviços que contribuem para o aumento da participação das empresas brasileiras no comércio internacional.

É disponibilizado pela empresa o Programa de Remessas Internacionais, por meio do qual clientes residentes no exterior podem enviar recursos ao Brasil. Em 2016, o Programa captou R\$ 963 milhões por meio dos bancos correspondentes (SWIFT) e dos bancos parceiros (conveniados), o que representa um crescimento de 17,5% em relação ao ano de 2015.

Entre 2014 a 2016, a CAIXA ampliou em 40% o número de bancos no exterior com os quais possui relacionamento, estendendo sua atuação internacional para mais de 50 países.

No âmbito do relacionamento internacional, a CAIXA participou da 50ª Assembleia Anual da FELABAN – Federação Latino Americana de Bancos, que ocorreu no período de 05 a 08 de novembro de 2016, em Buenos Aires: foram 25

agendamentos com vistas à consolidação e negociação de novas parcerias, obtenção de linhas de crédito e fortalecimento da marca CAIXA no exterior.

A CAIXA aprovou a manutenção de parceria com as Câmaras de Comércio Brasil-Japão (CCBJ) e Brasil-Estados Unidos (BACC), cuja atuação ocorre principalmente por intermédio dos Escritórios de Representação nos EUA (EREUA) e no Japão (ERJAP). A empresa participou, ainda, por meio do EREUA, das reuniões paralelas do Encontro Anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington /EUA em 2016.

Com vistas a ampliar o relacionamento com os organismos internacionais, a CAIXA participou do I Seminário de Cooperação Financeira Internacional, no qual foi possível interagir com os principais bancos de desenvolvimento do mundo que possuem representação no Brasil.

CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controles Internos - SCI da CAIXA é o conjunto de políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela Instituição para que alcance seus objetivos, mantenha e forneça informações gerenciais e financeiras, realize suas atividades de acordo com leis e normas externas a elas aplicáveis, bem como a políticas, normas internas e procedimentos estabelecidos e reduza o risco de danos à sua imagem.

A Política de Controles Internos e Compliance da Instituição tem o objetivo de promover condições para assegurar a efetividade do Sistema de Controles Internos da CAIXA, de modo a garantir, com razoável certeza, o alcance dos objetivos da Empresa. Está estruturada de acordo com os cinco componentes do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO: Ambiente de Controle, Avaliação de Risco, Atividades de Controle, Informação e Comunicação e Atividades de Monitoramento.

O Monitoramento do Sistema de Controles Internos contempla a metodologia sugerida pelo COSO no documento Guidance on Monitoring Internal Control Systems, publicado em 2009.

No que tange às atividades de Compliance, destacam-se:

Monitoramento da adequação da CAIXA às Normas Externas e do cumprimento de atividades mandatórias;

Procedimentos de conformidade sobre o desenvolvimento, lançamento, revisão e retirada de produtos e serviços;

Prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo e à corrupção, cujas diretrizes estão consolidadas na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo.

O processo de registro de informações sobre as atividades de Controles Internos, desenvolvidas pelas diversas unidades da Instituição, encontra-se automatizado, subsidiando o monitoramento do sistema e a elaboração dos relatórios de controles internos para atendimento à Resolução CMN n.º 2.554/1998, à Circular BACEN n.º 3.467/2009, bem como às Instruções CVM que preveem reportes periódicos.

Em 01/08/2013 foi editada a Lei n.º 12.846 – Lei Anticorrupção, com o objetivo de responsabilizar administrativamente e civilmente pessoas jurídicas pela prática de atos ilícitos contra a administração pública em geral, regulamentada por meio do Decreto n.º 8.420, de 18/03/2015.

A CAIXA, para se adequar às normas impostas na mencionada lei, estruturou e publicou uma Política Anticorrupção e um Programa de Integridade.

A Política Anticorrupção, com o objetivo de estabelecer regras de prevenção e correição para mitigar o risco de envolvimento dos colaboradores, fornecedores e parceiros do conglomerado CAIXA em atos de corrupção, foi publicada em junho e estruturada de acordo com as características e riscos das atividades da CAIXA e aplicada a atitudes e comportamentos de seus dirigentes, empregados, terceirizados, contratados, fornecedores e parceiros, para inibir a prática de atos de corrupção na forma ativa ou passiva, com princípios, diretrizes, indicadores e responsabilidades claramente definidas.

O Programa de Integridade, tem como objetivo prevenir, detectar e corrigir atos de corrupção praticados contra a CAIXA e contra a administração pública nacional ou estrangeira, por meio da integração dos instrumentos e das atividades de controle voltados à gestão de riscos de fraude e corrupção.

Essa política consolida o conjunto de políticas, mecanismos, procedimentos e ações conduzidas por diversas unidades da estrutura organizacional da Empresa, em consonância com suas respectivas atribuições.

GESTÃO DE RISCOS E CAPITAL

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégia, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado são revisadas, no mínimo, anualmente, assim como os limites de exposição e os de capital, visando ao alinhamento à estratégia, aos fatores macroeconômicos, ao ambiente de negócios e à capacidade de assumir risco da Instituição.

As atividades de administração de risco são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

O controle do risco da carteira de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

Com base no acompanhamento, observa-se que os indicadores de inadimplência, a provisão para devedores duvidosos e a perda da carteira se mantiveram dentro do esperado.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores, no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, Governança Corporativa.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A CAIXA possui Política de Responsabilidade Socioambiental normatizada nos termos da Resolução BACEN n.º 4.327/2014, que leva em consideração princípios como: ética, conformidade e combate à corrupção; gestão participativa; promoção do desenvolvimento sustentável; inclusão social; eficiência ambiental; proteção e conservação ambiental e transparência. Em atendimento à referida Resolução, a CAIXA elaborou plano de ação, aprovado pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração, que considera o novo cenário, os desafios e as oportunidades relacionadas às tendências que impactam diretamente os negócios da empresa, com prazo de execução até 2019.

Cumprindo as diretrizes da PRSA, a CAIXA adota as melhores práticas de gestão de risco socioambiental, observando, na concessão de crédito, a regularidade das atividades dos projetos e das atividades dos clientes. Em 2016, cerca de R\$ 12 bilhões de empréstimos foram submetidos a análise de regularidade socioambiental de clientes. Já no financiamento de grandes empreendimentos (hidrelétricas, rodovias, portos, etc.) mais de R\$ 7 bilhões investidos em projetos passaram por análise e monitoramento dos impactos socioambientais.

Desde 2011, a CAIXA destina até 2% do seu Lucro Líquido Ajustado para projetos relacionados à cidades sustentáveis, proteção de biomas e das águas, energias limpas e promoção socioeconômicas, por meio do Fundo Socioambiental CAIXA. Em 2016 foram desembolsados R\$ 20,9 milhões investidos em 262 projetos. Entre eles, estão projetos para preservação da Caatinga e do Cerrado, projetos para recuperação de mananciais em regiões metropolitanas em crise hídrica, projetos de desenvolvimento sustentável de território de baixa renda, além de projetos de apoio a disseminação de tecnologias sociais como biodigestores e reciclagem de resíduo eletroeletrônico.

Visando garantir a promoção do desenvolvimento sustentável e da cidadania, em 2016, a CAIXA iniciou sua atuação junto a *startups* lançando o Desafio de Negócios de Impacto Social: Educação Financeira e Serviços Financeiros para Todos, com objetivo de potencializar uma nova geração de soluções e negócios que promovam a inclusão financeira e que atendam às necessidades da população de menor renda no Brasil. Ao final das etapas, prevista para dezembro de 2017, o projeto irá selecionar até 5 negócios de impacto que receberão R\$200 mil para testar a solução junto a população de baixa renda.

GESTÃO DE PESSOAS

O atual modelo de gestão de pessoas tem como objetivo consolidar uma cultura organizacional baseada na gestão proativa de talentos e por competência. A ideia é dar ênfase à meritocracia, à inovação, à eficiência e à melhoria contínua, promovendo identificação dos empregados com os valores e a missão da CAIXA, engajamento das lideranças e excelência no relacionamento com clientes e sociedade.

Além dos diversos programas voltados à saúde e à segurança dos empregados, a Instituição busca integrar a educação corporativa à gestão do desempenho e das competências e à gestão do conhecimento, por meio de incentivos à capacitação, de criação e manutenção de sistemas e processos de disseminação do conhecimento e desenvolvimento de habilidades. Em 2016, a CAIXA investiu R\$ 35,2 milhões em programas de capacitação e elevação de escolaridade, nesse escopo, em dezembro de 2016, A CAIXA reinaugurou o campus físico da Universidade Caixa em Brasília.

O campus, em funcionamento desde 2011, recebeu nova identidade visual, melhorias na infraestrutura e conta agora com uma sala de inovação, a Lab Ideias, além de 7 salas de desenvolvimento, três salas de grupos e um laboratório.

O Lab Ideias é um espaço preparado para geração de novas ideias. O espaço foi estruturado com base em estudos para que possibilite maior dinamismo, flexibilidade e

criatividade na busca por soluções de questões do cotidiano.

Ao final de dezembro de 2016, o quadro de pessoal da CAIXA, era composto por 95,0 mil empregados concursados e 14,4 mil estagiários e aprendizes. A folha de pessoal somou R\$ 21,0 bilhões em 2016, contemplando os benefícios proporcionados aos colaboradores e seus dependentes no valor de R\$ 2,4 bilhões, além das remunerações dos empregados somadas aos encargos.

Outro benefício que a Instituição oferece aos empregados é a possibilidade de complementar sua renda, após a aposentadoria, por meio de patrocínio a planos de benefício de previdência complementar, administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF.

Em dezembro, a Fundação alcançou a participação de cerca de 96,8% do quadro de empregados ativos no, com 136.185 mil associados no total. Desse número, 94.635 mil são ativos, 34.193 mil aposentados e 7.357 mil pensionistas.



APOIO À CULTURA E AO ESPORTE

A CAIXA, uma das mais importantes incentivadoras do esporte brasileiro, contempla em seu planejamento estratégico ações de marketing cultural orientadas para os seguintes aspectos: inclusão social, desenvolvimento humano, valores nacionais, democratização, descentralização e transparência.

Em 2016, foram investidos cerca de R\$ 50,5 milhões em projetos de teatro, cinema e exposições, em 527 eventos realizados nas unidades da CAIXA Cultural pelo Brasil, que contaram com o comparecimento de mais de 1 milhão de pessoas.

A CAIXA também é a maior patrocinadora do esporte nacional, vinculando sua marca a modalidades como Atletismo, Ginástica, Ciclismo e Luta Olímpica, além do apoio ao Paradesporto. O objetivo dos recursos é impulsionar o crescimento e a popularização desses esportes, contribuindo para a disseminação de sua prática. A CAIXA também apoia os atletas brasileiros e investe em projetos que visam à inclusão social por meio do esporte.

Além disso, investe em modalidades de destaque no cenário nacional e internacional como o patrocínio ao Novo Basquete Brasil - NBB através da Liga Nacional de Basquete - LNB, e ao basquete feminino, através da Liga de Basquete Feminino - LBF, ambos pelo período de quatro anos.

No futebol, a CAIXA consolidou-se como a maior apoiadora do esporte que é paixão nacional dos brasileiros, patrocinando clubes, arenas e campeonatos.

A lista de clubes patrocinados pela CAIXA, em 2016, inclui: Atlético Goianiense, Atlético Mineiro, Atlético Paranaense, Avaí, Bahia, Botafogo Corinthians, Coritiba, Chapecoense, CRB, Cruzeiro, Figueirense, Flamengo, Fluminense, Goiás, Náutico, Paysandu, Santos, Sport, Vasco e Vitória.

O valor total investido em patrocínios esportivos, em 2016, foi de aproximadamente R\$261,6 milhões.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

No ano de 2016, destacam-se os seguintes prêmios e reconhecimentos recebidos pela CAIXA:

- A instituição foi escolhida pela terceira vez consecutiva como o banco mais amado do Brasil, segundo pesquisa realizada pela empresa de consultoria Oficina Sophia.
- A CAIXA foi o Banco com melhor desempenho no setor financeiro do Prêmio Empresas Mais, do Estadão.
- 1º Lugar no Prêmio Top of Mind da Folha de São Paulo, na categoria Poupança.
- No Ranking Marcas Mais do Estadão, a CAIXA destacou-se em duas categorias, sendo 1º lugar na categoria Poupança, considerada a poupança mais confiável entre os brasileiros, e 2º lugar na categoria Bancos, como banco de taxas mais justas, solidez e melhor padrão de atendimento.
- Pela Folha de São Paulo - Revista O Melhor de São Paulo Serviços - CAIXA foi premiada em 2 categorias: melhor financiamento habitacional e melhor crédito pessoal.

AGRADECIMENTOS

Os resultados alcançados no período refletem o trabalho comprometido e incansável de todos os nossos empregados e colaboradores, aos quais agradecemos o empenho. Agradecemos também aos nossos clientes e parceiros pela confiança e fidelidade com que nos impulsionam na constante busca pelo aprimoramento tão essencial ao desenvolvimento da CAIXA e do Brasil.

CAIXA